



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em
história 2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P737 Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história 2 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-907-3

DOI 10.22533/at.ed.073211903

1. História. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro *Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História 2* está dividido em três volumes. Todos os capítulos tratam de temas relacionados à história do Brasil e ou geral.

Organizado em grandes temáticas, as obras trazem discussões sobre história, gênero e sexualidade; ensino de história em todos os níveis (educação infantil, educação básica e ensino superior); pesquisas historiográficas; capítulos sobre lutas pela terra no Brasil; estudos sobre gastronomia (brasileira e árabe); cinema; economia; imprensa; raça; memória; narrativas pessoais e estudos de personalidades; tecnologia; história e ciência, dentre outras temáticas.

Em suma a obra é uma grande possibilidade de descobrir o que se tem de novo e de velho na História, ou seja, os mais diversos trabalhos e temas pesquisados na historiografia.

No volume I encontramos artigos sobre o século XIX e XX no Brasil a respeito do nacionalismo, a construção da sociedade imperial e pensar a identidade nacional a partir de processos migratórios.

Além disto, capítulos dedicados a estudos com fontes de atas de conselhos em Sergipe, problematizações sobre o tráfico africano, fontes cinematográficas, testamentos e até mesmo fontes utilizadas para compreender o reinado de Ramessés III no Egito.

Por fim o primeiro volume se encerra com dois artigos sobre a Idade Medieval, um tratando de Beowulf e outro da Cocanha.

Já no volume II as temáticas mais amplas abarcam pesquisas sobre ensino de história, alguns trabalhos sobre história geral e também gastronomia. Iniciando com trabalhos sobre o PIBID e práticas avaliativas, o segundo volume traz capítulos que versam sobre a construção do processo ensino aprendizagem em História, refletindo sobre os desafios e algumas perspectivas. Além disto, um capítulo sobre a BNCC, atual e articulado às discussões presentes partindo da realidade posta na rede pública.

Em um segundo momento, o volume II traz amplas contribuições a respeito do ensino sobre a África em sala de aula bem como questões étnico-raciais e narrativas em disputa.

Seguindo o modelo do primeiro volume, este se encerra trazendo capítulos que versam sobre as mais diversas fontes de pesquisa em História, como arquivos públicos, periódicos, imprensa, literatura,

O livro termina com algumas reflexões a respeito da história da ciência e pesquisas sobre gastronomia.

O volume III dedica-se a reflexões sobre gênero em sala de aula, representações do feminino, o retrato da mulher na sociedade colonial brasileira, a insubmissão feminina e discursos contra hegemônicos e a sexualidade indígena. Este último capítulo faz a ponte com o tema seguinte: disputas sobre a terra no Brasil e na América do Sul.

Em seguida você encontra capítulos sobre religiosidade, sobre a arte de curar, história e memória e história oral. O livro encerra com artigos sobre a Ditadura civil militar no Brasil (1964-1985) e uma discussão sobre a esquerda brasileira.

Em suma, você tem em mãos três obras organizadas sobre os mais diversos campos, aspectos e áreas da historiografia brasileira e mundial. Aqui você encontrará capítulos que poderão contribuir para enlanguescer as pesquisas em História e também a partilha de experiências docentes nos mais diversos níveis de educação.

Espero que encontre nas leituras dos capítulos embasamento teórico metodológicos, amparo nas pesquisas e que esses capítulos contribuam para enriquecer o campo de ensino e pesquisa em História.

Agora que a profissão historiadora/historiador é regulamentada, precisamos investir ainda mais em pesquisas e divulgação destas pesquisas. Neste sentido a Atena Editora se compromete a dar visibilidade aos mais diversos temas que compõem esta obra dividida em três volumes.

Boa leitura!
Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PROFISSÃO CONTÁBIL E PODERES PÚBLICOS: CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO E PROFISSIONALIZAÇÃO (1914-1926)	
Adelino Martins	
DOI 10.22533/at.ed.0732119031	
CAPÍTULO 2	14
INDÚSTRIA, TERRITÓRIO E CULTURA: UM ESTUDO DE CASO DO EMPRESARIADO NIPO-BRASILEIRO	
Adriano Amaro de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.0732119032	
CAPÍTULO 3	29
VINCULAÇÕES ENTRE ESTADOS E NACIONALISMO, E SEUS CONCEITOS NOS SÉCULOS XIX E XX	
Rafael Bassinello Paes de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.0732119033	
CAPÍTULO 4	39
“EXCELLENTÍSSIMO CONSELHO”: ECONOMIA E SOCIEDADE EM SERGIPE DEL REY NAS ATAS DO CONSELHO DE GOVERNO DA PROVÍNCIA (1824-1831)	
Damilis Silveira Viana	
DOI 10.22533/at.ed.0732119034	
CAPÍTULO 5	46
O FENÔMENO DO TRÁFICO E PROIBIÇÃO DE ENTORPECENTES NO BRASIL DE 1890 A 2020	
Steven Adrian dos Santos	
João Victor Mendes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0732119035	
CAPÍTULO 6	56
“INFLUÊNCIAS POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICA, ABSORVIDAS DURANTE O PENSAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA OPÇÃO BRASILEIRA E IMPERIALISTA”	
Luis Claudio Reginato Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.0732119036	
CAPÍTULO 7	62
ALTERIDADE E RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS	
Natalia Fioravanso Vieira Brizola	
DOI 10.22533/at.ed.0732119037	
CAPÍTULO 8	73
ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO CANADENSE NA REDE INTELECTUAL INDIGENISTA TECIDA EM TORNO DA REVISTA <i>AMÉRICA INDÍGENA</i>	

(1942-1960)

Natally Vieira Dias

DOI 10.22533/at.ed.0732119038

CAPÍTULO 9..... 81

A CONFORMAÇÃO DA ESCASSEZ DE ÁGUA NA BACIA DO RIO SANTA MARIA, MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO: UMA CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Paulo José da Fonseca Pires

Elaine Prochnow Pires

DOI 10.22533/at.ed.0732119039

CAPÍTULO 10..... 95

NOTAS SOBRE O CINEMA BRASILEIRO DA “HEGEMONIA NEOLIBERAL” - 1992-2015

Peterson Soares Pessôa

DOI 10.22533/at.ed.07321190310

CAPÍTULO 11 106

“DAVID GRIFFITH’S MASTERPIECE” E OS AFRO-AMERICANOS: UMA ANÁLISE ACERCA DA RECEPÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NORTE-AMERICANA DA OBRA CINEMATOGRAFICA 'O NASCIMENTO DE UMA NAÇÃO'

Carlos Vinícius da Silva

Larieli Ceron de Lima

Marcos Alves de Souza

DOI 10.22533/at.ed.07321190311

CAPÍTULO 12..... 116

COMPREENDENDO O REINADO DE RAMESSÉS III PARA ALÉM DE MEDINET HABU: BREVE ANÁLISE DE TRÊS DOCUMENTOS ESSENCIAIS

Arthur Rodrigues Fabrício

DOI 10.22533/at.ed.07321190312

CAPÍTULO 13..... 134

A QUESTÃO DA EXPLICAÇÃO EM HISTÓRIA: A CRÍTICA DE WILLIAM DRAY AO MODELO NOMOLÓGICO-DEDUTIVO DE CARL HEMPEL

Jacquelyn da Silva Souza

Sara Albieri

DOI 10.22533/at.ed.07321190313

CAPÍTULO 14..... 141

A HISTÓRIA SERIAL NOS ESTUDOS SOBRE A MORTE: REFLEXÕES ACERCA DOS TESTAMENTOS PAULISTAS (1592-1639)

Victor Mauric

DOI 10.22533/at.ed.07321190314

CAPÍTULO 15..... 149

UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A PRESENÇA LUSITANA NO LESTE ASIÁTICO DO SÉCULO XVI

Marcus da Silva Dorneles

DOI 10.22533/at.ed.07321190315

CAPÍTULO 16..... 157

MAPEANDO O UNIVERSO DE BEOWULF: CONTEXTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO E GÊNERO LITERÁRIO

Vinicius Tivo Soares

Jaime Estevão dos Reis

Giovanni Bruno Alves

DOI 10.22533/at.ed.07321190316

CAPÍTULO 17..... 168

A LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA: REPRESENTAÇÕES DO IMAGINÁRIO MEDIEVAL

Aline Ferreira Antunes

Flávia Cristina Paniago

DOI 10.22533/at.ed.07321190317

SOBRE A ORGANIZADORA..... 182

ÍNDICE REMISSIVO..... 183

CAPÍTULO 1

PROFISSÃO CONTÁBIL E PODERES PÚBLICOS: CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO E PROFISSIONALIZAÇÃO (1914-1926)

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 04/02/2021

Adelino Martins

Programa de Pós-Graduação em História
Econômica da Universidade de São Paulo
(PPGHE-USP).

<https://orcid.org/0000-0002-2076-7132>

RESUMO: Este texto discute como a inserção de um grupo de contadores oriundos do Rio de Janeiro e de São Paulo nos serviços contábeis federais entre 1914 e 1926 representou a abertura de um canal por meio do qual se aceleraram as demandas por reconhecimento da profissão contábil. A necessidade de reformar os serviços contábeis da União descortinou-se com a negociação do segundo *funding loan* em 1914. Os banqueiros ingleses solicitaram informações orçamentárias e patrimoniais, a fim de avaliar as garantias que poderiam obter para respaldar um empréstimo. A pobreza dos balanços existentes conduziu à formação da Comissão das Partidas Dobradas, que congregou contadores dos Tesouros Nacional e Paulista para atualizar os serviços de contabilidade da União. Esses contadores, nos anos 1920, colaboraram para a consolidação das instituições de contabilidade pública federais e para a política fiscal do presidente Arthur Bernardes. O presente texto explora como o envolvimento dos contadores paulistas e cariocas nos serviços contábeis federais, em tarefas instrumentais à busca por equilíbrio orçamentário, permitiu-lhes uma base

a partir da qual apresentaram seus pleitos pelo reconhecimento da profissão de contador. Esse é um estudo qualitativo e baseado em fontes primárias.

PALAVRAS-CHAVE: Profissionalização da contabilidade, instituições de contabilidade pública, associações contábeis, educação contábil.

ACCOUNTING PROFESSION AND PUBLIC POWERS: PUBLIC SECTOR ACCOUNTING AND PROFESSIONALIZATION (1914-1926)

ABSTRACT: This writing discusses how the insertion of a group of accountants from Rio de Janeiro and São Paulo in federal public accounting services between 1914 and 1926 opened a channel through which they presented demands for accounting professionalization. The negotiation of the second funding loan in 1914 triggered the need to reform federal accounting services. British bankers required financial information to assess the guarantees they could obtain in exchange for a loan. The poverty of the existing balance sheets led to the formation of the Double-Entry Bookkeeping Committee, which brought together accountants from the National Treasury and the Treasury of the State of São Paulo to update the Federal Union accounting. These accountants contributed to the consolidation of public sector accounting institutions and the fiscal policy of President Bernardes in the 1920s. This text explores how the involvement of the accountants from São Paulo and Rio de Janeiro in federal accounting services, in tasks that subsidised the search for

budget balance, provided them a platform from which they demanded recognition for their profession. This is a qualitative study, based on primary and secondary sources.

KEYWORDS: Accounting professionalization, public sector accounting institutions, accounting associations, accounting education.

1 | INTRODUÇÃO

As demandas pela profissionalização da contabilidade receberam impulso entre 1914 e 1926, a partir da aproximação de profissionais contábeis do Rio de Janeiro e de São Paulo com os poderes públicos federais. Este texto procura explicar como a inserção desses contadores no serviço público proporcionou-lhes uma plataforma a partir da qual estruturaram associações profissionais e demandaram reconhecimento oficial à profissão.

Embora existam trabalhos sobre a história da contabilidade no Brasil em bom número, sobretudo quanto à evolução do ensino contábil (SAES; CYTRYNOWICZ, 2001; LEITE, 2005; MARTINS et al., 2006; PELEIAS et al, 2007), não são tantos os dedicados à temática da profissionalização; menos ainda são os que a procuram explicá-la a partir da relação entre contadores e poderes públicos. O cenário, nesse aspecto, é francamente contrastante com a tradição anglo-saxã de pesquisas, particularmente prolífica na análise das relações entre estado e profissão (CHUA; POULLAOS, 1993; SIKKA; WILMOTT, 1995; WALKER; SHACKLETON, 1995).

Para o caso brasileiro, Rodrigues et al (2011) abordaram a profissão de contador sob a perspectiva corporativista, contudo não aprofundaram a análise da profissionalização à luz do conceito de corporativismo de Schmitter (1974), ao qual recorreram. Tal aprofundamento ocorreu, todavia, no texto de Agrizzi e Sian (2015), que associou o desenvolvimento da profissão contábil no Brasil entre 1902 e 1946 ao paradigma do corporativismo artificial de Schmitter (1971). As autoras indicaram especificamente sobre os anos 1920 que

In Brazil, high profile practitioners such as Francisco D'Áuria, Paulo Frederico Hermann Junior and João de Lira Tavares also held high social positions and had gained reputations as bookkeepers in the government in São Paulo and Rio de Janeiro and harboured ambitions to raise the perceived status of those offering bookkeeping and accounting services. They had already achieved positions of trust within the centralised administration and were well positioned to assist in the creation of access channels between the accounting syndicates and the state (AGRIZZI and SIAN, 2015, p. 18).

Agrizzi e Sian não exploraram os laços que uniam os contadores mencionados ao estado, tampouco como eles foram instrumentalizados para avançar demandas por reconhecimento da profissão. O presente texto parte desse ponto. Almeja-se explicar como lideranças contábeis no Rio de Janeiro e em São Paulo contribuíram para as formatação das instituições federais de contabilidade pública, entendidas como um conjunto de normas e organizações, e, desse modo, habilitaram-se para fazer avançar a vida associativa profissional e as demandas por profissionalização.

O excerto de Agrizzi e Sian oferece, ademais, pistas sobre a abordagem a ser conferida à matéria. Embora tenham operado no registro conceitual de Schmitter (1971, 1974), as autoras mencionaram, repetidamente, as posições ocupadas pelos contadores no estado e em associações profissionais. Ora, a ocupação de posições em um dado recorte do espaço social remete diretamente às noções de trajetória e campo, de Pierre Bourdieu.

Para Bourdieu (1996), a noção de trajetória é radicalmente relacional, pois pressupõe a contínua consideração das sucessivas posições ocupadas por um mesmo agente em um espaço social sujeito a transformações (BOURDIEU, 1996). Os campos são recortes estruturados do espaço social, microcosmos do mundo social que reproduzem, de modo específico, as clivagens deste, mas que possuem autonomia relativa em relação a ele, caracterizada pela existência de leis e instituições próprias, bem como de agentes detentores de diferentes quantias e composições de capitais econômicos, políticos, culturais e simbólicos (BOURDIEU, 2011).

As sessões seguintes discutem como a proximidade de uma elite de contadores com o estado favoreceu as demandas por estruturação do seu campo de atuação profissional.

2 | O FIM DE UM CERCO E DE UM TORPOR (1914-1919)

Em 1913, o governo federal necessitava obter um segundo *funding loan*, mas esbarrou nas exigências dos banqueiros europeus, de exame da escrita do Tesouro para apurar as garantias que poderiam obter. Segundo Lobo e Moraes Junior (1941), no entanto, a pobreza dos registros contábeis dificultou o andamento da negociação. Adde et all (2014) retomaram esse argumento e apontaram que os negociadores estrangeiros demandaram a apresentação de um balanço do Tesouro Nacional, mas o último datava de 1905.

A missão enviada ao Brasil pelos banqueiros N.M. Rothschild & Sons voltou a Londres indisposta a cancelar qualquer empréstimo que não incluísse contrapartidas severas (ABREU, 2002). A insuficiência das demonstrações contábeis era um problema, não maior, entretanto, do que as informações suficientemente conhecidas pelos negociadores estrangeiros. Abreu (2002) e Fritsch (1988) apontaram que o descontrole dos gastos afetou o crédito brasileiro, pois levantava incertezas quanto à capacidade do governo de honrar os seus compromissos. Isso resultou em uma longa negociação sobre as condicionalidades do *funding*. O empréstimo somente foi concedido depois que o governo federal decretou uma moratória de trinta dias.

Dentre os temores dos credores brasileiros estavam a persistência da desvalorização do mil-réis, que tornava ainda mais difícil ao governo federal adquirir as divisas necessárias à satisfação dos seus interesses, e os déficits orçamentários, que diminuía a capacidade brasileira de pagar. Para aumentar o controle sobre as finanças e o patrimônio federais, foram reunidos contadores do Rio de Janeiro e de São Paulo na Comissão das Partidas Dobradas. Eles iniciaram os trabalhos antes mesmo do *default*, ainda em junho de 1914.

Essa foi a janela de oportunidade de que se valeram as lideranças contábeis cariocas e paulistas para retirar a contabilidade pública de um atoleiro, pois, segundo Lobo e Moraes Junior (1941, p. 4): *“Em matéria de contabilidade estávamos, pode-se dizer, num atoleiro, com cerca, pela qual não se podia sair. Em 1914, porém, a cerca foi aberta num ponto e o terreno começou a solidificar-se”*.

A Comissão de Partidas Dobradas funcionou até 1918. Ela contou, entre seus membros, com funcionários do Tesouro Nacional, como João Ferreira de Moraes Junior e Ernesto Le Cesne, e com dois servidores emprestados do Tesouro de São Paulo, Francisco D'Áuria e Carlos Levy Magano. Carlos Cláudio da Silva havia sido incumbido pelo ministro da Fazenda Rivadávia Corrêa de ir a São Paulo estudar os procedimentos contábeis que, desde 1906, eram executados sob a direção de Carlos de Carvalho. Por influxo deste (D'Áuria, 1953), o ministro concordou que seria melhor levar os funcionários de São Paulo ao Tesouro. Com efeito, isso se deu e eles lideraram tecnicamente o grupo, como se consignou no relatório do ministro Pandiá Calógeras: *“a parte técnica da escripturação tem sido dirigida habilmente pelos Srs. Francisco D'Áuria e Carlos Levy Magano, escripturários da Secretaria de Finanças de S. Paulo, coadjuvados pelos Srs. Moraes e Le Cesne”*. (BRASIL, 1915, p. 106).

Segundo Azevedo e Pigatto (2020), a experiência paulista recebia influência teórica italiana e consistia na adoção da contabilidade dual, isto é, orçamentária e patrimonial. Para D'Áuria (1953), os balanços de ativos e passivos em São Paulo atendiam à necessidade de controlar e prestar contas das operações estatais do plano de valorização do café de 1906.

A modernização da contabilidade do Tesouro Nacional aproximou as trajetórias de contadores do Rio de Janeiro e de São Paulo. Eles constituíram associações de classe, ampliaram os intercâmbios entre si, editaram revistas e apresentaram demandas por profissionalização basicamente em dois sentidos: regulamentação da formação dos profissionais de contabilidade e garantias de exercício profissional. As duas mais influentes associações contábeis da época foram constituídas no bojo desse movimento.

O Instituto Brasileiro de Contabilidade (IBC) foi criado em 1916 a partir da iniciativa de um grupo de guarda-livros que contava com o protagonismo de Augusto Carlos Setúbal, Joaquim Teles e Cornélio Marcondes da Luz. A ação do grupo deu-se no interior da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro (AEC). A ideia de criação de uma associação para congregar “contabilistas e guarda-livros” vinha sendo discutida no interior da AEC havia mais de cinco anos e carecia de uma oportunidade para ganhar materialidade (MENSARIO... 1917). A oportunidade teria aparecido em 1916 por meio de dois eventos. Primeiro, as discussões acerca do projeto de Código Comercial, que teriam posto em evidência questões contábeis. Segundo, um discurso do senador João de Lyra Tavares.

Com efeito, na sessão do Senado de 10 de agosto de 1916 (BRASIL, 1918), o senador defendeu que urgia vedar aos guarda-livros o exercício concomitante do serviço

particular e do serviço público, este entendido como de interesse público, como nos casos de perícia falimentar por exemplo. Posta a oportunidade, a AEC fez saber pelos jornais de grande circulação na capital federal, dentre eles “O Paiz” (DECLARAÇÕES... 1916), a realização da sessão de fundação do IBC. A reunião ocorreu em 20 de setembro de 1916.

A ata de fundação do IBC registrou a decisão de se telegrafar ao senador João de Lyra Tavares e a dois profissionais de São Paulo, Carlos de Carvalho e Horácio Berlinck (INSTITUTO... 1916). Além do telegrama, aprovou-se que a ata de fundação do IBC consignasse um voto de agradecimento pelos trabalhos que eles vinham prestando à classe dos contadores. Ademais, Francisco D’Áuria, ex-aluno da Escola de Comércio “Álvares Penteadó”, dirigida por Berlinck, e subordinado de Carvalho no Tesouro Paulista, foi eleito membro da primeira Comissão Técnica do IBC (MENSÁRIO... 1917). Ele compartia o referido colegiado com João Ferreira de Moraes Junior, com o qual, àquela altura, trabalhava na Comissão de Partidas Dobradas do Tesouro Nacional.

Em 1924, a comissão organizadora do Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade considerou que o discurso do senador Lyra Tavares em 1916 *“despertou a classe contabilista do secular torpor em que jazia, repercutindo por todas as regiões do país onde havia um profissional de contabilidade”* (IBC, 1927, p. 4). Dado que a organização do Congresso contava com membros do IBC e do IPC e que esses institutos eram animados por contadores que participaram da Comissão das Partidas Dobradas, pode-se dizer que essa comissão, além de auxiliar a retirada da contabilidade pública de um atoleiro (Lobo; Moraes Junior, 1941), também contribuiu para o fim do torpor associativo.

Nesse despertar, efetuado sobretudo a partir do intercâmbio entre contadores paulistas e cariocas, forjou-se um sentido de classe profissional e fortaleceu-se a busca pela consolidação das instituições do seu campo.

Em São Paulo, Horácio Berlinck, já liderança contábil consolidada, envolveu-se em um empreendimento associativo. Em janeiro de 1916, oito meses antes da fundação do IBC, ele liderou a criação do Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais. A associação foi instalada em uma das salas da Escola de Comércio “Álvares Penteadó” e contou, em seus quadros fundadores, com D’Áuria, Levy Magano, Carlos de Carvalho e José da Costa Sampaio. Seus objetivos eram nada menos que a defesa moral e material da profissão e uma reserva de mercado. Eles desejavam o reconhecimento pelos poderes públicos, (...) *no sentido de que seus membros sejam investidos das funções de syndicos liquidatários e assistentes dos contadores fiscaes das sociedades anonyms, com especial atribuição de verificadores de patrimônio, das contas e balanços respectivos*” (BRASIL, 1916, p. 253). Berlinck e os seus pares almejavam construir uma entidade de auditoria inspirada nas sociedades de *chartered accountants* inglesas e americanas.

O instituto Brasileiro de Contadores Fiscais diferia, portanto, do IBC. Este associava a defesa dos interesses da classe com os estudos e as publicações técnicas; aquele ambicionava a formação de contadores provisionados, os *chartered accountants* brasileiros.

Entidade similar ao IBC foi fundada em 1919 em São Paulo sob a denominação de Instituto Paulista de Contabilidade (IPC). Sua sessão de criação foi presidida por Francisco D'Áuria, que foi aclamado presidente (ASSOCIAÇÕES... 1919). A direção contava, ainda, com Frederico Herrmann Júnior, que viria a presidir o IPC em 1924, 1928 e 1932, e seria secretário de finanças da capital paulista nos anos 1930.

Tanto o IBC como o IPC defendiam os interesses da classe profissional, assim como editavam revistas para a divulgação do saber contábil e a discussão de assuntos relativos à área. Elas também organizavam eventos e se relacionavam politicamente com as autoridades da República, a exemplo do senador João de Lyra Tavares, um ex-participante da Comissão de Partidas Dobradas. A vida associativa contábil no Rio de Janeiro e em São Paulo, na virada para os anos 1920, era buliçosa. Os encontros entre os profissionais contábeis das duas praças passaram a ser mais numerosos alcançaram um novo patamar, sobretudo a partir das ações do IPC e do IBC. Entre 1922 e 1926, os canais de comunicação entre os contadores de São Paulo e Rio de Janeiro e o governo federal funcionaram fluidamente. As evidências nesse sentido estão simbolicamente expressas na organização do Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade em 1924. Esse é o assunto da próxima seção.

3 | DE INSTITUTOS E INSTITUTOS (1922-1926)

A realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade, organizado pelo IBC e com participação ativa dos membros do IPC, atesta o avanço da organização dos profissionais contábeis brasileiros à época, como eles próprios reconheceram. O evento foi um movimento decisivo da estratégia adotada pelos lideranças contábeis do Rio de Janeiro e de São Paulo desde meados dos anos 1910 para a consolidação de seu campo profissional e, conseqüentemente, o reconhecimento da profissão de contador. Ela consistia em aproveitar a proximidade com altos agentes políticos, conseguida a partir de posições nos serviços contábeis federais, para tratar da regulamentação do ensino comercial e do exercício profissional. Na prática, o concurso ao desenvolvimento dos institutos de contabilidade pública favoreceu a formação e a ação dos institutos de representação profissional. Como notou Moraes Junior,

A República Velha foi mãe extremosa da contabilidade pública no Brasil, dando-lhe vida e corpo, concretizados em três institutos que por si só honrarão a memória da geração presente: - as 'Instruções para o Serviço da Escrituração por Partidas Dobradas', o 'Regulamento Geral de Contabilidade Pública' e a 'Contadoria Central da República', com todas as sub-contadorias seccionaes" (IBC, 1935, p. 262)

O participantes ativos na concretização das três instituições de contabilidade pública, os institutos mencionados por Moraes Junior, foram também os artífices dos

institutos profissionais do Rio de Janeiro e de São Paulo, que vertebravam a organização do campo contábil em contato estreito com autoridades públicas. Nesse sentido, é ilustrativa a composição da Comissão Executiva do Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade.

O presidente de honra foi o ministro da Fazenda de Arthur Bernardes, o influente político paulista Raphael de Abreu Sampaio Vidal. O presidente efetivo dos trabalhos foi o Senador João de Lyra Tavares, um militante da causa contábil no Congresso Nacional, cuja atuação valeu-lhe, posteriormente, a escolha como patrono da contabilidade brasileira. O primeiro vice-presidente foi Francisco D'Áuria, cuja extensa trajetória profissional rendeu-lhe a posição de Contador Geral da República, em substituição a Carlos Cláudio da Silva, que o dirigira durante os trabalhos da Comissão das Partidas Dobradas.

Para além dessas autoridades do governo Arthur Bernardes, profissionais contábeis que viriam a ocupar, em suas trajetórias, importantes posições em órgãos de representação de classe e no Estado estiveram presentes ao evento. Casos de Manoel Marques de Oliveira, sucessor de D'Áuria à frente da Contadoria Geral da República no longo período entre 1928 e 1940; João Ferreira de Moraes Junior, então oficial do gabinete do ministro Sampaio Vidal, depois deputado federal classista e líder do IBC nos anos 1930 e 1940; e de Paulo de Lyra Tavares, filho do Senador João de Lyra Tavares, que viria a ocupar os cargos de Contador Geral da República e o de presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o primeiro e, até hoje, mais longo.

Concretamente, o canal por excelência de que se valeu essa pequena e influente elite de contadores para se aproximar das autoridades políticas da República foi a Contadoria Central da República. Nela atuaram Moraes Junior, Francisco D'Áuria e Manoel Marques de Oliveira. Por meio dela prestaram auxílio à política fiscal ortodoxa do presidente Arthur Bernardes. Não sem motivo, o ministro da Fazenda foi homenageado pelo Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Durante toda a gestão Bernardes, as informações produzidas pela Contadoria foram consideradas como ativos pelo presidente. Para ele,

tem o governo podido trabalhar numa situação mais clara e com o apoio de dois instrumentos novos e da maior importância - o Código de Contabilidade e a Contadoria Central da República. Somente aqueles que têm acompanhado de perto a administração federal podem aquilatar devidamente a eficiência disciplinadora desses dois fatores novos da vida financeira do Brasil".
(BRASIL, 1924, p. 11).

Tanto a Contadoria Central quanto seu chefe receberam os créditos pelos serviços e constituíram canais privilegiados de estreitamento de relações entre o governo e a classe contábil. Em 1925, por exemplo, o presidente, na mensagem que enviou ao Congresso, reafirmou sua convicção quanto ao acerto da criação da Contadoria, que, com apenas dois anos, abrira uma nova fase de ordem nas contas do Tesouro mediante a vigilante execução do Código de Contabilidade Pública, editado pelo Decreto nº 4.536, de janeiro de 1922. No

mesmo texto, Bernardes estimou uma situação ainda melhor para o ano seguinte, em razão da edição do Decreto 16.650, de 1924, que previa a criação de contadorias seccionais e subcontadorias (BRASIL, 1925). No relatório de 1926, ele informou que os equipamentos previstos naquela norma já estavam criados, concorrendo para uma melhora acentuada nos serviços da contabilidade federal (BRASIL, 1926).

O chefe da Contadoria, por seu turno, retribuiu a atenção do presidente. No relatório que apresentou em 05 de novembro de 1926, afirmou que

a reorganização da contabilidade da União, estatuída pelo Código de Contabilidade, foi levada a efeito no Governo a findar. A obra executada constitui o lançamento das fundações e a construção adeantada do grande edifício da contabilidade federal (BRASIL, 1926, p. 06).

Não que tudo estivesse perfeito. Francisco D'Áuria reconhecia a necessidade de avanços, em particular, o fim do período adicional, “(...) *uma velharia, em absoluto inútil, diante dos progressos da contabilidade (...)*” (BRASIL, 1926, p. 06). As relações entre os contadores do setor público e o chefe do poder executivo fluíram sob Bernardes, que, no mesmo ano, antes de deixar o Catete, brindou a classe contábil com o decreto de regulamentação do ensino comercial, uma de suas demandas centrais.

Antes do regulamento do ensino comercial, o governo já havia reconhecido em 1923, por meio do Decreto nº. 4.724-A, de 23 de agosto, os diplomas expedidos por liceus e institutos de Alagoas, São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Ceará, Recife, Campinas e Minas Gerais, nos mesmos termos que o Decreto Legislativo nº. 1.339, de 1905, fizera com a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Escola “Álvares Penteado”, de São Paulo. O Decreto nº. 17.329, de 28 de maio de 1926, estabeleceu as condições de oferta e de fiscalização dos cursos comerciais no país. O texto da norma continha uma série de coincidências com os termos da tese n. 45, aprovada pelo Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade acerca do ensino contábil (IBC, 1927). Uma demonstração de atenção indubitável para com classe profissional.

Via de regra, a recepção à legislação foi positiva entre os militantes da educação contábil. O Jornal O Estado de São Paulo de 04 de julho de 1926 (AVISO... 1926), por exemplo, trouxe o aplauso entusiasmado do diretor da Academia Prática de Comércio ao decreto. Entusiasmo sim, mas não saciedade. Faltava o complemento considerado natural à regulamentação do ensino: o da profissão. Essa questão, no entanto, não avançou na Primeira República. Embora existissem no Congresso Nacional e no Paulista, às vésperas dos seus fechamentos em 1930, propostas para a regulamentação da profissão de contador, elas não foram transformadas em atos normativos. Durante a administração Washington Luís, houve um encontro infeliz entre o objetivo precípua da política econômica do presidente e os serviços de contabilidade da União, rumoroso o suficiente para que as relações dos influentes contadores de São Paulo e Rio de Janeiro com o poder executivo

deixasse de fluir facilmente, como ocorrera sob Bernardes. Esse, no entanto, é assunto para texto próprio.

4 | CONCLUSÃO

De 1914 a 1926, a participação de contadores do Rio de Janeiro e de São Paulo nos serviços do Tesouro Nacional e da Contadoria Central da República garantiu-lhes proximidade com os poderes públicos federais, em especial nos governos Venceslau Brás e Arthur Bernardes. Suas trajetórias permitiram-lhes um mirante privilegiado a partir do qual animaram a vida associativa contábil e fizeram avançar as demandas pela profissionalização da contabilidade no Brasil.

A proximidade de lideranças contábeis do Rio de Janeiro e de São Paulo com os poderes públicos federais foi construída a partir da colaboração com a modernização das instituições de contabilidade pública. Essa colaboração no seio da Comissão das Partidas Dobradas e ao longo do mandato de Arthur Bernardes foi estreita, inserida em esforços de racionalização orçamentária. Os intercâmbios entre os núcleos contábeis do Rio de Janeiro e de São Paulo intensificaram-se, alimentados pelo IBC e pelo IPC. Figuras centrais desses institutos estavam diretamente engajadas no serviços contábeis federais.

Os avanços de estruturação do campo contábil concentraram-se na organização das associações de classe e na edição de normas que regulavam o ensino de contabilidade e a formação de contadores. Não se avançou para a regulamentação da profissão de contador durante a Primeira República, algo que o Governo Provisório de Vargas faria em 1931.

As relações entre contadores e os poderes públicos entre 1914 e 1926 dificilmente podem ser descritas como um de crescentes corporativismo, se considerarmos a definição de Schmitter (1974) de corporativismo: um sistema de representação de interesse no qual são concedidos monopólios representacionais a certos grupos de representação profissional, em troca de que se sujeitem a certos controles estatais. A evidência disponível sugere que os contadores que cooperaram com o governo eram servidores públicos cujos cargos não dependiam de sua vida associativa. Eles criaram livremente associações profissionais que o governo não controlou e não detinham monopólios de representação. As relações, de fato, podem ser melhor descritas como uma intermediação liberal restrita de interesses, realizada por uma elite de contadores e cujos limites foram dados pelas características da Primeira República Brasileira: constitucionalmente liberal, mas conservadora e oligárquica na prática (Lessa, 2015; Lynch 2011).

REFERÊNCIAS

ABREU, M. P. Os funding loans brasileiros - 1898-1931. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, v. 32, n. 3, dez. 2002.

ADDE, T. V.; IUDÍCIBUS, S. de; RICARDINO FILHO, Álvaro A.; MARTINS, E. A Comissão das Partidas Dobradas de 1914 e a Contabilidade Pública Brasileira. **Revista Contabilidade & Finanças**, [S. l.], v. 25, n. spe, p. 321-333, 2014. DOI: 10.1590/1808-057x201412030. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/98019>. Acesso em 13 jul. 2017.

AGRIZZI, D; SIAN, S. 2015. Artificial corporatism: a portal to power for accountants in Brazil. **Critical Perspectives on Accounting**, n. 27, p. 56–72. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1045235414000197?via%3Dihub>. Acesso em 25 ago. 2018. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.02.003>.

ASSOCIAÇÕES: Instituto Paulista de Contabilidade. **Correio Paulistano**. São Paulo, p. 2-2. 14 jul. 1919. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=49885. Acesso em: 25 nov. 2018.

AVISO: Academia Prática de Comércio. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 12-12. 4 jul. 1926. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19260704-17294-nac-0012-999-12-not>. Acesso em 11 jan. 2018.

AZEVEDO, Ricardo Rocha de; PIGATTO, José Alexandre Magrini. Raízes da contabilidade orçamentária e patrimonial no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 32-58, jan. 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000100032&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 jan. 2021.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão bibliográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 5, p. 193-216, julho 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 30 jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Annaes da Câmara dos Deputados**: sessões de 1 a 16 de junho de 1916. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918. (Vol. II). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060917_03&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=68797. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Annaes do Senado Federal**: sessões de 1 a 31 de agosto de 1916. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918. (Vol. IV). Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1916/1916%20Livro%204.pdf. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 1.339**, de 9 de janeiro de 1905. Declara instituição de utilidade publica a Academia de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ella conferidos, como de caracter official; e dá outras providencias. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1339-9-janeiro-1905-612623-publicacaooriginal-135659-pl.html#:~:text=1%C2%BA%20A%20Academia%20de%20Commercio,os%20diplomas%20por%20ella%20conferidos>. Acesso em 10 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 4.536**, de 28 de janeiro de 1922. Organiza o Código de Contabilidade da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL4536-1922.htm. Acesso em 8 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 4.724-A**, de 23 de agosto de 1923. Equipara os diplomas da Academia de Ciências Commerciaes de Alagôas e de outras instituições, aos da Academia de Commercio do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4724-a-23-agosto-1923-567677-norma-pl.html>. Acesso em 10dez. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 16.650** de 22 de outubro de 1924. Organiza definitivamente a Contadoria Central da República e aprova o seu regulamento. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16650-22-outubro-1924-512552-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 17.329**, de 28 de maio de 1926. Aprova o regulamento para os estabelecimentos de ensino technico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-publicacaooriginal-87895-pe.html>. Acesso em 10 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 20.158**, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>. Acesso em 12 dez. 2017.

BRASIL. Presidente (1922-1926: Arthur da Silva Bernardes). **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da primeira sessão da décima segunda legislatura pelo Presidente da República Arthur da Silva Bernardes**. Rio de Janeiro, 3 mai. 1924. 234 f. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/117?terms&item_id=2229. Acesso em: 3 jan. 2019.

BRASIL. Presidente (1922-1926: Arthur da Silva Bernardes). **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da terceira sessão da décima segunda legislatura pelo Presidente da República Arthur da Silva Bernardes**. Rio de Janeiro, 3 mai. 1926. 277 f. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/117?terms&item_id=2230. Acesso em: 3 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda (João Pandiá Calógeras). **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. João Pandiá Calógeras, Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda no anno de 1915**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/106?terms=cesne&item_id=1929#?h=cesne&c=4&m=94&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1321%2C-3%2C4608%2C3257. Acesso em: 3 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Contas do exercício financeiro de 1925 e Relatório da Contadoria Central da República**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926

CHUA, W; POUULLAOS, C. Rethinking the profession-state dynamic: The Victorian chartered attempt. **Accounting, Organisations and Society**, v. 18, n. 7/8, p. 691-782, 1993. DOI: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(93\)90049-C](https://doi.org/10.1016/0361-3682(93)90049-C).

D'ÁURIA, Francisco. **Cinquenta anos de contabilidade**. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira S/A, 1953.

DECLARAÇÕES: Associação dos Empregados no Commercio do Rio de Janeiro. **O Paiz**. Rio de Janeiro, p. 7-7. 28 ago. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_04&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=32783. Acesso em: 25 nov. 2018.

FRITSCH, Wilson. **External Constraints on Economic Policy in Brazil, 1889-1930**. London: The Macmillan Press LTD, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE: Sua solene fundação. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, p. 2-2. 21 set. 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=29635. Acesso em: 20 nov. 2018.

INSTITUTO Brasileiro de Contabilidade. **Mensário Brasileiro de Contabilidade**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 2-3, 20 abr. 1917. Mensal.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE (Rio de Janeiro). **Primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade promovido pelo Instituto Brasileiro de Contabilidade (estudos, teses e relatórios sobre os mais importantes assuntos de contabilidade em geral)**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1927.

INSTITUTO PAULISTA DE CONTABILIDADE (São Paulo). **Terceiro Congresso Brasileiro de Contabilidade promovido pelo Instituto Paulista de Contabilidade (estudos, teses e relatório)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1935.

LEITE, Carlos Eduardo B. **A evolução das ciências contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LESSA, R. **A invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

LOBO, Ubaldo; MORAES JUNIOR, J. F. Departamento administrativo do serviço público - exposição de motivos. **Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil**. 17 mai. 1941. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2303417/dou-secao-1-17-05-1941-pg-97/pdfView>. Acesso em: jan./2018.

LYNCH, Christian. O momento oligárquico: a construção institucional da República brasileira (1870–1891), **História Constitucional**, n. 12, 2011, p. 297–325. DOI: <https://doi.org/10.17811/hc.v0i12.304>.

MARTINS, Eliseu; SILVA, Amado Francisco da; RICARDINO, Álvaro. Escola Politécnica: possivelmente o primeiro curso formal de contabilidade do estado de São Paulo. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo, v. 17, n. 42, p. 113-122, dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772006000300010>. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772006000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 mai. 2021.

PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P. da; SEGRETI, J. B.; CHIROTTO, A. R. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade & Finanças, [S. l.]**, v. 18, n. spe, p. 19-32, 2007. DOI: [10.1590/S1519-70772007000300003](https://doi.org/10.1590/S1519-70772007000300003). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34221>. Acesso em: 15 mai. 2021.

RODRIGUES, L.L.; SCHMIDT P.; SANTOS, J.L.; FONSECA, P. A research note on accounting in Brazil in the context of political, economic and social transformations, 1860 - 1964. **Accounting History**, 2011, v. 16, n. 1, p. 111-123. DOI: [10.1177/1032373210373799](https://doi.org/10.1177/1032373210373799). Disponível em http://professor.ufrgs.br/sites/default/files/pedrofonseca/files/accounting_history.pdf. Acesso em 3 mar. 2018.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; CYTRYNOWICZ, Roney. O ensino comercial na origem dos cursos superiores de economia, contabilidade e administração. **Revista Álvares Penteado**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 37-59, 2001.

SCHMITTER, Philippe C. **Interest conflict and political change in Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1971.

SCHMITTER, Philippe C. Still a century of corporatism? **Review of politics**, n. 36, p. 85-131, 1974.

SIKKA, P; WILLMOTT, H. Illuminating the state-profession relationship: Accountants acting as Department of Trade and Industry investigators. **Critical Perspectives on Accounting**, n. 6, p. 341-369, 1995.

WALKER, S.P.; SHACKLETON K. Corporatism and structural change in the British accountancy profession, 1930-1957. **Accounting, Organisations and Society**, v. 20, n. 6, p. 467-503, 1995.

INDÚSTRIA, TERRITÓRIO E CULTURA: UM ESTUDO DE CASO DO EMPRESARIADO NIPO-BRASILEIRO

Data de aceite: 01/03/2021

Adriano Amaro de Sousa

Faculdade de Tecnologia de Itaquaquecetuba
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/8293585437925965>

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo investigar a geo-história do empresariado nipo-brasileiro no contexto do Oeste Paulista pelo viés da indústria-território-cultura, dando ênfase para os aspectos da imigração e do desenvolvimento. Entendemos o território da indústria nipo-brasileira pelos imigrantes japoneses e seus descendentes no país como produto social, lugar de vida e de relações econômicas. Ele é produto e condição de articulação entre o tempo histórico e os coexistentes. A região-território do Oeste Paulista é histórica e compreendida como área e possui determinadas características naturais/sociais que fomentaram os industriais: nipo-prudentinos e nipo-oeste.

PALAVRAS-CHAVE: Geo-história, território, indústria, nipo-brasileiro e Oeste Paulista.

ABSTRACT: The purpose of this article is to investigate the geo-history of japanese-brazilian businesspeople in the context of Western São Paulo through an industry-territory-culture approach, emphasizing the aspects of immigration and development. We understand the territory of the Japanese-Brazilian industry by Japanese immigrants and their descendants in the country as a social product, place of life and economic relations. It is a product and condition for the articulation between historical time and coexistence. The West Paulista region-territory is historical and understood as an area and has certain natural/social characteristics that fostered industrialists: Japanese-prudentinos and Japanese-west.

KEYWORDS: Geo-history, territory, industry, Japanese-Brazilian and West Paulista.

1 | INTRODUÇÃO

O estudo sobre o desenvolvimento territorial do empresariado industrial nipo-brasileiro no território do Oeste Paulista surgiu com o interesse de analisar a participação da imigração japonesa no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, devido à sua importância na geo-economia industrial regional. Ademais, esta região foi campo fértil na atração da imigração direta e área de remigração dos nipônicos no país. A Geografia Histórica¹ presente no trabalho ganha relevância se relacionarmos com a Geografia Econômica.

1. Segundo Saquet (2003, p. 20-21), “na dinâmica territorial, a Geografia e a História interligam-se: Para se analisar o espaço geográfico não basta desvendar as suas múltiplas dimensões atuais. Há que se investigar também o processo histórico que lhe deu origem, pois aí estão, muitas vezes, os segredos da sua boa interpretação” (Abreu, 1997). É necessário buscar no passado, também, a

A geo-história do nipo-brasileiro pode ser analisada pela mobilidade populacional para o trabalho, que está diretamente envolvida na produção do território por meio da TRD (des-territorialização, re-territorialização e territorialização), devido os processos históricos desiguais e contraditórios determinados pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais.

Para Saquet (2003, p. 39),

simultaneamente, à desterritorialização dá-se a reterritorialização. São processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial. Na primeira, há perda do território inicialmente apropriado e construído, a supressão dos limites, das fronteiras, como afirma Raffestin (1984), e na segunda, uma reprodução de elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características. O velho é recriado no novo, num movimento que representa as forças sociais, em que um dos papéis do Estado é justamente a reterritorialização, acontecida com os [japoneses] no Brasil e com as migrações internas.

O processo de produção do espaço geográfico apresentado na des-re-territorialização está eminentemente articulado com o Estado e com o capital, sendo que a desterritorialização dá-se, sobretudo, por fatores econômicos e políticos, de modo similar à re-territorialização. As pessoas migram condicionadas por um conjunto de elementos e processos.

Em linhas gerais, o presente artigo tem por objetivo investigar a geo-história do empresariado nipo-brasileiro no contexto do Oeste Paulista pelo viés da indústria-território-cultura, dando ênfase para os aspectos da imigração e do desenvolvimento. Entendemos o território da indústria nipo-brasileira pelos imigrantes japoneses e seus descendentes no país como produto social, lugar de vida e de relações econômicas. Ele é produto e condição de articulação entre o tempo histórico e os coexistentes. A região-território do Oeste Paulista é histórica e compreendida como área e possui determinadas características naturais/sociais que fomentaram os industriais: nipo-prudentino e o nipo-oeste.

2 | A DIMENSÃO GEO-HISTÓRICA DO INDUSTRIAL NIPO-BRASILEIRO

Inicialmente, a emigração japonesa está diretamente associada aos grandes movimentos migratórios internacionais ocasionados nos fins do século XIX e início do século XX. A emigração tem, na era da *Revolução Meiji* (1868), a sua inserção no processo geral do desenvolvimento capitalista, passando assim, de uma economia agrária feudal para uma economia industrial moderna. As relações diplomáticas entre Brasil e Japão foram iniciadas pelas políticas comerciais e migratórias do *Tratado de Amizade, de Comércio e*

compreensão do território atual; é preciso apreender suas diferentes determinações, seu processo de apropriação. Para Abreu (1998), o passado vem sendo um suporte sólido na busca da singularidade dos lugares. Passado cristalizado na paisagem, preservado por instituições (documentos, fotografias), ou ainda presente na cultura e na vida diária". Para o autor, o passado e o presente, o tempo lento e o tempo rápido, a permanência e a mudança, a construção e o processo, são elementos constitutivos da compreensão do espaço geográfico.

Navegação (1895)² e concretizadas pela *Companhia Colonizadora Kokoku* em visita ao país (1906-07)³.

Nesse sentido, a imigração japonesa para o Brasil foi iniciada oficialmente a partir de 1908, devido à dinâmica econômica do complexo cafeeiro, o fim da escravidão e as dificuldades crescentes com a imigração européia. Por isso, optou-se por trazer os japoneses como mão-de-obra assalariada para as lavouras de café. Ademais, o país incentivou a imigração nipônica subsidiando o transporte, enquanto outras nações (Estados Unidos, Canadá e Peru), impunham restrições de caráter social, político e econômico.

No dia vinte e quatro de abril de 1908, partem do porto de Kobe os primeiros imigrantes japoneses no navio *Kasato Maru* com destino ao Brasil. Vieram, no total, 781 pessoas contratadas e 12 imigrantes livres, que foram recrutados no Japão pela empresa *Kokoku Shokumin Kaisha* (Companhia de Colonização Japonesa). Essa primeira leva de imigrantes desembarcou no porto de Santos no dia dezoito de junho, sendo levados para a hospedaria do imigrante e, posteriormente, encaminhados para as fazendas de café, no interior do Estado de São Paulo (SAITO, 1961).

A imigração japonesa no Brasil concentrou-se, principalmente, no Estado de São Paulo, mais especificamente na região metropolitana de São Paulo, na Mogiana, no Vale do Ribeira e no Oeste Paulista. Além disso, instalou-se também na Amazônia (colônia Acará) e no Pará (colônia Tomé Açú) em meados da década de 1930, onde cresceram cultivando cacau, arroz, milho, mandioca e outros produtos. Mas a cultura que possibilitou a emancipação econômica desses “poucos” japoneses na região norte do país foi a produção da pimenta-do-reino.

A mobilidade geográfica⁴ do imigrante japonês no Estado de São Paulo está relacionada com a busca da sua independência financeira, por isso eles procuraram outras regiões com terras mais baratas para o trabalho autônomo. A população migrante veio das Velhas Zonas de Café da região de Ribeirão Preto, Vale do Ribeira e Baixada Santista. Essa mobilidade tem como foco o Oeste Paulista⁵, após a construção da estrada de ferro, que possibilitou a conquista do interior paulista.

2. O *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação* entre Brasil e Japão foi assinado em Paris no dia 5 de novembro de 1895, pelo representante do Japão Arasuke Sone e pelo Brasil Gabriel de Toledo Piza e Almeida. Esse acordo concretizava as relações bilaterais desses dois países (HIRATA, 1995).

3. A visita oficial ocorreu entre 1906 e 1907, com o presidente da *Companhia Colonizadora Kokoku*, Ryu Mizuno, que fez duas viagens ao Brasil. Na primeira viagem, fez um reconhecimento das condições ambientais e agrícolas do Estado de São Paulo. Na segunda, firma com o governo estadual um contrato no qual se estabeleceu a imigração de 3.000 pessoas por ano a partir de 1908 (ENNES, 2001).

4. A mobilidade humana para o trabalho está diretamente envolvida na produção do território por meio da TDR (desterritorialização, reterritorialização e territorialização), devido aos processos históricos desiguais determinados pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais (HAESBAERT, 2004).

5. A região do Oeste Paulista em meados da década de 1920 e 1930 era composta pela regionalização das linhas férreas, por isso quando nos referimos a Alta Sorocabana (Presidente Prudente), Alta Paulista (Marília) e Noroeste (Araçatuba e Bauru) estamos enfatizando as áreas colonizadas no entorno dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, da Estrada de Ferro Noroeste e da Estrada da Companhia Paulista. Atualmente, a regionalização dessa área segue as características geoeconômicas, entretanto, as principais regiões administrativas do Estado de São Paulo no Oeste Paulista são: 9º Araçatuba, 11º Marília, 10º Presidente Prudente e 8º São José do Rio Preto.

Assim, a Noroeste era composta pelos municípios de Bauru, Lins, Araçatuba e Cafelândia, que foi a primeira região a agregar os colonos japoneses em 1930, para o cultivo do café. A outra região, a Alta Sorocabana, estava representada pelas cidades Presidente Prudente, Assis, Rancharia e Presidente Epitácio, que cresceu na década de 1940 pela dinâmica da cotonicultura. A Alta Paulista tinha um grande contingente de imigrantes nipônicos que surgiram a partir do final da década de 1930, devido ao cultivo de algodão (SAKURAI, 1995). Os núcleos de colonização japonesa da Alta Paulista e Noroeste foram pólos de produção agrícola, as colônias⁶ que mais se destacaram foram a de Bastos formada pela companhia *Bratac* e a colônia Aliança I e II localizada em Mirandópolis, criada por uma instituição religiosa. Além disso, há colônias nascidas de iniciativas espontâneas, como no caso da Alta Sorocabana, a colônia Brejão.

De modo geral, essas regiões que foram áreas de imigração japonesa deram-se pela expansão da frente pioneira⁷ que avançou o interior do Estado de São Paulo, onde o migrante japonês buscava adquirir a sua pequena propriedade privada em terras férteis para produção do algodão. Foi com esta cultura que os imigrantes trabalhando a princípio como arrendatários que, posteriormente, com os lucros laborais auferidos conseguiram comprar o seu primeiro lote rural.

A identificação entre algodão e pequena propriedade deve ser acrescentado um terceiro elemento: o japonês. Com efeito, o grosso da imigração japonesa desembarcou em Santos no exato momento em que os agricultores paulistas lançavam-se na cultura do algodão. Já em 1920, quando a queda do preço do café, japoneses recém-chegados começaram a plantar algodão. [...] Foi então que se viu a chegada da massa da imigração amarela, dirigida inteligentemente e preparada, antes do embarque no Japão, para do algodão. [...] É incontestável que os pioneiros japoneses asseguraram o sucesso do algodão na sua fase inicial (MONBEIG, 1984, p. 288-289).

O sucesso da produção do algodão e do assentamento populacional da imigração japonesa no Oeste Paulista ocorreu pelos investimentos do governo japonês nas companhias de emigração *Bratac*⁸ e *Brazcot*⁹, que foram responsáveis pela compra de terras, insumos

6. As colônias correspondem aos núcleos voluntários que se formavam quando havia uma certa concentração de imigrantes japoneses nas áreas rurais. Este termo, portanto, é utilizado até hoje para designar a comunidade nipônica (SAITO, 1973).

7. O conceito de frente pioneira, elaborado por Léo Waibel, foi re-trabalhado por Vieira (1973), visando entender o avanço dinâmico da monocultura do café em terras livres como a do Oeste Paulista que foram pólo de atração do movimento populacional. Tal autora, analisou a frente de expansão paulista utilizando-se também de conceitos da antropologia como fronteira étnicas e de expansão para compreender a participação do imigrante japonês e na frente paulista. Para Monbeig (1984, p. 165), a frente de expansão é *“uma fronteira que progride irregularmente e em direções confusas”*. Nesse sentido, a marcha para o interior Paulista é um movimento de ocupação irregular, onde população, plantação, pastagens e florestas remanescentes convivem num mesmo espaço.

8. A *Bratac* empresa Sociedade Colonizadora do Brasil foi criada em março de 1929, tinha como objetivo a compra, venda, locação e hipoteca de imóveis, a fundação e a exploração dos núcleos colônias, a introdução e localização de imigrantes, a construção e exploração de vias férreas, estradas e todos os outros meios de comunicação, a exploração das terras e todas as atividades inerentes a colonização. Enfim, ela assumia também a organização das escolas, dos hospitais e subvencionava as associações culturais nipo-brasileiras. Com isso, a *Bratac* estendia seu controle sobre todas as atividades dos colonos (MONBEIG, 1984).

9. Segundo Vieira (1973), a *Brazcot* (Sociedade Algodoeira Brasil-Japão Ltda) fundada em 1936, tinha por objetivo financiar

agrícolas, transporte, venda e exportação do algodão. Em menor escala essas empresas privadas atuavam no cultivo de outros produtos, como café, arroz, amendoim, usinas de açúcar e bicho da seda. Investiram em casas bancárias para financiar a produção da pequena propriedade privada, pois os bancos comerciais, nacionais e estrangeiros só financiavam as grandes produções e as agroindústrias. Os bancos japoneses que se destacaram na época foram três: Casa Bancária Tozan, Banco Noroeste e Banco América do Sul.

A cultura do algodão foi substituída na década de 1940 pela produção de amendoim e hortelão – pela criação do bicho-da-seda, de aves e de gado. A partir dos anos 1960, houve uma redução da área cultivada da agricultura de monocultura, levando as indústrias beneficiadoras a, paulatinamente, fecharem as suas atividades. Posteriormente, com o surgimento da pluratividade de culturas, os nipônicos continuam a se destacar com a avicultura e sericicultura, além do plantio das culturas hortifrutigranjeiro (verduras, legumes, ovos e outros produtos de feiras livres – abasteciam os CEASAS) e da soja (para fazer o molho de *shoyu*¹⁰).

A presença do migrante japonês e de seus descendentes no espaço urbano do Oeste Paulista deu-se por que as cidades formadas a beira dos trilhos tornaram-se centro de concentração da população, da produção e dos serviços. Ademais, os nipônicos procuravam o trabalho autônomo e não o assalariado na cidade, por isso muitos deles se tornaram pequenos empresários urbanos.

Postos que os primeiros contingentes de imigrantes não eram de agricultores em sua maioria, à medida que acumulavam alguns capitais muitos preferiram abandonar o campo e dedicar-se algumas atividades urbanas, em especial o comércio. Nas pequenas cidades do interior paulista, abriam um pequeno negócio, geralmente um botequim, um armazém, cuja clientela seriam seus patrícios (ENNES, 2001, p. 59).

O capital acumulado pelos nipônicos no árduo trabalho na lavoura, posteriormente no comércio, ajudou tempos depois na aquisição das suas pequenas unidades fabris (SOUSA, 2002). É válido ressaltar que, muitos deles se tornaram profissionais liberais (médicos, engenheiros, advogados, e etc.) e um número reduzido, em empresários industriais.

Os empresários industriais nipo-brasileiros no Oeste Paulista, de modo geral, não eram agricultores em seu país de origem. Por isso, alguns deles conseguiram reproduzir no Brasil as velhas atividades que eram tradições familiares no Japão, como trabalhar com bebidas (de *saquê* no Japão para água ardente no Brasil), *shoyu* (molho de soja) e fiação e comprar a produção dos imigrantes japoneses no Brasil. Tal sociedade também investiu no setor comercial e industrial, instalando máquinas beneficiadoras e construindo grandes armazéns. A *Brazcot* detinha em 1937, quase 50% das compras de algodão da colônia japonesa em Marília e os outros 50% era comercializado com as indústrias Anderson Clayton e Sanbra. O destino da produção de algodão dos nipônicos era para as indústrias da capital paulista, mas sobretudo, para exportações junto aos países do Japão e Alemanha.

10. A soja juntamente com o trigo era o principal ingrediente para a fabricação do *shoyu*. Porém os japoneses tinham grandes dificuldades de encontrar esses produtos no Brasil, naquela época, por isso a partir da década de 1950 houve uma mudança na fórmula do produto, substituindo o trigo pelo milho deixando o molho de soja mais adocicado do que o tradicional.

de seda. Enfim, os nipônicos que se tornaram capitalistas souberam aproveitar a dinâmica econômica década de 1940-50, que consolidaram a formação do mercado interno das cidades do interior paulista, montando pequenos comércios e unidades fabris artesanais.

Em poucas palavras, o processo de industrialização regional se iniciou com os imigrantes e foi pouco expressivo em relação às outras atividades econômicas (agricultura, comércio e serviços) em nível estadual e nacional. Por outro lado, os empresários regionais não investiam no setor industrial, mas, no setor agropecuário e imobiliário urbano devido à facilidade de ganhos monetários e do baixo risco financeiro. Contudo, incentivavam os investimentos externos na industrialização regional, porém, os próprios empresários não se arriscavam diretamente no setor industrial.

Diante desse quadro, surge o imigrante japonês interessado no setor industrial, diferentemente de outros empresários regionais, que propagavam o discurso industrializante, mas investiam em outros setores. Por isso, torna-se necessário conhecer a geo-história da indústria e do industrial nipo-brasileiro no Oeste Paulista.

31 O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E DO INDUSTRIAL NIPO-BRASILEIRO NO OESTE PAULISTA

As indústrias do Oeste Paulista, de certo modo, foram fomentadas pelas iniciativas de imigrantes japoneses e italianos, que começaram com as suas pequenas atividades artesanais na década de 1940, ligadas ao ramo da alimentação e bebidas, atendendo ao mercado local/regional. Posteriormente, dessas indústrias, destacaram-se as empresas japonesas na produção de molho de soja, granja avícola, fiação de seda, bebidas, ferramentas e equipamentos agrícolas. Juntamente com essas indústrias nipo-brasileiras, outras se expandiram, dando uma nova dinâmica à industrialização regional, que ao longo do tempo, foi se especializando na produção de alguns tipos de alimentos e de venezianas (janelas metálicas) em Marília/SP, molho de soja e bebidas em Presidente Prudente/SP, agroindústria de granja avícola em Bastos/SP, sementes e nutrição animal em Álvares Machado/SP e equipamentos agrícolas em Pompéia/SP.

A trajetória dessas indústrias nipo-brasileiras mistura-se com a história da industrialização no Oeste Paulista. Elas tiveram como motivação a(s) *substituição de importações* e foram consolidadas após a Segunda Guerra Mundial. Atualmente, essas empresas são de médio a grande porte e de capital local familiar.

A empresa familiar é formada pelos membros da família há pelo menos duas gerações. Nela a política do empreendimento está balizado pelos objetivos e interesses da família. Uma outra característica básica é a sucessão do poder decisório de maneira hereditária.

A empresa familiar está vinculada a história dos imigrantes, que abandonando o seu país de origem iniciam no Brasil, muitas vezes descapitalizados, suas unidades produtivas

artesanais. Nesse sentido, em razão das questões culturais portuguesas, alemãs, italianas, sírio-libaneses e japoneses sempre tiveram um apego à propriedade. As empresas comandadas por esses imigrantes cresceram através do capital próprio, sobretudo, com uma administração paternalista. O crescimento e desenvolvimento da economia brasileira deram-se balizados sobre as empresas familiares. Elas são grandes empregadoras de mão-de-obra.

Historicamente, as fases do empresariado das empresas familiares no Brasil, foram: a) empresário paternalista - maior representante foi o Conde Matarazzo. Esse período pode ser considerado o início da industrialização do Brasil e está marcado pelo debate entre as duas burguesias industriais: os cafeicultores e os imigrantes burgueses; b) administradores profissionais schumpeterianos - surgiu de forma significativa a partir da grande Depressão de 30 e da Segunda Guerra Mundial, consolidando assim, a industrialização substitutiva de importações. Logo, depois com a entrada das multinacionais; e, por último, c) empresários schumpeterianos - são empresários empreendedores. A dinâmica da inovação schumpeteriana pode ser encontrada no Brasil, a princípio, com a introdução dos administradores-profissionais, mas, no entanto, só irá se consolidar com a abertura econômica/comercial na década de 1990 no Governo Fernando Collor de Melo. Enfim, entendemos por empresário industrial o indivíduo que investe o seu trabalho no setor fabril (de transformação da matéria-prima em produto industrializado) tendo como característica a inovação schumpeteriana¹¹.

As empresas familiares dos industriais nipo-brasileiros no Oeste Paulista analisadas nesta pesquisa possui as seguintes características: a) a família é proprietária da unidade produtiva ou detêm a maioria do capital da empresa, com isso controlando o processo decisório; b) os membros da família presentes na administração direta dos negócios; e, c) sucessão familiar na direção da empresa, garantindo, assim, a perpetuidade do negócio dentro da estrutura familiar.

Para Cardoso (1998), a organização familiar japonesa é uma unidade de trabalho e cooperação, sendo que a família é uma empresa e o chefe da família é seu administrador. Essa unidade corporativa está baseada na continuidade genética e na perpetuação do nome da família.

Nessa perspectiva, o *Zaibatsu*¹² foi o principal representante das grandes empresas familiares japonesas após a restauração da *Era Meiji*. Nelas permaneciam as

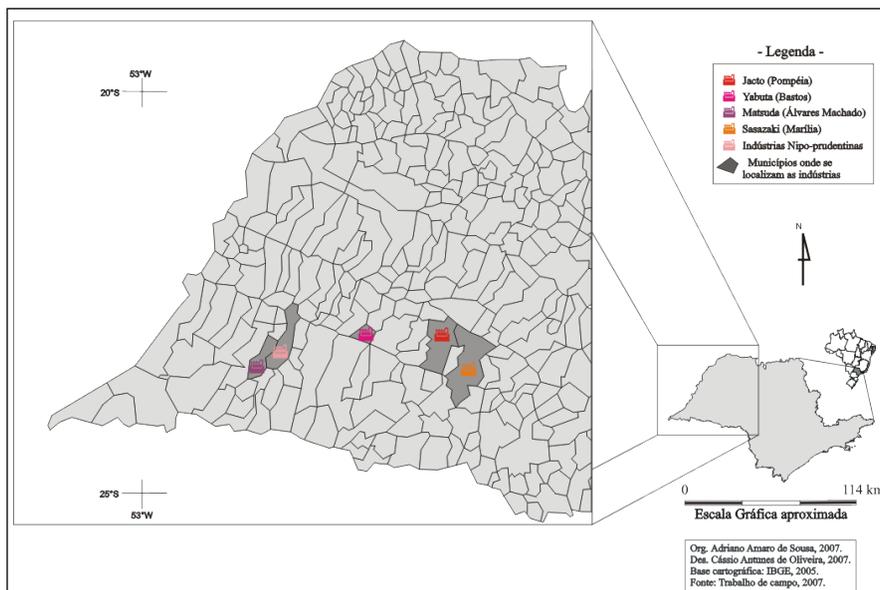
11. As inovações schumpeterianas materializadas pela figura do empresário-empreendedor são balizadas pelas novas combinações, que iniciaria um processo de mudança no sistema econômico levando a um fenômeno descrito como destruição criadora. Para o autor, o processo de destruição criadora é um mecanismo atribuído à dinâmica do sistema econômico que tende a se tornar uma prática incessante: do fenômeno destrutivo aplicado ao “velho” se cria o “novo” através das inovações SHUMPETER (1982).

12. O *Zaibatsu* era um conglomerado de grandes empresas familiares que surgiram entre 1870 e 1920, estes estavam fortemente articuladas e integradas com o Estado japonês, por isso tiveram uma enorme concentração econômica, de renda e de prestígio, além de deter o monopólio em determinados setores estratégicos, como: bancos, exploração mineral, indústria bélica, têxtil e comércio exterior. Os principais grandes Zaibatsu eram Mitsui, Mitsubishi, Yasuda, Sumimoto, Okura, Furukawa, Kuhara, Suzuki, Fujita e Asano.

relações familiares tradicionais nas fábricas paralelas aos empreendimentos modernos. Posteriormente, cresceram e se transformaram em organizações independentes do parentesco, porém, mantendo o nome da família. Cardoso (1998, p. 100), afirma que *podemos admitir que este modelo ideológico mostrou sua maleabilidade no tempo, acomodando-se a situações novas e, com os japoneses, deslocou para o Brasil.*

Assim, alguns clãs familiares no Japão (Mitsui, Mitsubishi, Yasuda, Sumimoto etc.) dinamizaram a industrialização nesse país e, posteriormente, tornaram-se empresas multinacionais. Tempos depois os imigrantes japoneses no Brasil iniciaram de certo modo o processo de industrialização no Oeste Paulista balizado na unidade familiar nipônica. Hoje os nipo-brasileiros procuram por meio da sua longevidade perpetuar o nome da família na empresa. É válido ressaltar que, os *Zaibatsus* tinha o apoio do Estado e atuavam em setores estratégicos. Já as indústrias nipo-brasileiras iniciaram de forma modesta e cresceram, paulatinamente, conforme a conjuntura econômica da época e a especificidade do seu território.

O território das indústrias nipo-brasileiras no Oeste Paulista a ser estudados está dividido em dois: nipo-prudentina e nipo-oeste. Procuramos, aqui fazer uma síntese da caracterização e comparação desses dois grupos de indústrias nipônicas. Tal comparação nos ajuda a compreender a totalidade das indústrias nipo-brasileiras nesse território¹³ (ver Mapa 1).



Mapa 1 - Indústrias Nipo-brasileiras no Oeste paulista

13. Os resultados obtidos, que serão apresentados, faz uma comparação de dois relatório de uma pesquisa qualitativa financiado pela FAPESP (2007/2008), sendo que um deles foi estudado as características dos industriais nipo-prudentinos e o outro dos industriais nipo-oestes (de médio a grande porte) excluindo os nipo-prudentinos.

As indústrias nipo-prudentinas (Alimentos Wilson, Bebidas Asteca, Bebidas Funada e Sakura Nakaya) se destacaram pelos seus produtos (bebidas e molhos – em especial o molho de soja) e, também, pela conquista de novos mercados em todo território nacional e até internacional. Essas quatro unidades de produção atuam no mesmo segmento de bebidas e molhos e são concorrentes entre si, exceto a Indústria de Bebidas Funada que produz refrigerante, um produto diferenciado daqueles das outras três indústrias. Das quatro indústrias nipo-prudentinas, apenas três podem ser consideradas de capital local. Já a Indústria Sakura Alimentos após 1976, deixou de ser capital local devido à fusão da unidade prudentina com a indústria do Sr. Suekichi Nakaya, passando assim, a ser uma simples filial de uma grande empresa brasileira.

Já o desenvolvimento das indústrias nipo-oestes (Maq. Agr. Jacto S/A, Sasazaki Ind. e Com. Ltda, Granja Yabuta Ltda e Matsuda Imp. Exp. Ltda) mostraram-se flexíveis na produção ao longo do tempo, consolidando assim, a sua longevidade. Conforme Mourão (2005, p. 9911), essa flexibilidade na produção,

[...] já podia ser encontrada nas pequenas oficinas, que artesanalmente consertavam e produziam implementos agrícolas, existentes na região durante as fases do café, do algodão e do amendoim. Algumas dessas pequenas oficinas, geralmente de imigrantes japoneses, tornaram-se indústrias produtoras de máquinas e implementos agrícolas até a década de 70. Desde o início, essas firmas demonstraram grande capacidade de se adaptar às exigências do mercado agrícola, sempre lançando produtos novos que significavam um avanço tecnológico. Essas empresas nos anos 70 e 80, vão acompanhando o processo de urbanização brasileiro, diversificam suas linhas de produtos para fugir das crises do setor agrícola. Como exemplo temos a Sasazaki que torna-se a maior produtora de esquadrias metálicas do Brasil, a Ikeda e Filhos que além do arado de aiveca produz churrasqueiras motorizadas e caixas de som de alta definição, e a Jacto, maior fabricante mundial de pulverizadores, que também produz máquinas agrícolas, carrinhos elétricos, utilidades domésticas de plástico, aparelhos para ginástica e coletores de energia solar.

Nessa perspectiva, a indústria Matsuda vem incorporando novas tecnologias através de convênios com centros de pesquisas e institutos, procurando, assim, uma flexibilidade nas relações de produção e mudanças profundas na organização/trabalho. Ademais, a indústria procura diversificar os seus produtos (sementes, nutrição animal, *petfood* e equipamentos agrícolas) como estratégia de sobrevivência, pois se uma área está com baixa rentabilidade às outras ajudam a manter a receita da empresa.

Por outro lado, a Granja Yabuta mantém a dinâmica da produção de ovos, buscando reduzir custos e aumentar a produtividade para obter uma maior lucratividade. Mas, para agregar valor no seu produto ela destina grande parte da sua produção para a Cooperovos que industrializa o ovo em pó e o líquido, além de dar uma destinação final para o produto. Ou seja, a granja subcontrata uma outra empresa (no qual a Yabuta também é sócia) para processar e vender esse novo produto transformado/industrializado.

Em síntese, o panorama geral dessas indústrias nipo-brasileiras no Oeste Paulista deu-se pelas pesquisas em livros, artigos, sites das respectivas indústrias e pelos relatos orais obtidos em trabalho de campo (maio/2007 a novembro/2007). Todas elas estão ligadas ao ramo industrial, ofertando produtos para serem utilizados no espaço rural, como: sementes, máquinas e equipamentos agrícolas. Ou ofertado no espaço urbano, como: ovos, molhos, bebidas alimentos. Porém, a comparação entre as indústrias nipo-prudentinas e as indústrias nipo-oestes deu-se pela necessidade de compreender a dimensão da contribuição do nipo-brasileiro para o desenvolvimento [territorial] industrial dessa região. De modo geral, no quadro 1 verificamos o perfil sócioeconômico dos municípios em que estão localizadas as indústrias nipo-brasileiras.

Indústria	Município	População	N. Indústria	PIB Industrial
Máq. Agr. Jacto S/A	Pompéia	18.862	123	R\$ 261.367
Matsuda Imp. Exp. Ltda.	Álvares Machado	25.467	64	R\$ 46.290
Sasazaki Ind. C. Ltda.	Marília	224.903	711	R\$ 552.574
Granja Yabuta Ltda.	Bastos	21.676	39	R\$ 40.079
Nipo-prudentias*	Pres. Prudente	206.704	744	R\$ 395.306

Quadro1: Perfil sócioeconômico dos municípios em que estão localizados as indústrias nipo-brasileiras no Oeste Paulista.

Fonte: www.ibge.gov.br/cidades – acesso 23/05/07.

Organizador: Adriano Amaro de Sousa.

* As indústrias nipo-prudentinas: Alimentos Wilson, Bebidas Asteca, Bebidas Funada e Sakura Nakaya.

No quadro acima, podemos verificar dois grupos para analisar o perfil sócioeconômico dos municípios supracitados. O primeiro grupo é composto pelos municípios de pequeno porte: Álvares Machado, Bastos e Pompéia. Dentre eles, Pompéia é o município que mais se destaca no setor industrial devido a importância da empresa Jacto S/A, o PIB industrial é dobro das outras atividades econômicas, além disso possui um ótimo número de estabelecimentos industriais. Já em Álvares Machado o setor industrial sede lugar ao comércio e serviços, apesar de uma boa dinâmica industrial da empresa Matsuda. No município de Bastos a agropecuária supera o ramo industrial, por isso, notamos um número pequeno de indústrias, a maioria das granjas tem características agrícolas e não de agroindústrias.

Por outro lado, o segundo grupo é formado por municípios de médio porte: Marília e Presidente Prudente. O município de Marília tem um setor industrial fortemente articulado no ramo alimentício (massas e doces) e esquadilhas metálicas, seguido pelo comércio e serviços. Há várias empresas (médio a grande porte) de capital local e externo que

polariza o crescimento do setor industrial, entre elas a indústria Sasazaki. As indústrias nipo-prudentinas contribuíram de forma significativa para o valor adicionado da indústria no município, porém o setor de comércio e serviços é o dobro do PIB industrial, os ramos mais importantes são os de bens de consumo não durável, e a indústria nipo-prudentina se especializou nos setores de bebidas, molhos e alimentos – nela há uma predominância de pequenas e médias empresas (PMEs).

Indústria	Fundador da Indústria	Chegada no Brasil	Instalação da Indústria	Origem Japonesa ¹⁴
<i>Nipo-prudentino</i>				
Alimentos Wilson Ltda.	Motoichi Oki	1934	1945	Issei (1 geração)
Bebidas Asteca Ltda.	Keneti Fukuhara Massami Honda	1913	1948	Issei (1 geração)
Bebidas Funada Ltda.	Mappei Funada	1932	1947	Issei (1 geração)
Sakura Nakaya Ltda	Hidekazu Nakaya Suekichi Nakaya	1932	1950	Issei (1 geração)
<i>Nipo-oeste</i>				
Máq. Agr. Jacto S/A	Shinji Nishimura	1932	1948	Issei (1 geração)
Matsuda Imp. Ltda.	Shichiro Matsuda	1935	1948	Issei (1 geração)
Sasazaki Ind. C. Ltda.	Kosaku Sasazaki Yusaburo Sasazaki	1932	1943	Issei (1 geração)
Granja Yabuta Ltda.	Rokunossuke Yabuta	1929	1947	Issei (1 geração)

Quadro 2: As indústrias nipo-brasileiras no Oeste Paulista I.

Fonte: FIESP/CIESP e trabalho de campo (05/2007 a 11/2007).

Organizador: Adriano Amaro de Sousa.

Os dados do quadro 2, apresentam dois grupos distintos: nipo-prudentina e nipo-oeste. Apesar de diferentes eles mostram semelhanças entre si. As características mais comuns desses grupos são: a) os fundadores das indústrias foram imigrantes japoneses; b) eles chegaram ao Brasil na década de 1930; e, c) instalaram suas primeiras unidades produtivas na década de 1940, durante e após o término da II Guerra Mundial. Esses imigrantes, apesar de estarem separados espacialmente, tiveram trajetórias de trabalho semelhantes, pois chegaram no Brasil em um período propício para acumular capital na lavoura e, posteriormente, com o final da guerra eles se fixaram no país, muitos abriram pequenos negócios, como é o caso desses industriais nipo-brasileiro no Oeste Paulista.

14. O grau de parentesco dos industriais nipo-brasileiros deu-se pela descendência japonesa constituída no Brasil. As características são: *issei* (1º geração), *nissei* (2º geração), *sansei* (3º geração) e *ionsei* (4º geração). Tal característica contribui para a formação das origens sociais, juntamente, com a análise da trajetória de trabalho do imigrante nipônico regional, desde sua participação no complexo cafeeiro até o seu papel na industrialização do Oeste Paulista.

Indústria	Ramo de Atividade	Porte da Indústria	Escolaridade do Fundador	Associação Nipônica
<i>Nipo-prudentino</i>				
Alimentos Wilson Ltda.	Alimentos e bebidas	Médio	Eletrotécnica incompleto	Sim
Bebidas Asteca Ltda.	Bebidas e molhos	Médio	Ensino fundamental incompleto	Sim
Bebidas Funada Ltda.	Bebidas	Médio	Ensino médio incompleto	Sim
Sakura Nakaya Ltda	Alimentos e molhos	Grande	Ensino fundamental incompleto	Sim
<i>Nipo-oeste</i>				
Máq. Agr. Jacto S/A	Máquinas agrícolas	Grande	Técnico mecânico	Sim
Matsuda Imp. Ltda.	Sementes e máquinas agrícolas	Grande	-----	Sim
Sasazaki Ind. C. Ltda.	Esquadilhas metálicas	Grande	Ensino médio incompleto	Sim
Granja Yabuta Ltda.	Granja avícola	Grande	Ensino fundamental incompleto	Sim

Quadro 3: As indústrias nipo-brasileiras no Oeste Paulista II.

Fonte: Trabalho de campo (05/2007 a 11/2007).

Organizador: Adriano Amaro de Sousa

A indústria nipo-brasileira representada no quadro 3, pode ser interpretada e analisada pelo porte da indústria. Assim, temos dois grupos. O grupo de médio porte representa a maioria da empresa nipo-prudentina do ramo de alimentação e bebidas, essas indústrias atuam em um nicho de mercado que não concorrem com as grandes empresas nacionais e multinacionais. Aqui, nota-se que o grau de escolaridade do imigrante (de modo geral) era o ensino fundamental, este nível de instrução pode ter auxiliado na manutenção e longevidade desse empreendimento.

O grupo de grande porte representa todas as empresas nipo-oestes mais a indústria Sakura, elas na sua maioria atuam nos setores de máquinas agrícolas e agroindústrias (alimentação), desde início sempre investiram em aquisições de novas tecnologias, por isso hoje são empresas competitivas e muitas vezes concorrem com o grande capital. O nível de escolaridade deles era bem elevado na época e pode ter ajudado na flexibilidade das relações da produção, na incorporação de tecnologias modernas e nas novas técnicas organizacional e de trabalho. É válido ressaltar também, o saber-fazer dos imigrantes japoneses, ou seja, suas habilidades, criatividade e invenções, em alguns ramos específicos (shoyo, seda, mecânica, etc).

Assim, as indústrias nipo-brasileiras se estruturaram, cresceram e desenvolveram dentro de um modelo econômico o sistema capitalista de produção, que na sua essência é contraditório, desigual e combinado. O trabalhador-migrante japonês veio para o país para

ser mão-de-obra barata nas fazendas de café. É com a ajuda do Estado brasileiro e do Governo do japonês que esses imigrantes definitivamente foram re-territorializados. Mas, foi com o trabalho e com a poupança do grupo familiar ou individual e, sobretudo, com a exploração do trabalho de outrem que os nipo-brasileiros puderam constituir aqui as suas unidades fabris (de artesanal à fábrica).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos sintetizar que, a história de vida e de trabalho desses industriais nipo-brasileiros no território do Oeste Paulista são semelhantes, pois todos vieram para o Brasil despossuídos de qualquer quantia monetária. Já a acumulação de capital deu-se de forma diferente. Os nipo-oestes acumularam somente no trabalho agrário. Nessa perspectiva, os nipo-prudentinos também acumularam no trabalho da lavoura, em especial, no comércio. Assim, a fusão do capital agrícola com capital comercial é a base da formação dessas indústrias pesquisadas. O sucesso empresarial desses imigrantes ocorreu pelo trabalho familiar associado a disciplina e a organização laboral. O salto qualitativo do nipo-brasileiro de agricultor para capitalista industrial deu-se eminentemente pela exploração do trabalho de outrem (a mais-valia) que é o cerne do lucro do capitalista, mas, sobretudo, pelas inovações e invenções desses empresários.

As indústrias nipo-brasileiras no Oeste Paulista foram analisadas pelo rol das indústrias de grande porte (Jacto, Granja Yabuta, Matsuda, Sasazaki e Sakura) e, também, pelo rol das indústrias de médio porte (Wilson, Asteca e Funada). Uma outra análise que deve ser feita é que na indústria nipo-prudentina há uma concentração de indústrias do mesmo ramo de atividades (bebidas e alimentos) concentradas em uma cidade (Presidente Prudente). Já a indústria nipo-oeste apresenta uma dispersão de cidades (Álvares Machado, Bastos, Marília e Pompéia) e de diversificação produtiva (granja avícola, sementes forrageiras, máquinas e equipamentos agrícolas). A separação desses dois grupos ocorreu de forma didática e porque foram feitas duas pesquisas diferentes, porém, elas representam uma única realidade que é a dinâmica industrial do Oeste Paulista. Aqui, neste artigo procuramos verificar as características e as complementariedades dessas duas pesquisas que se apresentam em espaços e territórios diferentes, por isso, a diversificação dos setores de atividades.

O desenvolvimento [territorial] industrial do Oeste Paulista deu-se pelas benesses da marcha cafeeira para o oeste (estrada de ferro, terras férteis, formação de cidades, entre outros) que abriu um mercado com poucos concorrentes, despertando assim, as pequenas iniciativas de imigrantes artesãos, em especial dos japoneses que *a priori* visavam ofertar produtos aos seus patrícios, dentre eles o molho de soja (*shoyu*) e outros produtos da culinária japonesa. Posteriormente, com a concorrência e a competitividade mais acirrada, eles se especializaram em vários ramos, ora concorrendo com o grande capital (máquinas

e equipamentos agrícolas, biscoito, confeitaria, sementes forrageiras etc) e ora em nicho de mercado (bebidas, molhos, produtos típicos da culinária japonesa etc) atendendo um público que, muitas vezes, não é alvo de grandes empresas brasileiras e multinacionais, devido ao seu baixo poder aquisitivo.

De modo geral, as origens do empresariado industrial brasileiro tiveram início no final do século XIX, pelas iniciativas dos imigrantes (italianos, alemães, portugueses, entre outros), que iniciaram seus empreendimentos com “capitais modestos” de caráter familiar e, posteriormente, se transformaram em grandes indústrias. Por outro lado, a gênese do empresariado industrial no Oeste Paulista deu-se quase meio século depois, pelo saber-fazer (cultura, signo e capital social) dos imigrantes japoneses e italianos, que começaram as suas unidades fabris artesanais ou pequenas oficinas de consertos balizados no trabalho familiar.

REFERÊNCIAS

BOMTEMPO, Denise Cristina. **Os sonhos da migração**: um estudo dos japoneses e seus descendentes no município de Alvares Machado/SP. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2003. (Dissertação de Mestrado)

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Empresários e administradores no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1974.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **Estrutura familiar e mobilidade social**. São Paulo: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada S/C Ltda., 1998.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. São Paulo, Difusão européia do livro, 1971.

DUNDES, Ana Claudia. **O processo de (des) industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente**. Presidente Prudente/SP: FCT/Unesp, 1998. (Dissertação de Mestrado)

ENNES, Marcelo Alário. **A construção de uma identidade inacabada**: nipo-brasileiros no interior de São Paulo. São Paulo: Unesp, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: dos fins dos territórios à multiterritorialidade. Rio Janeiro: Bertand Brasil, 2004.

HIRATA, Newton. **A contribuição empreendedora japonesa no desenvolvimento do norte paranaense**. Maringá: Trabalho apresentado ao concurso Estadual de ensaios e monografias promovido pela APEX, visando o centenário de amizade Brasil e Japão), 1995. (mimeografado)

MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº 50, p. 83-102, 1976.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiro de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. **A industrialização do Oeste Paulista**: o caso de Marília. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 1994. (Dissertação de Mestrado)

_____. **A dinâmica industrial e a produção territorial no Oeste Paulista**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL), 20 a 26 de março de 2005, cd-room p. 9900 a 9924.

PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SAITO, Hiroshi. **A presença japonesa no Brasil**: estudo de mobilidade e fixação. São Paulo: USP, 1961.

SAKURAI, Célia. Primeiros pólos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: **Revista USP**, nº 27; set./out./nov., p. 32-45, 1995.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método e como método. São Paulo: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 54, p. 81-99, 1977. (Traduzido por Maria Encarnação Vasquez Beltrão).

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Ed. EST, 2003.

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHUMPETER, Joseph Alóis. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo. Abril, 1982.

SUZUKI, Teiiti. Mobilidade geográfica de imigrantes japoneses. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, p. 224-239, 1973.

TAKENAKA, Edilene Mayumi Murashita. **Raízes de um povo**: a colônia japonesa de Álvares Machado/SP. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2003. (Dissertação de Mestrado)

VIEIRA, Francisca Isabel Shurig. **O japonês na frente de expansão paulista**. São Paulo: Pioneira, 1973.

CAPÍTULO 3

VINCULAÇÕES ENTRE ESTADOS E NACIONALISMO, E SEUS CONCEITOS NOS SÉCULOS XIX E XX

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 12/12/2020

Rafael Bassinello Paes de Barros

Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP
Ouro Preto – MG
<http://lattes.cnpq.br/6774598576223652>

RESUMO: O presente capítulo propõe o estudo da história do conceito de nacionalismo na Europa Central e Oriental, levando em conta duas vertentes no emprego do conceito: (1) vinculação e desvinculação do Estado com a nacionalidade; e (2) o paradoxo tanto dos Estados imperialistas, quanto das minorias políticas, que, ao legitimarem seus Estado ou reivindicar um, discursam em prol de uma nação pura. Em termos metodológicos de pesquisa, emprega-se a análise do discurso, que se constitui no estudo da linguagem, que deve ser elaborado conjuntamente ao da sociedade que a produz, pois a linguagem é constituída nos processos histórico-sociais, pois não só os usuários da língua são parte integrante das estruturas sociais e dos agenciamentos coletivos, como a sua utilização por parte dos agentes possibilita a sua manutenção, renovação e agregação de termos novos ou ressignificados.

PALAVRAS-CHAVE: Nacionalismo, Estado, Nação, Estado-nação.

LINKS BETWEEN STATES AND NATIONALISM, AND THEIR CONCEPTS IN THE 19TH AND 20TH CENTURIES

ABSTRACT: This chapter proposes the study of the history of the concept of nationalism in Central and Eastern Europe, taking into account two aspects in the use of the concept: (1) connection and disconnection of the State with nationality; and (2) the paradox of both imperialist states and political minorities, who, when legitimizing their state or claiming one, speak in favor of a pure nation. In methodological terms of research, discourse analysis is used, which consists of the study of language, which must be elaborated together with that of the society that produces it, since language is constituted in historical-social processes, as not only users of language are an integral part of social structures and collective agency, as their use by agents enables their maintenance, renewal and aggregation of new or reframed terms.

KEYWORDS: Nationalism, State, Nation, Nation-state.

Tenho uma objeção central à tese de Anderson. Se os nacionalismos do resto do mundo têm que escolher suas comunidades imaginadas entre certas formas “modulares”, já colocadas a seu dispor pela Europa e pelas Américas, que lhes resta imaginar? A história, ao que parece, teria decretado que nós, do mundo pós-colonial, seremos apenas perpétuos consumidores da modernidade. A Europa e as Américas, os únicos verdadeiros sujeitos da história, elaboraram, em nosso benefício, não apenas o roteiro do esclarecimento e da exploração coloniais, mas também o de nossa resistência anticolonial e o de nossa miséria pós-colonial. Até nossa imaginação tem que permanecer perenemente colonizada.

Partha Chatterjee. Comunidade Imaginada Por Quem?

1 | INTRODUÇÃO

“Ninguém discorda de que o nacionalismo tem estado ‘por aí’ na face da Terra há no mínimo dois séculos” (ANDERSON; 1996:7), escreveu Benedict Anderson na década de 1990. Vezes o nacionalismo é um sentimento, um amor por uma pátria ou um ódio; vezes se manifestou como identidade; de várias formas serviu como uma ferramenta política para distintos espectros políticos, e, no interstícios dessa dicotomia, para moderados e radicais; já operou como dispositivo retórico tanto da emancipação quanto como discurso legitimador para que se subjugue as diversas formas que o Outro assume ou é representado. B. Anderson diz que já está presente há bastante tempo, o suficiente para ter sido entendido. Contudo, “é difícil pensar em um fenômeno político que continue tão intrigante quanto este e sobre qual haja menos consenso analítico” (ANDERSON; 1996, 7). Não há concordância sobre sua origem e seu futuro continua incógnito. B. Anderson, mais uma vez na década de 1990, indaga que

o mal-estar se acentua: considerando-se o vasto papel que o nacionalismo desempenhou em dois séculos de política mundial: por que tantos pensadores [...] da modernidade [...] tiveram tão pouco a dizer sobre ele (ANDERSON; 1996: 7)?

Não é arriscado dizer que nesse final de primeiro quartel do século XXI o mal-estar continua. Não há qualquer definição ou sistema que fora aceito de maneira vasta e “ninguém foi capaz de mostrar de forma conclusiva sua modernidade ou antiguidade”, Anderson completa. Depois de já ter recebido as críticas à sua obra (e, provavelmente, após tê-las digerido), especula que “aos poucos foi ficando claro que só era possível pensar no nacionalismo em termo comparativos e globais, ao mesmo tempo em que só era possível senti-lo – e agir politicamente com base nele – em termos particulares” (ANDERSON, B. 2000; 08). Sendo assim, Eric Hobsbawm acrescenta que “conceitos, certamente, não são parte de discursos filosóficos flutuantes, mas são histórica, social e localmente enraizados e, portanto devem ser explicados em termos destas realidades” (HOBSBAWM; 1990: 18).

Desse modo, em um tema com tão pouco consenso analítico, para que possamos de algum modo contribuir, daremos ênfase nas comparações das propriedades teóricas entre os pares que ao mobilizarem o conceito de nacionalismo, vinculando ou desvinculando a nacionalidade do Estado.

21 NACIONALISMOS. DA POLÍTICA À IDENTIDADE, DA IDENTIDADE À POLÍTICA: UMA SOMBRA NOS SÉCULOS XIX E XX

Devemos fazer a pergunta: o que é nacionalismo? É um fenômeno político, cuja forma plástica é extremamente versátil. Se observarmos como ilustração – e realmente apenas como isso – o lema da revolução francesa – *liberdade, igualdade e fraternidade* – localizaremos o nacionalismo na fraternidade. É a nação, seu sentimento, sua propaganda e tradição, que pode ter ou não um Estado, que a acolha ou que a massacre, ou ainda, que use dela – da nação – para empreender. A nação se configura com ou sem Estado, isto é, ela pode ou não construir um Estado que a sirva; mas, também, pode ser produzida e fomentada por um Estado, como uma proposta política, fundamentalmente alicerçada numa identidade coletiva, e, portanto - por se tratar de um *processo civilizador* (ELIAS; 2011) - é sempre opressiva. O nacionalismo, sendo um fenômeno político, é uma expressão coletiva de identidade que se imagina de múltiplas formas e se desenha – nas várias expressões que possui – com uma sorte enorme de ferramentas, e, portanto, também deve ser analisada em suas particularidades.

Para se pensar o conceito de nacionalismo e suas possibilidades devemos nos ater aos conceitos de Estado-nação, Estado e nação. Sendo assim, o Estado-Nação, segundo Octavio Ianni, deve ser compreendido como o governo, as instituições e a sociedade civil, em uma variedade de formatos e de disputas de classes e forças sociais, cujas condições de possibilidades desafia indivíduos e coletividades, nações e nacionalidades (IANNI; 2000: 105). Ao passo que, para Lenin, o Estado deve ser cirurgicamente compreendido como um produto da luta de classes (LENIN; 2010: 14), com seu antagonismo inconciliável, e, a nação, para Benedict Anderson, é definida como um “Comunidade Imaginada”; por uma condição nacional (*nation-ness*), que é uma imagem carregada de uma fantasmagoria, sendo “o valor de maior legitimidade universal na vida política dos nossos tempos” (ANDERSON; 2008: 28), e, na sequência, Anderson entendia o nacionalismo como política de Estado de um Estado-nação, cuja definição é errática e o caráter é plástico, servindo politicamente aos marxismo e aos liberalismos, e, - devo acrescentar - sendo um ou outro, sempre esteve servindo ao imperialismo (ANDERSON; 2008: 37 a 39).

Volvendo o olhar para a ilustração do lema da Revolução de 1879, não se trata de uma dicotomia entre, num semblante geral, as ideias de liberdade e igualdade, que, nessas formas modernas de se expressarem, dividem o mundo já tem dois séculos. É um tripé, pois existe a “fraternidade” enlaçando essas duas ideias, sendo a liga coercitiva que permeia o tecido social dos povos, cada um à sua maneira.

Além de ser um fenômeno político, o nacionalismo é uma ideia. Lord Acton, um intelectual de Nápoles que vivia em Londres na década de 1860, foi quem deu o alerta; diagnosticou e advertiu a comunidade para aquilo que chamaram de “nacionalidade”, como algo perigoso, como uma dentre três das ideias subversivas modernas: “[...] a mais atraente no momento atual e a mais rica em promessa de poderio futuro” (LORD ACTON; 1996: 25). Ele se referia à repartição do território da Polônia pelos Estados absolutistas que a tinham como inimiga, evento que “despertou a teoria da nacionalidade na Europa, convertendo um direito adormecido numa aspiração e um sentimento de reivindicação política” (LORD ACTON; 1996: 27).

As primeiras contribuições sobre o nacionalismo foram pontuais e ocasionais. Aos poucos, o interesse pela questão foi crescendo, transformando-a numa preocupação central para os teóricos políticos europeus. Foi somente no prelúdio da Grande Guerra que Otto Bauer (1881-1938) elaborou um estudo comparativo e teórico segundo o qual o socialismo e o nacionalismo eram compatíveis. Ele define – referindo-se à Alemanha e ao Império Austro-Húngaro - o caráter nacional, explicita a diferença entre uma comunidade natural e comunidade cultural, mostra como o capitalismo moderno se relacionou com a comunidade cultural nacional e caracteriza a realização dessa comunidade cultural nacional pelo socialismo (BAUER, 1996, p. 46-81).

Após as muitas querelas quanto ao nacionalismo, que passam pela ascensão do bolchevismo em Petrogrado, a URSS de Stálin, a Liga das Nações e suas formas de legitimação da nacionalidade, a democracia liberal ocidental e o fascismo (que também valorizava intensamente a nacionalidade), foi Ernest Gellner quem retomou a questão, apontando o nacionalismo como uma “resposta necessária” às transformações que o mundo sofrera com o advento da sociedade industrial. B. Anderson diz que “Dentro do espírito euro cosmopolita do Iluminismo, Gellner entendia o nacionalismo em termos globais e sociológicos, numa visão de cima [...]” (ANDERSON, 1996, p. 17). Contudo, na mesma década de 1960, Miroslav Hroch, em Praga, publicou um balanço comparativo de um conjunto de movimentos nacionalistas de pequenos países da Europa Oriental e Central. O autor se debruça sobre um objeto, de certa forma, oposto ao de Gellner: a formação antropológica da nação, fragilizando a relação entre o triunfo do nacionalismo e a modernidade capitalista (HROCH; 2000: 85 a 106).

Para formar o eixo teórico no qual estão os demais autores e Gellner e Hroch se polarizam, e trabalhar as tensões e paradoxos que o emprego do conceito de nacionalismo teve, devemos recorrer à obra “Continente Sombrio – A Europa do Século XX”, de Mark Mazower, pois esta versa sobre o processo que seguiu da primeira guerra: o suicídio dos impérios para o triunfo do nacionalismo – a custo de sangue, guerra e revolução. A lealdade do súdito, que passou a ser cidadão, deslocou de uma dinastia para uma nação – étnica. Desta empreitada do Estado-nação de que “só os membros da nação [etnia] poderiam

ser cidadãos do Estado”, como pregava o programa do partido nazista de 1920, houve o advento das “minorias políticas” e da “democracia excludente”.

Podemos observar nesse sentido - recorrendo também a “Era dos Impérios” de Eric Hobsbawm e as “Linhagens do Estado Absolutista” de Perry Anderson, e, mantendo um olhar mais atento no oriente europeu - como o nacionalismo operava dentro do Império Russo, do Império Austro-húngaro e do Império Turco: em contraposição e ambivalência, como empreendimentos desses impérios, cada qual com o seu, por meio de capital nacional e internacional, da burocracia, da força militar e, principalmente, dos próprios projetos nacionais destes: *russificação*, *margiarização* e *turquificação*, respectivamente, levanto em conta as estruturas administrativas, financeiras, militares e culturais de cada um desses impérios.

Do déficit financeiro russo, aquele que, década após década, colocava o Estado rumo ao naufrágio através da engessada e antiquada relação com a nobiliarquia da qual não podia se desfazer, ao mesmo tempo que o capital do ocidente europeu drenava outra parcela da receita com a expropriação dos sobre-produtos; dos decadentes Habsburgo no Império Austro-húngaro, empreendendo a *margiarização* num país praticamente sem margiaris, atrasados industrialmente, estorvados de uma pesada burocracia e gerais com pouca criatividade nos exércitos; até os turcos, que também não foram capazes de suprir o atraso tecnológico e industrial, e, também, sucumbiram aos déficit financeiro e em revoltas internas no episódio da Primeira Guerra.

A partir disso, busca-se mostrar o desenvolvimento de um cenário imperialista – muito bem explicitado por Hobsbawm, Mazower e Paul Bushkovitch -, adensado pela política internacional que dialogava e interferia diretamente nas nacionalidades insurgentes – as minorias políticas – no oriente europeu, até a culminação da Primeira Guerra. A política internacional e as guerras no oriente europeu são fatores relevantes que merecem a devida atenção, pois, evidentemente, lançam importantes bases para se compreender – dessa vez visto mais da perspectiva das nações envolvidas na corrida imperialista – como processo do imperialismo operou em paradoxos e em relações diretas com as nacionalidades (minorias) insurgentes. Para tal, Paul Bushkovitch, também faz um balanço interessante, em especial quanto ao final do século XIX, sobre as questões referentes aos Balcãs e a Polônia, nas quais, tanto uma Inglaterra ao longe, quanto uma Alemanha de Bismarck recentemente unificada mais de perto, participam, juntamente com o Império Austro-húngaro e Turco, numa série de tratados da década de 1870 até 1918 envolvendo as nacionalidades – de minoria política – no oriente europeu (BUSHKOVITCH; 2011: 285-298).

Apresenta-se o fracasso da *margiarização* e da *turquificação* no Balcãs, porém, no contraponto, como a nova Rússia, no momento a União Soviética de Lênin, congregou e contemplou – com várias limitações – as várias nacionalidades no que se pode chamar de pacto federativo. Para tanto, basta que se observe os debates de Lênin com federalismo de Bund, de modo a compreender o nacionalismo, junto as ideologias (republicana,

democrática, liberal e socialista, ou combinações entre estas) que no momento, através da nova – talvez reinventada, mas de forma moderna – democracia excludente, disputavam as nações.

“Uma cultura, um Estado; um Estado, uma cultura” (GELLNER; 2000: 119), é a máxima de Ernest Gellner. De outro lado, Hroch, segue discorrendo sobre uma sequência de movimentos nacionalistas e os dividindo em categorias de maturidade na reivindicação de um Estado durante a primeira metade século XX. Nessa aspiração política de uma nação, de um Estado ou de um Estado-nação, e nas mobilizações do conceito de nacionalismo, tanto dos Estado-nações imperialistas, por assim dizer, como das minorias políticas se sublevando, explicita-se os paradoxos, contradições, transformações e, principalmente, a plasticidade do uso desse determinado conceito. Bem como, através do princípio da autodeterminação nacional, Lênin, numa enorme querela entre os nacionalistas e a revolução, conseguiu uma solução federal para as complexidades étnicas existentes – que foi bem visto pelas minorias que foram vítimas do namoro de Versales, e seu tratado, com o Estado-nação (MAZOWER; 2001: 53, 55 e 60-62). Desse jargão, da esquerda à direita política, em que o conceito de nacionalismo serviu e mostrou sua plasticidade, a interrogação fundamental de Mark Mazower emerge latente: será que um mundo de Estado-nação seria um resultado desejável?

Na década de 1970, Anthony Smith, seguindo uma linha também anti-gellneriana, publicou textos sobre nacionalidade e nacionalismo, analisando as sociedades pré-modernas e baseando o nacionalismo em comunidades antigas e étnicas, como os judeus. O balanço de Smith aponta continuidades e descontinuidades na atração dos povos pela nação, e critica certa visão “modernista”, que tenderia a reduzir os nacionalismos a construtos modernos e atribuir a eles boa parte dos “males do mundo”. Para Smith, “Se este veredicto é justificável, no tocante a um fenômeno tão multiforme quanto o nacionalismo, é uma questão em aberto. Mas a análise subjacente da qual ele brota, embora gere muitas descobertas fascinantes, suscita tantos problemas quanto resolve (SMITH; 1996: 194, 204-205).

O debate avançou para à década seguinte em um tom de revisão. John Breully continuou na linha oposta de Gellner, mas criticou o continuísmo de Smith ao resgatar o caráter político do nacionalismo (BREULLY; 1996: 179-181). Partha Chatterjee vislumbrou, aos olhos da Europa, no que toca o nacionalismo, os problemas do imperialismo. Ele criticou Gellner, mas, na década seguinte, de modo mais acentuado, deslocou o foco da crítica para Benedict Anderson, mostrando que há outras formas de imaginar as nações e comunidades, sem se prender ao Estado, e sem que o pensamento seja determinado pela modernidade (CHATTERJEE; 1996: 229).

O debate, entre Tom Nairn e Eric Hobsbawm, companheiros de marxismo, mas adversários políticos, tem peso relevante e um balanço esclarecedor, apesar de não conclusivo. Esses debatem os grandes “Estados” multinacionais “integrados”, (entre esses

a União Soviética) que acabaram por provocar, segundo Anderson, “a maior destruição humana de nossa época” (ANDERSON, 1996, p. 21).

3 I COMO SE ABORDA METODOLOGICAMENTE O NACIONALISMO

Em termos analíticos, trata-se de duas questões: (1) a vinculação e a desvinculação entre nacionalidade e Estado, como, por exemplo, na segunda metade do século XIX e primeiro quartel do XX, Bauer e Acton, respectivamente, propuseram; com a mesma seara entre Gellner e Hroch na década de 1960, e, também, com a desvinculação entre o mesmo par elaborada por Chatterjee na passagem para década de 1990; e (2) de uma tensão, que é um problema do Estado-nação moderno, cujo paradoxo-problema se localiza, de uma lado, no sonho de uma nação pura; em torno de um Estado que deve sua soberania ao “povo” e, esse mesmo “povo” é definido por uma nação específica. E, do outro lado, tem-se a questão das minorias políticas, étnicas, dentro de um Estado-nação, que reivindicam para si um Estado próprio, mas, ao fazerem, não deixam de discursar em prol de uma nação – étnica - pura. Desse modo, localiza-se aqui um dos maiores problemas do século XX.

No que toca a pesquisa, por um lado, trata-se de uma comparação dos nacionalismos – exequível. Uma comparação de seus conceitos, como produtos discursivos de suas historicidades específicas, e, em um local determinado. Veem as nações; veem-se, na sequência, os nacionalismos. Veem os nacionalismos, à reboque as nações. Os autores, incluindo Anderson e Hobsbawm, se dividem entre as duas afirmações anteriores, e, dentro dessas opções há mais divergências. Todavia, no que trata a mobilização do conceito, como discurso e opção ideológica, não é possível montar um sistema.

Como contribuição, trata-se, primeiramente, de retomar. Como disse Louis Althusser, referindo-se à teoria marxista, “não me desculpo por retomá-la. Retomá-la-emos sempre que for necessário, e por tanto tempo quanto for necessário, isto é, enquanto não tiver sido resolvida” (ALTHUSSER; 2010: 13-14). Althusser, contudo, em seu “corte epistemológico” entre a história ideológica e a história científica, elabora que essa volta; essa retomada, é cabível à toda teoria. Por isso devemos voltar e colocar, na conjuntura atual, ênfase sobre os problemas teóricos, sem que isso se constitua num fetichismo de historiador ou erudito. “Não se trata de ‘fugir’ do presente para um passado, mesmo que ilustre. Trata-se do nosso próprio presente” (ALTHUSSER; 2010: 19), como, para o bem ou para o mal, é o caso da teoria acerca do nacionalismo.

Como metodológica para investigação a análise do discurso se mostra muito apropriada, pois esses discursos não estão isolados, portanto, possuem estreita ligação com os agentes políticos que os utilizam, e que, por sua vez, são resultado de uma opção ideológica. Esta ideologia não está separada do sujeito. Através dela se evidencia o sentido que é partilhado entre parte da sociedade, e este sentido é o efeito da conjuntura social histórica dada. Portanto, trata-se de uma análise que busca saber as condições

e performances de determinadas mobilizações teóricas do conceito de nacionalismo resultantes de opções políticas que se apresentam nos discursos elaborados. Segundo Orlandi, o estudo da linguagem deve ser elaborado conjuntamente ao da sociedade que a produz, pois a linguagem é constituída nos processos histórico-sociais (ORLANDI; 2006: 22). Não só os usuários da língua são parte integrante das estruturas sociais e dos agenciamentos coletivos, como a sua utilização por parte dos agentes possibilita a sua manutenção, renovação e agregação de termos novos ou ressignificados.

[...] Quando se diz algo, alguém o diz de algum lugar da sociedade para outro alguém também de algum lugar da sociedade e isto faz parte da significação. [...] É o lugar assim compreendido, enquanto espaço de representações sociais, que é constitutivo da significação discursiva. É preciso dizer que todo discurso nasce de outro discurso e o reenvia a outro, por isto não se pode falar em um discurso, mas em estado de um processo discursivo, e esse estado deve ser compreendido como resultado de processos discursivos sedimentados, institucionalizados.[...] o sujeito que produz linguagem também está reproduzido nela, acreditando ser a fonte exclusiva de seu discurso, quando, na realidade, retoma um sentido preexistente. (ORLANDI, 2006, p.26).

A relação de sentidos ocorre pela intertextualidade, que desdobra um texto em outros textos externos a ele, mas que lhe agregam informações. Assim, na leitura de um texto produzido por um autor tcheco ou britânico é importante não só recolher os dados, mas observar porque eles estão dispostos naquele lugar e daquela forma. Ao efetuar a análise de discurso, operamos com paráfrases e polissemia, com o interdiscurso, a metáfora e a formação imaginária que, presentes nos textos, compõem estruturas significantes que são resultantes das experiências dos autores. É necessário entender o funcionamento desses dispositivos da linguagem para percebermos os elementos históricos e culturais que permeiam e definem o olhar de quem escreve, observando que texto e autores são fruto de um lugar social.

Na avaliação dos textos históricos produzidos no período utilizar a análise de discurso é uma opção certa, mas, para avaliar a construção histórica e o papel dos autores como historiadores – e aí sim, como uma modesta sugestão -, é interessante se traçar um diálogo com o texto “Operação historiográfica” presente no livro *A escrita da história*, de Michel de Certeau. Nele, particularmente, são substanciais os mecanismos da produção do texto histórico e o trabalho sobre a fonte, uma vez que, para estudar o nacionalismo, usamos “obras históricas”, correspondências, manifestos e panfletos e programas partidários como objeto de investigação de discursos.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Ler O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. _____. **A querela do humanismo (I) e (II)**. *Crítica marxista*, n.9, 2010.

ANDERSON, B. **Introdução**. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. São Paulo: Contraponto, 2000.

ANDERSON, Benedict. **Raízes Culturais. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. Editora Unesp, 2016.

BAUER, Otto. **A nação**. In: BALAKRISHNAN, G. org. *Um mapa da questão nacional*. São Paulo: Contraponto, 2000.

BREUILLY, Jonh. **Abordagens do nacionalismo**. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. São Paulo: Contraponto, 2000.

BUSHKOVITH, Paul. – **História Concisa da Rússia**. Cambridge press. (2011)

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHATTERJEE, P. **Comunidade Imaginada por quem?**. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. São Paulo: Contraponto, 2000.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Zahar. RJ: 2011

GELLNER, E. **O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe**. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. São Paulo: Contraponto, 2000.

GELLNER, E. **Culture, Identity, and Politics**. Cambridge University Press, 1993.

GOPAL, B. (org). **Um Mapa da Questão Nacional**. RJ: Contraponto, 2000.

GUIBERNAU, M. **Nacionalismo. O Estado Nacional e o Nacionalismo no Século XX**. Rio de Janeiro, 1997.

HOBSBAWM, E. **A Era dos Extremos**. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2014

HOBSBAWM, E. **A Era dos Impérios**. Editora Paz&Terra, São Paulo, 2015

HOBSBAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780**. RJ: Paz e Terra, 1990.

HROCH, Miroslav. **Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa**. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. São Paulo: Contraponto, 2000.

HROCH, Miroslav. **European Nations**. Verso: NY; 2015.

IANNI, Octavio. **Globalização e a nova ordem internacional**. In: REIS FILHO, D. A.; FERREIRA, J.; ZENHA, C., org. *O Século XX, o tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LENIN, V. **O Estado e a Revolução**. SP: Expressão Popular, 2010.

MAZOWER, M. **Continente Sombrio. A Europa no século XX**. SP: Cia das Letras.

NAIRN, Tom. **O internacionalismo e o segundo advento**. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). Um mapa da questão nacional. São Paulo: Contraponto, 2000.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

SMITH, Anthony. **O nacionalismo e os historiadores**. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). Um mapa da questão nacional. São Paulo: Contraponto, 2000.

CAPÍTULO 4

“EXCELLENTÍSSIMO CONSELHO”: ECONOMIA E SOCIEDADE EM SERGIPE DEL REY NAS ATAS DO CONSELHO DE GOVERNO DA PROVÍNCIA (1824-1831)

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 04/12/2020

Damilis Silveira Viana

Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe
Aracaju/SE
<http://lattes.cnpq.br/2623168589065724>

RESUMO: No presente estudo pretende-se identificar de que forma a elite local da província, através de sua participação no Conselho de Governo da Província de Sergipe entre os anos de 1824 a 1831, enfrentou as questões de ordem econômica e encaminhou a resolução destas no Primeiro Reinado. A metodologia adotada foi a análise documental das atas de reuniões do Conselho, juntamente com uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. Em termos de referenciais teóricos, a pesquisa foi conduzida sobre o olhar da Nova História Política e suas implicações na historiografia. Concluindo-se a pesquisa proposta, espera-se contribuir para o esclarecimento do processo de formação do Brasil, enquanto Estado-Nação, sob o viés das questões econômicas regionais, na Província de Sergipe Del Rey, perante os percalços do estabelecimento de uma nova conjuntura política.

PALAVRAS-CHAVE: Conselho de Governo da Província, Brasil Império, Sergipe Del Rey.

“EXCELLENTÍSSIMO CONSELHO”:
ECONOMY AND SOCIETY IN *SERGIPE DEL REY* IN THE MINUTES FROM
CONSELHO DE GOVERNO DA
PROVÍNCIA (1824-1831)

ABSTRACT: The present study intends to identify how the local elite of the province, through their participation in the Conselho de Governo da Província de Sergipe between the years 1824 to 1831, dealt with economic issues and led to their resolution in the Primeiro Reinado. The adopted methodology was the documentary analysis of the minutes of the Council meetings, together with a bibliographic research on the theme. In terms of theoretical references, the research will be conducted on the perspective of New Political History and its implications for historiography. Concluding the proposed research, it is expected to contribute to the clarification of the formation process of Brazil, as a Nation-State, under the bias of regional economic issues, in the Província de Sergipe Del Rey, in face of the obstacles of the establishment of a new conjuncture politics.

KEYWORDS: Conselho de Governo da Província, Brasil Império, Sergipe Del Rey.

INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto de uma pesquisa que resultou em Trabalho de Conclusão de Curso, na qual se utiliza as atas das Sessões do Conselho de Governo da Província – também chamado de Conselho da Presidência da Província- entre os anos de 1824 e 1831, com o intuito de analisar o processo de formação do

Brasil enquanto Estado-Nação, sob o viés do tratamento dado às questões econômicas locais na província de Sergipe Del Rey. O universo documental deste trabalho é constituído de 66 atas, que vão do ano de 1824 a 1831, compreendendo o período de instalação do Conselho de Presidência da Província até meses antes da Abdicação do trono, por parte de D. Pedro I. Tal seleção é justificada na medida em que, a partir do momento que D. Pedro I deixa de ser Imperador e a Regência Trina Provisória assume- em nome de D. Pedro II, toda a organização do Poder no Brasil é modificado.

Apesar do recorte temático e temporal bem delimitados- Conselho de Província de Sergipe Del Rey entre os anos de 1824 e 1831, para obter uma visão mais ampla de todo o processo de organização e montagem da máquina administrativa imperial faz-se necessário retroceder alguns anos. Pode-se dizer que tal processo derivou, em maior ou menor instância, dos desdobramentos políticos após a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Dentre estes foi a Revolução do Porto ou Vintista, em 1820, o gatilho para a separação entre Portugal e a América Portuguesa, que se constitui como o início do processo de formação do Império do Brasil. Este movimento é caracterizado como uma revolução liberal e constitucionalista tendo como objetivo a ‘regeneração política’ através da derrocada do Antigo Regime em substituição pelas práticas liberais.

Em 1815, com a elevação da América Portuguesa à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, os ânimos dos portugueses residentes no Brasil e em sua metrópole de origem, foram acirrados, aprofundando as diferenças entre os dois lados do Atlântico. Os portugueses não mais possuíam *status* de dominador, a partir desse momento, eram iguais aos antigos colonos. Para um povo ainda dominado pela mentalidade do Antigo Regime, tal equiparação era, antes de tudo, indesejada. Essa sucessão de fatos deixou vários setores da sociedade portuguesa indignados a tal ponto, que alguns traços do Antigo Regime se tornaram indesejados, ao mesmo tempo em que alguns ideais liberais foram cobiçados.

Esses ideais faziam parte da corrente do Liberalismo, muito conhecida pelos intelectuais daquela época, cuja definição é complexa, variada e abrangente. Contudo, para melhor compreensão do presente estudo, faz-se necessário uma conceituação geral, para isso adota-se o enunciado elaborado por René Rémond, que segundo este “O liberalismo é também uma filosofia política inteiramente orientada para a idéia de liberdade, de acordo com a qual a sociedade política deve basear-se na liberdade e encontrar sua justificativa na consagração da mesma. ”. (2002, p.16.).

No século XIX, o Império Português passou por diversas mudanças e estas abriram caminho para que o liberalismo se infiltrasse nos discursos políticos da época. Apesar da adoção de ideias liberais, deve-se relativizar o grau de radicalização destas, pois dentre os portugueses, da Metrópole ou da Colônia, muito do ideário do Antigo Regime resistia. O liberalismo vai ser utilizado de forma relativa e para atingir determinados objetivos, contudo, não se buscava a liberdade plena e total. É dentro dessa conjuntura que, em

agosto de 1820, foi então declarada a Revolução Vintista. Na Colônia portuguesa a adesão ao Movimento de 1820 dentre as províncias foi variada, gerando diversas consequências. Dentre elas, a Independência do Brasil em relação à Portugal, que, como foi afirmado anteriormente, foi o fato histórico que desencadeou toda a montagem administrativa do Império do Brasil, seguida pela aclamação de D. Pedro à Imperador.

Após a aclamação de D. Pedro I à Imperador do Brasil, em 12 de outubro de 1822, algumas questões precisavam ser definidas: qual seria o modelo de governo adotado, quais órgãos e instituições- com respectivos cargos e funções- seriam criados, como se dividiria o poder político, quais mecanismos de representação do poder local seriam implantados, dentre outras. Para solucionar tais questões, em 03 de maio de 1823 entrou em funcionamento a Assembleia Nacional Constituinte, que deveria propor e escolher o melhor projeto de governo, de acordo com as conjunturas políticas, sociais e econômicas da época, gerando uma Constituição.

Neste momento em particular, dois grupos políticos atuavam no cenário brasileiro: os “coimbrãos” e os “brasilienses”. O primeiro almejava o poder centralizado, com inspiração nos ideais monárquicos do Antigo Regime, mantendo os privilégios que a classe alta obteve no período colonial, sem defender qualquer alteração estrutural na ordem social e política em vigência. O segundo grupo defendia medidas inspiradas no Liberalismo, tal qual pregava a Revolução do Porto, dentre elas, estava uma constituição forte que delimitasse o poder do Imperador.

D. Pedro I, apesar de sua posição enquanto monarca, negociou com os dois grupos para definir seu projeto de governo. Entretanto, o rumo que a Assembleia Constituinte de 1823 tomou, foi o de um posicionamento mais liberal que conservador, como o Imperador precisava, portanto, este a dissolveu e organizou uma Comissão para reestruturar o projeto de Constituição a partir de seus desejos. O resultado desse processo foi a outorga da Constituição de 1824, que apesar de não diferir completamente do Projeto de 1823, define fortes mecanismos de centralização do poder, nas mãos do Imperador.

No Projeto de Constituição elaborado na Constituinte de 1823, o poder seria dividido em três instâncias – como pregava os preceitos liberais: Poder Legislativo, Poder Judiciário e Poder Executivo. Já na Constituição de 1824, as modificações principais foram realizadas nas atribuições do Legislativo, subjugando-o ao Executivo e a inclusão do Poder Moderador. Dessa forma, D. Pedro exerceria seu poder através dos dois últimos e ainda, teria poder de veto no Legislativo. Tais determinações deixavam explícitas as intenções centralizadoras que tanto temiam os liberais de tendência mais radical. Grandes modificações foram feitas ainda, nos artigos que tratavam da legislação eleitoral, reduzindo mais o contingente populacional que teria direito ao voto censitário. A partir dessa limitação, pode-se traçar um perfil do eleitor brasileiro, pois este formaria um contingente diminuto e elitista, com renda alta e, em sua maioria, seriam adeptos das políticas centralizadoras que ganharam espaço com a Constituição.

O resultado de todo esse processo foi a outorga de uma Constituição que respondia às necessidades de um grupo pequeno, mas que era majoritário na política e na economia, pois era constituído “dos mais opulentos proprietários de terra e de escravos, ligados à produção dos principais produtos de exportação, ao grande comércio e à burocracia do Estado” (Lyra, 2000, p. 40).

O PAPEL DAS PROVÍNCIAS NA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO

Quanto ao governo das províncias, na Constituinte de 1823 o assunto fora muito discutido e apesar dos longos debates,

o Projeto desenhava uma forma muito genérica. Propunha que se tomassem as comarcas, subdivididas em distritos e freguesias, com a designação de um presidente, um “subpresidente” e um “conselho presidial eletivo” para cada localidade. Neles residiriam todo o governo econômico e municipal por meio de um “administrador e executor” alcunhado “decurião” (nome inspirado no cargo administrativo existente na Roma antiga). (SLEMIAN, 2006, p. 124 a 125)

Já na Constituição de 1824, o Conselho atribuiu às Províncias o papel de representação local, e estas seriam governadas por um Presidente, auxiliado pelo Conselho Geral de Província -de caráter consultivo, ou seja, não podendo elaborar leis. Contudo, o panorama se tornava confuso e complexo, na medida em que em 20 de outubro de 1823 tinha sido determinado por Lei, o fim das juntas governativas vinculadas à Lisboa e sua substituição pelo Conselho de Presidência de Província ou Conselho de Governo de Província. Porém, com a Constituição de 1824 estes órgãos não foram dissolvidos, mas sim, houve o acréscimo de outro órgão: o Conselho Geral da Província, que só iria ser implantado efetivamente após a Lei de 27 de agosto de 1829.

Cabia ao Presidente e ao Conselho de Presidência de Província¹ a função executiva, gerindo a região, aplicando as leis, mas também, como afirma Andrea Slemian, “não impedia que entre as atribuições do primeiro estivesse a proposição de medidas para melhoramento público.” (2006, p. 205). Quanto ao Conselho Geral de Província² caberia a proposição de projetos a respeito das necessidades apresentadas por cada província. Seus representantes se reuniam anualmente, durante dois meses, e, se fosse necessário, por mais um mês. A implementação conjunta dessas instituições gerou certa desorientação nos membros do governo, pois, segundo Andréa Slemian, “pelo fato do Conselho de Presidência ser entendido numa concepção de administração que delegava aos protagonistas do Executivo um grande poder de ação, não era incomum que suas jurisdições se misturassem.” (2006, p. 205). Além desse fato, ainda havia o de que o conselho supracitado teve origem numa

1. Órgão criado a partir da Lei de 20 de outubro de 1823, como *locus* de representação local.

2. Criado pela Constituição de 1824, como órgão consultivo.

lei provisória e no texto da Carta de 1824 não havia instruções para sua continuidade ou extinção.

Salienta-se que apesar da instalação da Presidência, do Conselho Geral e também do Conselho de Governo de Presidência, a complexa trama de relacionamentos entre as elites locais nunca deixou de ocorrer, cabendo espaço para a busca constante de beneficiamento particular. Há também a ressalva de que, apesar de estes órgãos serem intermediários entre o ‘povo’ e o governo imperial, havia outras formas de representação, pois “O que a ação dos Conselhos procurava era o fortalecimento da esfera provincial como espaço “constitucional” de “apontamento” das necessidades locais e de “observância” da execução das leis.” (SLEMIAN, 2006, p. 222).

Diante da grandeza territorial do Império recentemente originado e, principalmente, levando-se em conta a complexa união dos preceitos constitucionalistas e liberais juntamente com as tradições políticas do Antigo Regime; a real implantação e funcionamento da Presidência e dos Conselhos Geral e de Governo só podem ser observados fielmente, a partir da realidade de cada região, pois “Até que ponto isso foi bem sucedido só é possível inferir avaliando o impacto de tal ação em cada uma das localidades.” (SLEMIAN, 2006, p. 222).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O CASO DA PROVÍNCIA DE SERGIPE DEL REY

Em Sergipe Del Rey, a Presidência e o Conselho de Governo entraram em funcionamento com a Sessão Ordinária de 1824, porém, o Conselho Geral de Província entrou em vigor somente em 01 de dezembro de 1829³.

A partir da análise documental das atas, pode-se perceber que as principais necessidades econômicas da Província de Sergipe Del Rey eram as ligadas à infraestrutura e às parcas rendas no cofre da Fazenda Pública. As Câmaras Municipais, órgãos responsáveis pela manutenção das vias públicas, raramente cumpriam com sua obrigação, deixando a desejar sobre o estado de conservação das estradas, das pontes, fontes públicas e limpeza das ruas. Como pode ser exemplificado através da Ata XXXI, de 11 de dezembro de 1826, em que o Conselho coloca a responsabilidade de tais tarefas nas mãos dos Capitães-mores da Província, contudo “ser-lhe-hião fornecidos ela Fazenda Publica Provincial os artigos indispensáveis”⁴.

Contrastando com tais afirmações, os Conselheiros queixavam-se constantemente da falta de fundos nos cofres públicos, impedindo-os de realizar obras necessárias ou manter o pagamento correto dos funcionários. Esse esvaziamento das rendas provinciais derivava de diversos motivos, sendo assunto discutido constantemente nas reuniões do Conselho. Uma das razões, pode-se dizer que derivava da falta de estrutura portuária,

3. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº08, Vol. IV, de 1919, p. 01 a 176.

4. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº05, Vol. II, fascículos 3 e 4, 1916, p. 347.

causando diversos problemas, dentre eles, a continuidade da dependência da Província de Sergipe em relação à da Bahia, visto que era por esta última que todos os produtos produzidos pela primeira escoavam. A dinâmica desta dependência causava outros transtornos, como a cobrança de taxas alfandegárias que diminuía ainda mais as rendas pertencentes aos comerciantes sergipanos.

Além de tais assuntos recorrentes, existiram alguns que chamam atenção por seu conteúdo peculiar. Como é o caso das atas XLVII e XLIX, do dia 01 e do dia 15 de junho de, respectivamente, em que foi discutido o projeto para a redefinição dos limites entre a Província de Sergipe e Bahia. A divisão territorial deveria se estabelecer pelo Rio Itapicuru e não pelo Rio Real como acontecia, anexando ao território sergipano, as Vilas de Abadia, Itapicuru e o Julgado de Jeremoabo, esta mudança era justificada pelos seguintes fatos: O rio Itapicuru é caudal e perene, já o rio Real costumava secar em épocas de calor intenso, abrindo um espaço entre os dois rios, servindo de refúgio para criminosos, que não podiam ser apreendidos pela justiça de Sergipe, pois o território não lhes pertenciam e nem pela justiça da Bahia, pois o alcance desta se estendia para as zonas próximas a Salvador.

Pode-se considerar que o Conselho de Governo da Província de Sergipe Del Rey, juntamente com seu Presidente, se articulava de formas diversas para solucionar os muitos problemas apresentados, muitas vezes incumbindo pessoas de diferentes cargos, numa tentativa de estender sua esfera de atuação ao máximo que era possível. Na busca pela resolução de praticamente todas as questões descritas nas atas, os Conselheiros sempre resolviam por enviar as informações ao Imperador e esperar por sua decisão. Raros eram os problemas efetivamente resolvidos sem passar pelo crivo imperial, pois mesmo se tratando de ocasiões emergenciais, após tomada uma decisão, informava-se ao Imperador sobre o ocorrido e este poderia voltar atrás ou aceitar as decisões tomadas anteriormente.

REFERÊNCIAS

Atas do Conselho de Governo da Província. De 1824 a 1831. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju.

Coleção Leis do Império do Brasil: 1808-1830. Disponível em: www2.camara.gov.br. Acessado em 04/11/2015.

Constituição do Brasil. 1824. Disponível em: www.senado.gov.br. Acessado em 04/11/2015.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente.** Petrópolis: Vozes, 1984.

ANTÔNIO, Edna Maria Matos. **O constitucionalismo luso-brasileiro na cultura política da Independência: a Capitania de Sergipe.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 44, vol. 01 Dossiê "História e Culturas políticas", p. 107-125, 2014.

____. **A Independência do Solo que Habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do império. Sergipe (1750-1831)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

DINIZ, Diana Maria de Faro (Coord.). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju, UFS/Banese, 1991.

FERNADES, Renata Silva. **O Conselho da Presidência e o Conselho Geral de Província “Na Letra da lei” (1823-1828)**. Monografia de bacharelado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. Petrópolis: Vozes e Governo do Estado de Sergipe, 1977.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial-Volume II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LIMA JÚNIOR, Francisco Antônio de Carvalho. Memória sobre o Poder Legislativo em Sergipe (1824-1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº08, Vol. IV, de 1919, p. 01 a 176.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **O Império em Construção: Primeiro Reinado e Regências**. Coleção Discutindo a História do Brasil. São Paulo: Atual, 2000.

MACHADO, Humberto Fernandes; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999.

MOTT, Luiz. **Sergipe d’El Rey - População, Economia e Sociedade**. Aracaju, FUNDESC, 1986

NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820**. Rio de Janeiro: editora Cátedra/MEC, 1978.

RÉMOND, René. **O Século XIX: 1815-1914**. 8ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SODRE, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia: 1998.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

CAPÍTULO 5

O FENÔMENO DO TRÁFICO E PROIBIÇÃO DE ENTORPECENTES NO BRASIL DE 1890 A 2020

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Steven Adrian dos Santos

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Faculdade de Direito
Betim – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/6488643177094357>

João Victor Mendes de Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais –
Faculdade de Letras
Belo Horizonte – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/9946049847416984>

RESUMO: Este trabalho conecta fatos e evidências que descrevem o problema das drogas e seus desdobramentos na vida do usuário e do vendedor. A meta é traçar o panorama dos efeitos do proibicionismo no Brasil por meio de leis e decretos publicados do ano de 1890 até 2020. Brevemente é buscada a legitimidade do consumo de substâncias psicotrópicas em tradições perenes. Em seguida, o aparelhamento do sistema repressor é analisado, durante a Ditadura Militar na forma ideológica da “Segurança Nacional”. Assim a dinâmica do tráfico é apontada. Por fim, analisa-se o conceito de “bode expiatório” aplicado à histeria coletiva da repressão militar e policial ao “inimigo interno”.

PALAVRAS-CHAVE: Narcotráfico, inimigo interno, Brasil, usuário de drogas.

THE DRUGS PHENOMENON AND IT'S PROHIBITION IN BRAZIL FROM 1890 TO 2020

ABSTRACT: This work connects facts and evidence which describes the drug problem and its consequences in the life of the user and the seller. The goal is to draw a panorama of the effects of prohibitionism in Brazil through laws and decrees published from 1890 to 2020. The legitimacy of the consumption of psychotropic substances in perennial traditions is soon sought. Thus, the equipment of the repressive system is analyzed, during the Military Dictatorship in the ideological form of “National Security”. Then, the dynamics of trafficking is pointed out. Finally, the concept of “scapegoat” designed for the collective hysteria of military and police repression of the “internal enemy” is analyzed.

KEYWORDS: Drug trafficking, inner enemy, Brazil, drug user.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A análise fenomenológica do narcotráfico aponta para a ausência de políticas penais eficientes (ADORNO, 2002) (ZALUAR, 1999). É certo que a mercancia de drogas reúne, no mesmo contexto, oferta e demanda, e implica numa resposta ilícita à demanda não suprida, e não cessada. Todavia, o tema em questão não aponta somente uma antropologia dos sentidos (BRETON, 2016), referindo-se à forma como a cultura moderna acessa e utiliza os recursos do corpo, mas também remete ao instigante

fenômeno da histeria coletiva, exaustivamente visto na história humana. Nesta antropologia existe uma etiqueta adequada a cada cultura ou tempo, onde se estabelece o permitido, o proibido, o agradável e as fontes de prazer aceitáveis. Os povos, no processo de organização do sistema moral, elegem “adversários” para caracterizar o elemento subjetivo que deve ser combatido. O traficante, até então, e o usuário, durante longo tempo, compõe a categoria do “bode expiatório”, na forma do “inimigo interno”. No Brasil, esta narrativa encontrou sua máxima na mítica ideologia da “Segurança Nacional”.

2 | METODOLOGIA

A construção do presente artigo baseou-se em duas linhas de pesquisa, rastreando-se uma bibliografia que explica e descreve o problema “drogas” no Brasil entre os anos de 1890 e 2020. A primeira linha reconstrói as origens do imaginário popular sobre o universo narcótico. Para isso buscou-se a literatura vanguardista do tema no Brasil, além da legislação pura. Em sequência, tratados filosóficos foram consultados, juntamente à posição oficial dos principais órgãos governamentais envolvidos no combate ao consumo e à repressão à venda ilícita.

3 | A LICENÇA POÉTICA DO CONSUMO E O PROIBICIONISMO

A noção do proibido implica a adesão a determinados ritos de prazer enquanto outros são deslegitimados. Enquanto os corpos podem ser expostos, em rede nacional, *seminus*, a nudez absoluta é tomada como vergonhosa e inaceitável. Nelson Rodrigues satirizou profundamente estas disparidades da cultura brasileira, e a aparente confusão moral das bases familiares, oscilando entre insinuações de estupro, traições e assassinatos aos moldes de *bonitinha, mas ordinária* (2009). Já Antônio Callado, em seu “Quarup” (1984), apresenta outro paradoxo: a confusão entre proibido e permitido no universo das coisas sagradas. Ainda neste jogo do “pode não pode”, a duração e a forma de acesso ao prazer estabelece suas vias de preferência, sendo o menor caminho entre o crime hediondo inafiançável e uma simples “cervejinha” no bar. Dito desta forma, o limite entre o razoável e o proibido não é claro, muito menos objetivo, configurado na diversidade de percepções sensitivas de cada povo. Assim, é desconhecido um critério puramente objetivo que marginalize ou divinize qualquer substância (BITTENCOURT, 2016).

O acesso e escolha a uma via sensitiva em detrimento de outras é o cerne da obra de Le Breton (2016). Na cultura brasileira o destaque está na licença poética do ébrio habitual, e o cerne das experiências psíquicas amplamente difundidas é a perda da consciência, o atordoamento e o flerte com a insanidade. Por isto, ao falarmos de narcotráfico e história do proibicionismo, não é permitido negligenciar a origem psicológica - e mesmo ontológica - no ser individual e no imaginário coletivo. O limiar destes conflitos, percebeu Constantin Noica (1999), ultrapassa o aspecto moral ou neurótico, não pretendendo apenas legitimar

estas substâncias, mas localizá-las no mundo do espírito e do ser, onde o vazio, o tédio metafísico, a falta de sentido, - nos termos de Viktor Frankl (2008) - tomam significado. Daí o estado cômico, confuso e estéril de políticas públicas que lutam pelo “fim” do consumo e venda de quaisquer substâncias.

Esta teatralidade se aplica bem à história do proibicionismo no Brasil. É criada uma realidade paralela e fantasiado um universo a ser destruído. A moralidade confusa denunciada por Nelson Rodrigues e Antônio Callado terminaram encenando as patéticas histórias de D. Quixote, lutando contra moinhos de vento que em si mesmos são inofensivos, tomando poder na medida da hostilidade que lhes é atribuída. Quanto a isto outros intelectuais já trataram de resumir o estado desta confusão. Bruce Alexander, no seu clássico “parque dos ratos” – tomando as devidas reservas às falhas e carências do experimento -, desenvolveu experimentos que contestam a ideia de que as *drogas*, em si mesmas, carregam algum composto que destrói ou desvirtua a espécie (ALEXANDER *et al*, 1981).

Contrariamente às tentativas de legitimar o consumo de substâncias psicotrópicas, a história do proibicionismo teve início no Brasil do século XIX com o Código Penal de 1890 da República Velha. O Capítulo III destinava-se aos Crimes à Saúde Pública e no Art. 159 tipificou as condutas de expor à venda, ou ministrar, substâncias “venenosas” sem legítima autorização e sem as formalidades prescritas nos regulamentos sanitários, fixando a sanção penal em prisão “celular” de 1 a 6 meses além da multa. Já no século XX o *status* proibitivo manteve-se por meio do decreto nº 2.861, de 8 de julho de 1914, dedicado ao combate ao abuso do ópio, da morfina e seus derivados, e da cocaína. Com o mesmo conteúdo proibitivo, a Lei Nº 4.294 de 14 de julho de 1921, mais do que duplicou a sanção fixada de 1 a 4 anos. Em seguida, outros dispositivos legais trataram da proibição. Determinou-se, através do Decreto Nº 20.930 de 11 de janeiro de 1932, o dever de fiscalizar o emprego e o comércio das substâncias tóxicas entorpecentes. A imprecisão da seleção de substâncias “venenosas” para se reprimir e combater ganha maior destaque no Decreto Nº 780 de 28 de abril de 1936, que cria a Comissão Permanente de Fiscalização de Entorpecentes, e, logo nas considerações, cita tais substâncias como “*venenos sociaes*”. Cita também o art.138, alínea g, da Constituição de 1934 que obriga a União, os Estado e os Municípios a “*cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais*”.

A política de repressão ao consumo não autorizado e ao tráfico ilícito de drogas foi mantida pelo Decreto de nº 8.911 de 25 de novembro de 1938, com a diferença de que aumenta o rol de substâncias proibidas e também intensifica as penas, no seu Art.33, de 1 a 5 anos e multa, para o tráfico ilícito, e de 1 a 4 anos, além da multa, para o usuário, nos moldes do seu Art.34. Até então, não se tenta discernir o usuário e o traficante, notando-se também a vagueza das leis em tratar das substâncias entorpecentes, principalmente por não haver uma distinção entre as substâncias terapêuticas e as substâncias psicotrópicas ou “venenosas”. Talvez nisto consista a força dos movimentos *New Age*; o aparecimento

de uma nova cultura onde todo o proibido, venenoso, fosse diagnosticado como pura manifestação da espiritualidade humana.

Ainda no mesmo aspecto, a Lei Nº 6.368 de 21 de outubro de 1976 é mais sucinta na criminalização das substâncias “*entorpecentes ou que determine dependência física ou química*”. Nela se institui o Sistema Nacional Antidrogas, imbuído de prevenir o uso indevido e reprimir o tráfico ilícito. A lei esboça a primeira distinção entre usuário e traficante. Para aquele é fixado o tratamento e a recuperação. Já para este, o delituoso, é estabelecida a reclusão de 3 a 15 anos (Art.12). A materialidade do crime, que difere o consumidor daquele que fornece, consiste no laudo pericial que atesta a natureza da substância. Na ausência do perito, convém que a pessoa *idônea* escolhida, de preferência entre as que tiverem habilitação técnica que possa realizá-lo, na forma do Art.22 da mesma lei. Vê-se aí a ausência de um critério objetivo que distinga o usuário e o traficante. A referida lei vigorou com algumas alterações até a vigência da Lei nº 13.343 de 23 de agosto de 2006.

O ápice da ascensão proibicionista se dá pela lei 11.343, daquele mesmo ano, no Título IV, Capítulo II, Arts. 33 e seguintes, contando com mais de 20 verbos nucleares que criminalizam condutas, buscando diferir usuário e vendedor, e abrangendo situações que antes eram desconsideradas em outras legislações. Trata-se de uma lei penal em branco, pois não é definido o conteúdo das substâncias que se proíbe, mas é buscada esta conceituação na Portaria da Secretaria de Vigilância Sanitária, número 344, conforme define o Art. 66 da Lei de Drogas.

Entorpecente - Substância que pode determinar dependência física ou psíquica relacionada, como tal, nas listas aprovadas pela Convenção Única sobre Entorpecentes, reproduzidas nos anexos deste Regulamento Técnico (Art.1º da Portaria SVS/MS Nº344).

Quanto a isto, é preciso destacar que, na forma dos decretos e leis anteriores à década de 1960, a figura do usuário permanece indefinida, oscilando entre “vadio” e “doente”. Para tanto, foi em 1960 o Estado brasileiro ingressou efetivamente no cenário internacional de combate às drogas, no qual se proíbe e se repreende o traficante, na figura de delinquente, mas que se esforça para discernir o usuário, na figura de doente (TORCATO, 2016). Destaca-se a versão do usuário, às letras do primeiro inciso do Art.19 da Lei de Drogas, em que se reconhece “*uso indevido de drogas como fator de interferência na qualidade de vida do indivíduo e na sua relação com a comunidade à qual pertence*”.

Também é sabido que esta última fora alterada pela recente Lei Nº 13.840, de 5 de junho de 2019, que disciplina a organização do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Nela define-se as condições de atenção aos usuários (ou dependentes) de drogas e trata-se do financiamento das políticas sobre drogas (Art.1º). Há, nas alterações introduzidas pela referida Lei, maior atenção ao usuário, na figura de doente, e no seu tratamento e reinserção social.

Todavia, mesmo que a figura do usuário se mantenha no foco das políticas sanitárias, a legislação tornou-se mais rígida contra os traficantes. Este assume integralmente a figura de delinquente, e a Lei de Drogas, reconhecendo a incidência constitucional do sistema de repressão às drogas, torna mais gravosa as penas para o tráfico. O Art.33 ostenta a mais gravosa sanção da lei, pois se vale de dezenas de verbos nucleares que buscam no traficante o sujeito ativo, *in verbis*;

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

Já o Art.34, que delinea a atuação do traficante, traz consigo as condutas de *“Fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, possuir, guardar ou fornecer [...]”*. Ainda que haja a possibilidade de distinguir usuário de traficante, *“essa subjetividade faz com que, muitas vezes, uma pessoa seja considerada traficante em razão do local onde foi abordada, mesmo estando sozinha e com pequena quantidade de droga”* (DP, 2019, P.8).

Abrangendo o mesmo tema, a súmula 70 do TJRJ aponta para o fato que *“restringir-se a prova oral a depoimentos de autoridades policiais e seus agentes não desautoriza a condenação”*. A este respeito a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPERJ) realizou uma pesquisa envolvendo mais de 2000 sentenças no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Caracterizadamente pelos Arts. 33, 34, 35 ou 37 da Lei de Drogas, os juízes muitas vezes apresentaram posições divergentes sobre situações muito semelhantes (ibid., p.47). No relatório final da DPERJ, analisou-se as sentenças e destacou-se algumas com conteúdo no mínimo divergente. O Processo nº 0268837-96.2015.8.19.0001 é uma destas decisões, chama a atenção por descaracterizar o crime de tráfico de drogas do agente que portava 4g de cocaína, não preso em flagrante, e portando também maconha. Já o processo de numeração 0012087-93.2015.8.19.0054^a considerou o cidadão culpado, e, portanto, traficante, por portar 1,5g da mesma substância, sem que haja flagrante delito ou combinação de outras drogas.

4 | UMA JUSTIÇA INEFICAZ

A ideologia é uma técnica de falsificação discursiva que se manifesta pela estrutura do mito político. É um sentido pronto, um falso remédio (NOICA, 1999). O mito não indica, necessariamente, uma mentira, mas narra a origem das coisas (MIGUEL, 1998). No Brasil, este padrão estrutural foi utilizado no governo militar na tentativa de sustentar o

“inimigo interno”. É pretendido na narrativa mítica a ascensão ao revolucionário. Assim, vê-se a figura do “inimigo interno”, na forma do comunista e do traficante. Para o êxito da falsificação discursiva ideológica por detrás do mito, é necessária uma força motriz capaz de unir e mobilizar. Manifestamente esta força é encontrada na figura de um adversário, um grupo ou uma categoria a quem se combate.

No Brasil, o mito político das drogas foi articulado pela Ideologia da Segurança Nacional (SN) e ganhou força motriz pelo elemento do “inimigo interno”, que se aproxima muito ao “inimigo objetivo” descrito por Hannah Arendt (2012),

A categoria dos inimigos objetivos sobrevive aos primeiros inimigos do movimento, ideologicamente determinados; e novos inimigos objetivos são encontrados segundo as circunstâncias: os nazistas, prevendo o fim do extermínio dos judeus, já haviam tomado as providências preliminares necessárias para a liquidação do povo polonês [...] (ARENDR, 2012, p.474).

Assim, não basta que a ameaça seja qualquer tipo de ação que justifique e fundamente a suspeita, mas se trata da definição política de determinado grupo político ou de alguma categoria oposta ao Estado (BRANDÃO, 2019).

Após a declaração de “guerra às drogas” impressa na Ditadura Militar e intensificada desde então, o Narcotráfico, de fato, se apresentou como uma estrutura de poder paralela ao Estado. Numa primeira análise, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo domínio militarista na administração pública. De modo que

Toda a nossa cultura formou-se na linha de uma progressiva busca e afirmação da identidade nacional e do nosso lugar específico no mundo. Esta linha foi bruscamente rompida entre as décadas de 1970 e 1980, já não nos sobrando hoje, como alternativas possíveis à queda no puro gozo da proliferação quantitativa, senão dois modelos gerais importados prontos e não amoldados (ou ainda não amoldados) à individualidade nacional: a “modernidade capitalista” e o “socialismo” [...] Ou o Brasil reencontra o seu sentido geral, ou todas as ações coletivas, não importando a intenção ideológica que a legitime subjetivamente, concorrerão para dissolvê-lo numa unidade mais vasta e poderosa. [N.E.] (NOICA, 1999, p.67)

A organização das agências policial e militar teve como pretexto a “subversão” do comunismo, e a “tóxico-subversão” dele aplicado ao narcotráfico, de modo que *“excluída a possibilidade de uma ameaça efetiva no âmbito militar, a esquerda teria passado a operar nos âmbitos econômico, político e principalmente o psicossocial”* (BRANDÃO, 2019, p.54). Ambos os crimes, o da tóxico-subversão e o da subversão passam a ser tratados como políticos, e mesmo que não lesem o Estado, podem angariar fundos para a conquista do poder (BARBOSA, 2012). O comunista atuaria através do tráfico *“para destruir as bases morais que sustentariam a ‘civilização ocidental’, preparando o terreno para uma posterior invasão militar”* (ibid., p.43). Tudo isto legitimado pelo mito político responsável pela ideologia da SN, de modo que sua marca “[...] vai aprofundar os estereótipos do discurso

médico -jurídico -político, sem abrir mão dos discursos morais” (CARVALHO, 2013, p.18). Para tanto, o conceito de tóxico-subversão foi amplamente difundido na figura do “inimigo interno”, como se vê no décimo quarto capítulo do livro “Os Subversivos” intitulado “O Inimigo Interno” de Bernard Hutton,

Entre 1965 e 1967, os chefes subversivos de Mao Tse-tung e suas redes concentravam-se em greves, demonstrações, tumultos e atos terroristas de toda espécie, e quando os sucessos continuavam, um depois do outro, provando a eficiência das redes instaladas, Pequim resolveu aumentar a pressão. A divisão especial da subversão da China vermelha enviou uma instrução em código para todos os seus agentes avisando-os para estarem alertas esperando as entregas contrabandeadas de grandes quantidades de toda sorte de drogas. A ordem era **‘aproveitar todas as oportunidades para intensificar o vício de drogas’** (BRANDÃO *apud* HUTTON, 1975: 173) (Grifo dos autores).

4.1 O bode expiatório

René Girard lembra em seu “bode expiatório” que há séculos a vítima escolhida pelo ocidente esteve na figura do judeu. Eleitos como objetos do sacrifício, culpados ao mesmo tempo pela peste e pelo envenenamento da população, a única forma de se apaziguar a fúria popular era por sucessivas operações de extermínio, osciladas entre o campo físico e psicológico ao nome de *espiral do silêncio* (NOELLE-NEUMANN, 2017).

É necessário, de tempos em tempos, quando a peste chega, a escolha de uma vítima sacrificial. Junto deste rito está a fragilidade dos discursos, a aparente incapacidade de se nomear os autores e vítimas do crime em fato. Este recurso, que aparece de forma escancarada de tempos em tempos entre os surtos de histeria coletiva diz que “*os judeus foram massacrados antes da chegada da peste, apenas com o ruído de sua presença na vizinhança [...]*” (GIRARD, 2004, p.8). Escolhidos assim, dentre todos os agentes possíveis, de forma imediata e presunçosa, a hostilidade contra determinados grupos ou atividades começa pela insinuação da presença inimiga e termina no holocausto. O exorcismo verbal de que fala o autor, está presente na ideia do “narcoterrorismo” e da “narcoditadura”. Analogamente, junto da histeria coletiva está a incapacidade de se nomear o objeto da doença, tomado por várias insinuações psicológicas e impressões sensitivas, descrito na psicanálise como *recalque*. Daí que a figura do israelita pode ser trocada por qualquer outra, até mesmo pela do traficante, pois a fragilidade popular é tal que “*reconhecer a verdade não seria enfrentar a situação, mas antes entregar-se a seus efeitos desagregadores*” (ibid.). O estigma do traficante e a violência que decorre do narcotráfico representam essa desagregação. Isto é, descrever, precisamente, a causa e o efeito, o tratamento e a solução, implicaria a quebra do sistema histórico, revelando o objeto recalcado. Por isto, o “inimigo interno” é o elemento ideológico que recalca a necessidade de uma “vítima sacrificial” e transporta o seu conteúdo para a figura estigmatizada do “traficante”.

5 | CONCLUSÕES

Este trabalho resumiu os caminhos jurídicos e morais que acompanharam o poder crescente do narcotráfico. Para isto foram selecionadas as principais leis e decretos de 1890 até 2020. Nele é detectado que os fundamentos do proibicionismo orbitam à “moral e os bons costumes”, de modo vago e genérico, sem critérios objetivos capazes de defini-lo. A licença poética que permite o consumo de algumas substâncias não é a mesma em outras, havendo disparidade entre os danos objetivos à sociedade e a repressão ao consumo e venda. Também fora rastreada a ociosidade da fronteira entre usuário e vendedor, apoiada na boa fé do juiz ou policial.

As investigações apontam, ainda, para um mito que funda e justifica esta “caça” às drogas: a segurança nacional. Neste contexto alguns entorpecentes seriam objetos de manobras geopolíticas, inimigos do povo e venenos sociais. Seu uso nunca aconteceria pela *vontade* própria do consumidor, e nunca poderia ocorrer em um contexto de autodomínio. Do contrário, todo e qualquer consumo ou venda é teatro que oculta o golpe velado ou o apocalipse moral de um povo. Daí representar, no imaginário coletivo, um objeto de expurgo, a vítima sacrificada pelo bem comum, ou a constante ameaça de crise – a ser exterminada ou perseguida como um câncer.

REFERÊNCIAS

ADORNO Q, Sérgio. **Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea**. São Paulo: Anpqcs/Capes, 2002.

ALEXANDER, Bruce K.; BARRY L. Beyerstein; PATRICIA, F. Hadaway; ROBERT, B. Coombs. **Effect of Early and Later Colony Housing on Oral Ingestion of Morphine in Rats**. *Pharmacology, Biochemistry & Behavior*, Vol. 15. pp. 571-576, 1981.

ARENDRT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo - SP. Companhia das Letras, 2012.

BARBOSA, Júlia Letícia Camargos. **Conhecendo o inimigo : criminalidade política e subversão – o DOPS mineiro na ditadura militar (1964-1973)**. 142f., il. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas, Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2012.

BITTENCOURT, Miguel Colaço. **A divinização e a enteogenia das plantas: uma introdução para o campo drogas/ cultura**. REIA - Revista de Estudos e Investigações Antropológicas, vol. 3, n.2, pp.162-197, 2016.

BRANDÃO, Luiz Henrique Santos. **Tóxico-subversão: anticomunismo e proibicionismo na construção do “inimigo interno” durante Ditadura Militar no Brasil**. 2019. 120 f., il. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BRETON, David Le. **Antropologia dos Sentidos**. Petrópolis: Vozes, 2016.

BRETON, David Le. **LA SOCIOLOGIE DU CORPS**. Presses Universitaires de France Que sais je? 2012.

CALLADO, Antonio. **Quarup**. 12. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da lei 11.343/06**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 16 DE JULHO DE 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

DECRETO Nº 2.861, DE 8 DE JULHO DE 1914. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2861-8-julho-1914-575437-publicacaooriginal-98630-pl.html>>. Acesso em: 31 de Maio de 2020.

Decreto nº 20.930, de 11 de Janeiro de 1932. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20930-11-janeiro-1932-498374-publicacaooriginal-81616-pe.html>>. Acesso em: 31 de Maio de 2020.

DECRETO Nº 4.294, DE 6 DE JULHO DE 1921. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4294-6-julho-1921-569300-publicacaooriginal-92525-pl.html>>. Acesso em: 31 de Maio de 2020.

DECRETO Nº 780, DE 28 DE ABRIL DE 1936. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-780-28-abril-1936-472250-norma-pe.html>>. Acesso em: 31 de Maio de 2020.

DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496205>>. Acesso em: 31 de Maio de 2020.

DECRETO-LEI Nº 891, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1938. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-891-25-novembro-1938-349873-norma-pe.html>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

DP, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **RELATÓRIO FINAL: PESQUISA SOBRE AS SENTENÇAS JUDICIAIS POR TRÁFICO DE DROGAS NA CIDADE E REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO**. Disponível em: <<http://www.defensoria.rj.def.br/Documento/Institucional-pesquisas?page=2>>. Acesso em: 02 de dez de 2020.

FILHO, Orlando Zaccone D'elia. **Acionista do nada: Quem são os traficantes de droga**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRANKL, V. E. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIRARD, René. **O BODE EXPIATÓRIO**. São Paulo: Editora Paulus, 2004.

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 31 de Maio de 2020.

LEI Nº 13.840, DE 5 DE JUNHO DE 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13840.htm#art2>. Acesso em: 31 de Maio de 2020.

LEI Nº 6.368, DE 21 DE OUTUBRO DE 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6368.htm>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. **Em Torno do Conceito de Mito Político**. Dados, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p., 1998.

NOELLE-NEUMANN, E. **A Espiral do Silêncio: opinião pública, nosso tecido social**. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2017.

NOICA, Constantin. **As seis doenças do espírito contemporâneo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

PORTARIA Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html>. Acesso em: 31 de Maio de 2020.

RODRIGUES, Nelson. **BONITINHA, mas ordinária**. Direção de Moacyr Góes. Rio de Janeiro: Diler & Associados, 2009. 1 DVD (90 min).

SÚMULA Nº 70. Disponível em: <<http://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/sumulas-70>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2020.

ZALUAR, Alba Maria. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

ZALUAR, Alba. **Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização**. São Paulo Perspec, São Paulo, v. 13, n. 3, pp. 3-17, Set. 1999.

CAPÍTULO 6

“INFLUÊNCIAS POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICA, ABSORVIDAS DURANTE O PENSAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA OPÇÃO BRASILEIRA E IMPERIALISTA”

Data de aceite: 01/03/2021

Luis Claudio Reginato Carvalho

Historiador, Bacharel e Mestrando em História Econômica pela FFLCH / USP

RESUMO: O intelectual Mario Pedrosa chama a atenção num certo momento de sua obra, como poucos estudiosos, pois ele investiga, pesquisa e acredita que poderemos superar o capitalismo com uma figura diferente na dialética histórica. Acredita que com sua crítica heterodoxa, carregada com viés marxistas e contando com bastante influências de Rosa Luxemburgo e Trotsky, além de Lenin, poderá superar o neoliberalismo que começa a se instalar através do Imperialismo Capitalista nas nações periféricas principalmente na América Latina, e assim como conquista popular e social, passar para a etapa do socialismo.

PALAVRAS-CHAVE: Política, Economia, Sindicalismo, Ditadura, Influências acadêmicas, Lenin, Paul Sweezy, Paul Baran, Mario Pedrosa.

ASSUNTO

Primeiro agradecer a ANPUH, pela oportunidade, de trazer o assunto sobre a influência de autores sobre um intelectual e pensador do Século XX.

Quero congratular me com os demais colegas pela conquista da regulamentação da profissão de historiador.

Mário Pedrosa é o meu objeto de estudo no mestrado de História Econômica no departamento de História na USP. Figura ilustre no meio das artes pela crítica, e também pelo grande jornalista com suas colunas sobre crítica de artes e política.

Quem era, o que fazia, muito já se sabe, desse homem, **comunista, agitador, advogado, jornalista, intelectual pensador, crítico de arte.** Aqui irei levantar algumas **perguntas sobre as influencias que fizeram seu pensamento** principalmente sobre a dialética de **uma revolução em um país periférico.**

Meu objeto de estudo é principalmente sobre os livros que escreve em 1966 – **A opção brasileira & A opção Imperialista.** Analise sobre a possibilidade de como se fazer a passagem do capitalismo para o socialismo, com uma transição que seja popular.

Estudos econômicos e políticos, propostos por ele **como uma saída para o projeto neoliberal que se encontrava em curso desde sempre,** mas principalmente **depois do golpe de 64.**

Que com ajuda das elites e a princípio a convivência da grande mídia, e de instituições como OAB, ABI e CNBB, perpetuaram o golpe que com o decorrer do tempo e com a atividade

política de intelectuais como Mario Pedrosa, esses mesmos golpistas foram se deslocando para o outro lado do pensamento político.

Mario me chamou a atenção num certo momento de sua obra, pois como poucos estudiosos, ele investiga, pesquisa e acredita que poderemos superar o capitalismo com uma figura diferente na dialética histórica.

Ele falava sobre o último estágio do capitalismo como imperialista em que era necessário para a chegada do socialismo, que houvesse a partir do terceiro mundo um modelo econômico que fosse alicerçado por empresas corporativas, em sua maioria monopólios. Em uma economia planejada como a União Soviética.

Essas empresas seriam geridas por executivos, verdadeiros homens de negócio e não os donos das empresas. Principalmente por aqui, já que nossa elite que detinha os meios de produção era subserviente ao capital estrangeiro, e não conseguia se manter sem o auxílio do Estado.

Isso deveria ocorrer na periferia mundial, no terceiro mundo e não nas metrópoles.

Mario era adepto dos clássicos marxistas, mas também se interessava por quem trazia algo de novo ao pensamento.

- Quem influenciava Mario Pedrosa, nessa época?

INFLUÊNCIAS de Paul Baran e Paul Sweezy em MARIO PEDROSA

Como o exemplo de **Paul Sweezy**, que era um economista marxista estadunidense, “**o mais importante intelectual marxista do país**”, **segundo publicado pelo New York Times** em seu obituário. Vítima da perseguição do Macartismo. Lecionou em Yale, Stanford e Harvard.

Paul Baran, era russo de nascimento, e que, conheceu depois de formado na década de 20 ao também economista soviético **Preobrajenski** que era membro do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, pai do planejamento soviético e líder junto a Trotsky da Oposição de Esquerda. Preobrajenski, e toda a oposição de esquerda foi duramente perseguida por causa de suas ideias por Stalin.

Crítico da NEP – Nova Política Econômica, Preobrajenski lutava pela urgente planificação no lugar da implantada liberalização da economia nesse início de governo soviético, em 1921.

Como **alternativa à NEP seria a industrialização acelerada da economia soviética e o planejamento geral e popular da economia com uma política de industrialização forçada, em detrimento dos Kulaks, pertencentes aos ricos homens do campo**, já que poderia haver uma possível emergente volta da burguesa.

Conheceu também a **Rudolf Hilferding**, que foi autor do livro o **Capital Financeiro**.

Baran foi professor nos Estados Unidos da América, em Harvard, além de Stanford, e também na Universidade de Washington.

No livro *o Capitalismo Monopolista*, Sweezy e Baran, citam à Lenin que definiu o **Imperialismo como a fase monopolista do capitalismo**.

Definem também que Marx, previu a derrocada do capitalismo ainda quando este se encontrava na sua fase competitiva e de simples produção (da livre concorrência) sem o crescimento ainda do capitalismo com a financeirização, análise como disse feita por Marx sobre a Grã Bretanha.

Já **Baran e Sweezy** fazem **uma análise sobre o capitalismo monopolista que ocorre nos EUA, este sendo sucessor do anterior**.

O estudo estará centrado na criação e absorção do excedente, num regime capitalista monopolista.

A princípio, as grandes **companhias estadunidenses** eram do ramo de finanças e das ferrovias.

Explica o surgimento da figura do **magnata**, ou o dono da empresa, que depois será substituído pelo homem da organização (executivo ou gerente), que agia de dentro da empresa (administração interna) contrário do primeiro, assim busca a maximização do lucro e a otimização geral, objetiva a acumulação de recursos.

Esse sujeito, o executivo faz uso dos lucros que propicia o acesso a fundos externos, e assim a expansão ocorre através de fusões e aquisições que tornam as companhias cada vez maiores – são as **CORPORAÇÕES EMPRESARIAIS**

O capitalismo monopolista é constituído de empresas gigantes.

- Porque o capitalismo com as corporações e o monopólio financeiro estariam mesmo no fim para os autores clássicos marxistas?

INFLUÊNCIA de LENIN em Paul Sweezy

As influencias recebidas por ele, vem dos clássicos, que são os pensadores, economistas e políticos que influenciam esses economistas e o intelectual brasileiro, escreve sobre o Imperialismo e o Monopólio, e assim nos trazem um ponto de vista sobre o assunto:

O líder da Revolução Soviética de Outubro de 1917, **Vladimir Ilich LENIN**, no livro: **Imperialismo, o estágio mais alto do capitalismo (1916)** - que provavelmente foi um dos seus trabalhos mais influentes nos estudos marxistas posteriores - fez uso extensivo do Imperialismo de Hobson, observando no prefácio “Eu fiz uso do principal trabalho inglês, **Imperialismo , O livro de J.A. Hobson**, com todo o cuidado que, na minha opinião, esse trabalho merece.” No trabalho em si - apesar de discordar da política liberal de Hobson - e Lenin cita repetidamente a interpretação de Hobson sobre o imperialismo:

“Vemos que Kautsky, enquanto afirma que continua a defender o marxismo, na verdade dá um passo atrás em comparação com o social-liberal Hobson, que mais corretamente leva em conta duas características “historicamente concretas”...do imperialismo moderno: a competição entre vários imperialismos e a predominância do financista sobre o comerciante.”

Lenin descreve que o fim do Capitalismo será com decadência e ruína. **No capitalismo:**

“A IDEIA MONOPOLISTA CRIA A CONTRIBUIÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DO SOCIALISMO”

Alguns dos próprios economistas considerados liberais criticam o capitalismo monopolista e alimentam esse pensamento de Lenin.

Em **O Imperialismo, fase suprema do capitalismo, Lênin impõe uma convivência forçada** há dois representantes dos pensamentos opostos em questão ao seu, são eles, o austríaco Rudolf **Hilferding** e o inglês John **Hobson**. – **Intelectual pioneiro da economia moderna e o criador do termo Imperialismo** (considerado um **liberal de esquerda**, adepto da sociedade Fabiana) - que eram defensores da justiça social: alternativa ao capitalismo, saúde pública, ensino gratuito, introdução do salário mínimo, e um sistema de saúde universal, mas se opõe a luta de classes. Escreveu livros que explicam aos seus alunos a maioria trabalhadores o funcionamento da sociedade industrial em que viviam e trabalhavam, a fim de lhes sugerir maneiras de melhorar sua situação. Londres, 1884

Ele retoma, de fato, como se sabe, **com a definição de Hilferding do “capital financeiro”** como **“capital unificado”** (“Capital financeiro significa capital unificado. Os setores do capital industrial, comercial e bancário, antes divididos, são postos sob a direção comum das altas finanças”).

Amigo pessoal de **Kautsky**, médico formado em Viena, em 1906 abandona a medicina e vai **ensinar economia e história do pensamento econômico no SPD, em Berlim**. Quem substituiu ele nas aulas foi a **Rosa Luxemburgo**.

Lenin associa a eles, no entanto, a opinião negativa expressa por Hobson sobre **as finanças “parasitárias”**. Hobson considera o fenômeno do Imperialismo com um desajuste temporal e uma enfermidade com cura do capitalismo da época.

Nikolai Bukharin, gozava da simpatia de Lenin referente as ideias sobre corporações financeiras e monopólios capitalistas, aliás, Lenin faz o prefácio do livro **“O IMPERIALISMO E A ECONOMIA MUNDIAL”**. **Para Bukharin, não se pode ser ingênuo a ponto de acreditar que existe acomodação do capitalismo monopolista com transição para o socialismo**, pois existiram acordos para que o mesmo retorne ao **capitalismo de produção (em sua fase inicial) em um ciclo interminável, já que as classes dominantes não aceitarão dividir os seus ganhos da mais valia com a classe proletariado e do campo**. Na dialética do materialismo histórico somente a ruptura com o antigo sistema.

Cita em seu livro, em seu oitavo capítulo no “Capitalismo e a economia mundial”, em que concordou com Lenin sobre as ideias de R. Hilferding, que disse em seu livro, **O Capital Financeiro**, na página 345: *“A política do capital financeiro, escreve ele, visa a um triplo objetivo: primeiro, à criação de um território econômico tão vasto quanto possível; segundo, à defesa desse território contra a concorrência estrangeira, através de barreiras alfandegárias; e, finalmente, em consequência disso, à sua transformação em campo de exploração para os monopólios do país”*.

CONCLUSÃO

Sob essa base sólida de grandes monopólios capitalistas em nosso ambiente, por fim, são apresentadas as ideias originais propostas para o que Mario Pedrosa chamou de “economia de transição” no Brasil e que deveria incorporar a elaboração de um amplo processo democrático popular de construção das prioridades para uma futura economia planificada no país, pertencente à periferia mundial, o que gabaritava o país, como modelo importante para o desfecho de uma nova sociedade mais igualitária.

Trabalhando com sindicatos e trabalhadores da cidade e do campo, MP acredita nessa transição,

Como pudemos ver, o tempo, sempre ele, veio nos mostrar que por outro lado, os defensores do neoliberalismo, como por exemplo Milton Friedman já tinham planos e estratégias bem definidas para essas corporações, e a perpetuação do modelo capitalista.

Assim podemos ver o que aconteceu naquele momento até hoje. Fazia a defesa das possibilidades concretas e características comuns para uma síntese superior entre os grandes trustes soviéticos e os grandes monopólios da economia dos EUA.

REFERÊNCIAS

site BBC / Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49445794>

site do BRT. <https://translate.google.com/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=https://www.businessroundtable.org/&prev=search>

Mesa redonda de negócios. https://translate.google.com/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=https://en.wikipedia.org/wiki/Business_Roundtable&prev=search

Nenhuma criança deixada para trás. https://translate.google.com/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=https://en.wikipedia.org/wiki/No_Child_Left_Behind_Act&prev=search

O Imperialismo e a Economia Mundial; N. Bukharin (1915/1917): <https://www.marxists.org/portugues/bukharin/1917/imperialismo/index.htm>

HILFERDING, Rudolf. (1910) O Capital financeiro. São Paulo: Nova Cultural, col. Os Economistas, 1985.

HOBSON, John. A.. Estudio del Imperialismo. Madrid: Alianza Universidad, 1981.

LENIN, V.I. Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. São Paulo: Centauro, 2005.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul (1966) CAPITALISMO MONOPOLISTA - Ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Ed. JORGE ZAHAR col. Biblioteca de Ciências Sociais.

PEDROSA, Mario, “A opção Brasileira”, Rio de Janeiro-exemplar nº2057, Ed. Civilização Brasileira S/A, em 1966.

PEDROSA, Mario, “A opção imperialista”, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira S/A em 1966.

PEDROSA, Mario, “Entreguismo e nacionalismo”, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, anoLXIX, nº179, pp.3 e 8 (do segundo caderno). 2 de agosto de 1959. (FNB)

PEDROSA, Mario, “O partido do gabarito curto”, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano, LXIX, nº1, p.3. 1 de janeiro de 1960.

TROTSKY, Leon; “A revolução Permanente”; tradução de Hermínio Sacchetta- 1ª edição- São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TROTSKY, Leon, “A Revolução Traída”, São Paulo, Editora Sudermann, 2005.

SCHUMPETER, Joseph Alois, “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, São Paulo, Editora Unesp, 2017.

ALTERIDADE E RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS

Data de aceite: 01/03/2021

Natalia Fioravanso Vieira Brizola

Graduada em Educação Artística – hab. Artes Plásticas e mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, com o apoio financeiro da Fundação Universidade de Passo Fundo
Passo Fundo – RS
<http://lattes.cnpq.br/7442081171173282>

RESUMO: As migrações influenciam nas relações da sociedade, exigindo constante reformulação de conceitos e identidades. O sujeito moderno caracteriza-se pela fragmentação e multiculturalidade simultâneas, compondo sociedades onde alteridade e reconhecimento do outro são imprescindíveis. Nas interações sociais e reconstruções identitárias - especialmente dos imigrantes, minoria no local de destino - os sujeitos buscam identificação com grupos, gerando aproximação ou isolamento na sociedade. É necessária uma conexão dos indivíduos com sua origem, para compreender o presente e promover transformações necessárias ao convívio social. O indivíduo precisa ser sujeito de si mesmo, considerando particularidades e etnicidades, para também a sociedade reconhecer seus direitos; ser diferente, mas ao mesmo tempo igual. A escola desempenha importante papel nesse processo de adaptação/integração/reconhecimento, de modo a minimizar discriminações ou preconceitos, um vez que

o Brasil possui constituição étnica e genética miscigenada.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração, Alteridade, Identidade, Educação, Sociedade.

ALTERITY THE RECONSTRUCTION OF IDENTITY IN MIGRATORY PROCESSES

ABSTRACT: Migration influences the relations of society, requiring constant reformulation of concepts and identities. The modern subject characterized by simultaneous fragmentation and multiculturalism, composing societies where alterity and acknowledgment of the other are essential. In social interactions and identity reconstructions - especially of immigrants, a minority at the destination - the subjects look for identification with groups, generating approach or isolation in society. A connection between individuals and their origin is necessary to understand the present and promote the transformations necessary for social interaction. The individual needs to be subject to himself, considering particularities and ethnicities, for the society also acknowledge his rights; to be different, but at the same time equal. The school plays an important role in this adaptation process/integration/acknowledgment of minimizing discrimination or prejudice, as Brazil has an ethnic constitution and miscegenated gentile.

KEYWORDS: Immigration, Alterity, Identity, Education, Society.

1 | INTRODUÇÃO

Recentemente, observa-se no Brasil um fluxo migratório significativo de países com descendência negra, o qual influencia diretamente nas relações interpessoais e culturais da sociedade, exigindo desta uma reformulação de conceitos ou “pré”-conceitos, assim como uma reconstrução da identidade dos indivíduos envolvidos nele. A influência exercida na reconstrução da identidade – tanto dos agentes migrantes quanto da sociedade de destino – pode ser analisada e interpretada a partir de conceitos como alteridade e a *immixtion*, defendida por Jacques Lacan (Peusner, 2001), conceitos estes que serão abordados no decorrer deste artigo.

A afirmação, por diversas vezes, anunciada e divulgada de que “o Brasil é um país de contrastes” (grifo nosso) não deixa dúvidas quanto a sua veracidade. Em toda a sua colonização, diversas foram as correntes migratórias que participaram da sua constituição, sendo que estas, desde muito tempo, fazem parte da história da humanidade; sejam por motivos de colonização, ocupação de territórios ou busca de melhores condições de sobrevivência. Ainda nos dias atuais, é possível observar a miscigenação e a multiculturalidade resultantes desses aspectos e dos que ainda na atualidade vão compondo a sociedade brasileira, tornando-a uma “comunidade de destino”, na qual, de acordo com Tau Golin (2007), uma força exterior sobre o grupo cria uma espécie de união pela sobrevivência ou comunidade imaginária dos imigrantes. No mundo todo, as migrações evidenciam-se como uma das consequências da globalização; todavia, conforme Tedesco (2010), não da globalização publicizada pela mídia, mas sim das pessoas comuns e suas famílias, que buscam a possibilidade de um futuro melhor e acabam se integrando a processos complexos, onde, nem sempre todos os aspectos intrínsecos a eles tornam-se visíveis ao senso comum. Compreender o processo como um todo se torna essencial para a compreensão das relações sociais na modernidade.

O presente artigo tem como objetivo explicitar e promover uma reflexão acerca de um dos aspectos intrínsecos aos fenômenos migratórios: as apropriações culturais dos imigrantes nas comunidades de destino bem a consequente reconstrução das identidades dos envolvidos no processo, a partir do princípio da alteridade. O estudo refere a pesquisa bibliográfica sobre o tema, realizando um recorte especial no que tange às questões educacionais e inserção da segunda geração dos imigrantes no espaço escolar, por se tratar de uma realidade cada vez mais evidenciada.

2 | AS RELAÇÕES DE ALTERIDADE E A FORMAÇÃO DO SUJEITO E DAS SOCIEDADES

A constituição do sujeito é fragmentada em si mesma, dependendo da sua origem. O reconhecimento dessas origens permite a compreensão da criação e do funcionamento do eu, o qual se constrói através da imagem do outro. Antes mesmo de o ser humano

iniciar sua locomoção ou mesmo falar, os olhos já desempenham a sua função de ver imagens. Mediante a identificação da imagem do outro como semelhante, inicia-se o processo de construção do eu. Conforme Greco (2011), constitui mais do que uma fase no desenvolvimento da criança, é algo que acompanhará o sujeito por toda a sua vida, através das relações consigo e com os outros, mais do que com a própria história e da relação de alteridade do que do reconhecimento do próprio corpo. A alteridade, ao mesmo tempo em que faz perceber o outro diferente, obriga o reconhecimento dos diferentes outros dentro do mesmo eu: “somos estrangeiros para nós mesmos, existem estranhezas dentro do nosso próprio ninho” (TEDESCO, 2010, p. 54). Nesse sentido, as imigrações e imigrantes permeados nas sociedades, despertam a percepção da diferença não só no outro, mas as ambiguidades presentes na constituição da própria identidade do indivíduo.

A estruturação do eu não corresponde somente a sua adaptação à realidade (Greco, 2011), mas consiste no lugar onde o sujeito pode se reconhecer, através do estabelecimento de uma relação do organismo com a sua realidade própria: é a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem. Sob esse aspecto, pode-se estabelecer uma conexão com a figura do ser migrante, o qual, por mudar seu local de residência, acaba estabelecendo novos reconhecimentos do eu no outro, adquirindo características próprias, podendo, em contraponto, estar num local e sentir-se pertencente a outro. O sujeito vê a imagem do outro e muitas vezes não reconhece o eu. Da mesma forma, pode ver sua própria imagem e não reconhecer o outro contido nela. De acordo com Greco (2011), não é possível apreender a si mesmo a não ser através da imagem do outro especular, como um espelho, o que constitui a sua identidade. No caso das crianças migrantes, essa negação do outro pode gerar um dilema, não sendo ela capaz do próprio reconhecimento, devido às diferenças de valores e costumes. As relações sociais estabelecidas no espaço onde coexistem imigrantes e autóctones dão origem comumente a situações de estranhamento do diferente, ou ao que é de difícil aceitação.

A teoria lacaniana afirma que é “na sua dimensão de alteridade que se deve buscar o seu estatuto de sujeito social” (Greco, 2011, p. 05). A alteridade, conforme Molar (2011), representa a significação que o indivíduo tem dos outros seres como diferentes dele próprio ou ainda referir-se à capacidade de constituir-se como outro. Em suma, a alteridade representa o reconhecimento das diferenças e, sendo assim, pode-se dizer que exterior não está fora, mas no interior do sujeito; o outro está contido nele à medida que se desenvolve o reconhecimento de semelhanças e diferenças: a relação de alteridade entre os sujeitos. O reconhecimento do outro é, portanto, o ponto de partida da subjetividade humana (Greco, 2011), o que irá permitir ao indivíduo reconhecer seu eu no outro, assim como reconhecer o outro como o seu eu ideal e, conseqüentemente, tomar consciência de si mesmo e do seu lugar. Nas questões migratórias, o papel do outro é desempenhado pelo estrangeiro. Segundo Freud (1997), buscamos no estrangeiro uma explicação e um culpado para nossos limites”. Esse conceito de estrangeiro é desenvolvido pelo autor buscando

compreender as formas e manifestações dos próprios sentimentos, das subjetividades e como estas estão incorporadas ou evitadas nos espaços de convivência. Entende-se por espaço de convivência todas as situações ou lugares onde coexistam imigrantes e autóctones, como espaços laborais, encontros grupais com fins religiosos, e para este artigo, de forma especial, as instituições escolares.

Conforme Molar (2011), para que ocorra o reconhecimento da diversidade, é necessária a clareza de que os fatores constituintes das identidades não são rígidos e estáticos, mas, pelo contrário, inserem-se no campo da fluidez e da pluralidade, reafirmando Hall (1999) ao supor que “à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar, ao menos temporariamente” (HALL, 1999, p. 13). Assim, o sujeito migrante ou transmigrante (que migra com certa frequência e, justamente por este fato, acaba por não estabelecer laços perenes na comunidade na qual se encontra) está em constante adaptação à sociedade na qual está inserido naquele momento, ressignificando valores e reconstruindo sua própria identidade. Por este motivo, pode-se afirmar que “a alteridade não pode ser definida de forma objetiva, autêntica e imutável, como grupos homogêneos e culturalmente definidos” (TEDESCO, 2010, p. 264), uma vez que ela própria – a alteridade – vai se constituindo de acordo com os sujeitos envolvidos no processo. O sujeito, especialmente o pós-moderno, diferente do eu, não possui identidade própria ou, segundo Molar (2011), as identidades se multiplicam e fragmentam simultaneamente: “o homem contemporâneo, ao adquirir novas facetas identitárias, adquire também mais um aspecto de diferenciação perante o outro” (MOLAR, 2011, p. 65). Ele transita entre os lugares de origem, de destino e os entre-lugares, fenômeno visualizado nos e pelos imigrantes ao chegarem em seu novo meio de convívio social. Por não reconhecerem no outro o seu eu igual, tendem a se isolar e, por vezes, são reconhecidos pelo outro como seu rival, um intruso que não deveria estar onde está. Numa relação de alteridade, o sujeito reconhece o outro como ser diferente e, segundo Quinet (2012), projeta nele intenções e expectativas que lhes são próprias. Essa constatação da diferença pode ocasionar sentimentos opostos, de admiração a ódio ou inveja, afinidade e intrusão, como se aquele indivíduo ocupasse um lugar que não lhe pertence ou não deveria pertencer. “A atribuição de características negativas ao outro provém do desejo e da necessidade de proteger nossa própria imagem” (TEDESCO, 2010, p. 54). Assim, torna-se mais conveniente ignorar o estrangeiro e suas particularidades como garantia da manutenção da identidade uniforme do grupo.

Nesse processo de interação social e de formação da identidade, as crianças e adolescentes buscam também a identificação com grupos, de acordo com sentimentos agradáveis ou estímulos desagradáveis, desenvolvendo aquele aspecto do eu que dá a sensação de pertencimento, fazendo sentir, ao mesmo tempo, igual a todos os indivíduos do grupo e diferentes de todos os demais na sociedade em geral. Essa segunda geração da

imigração – os filhos dos imigrantes – reserva para si, conforme Tedesco (2010), elementos particulares, diferentes de seus pais. De forma prática, é como que os pais imigrantes sofressem as agruras do processo e os filhos – a segunda geração – usufruíssem. O autor, em seu texto, refere-se aos imigrantes brasileiros residentes na Itália, mas tal situação não difere dos imigrantes residentes no Brasil ou em qualquer parte do mundo. Nesse contexto, a escola exerce um papel fundamental, o qual será abordado mais adiante.

As identidades dos indivíduos, assim como a dos grupos, são formadas e ressignificadas a partir das relações sociais estabelecidas no cotidiano. Lacan desfez a ilusão de completude e a pretensão de unidade do eu. De acordo com Pereira (2011), o outro – bem como o eu - por ser incompleto, sempre deseja algo de alguém. Por este motivo, reitera-se que para existir o eu deve existir o outro. O outro, é na verdade o eu (Quinet, 2012). Esse próximo – o outro igual ao eu - a quem se aprende que se deve amar sob qualquer circunstância é um intruso. Esse outro invade e rivaliza com o eu pelo mesmo lugar. Conforme Quinet (2001), o eu sempre vem primeiro, logo, o intruso é o outro. Nesse sentido, Molar (2011) afirma que essa relação entre o eu e o outro nas sociedades modernas nem sempre é pacífica. Por isso, pode-se dizer que, apesar de a relação social entre imigrantes e autóctones ser caracterizada pela bilateralidade e reciprocidade, ela nunca é simétrica: um agente sempre será o dominado e o outro será o dominador. Essas características não se restringem apenas às questões migratórias, mas à toda a formação cultural ocidental que, segundo o autor (2011), teve impostos os padrões europeus como universais e hierarquizantes, na intenção de combater formas inferiores de hábitos e práticas culturais, produzindo a homogeneização da sociedade e excluindo as diferenças. Os imigrantes – assim como todos os grupos minoritários na sociedade – acabam por sofrer diretamente os efeitos desses valores etnocêntricos. Da mesma forma que o imigrante vê no seu próximo o seu eu-ideal ou o seu eu-rival, também as pessoas que recebem os imigrantes em sua nação os veem como seu eu-igual, mas também o seu eu-rival. Na esfera cultural, encontra-se o espelho identitário, os quais “postulam que o grupo se reconheça neles, além de se elegerem como foco projetivo de um desejo manifestado na preferência de ser percebido externamente” (GOLIN, 2007, p. 453). Dessa forma, as dinâmicas sociais atuam como “um encontro trágico, que nos obriga a compreender que os outros existem não como objetos possíveis da nossa satisfação, mas como sujeitos de seus desejos” (TEDESCO, 2010, p. 55). Nessa perspectiva, pode-se ainda acrescentar aos desejos do outro acima mencionados, suas peculiaridades: experiências, cultura, expectativas e *modus vivendi*; por consequência, esse outro – o estranho estrangeiro – permanece alheio ao grupo.

A relação social dominado-dominador em muito interfere na formação ou reconstrução da identidade do indivíduo moderno. De acordo com Molar (2011), essa relação tende a ser sempre hierarquizante e reducionista, à medida em que se pretende inserir uma cultura minoritária na dominante. Não são fragmentos de uma cultura de origem que se misturam

aos da nova cultura, mas sim traços culturais que, quando comuns se acentuam e quando distintos anulam-se. A figura do ser migrante muito se aproxima caracteristicamente de um sujeito sociológico, defendido por Hall (1999), à medida que representa a fragmentação de culturas, às vezes contraditórias ou efêmeras, mas em sua maioria constituindo uma miscigenação de forma a não mais poder separar a cultura de origem e a cultura formada a partir da assimilação do novo. Essa é a exemplificação do processo denominado por Lacan de *immixtion*, supondo “uma mistura de elementos cuja essência se dissolve na mistura e impede, uma vez dissolvida, o regresso ao estado anterior” (Peusner, 2001). Conforme o autor, o termo só foi utilizado na palestra “Da Estrutura como uma Imixção de uma Alteridade Pré-requisito para Qualquer Subjeto”¹. Embora surgido no século XVI e na sua língua originária, significar intrusão, seu significado para fins de uma análise psicanalítica ou comportamental, vai além desse termo. A tradução mais apropriada seria o que Freud chama de *Mischpersonen*, termo que designa as pessoas mistas. Essas pessoas mistas ou miscigenadas caracterizam-se por suas multirelações interpessoais, através das quais reconstroem continuamente suas identidades e por ocuparem um entre-lugar, nem o de origem nem o de destino. Conforme Golin (2015), os descendentes - aqui referindo-se aos europeus colonizadores, mas cuja caracterização aplica-se aos imigrantes em qualquer tempo - encontram um meio para não serem brasileiros; às pessoas é possível se recriarem e reinventarem, podendo elas serem qualquer coisa e seu imaginário de pertencimento não estar no presente.

De acordo com Peusner (2001), Lacan faz referência à multidão de personagens no sonho, a qual se pode associar à multidão de outros na formação da identidade do indivíduo. O resultado supõe uma diferença entre a multidão formada por muitos indivíduos e a intrusão dos sujeitos, onde cada termo deve ser considerado como um fenômeno entre dois sujeitos (Peusner, 2001). Assim, o outro não é algo específico, mas um lugar que pode ser ocupado por vários tipos de outros, dependendo de como é tratado: o outro-imaginário: meu semelhante, as prospecções do eu na imagem do outro; o grande-outro: o inconsciente; o outro-objeto: aquele que detém as expectativas do eu, o significante; o outro-social: representado pela hierarquia e relações de poder e o outro-gozo: o que proporciona prazer (Lacan, 2002).

Nas questões migratórias – com mais evidência do que em outras situações -, há de se considerar também a alteridade em relação à língua, a outra língua. De acordo com Pereira (2011), é exatamente ela, a linguagem, através da sua função dinâmica e transindividual, que permite o acesso ao outro. Em outras palavras, as relações sociais entre os indivíduos é sempre intermediada pela linguagem. É isso que distingue uma sociedade fundamentada na linguagem de uma sociedade animal, permitindo perceber seu processo

1. A palestra - conhecida como “a Conferência de Baltimore” - foi realizada no Simpósio Internacional do John Hopkins Center for Humanities (Baltimore-EUA) em 21 de outubro de 1966 e foi proferida em inglês, embora incluisse alguns termos em francês - principalmente quando Lacan considerou difícil sua tradução (Peusner, 2001).

de composição e o intercâmbio que a caracteriza para a satisfação das suas necessidades. A alteridade, nesse contexto, representa a não aceitação de uma língua única, a língua do eu ou do outro, ou ainda aquela que a globalização tenta impor como língua universal. Lacan já afirmava, em 1975, que não é fácil falar num país que é perfeitamente estranho (Quinet, 2001). De fato, a questão da comunicação através da língua configura a maior dificuldade encontrada pelos imigrantes na nova pátria.

3 I O ESPAÇO ESCOLAR E AS RELAÇÕES IDENTITÁRIAS

A sociedade humana é composta por indivíduos que se formam a partir de uma sequência de interações. Uma vez que o homem migra de um lugar para o outro, passa a internalizar características dessa nova cultura, produzindo uma nova identidade miscigenada e histórica. A sociedade pode então, de modo geral, ser definida como uma coleção de indivíduos onde a *immixtion* dos sujeitos forma um grupo de estruturas muito diferentes: a sociedade miscigenada.

Considerando-se estes aspectos, pode-se afirmar que a sociedade moderna é composta por várias “identidades inventadas” (grifo nosso), as quais dependem de aspectos adquiridos e fundamentados a longo prazo, ou seja, a relação entre a história coletiva e as experiências e vivências individuais do sujeito:

Ou você tem afetividade com a sua história familiar - tem que conhecer não como uma descendência, pois na modernidade cada um se inventa, precisa ter esses referenciais - ou, do contrário, não há identidade que se sustente. A não ser como o tipo da pós-modernidade, fragmentado. (GOLIN, 2015, p. 02).

Assim, a sociedade moderna pode configurar um “conjunto de fronteiras”, no sentido metafórico de esta abranger a relação entre os diferentes. Geograficamente falando, a fronteira é a região que circunda ou engloba uma linha divisória; consistindo, na realidade, “uma área de interface, pois, em geral, as influências recíprocas determinam especialidades de comportamento da referida área em relação ao resto dos respectivos países” (GOLIN, 2002, p. 24). Nas questões sociais, a fronteira pode referir a diferenciação das culturas, onde individual e coletivo, imigrante e autóctone, coexistem. O reconhecimento do outro, diferente e ao mesmo tempo igual ao eu, implica diretamente na caracterização da fronteira cultural como o espaço onde se inserem os conflitos e os ódios mútuos. Conforme o autor anteriormente citado, a fronteira produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta. Sendo assim, “a fronteira é o lugar da alteridade e do conflito [...] e o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e desencontro, decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos”. (Ibid., 2002, p. 21-22).

O espaço escolar, em muitos casos, constitui o primeiro lugar onde o indivíduo tem, de fato, contato com as diferenças e, nesse caso, pode-se dizer que consiste num espaço

de fronteira para onde convergem as tensões da sociedade e onde essa pluralidade de identidades se faz mais notável e amplificada. A escola é o espaço onde os conflitos sociais se estendem, representando “o reflexo de dinâmicas sociais mais amplas” (TEDESCO, 2010, p. 264). Segundo o autor, [a escola] não é uma instância deslocada dos processos sociais em geral e por isto em seu interior se reproduzem as vivências dos indivíduos de fora dela. Assim, “a escola passa a ter entre suas funções a de mediar a alteridade em seu corpo e transportá-la para os sujeitos” (MOLAR, 2011, p. 67).

Para compreender e se situar na sociedade moderna e pós-moderna, é preciso que o sujeito, antes, tenha clara a questão da recíproca: De onde veio? Quais são suas raízes? Onde está o oposto do seu ponto de chegada e para onde está indo enquanto sujeito humano e sociedade? A identificação da origem e das raízes próprias possibilita o reconhecimento das origens e raízes do outro, gerando uma relação de alteridade entre as partes envolvidas. Por meio do reconhecimento do eu, é possível o reconhecimento do outro, ou vice-versa. Essa é a relação de reciprocidade que deveria prevalecer nas sociedades de forma geral. O princípio da alteridade e do reconhecimento do outro permite uma relação de considerações mútuas e a compreensão que os sujeitos envolvidos têm dos seus direitos. Segundo Golin (2002), o nível de alteridade determina o teor das relações interpessoais: quanto mais alto o nível, maior o respeito e compartilhamento nas relações; quanto mais baixo, mais intolerante e excludente elas se tornam.

Nessa perspectiva da escola como mediadora de conflitos, faz-se necessário que a mesma atue no sentido de promover relações igualitárias e de reconhecimento do outro, através de ações de alteridade e do constante convívio com as diferenças. Segundo Tedesco (2010), a escola é também um espaço de discriminação e de marginalização, onde se revelam desigualdades sociais e culturais. Mas, em contrapartida, ainda segundo o autor, “a escola pode se tornar um espaço por excelência para a dimensão da integrações e o futuro da convivência interétnica” (Ibid, 2010, p. 272). É preciso, assim como afirma Molar (2011), criar um novo paradigma para a compreensão dos valores étnicos. Os valores de respeito e alteridade precisam ser resgatados e desenvolvidos, a fim de se construir a igualdade e justiça social e a educação, por meio de seus agentes – espaço escolar, educadores e educandos – deve assumir a sua responsabilidade de participação nesse processo de construção da sociedade.

Em qualquer que seja o país que o imigrante adote como destino, faz-se necessária a criação de “políticas educacionais em torno de uma pedagogia intercultural, existência de mediadores culturais juntamente com professores, que transcendam os horizontes das dificuldades linguísticas” (TEDESCO, 2010, p. 258). Não há dúvidas de que o desafio imposto aos agentes promotores da educação – gestores, docentes e demais envolvidos no processo educativo – é muito grande. É preciso estender a educação para além das paredes da sala-de-aula ou do portão da escola. É importante considerar todos os contextos onde a educação se desenvolve e a forma como isso se dá – na instituição familiar e sua

realidade social, nos grupos de convivência: vizinhos e encontros religiosos, como também nos ambientes de trabalho.

A insegurança no contexto social e de trabalho, as nítidas diferenças culturais, os prejuízos recíprocos, as fraturas entre o antes e o depois em sua vida cotidiana tendem a influenciar em e a contribuir para a difícil concepção em torno da mediação da escola para os imigrantes” (TEDESCO, 2010, p. 158-159).

Apesar de a escola constituir um espaço fundamental de possível integração e convivência, a realidade ainda está longe de ser a idealizada. A educação para a interculturalidade precisa considerar questões importantes intrínsecas aos processos migratórios: rupturas (com o país de origem e familiares), inseguranças (material, laborais e afetivas), reestabelecimento da autonomia e particularidades de cada indivíduo. “A escola é um espaço de fronteira, de passagem, que separa e/ou integra” (Ibid., 2010, p. 260) e é exatamente nessa afirmação que reside a necessidade de preparar os docentes e a escola para o desafio de receber e auxiliar a segunda geração dos imigrantes, a qual, segundo o autor acima citado, deve ser vista com identidades múltiplas, complexas e variáveis, mas também residindo nela a possibilidade de romper com as concepções negativas em torno do fato de serem imigrantes, tais como seus pais incorporaram e/ou lhes foram impressas. Os filhos de imigrantes já não apresentam os mesmos traços autênticos da cultura de origem, pois os indivíduos passam constantemente por reapropriações à medida em que estabelecem relações sociais. Os traços culturais que permanecem caracterizam uma assimilação seletiva, segmentada, com “conservação de traços identitários reduzidos e readaptados ao novo contexto” (Ibid., 2010, p. 263). Tal fato ocorre não somente na identidade dos imigrantes, mas também na comunidade de destino, mesmo que involuntariamente. É impossível dissociar os traços culturais anteriores ao processo migratório dos reconstruídos a partir dele.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo moderno está em constante movimento e, embora os processos migratórios possam ser observados em toda a história da humanidade, cada vez mais se evidenciam a constituição de espaços de interações culturais e a transformação das tradições em culturas miscigenadas. Os imigrantes não podem ser considerados apenas como seres passivos nesse contexto, tampouco os autóctones o são. Ambos exercem influência nas comunidades de origem e de destino, à medida em que o primeiro gera inquietudes e busca a inserção e o segundo ressignifica suas tradições e especificidades. Nesse panorama, o espaço escolar consiste uma importante ferramenta de possibilidade de convivência e inclusão dos imigrantes – especialmente a segunda geração - a partir do desenvolvimento da alteridade e promovendo a readaptação e reconstrução de ambas as culturas,

minimizando os estereótipos depreciativos acerca dos estrangeiros e conseqüentemente o preconceito da sociedade.

Embora “a mestiçagem seja um patrimônio sul-americano” (Golin, 2011, p. 155-156), a “civilização não conseguiu evitar a hostilidade e o ódio em relação ao outro; a relação do indivíduo continua a ser problemática e inquietante” (TEDESCO, 2010, p. 56). Para que se possa compreender os processos migratórios e a nova sociedade que se origina a partir deles, não basta reconhecer e aceitar o outro como diferente. Faz-se necessário, antes, conhecê-lo, compreender suas razões e relações, reconhecendo-o e valorizando-o como um ser diferente e ao mesmo tempo igual ao eu. Só se pode conhecer e entender o eu a partir da compreensão do outro, processo possibilitado pelo uso da alteridade. De acordo com Molar (2011), não se pode mais delimitar a construção das identidades nas sociedades contemporâneas através dos moldes tradicionais, de forma rígida, inegociável e uniformizada. A adaptação e reconstrução identitárias contínuas – tanto das pessoas que migram quanto dos locais de destino que acolhem - assim como os conceitos de alteridade, recíproca e respeito, são fundamentais para a vida em sociedade, já que o Brasil é um país originalmente multicultural e multiétnico e o espaço escolar pode e deve configurar um meio para que a diversidade da sociedade moderna, produto também da globalização, seja, de fato, percebida, valorizada, compreendida e respeitada.

REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GRECO, Musso. “Os Espelhos de Lacan”. **Opção Lacaniana Online**. Nova série. Ano II. ISSN 2177-2673. Novembro/2011. Disponível em <http://www.opcaolacanianana.com.br/nranterior/numero6/texto9.html>. Acesso em 13/07/2020.

GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

_____. “Hegemonia Gauchesca”. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS)**. 1ed. Passo Fundo (RS): Méritos, 2011, pp. 155-158.

_____. “Identidade Gentílica e Capital Simbólico”. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Passo Fundo, sua História**. Passo Fundo (RS): Méritos, 2007, pp. 451-469.

_____. “Uma cultura que mata os avós”. In: **I Encontro de NósOutros Gaúchos** (6 de maio de 2015). UFRGS, campus central, Porto Alegre, RS, Brasil.

MOLAR, Jonathan de Oliveira. “A alteridade na educação: noção em construção”. **Revista NUPEM**, vol. 3 n. 5. ISSN 2176-7912, 2011. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/nupem/article/view/59>. Acesso em 01/08/2020.

PEREIRA, Clóvis. “O Eu é um Outro: Contribuições lacanianas às questões de identidade-alteridade para as humanidades”. **Leitura Flutuante: Revista do centro de Estudos de Semiótica e Psicanálise**. ISSN 2175-7291. vol. 3, 2011. Disponível em <https://ken.pucsp.br/leituraflutuante/article/view/7646>. Acesso em 01/08/2020.

PEUSNER, Pablo. “Acerca de la entrada del término *immixtion* en la obra de Jacques Lacan”. Nota filológica. **ACHERONTA - Revista de Psicanálise e Cultura**. N. 14 - dezembro 2001. Disponível em <https://www.acheronta.org/acheronta14/immixtion.htm>. Acesso em 13/07/2020.

QUINET, Antonio. “Antroposmoderno: a heteridade de Lacan”. In: **2001 – Uma Odisseia Lacaniana?** Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2011.

_____. **Os outros em Lacan**. São Paulo, Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2012.

RAVASIO, Marcele H. **Alteridade e Psicanálise: as modalidades de outro em Lacan**. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 46. Jan./jun. 2016, p. 156-165. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/8670/5987>. Acesso em 13/07/2020.

TEDESCO, João C. **Estrangeiros, extracomunitários e transnacionais: paradoxos da alteridade nas migrações internacionais**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Porto Alegre: Ed. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Chapecó: Argos, 2010.

CAPÍTULO 8

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO CANADENSE NA REDE INTELLECTUAL INDIGENISTA TECIDA EM TORNO DA REVISTA *AMÉRICA INDÍGENA* (1942-1960)

Data de aceite: 01/03/2021

Natally Vieira Dias

Universidade Estadual de Maringá

[Http://Lattes.Cnpq.Br/2968467994422413](http://Lattes.Cnpq.Br/2968467994422413)

RESUMO: A revista *América Indígena* foi criada em 1941 como um “órgão oficial do Instituto Indigenista Interamericano”, instituição que havia surgido pouco tempo antes com o intuito de reunir os intelectuais indigenistas de todo o continente. A criação do órgão remonta ao Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizado na cidade mexicana de Pátzcuaro em 1940, que contou com a participação de todos os países do continente, exceto Paraguai e Canadá. Mas a ausência canadense no contexto de criação do Instituto Indigenista Interamericano (I.I.I.) contrasta com a presença significativa de artigos de intelectuais canadenses publicados na revista oficial do I.I.I. já em seus inícios. Assim, a proposta desta comunicação é discutir algumas questões fundamentais que envolveram a participação canadense na rede intelectual que foi tecida em torno da revista *América Indígena* sob a liderança de intelectuais mexicanos e estadunidenses durante as primeiras décadas da publicação, quando esta esteve sob a direção do antropólogo mexicano Manuel Gamio, até 1960. A perspectiva teórico-metodológica da pesquisa se insere na linha da história intelectual em suas relações com a história política, enfocando principalmente o conceito de redes intelectuais

conforme desenvolvido por autores como Eduardo Devés-Valdés (2007) e Claudio Maíz (2011).

PALAVRAS-CHAVE: Redes intelectuais, indigenismo, revistas culturais, história das Américas.

SOME REFLECTIONS ON THE CANADIAN PARTICIPATION IN THE INDIANIST INTELLECTUAL NETWORK ORGANIZED AROUND *AMÉRICA INDÍGENA* MAGAZINE (1942-1960)

ABSTRACT: *América Indígena* magazine was created in 1941 as the Interamerican Indianist Institute’s official journal. That Indianist institution had appeared a year before with the goal of congregate Indianist intellectuals from all American continent. The Interamerican Indianist Institute (I.I.I.) was officially organized by the First Interamerican Indianist Congress that has taken place in Pátzcuaro city, in Mexico, in 1940. Representatives from almost the whole continent attended the Congress, the only exceptions were Canada and Paraguay. However, Canadian absence from the First Interamerican Indianist Congress didn’t prevent that Canadian intellectuals collaborate with the official journal of I.I.I. and it occurred since the beginning of *América Indígena* magazine. Thus, the aim of this article is to present some reflections on Canadian participation in the Intellectual network formed around the Interamerican Indianist Institute’s official publication under Mexican and American leadership during the first decades of the magazine, when it was directed by Mexican

anthropologist Manuel Gamio, until 1960. This historical research is based on Intellectual History concept of Intellectual network as a specific type of Intellectual sociability (Devés-Valdés, 2007) and the central role played by cultural magazines in order to enable this kind of transnational connection. (Maíz, 2011).

KEYWORDS: Intellectual networks, Indianism, Intellectual magazines, history of the Americas.

INTRODUÇÃO

A revista *América Indígena: órgano oficial del Instituto Indigenista Interamericano* foi criada em 1941, pouco tempo depois da fundação da instituição indigenista continental, cuja formação remonta ao Primeiro Congresso Indigenista Interamericano realizado na cidade mexicana de Pátzcuaro, em 1940. O Instituto Indigenista Interamericano (I.I.I.) buscou reunir os intelectuais indigenistas de todo o continente e, através de sua publicação oficial, compartilhar os conhecimentos científicos, sobretudo antropológicos, sobre os povos nativos da região, além de textos de cunho mais político, que abordassem a situação dos indígenas e as políticas públicas a eles direcionadas nos diferentes países americanos.

Em seu contexto de criação o I.I.I. contou com a participação oficial de praticamente todos os países do continente, exceto Paraguai e Canadá que, apesar de convidados, não enviaram representantes ao Primeiro Congresso. (GIRAUDO, 2011) O Comitê Executivo que organizou a instituição indigenista continental contou com a participação de representantes de diversos países, com destaque para México e Estados Unidos, que foram os dois grandes idealizadores do I.I.I.

A ideia de reunir a intelectualidade indigenista continental surgiu de uma proposta do educador mexicano Moisés Sáenz e foi encampada pelo governo de Lázaro Cárdenas, além de receber apoio também do então comissário estadunidense de Assuntos Indígenas, John Collier, que era amigo pessoal de Sáenz e grande admirador do indigenismo mexicano. A consolidação do I.I.I. ocorreu durante o período da política estadunidense da Boa Vizinhança e foi apoiada conjuntamente pelos governos de Estados Unidos e México. O I.I.I. acabou se constituindo numa rede intelectual de caráter transnacional e tornando-se um importante espaço de sociabilidade para a intelectualidade ligada a propostas indigenistas. (DIAS, 2018)

Entendemos, como propõe Henri Favre, o indigenismo como “um movimento ideológico” de natureza “favorável aos índios”, que “atravessa a história latino-americana” e tem expressões políticas e sociais, – além de literárias e artísticas – e que “considera o índio no contexto de uma problemática social.” (FAVRE, 1999) O período de auge desse movimento na América Latina, como destaca o autor, foram as décadas de 1920 a 1970, quando o indigenismo esteve intrinsecamente relacionado aos projetos nacionais. Dentro desse período, a formação do I.I.I. se destaca por seu objetivo de sistematizar uma formulação continental, para além das múltiplas expressões nacionais do indigenismo.

O I.I.I. E A FORMAÇÃO DE UMA REDE INDIGENISTA TRANSNACIONAL

O conceito de rede intelectual (Devés-Valdés, 2007) descreve bem o tipo de relação construída por intermédio do I.I.I., particularmente por meio de sua revista oficial, entre a intelectualidade indigenista continental, ao evocar uma forma de sociabilidade intelectual que não envolve necessária ou prioritariamente o contato físico entre os participantes. As redes intelectuais podem se estabelecer através de diferentes suportes, tais como correspondências, comentários e resenhas de livros, citações recíprocas e publicações conjuntas. No caso aqui analisado, acreditamos que a revista *América Indígena* comprimiu um papel decisivo para a conexão dessa rede, tendo funcionado como um espaço de contato e intercâmbio para intelectuais que se encontravam geograficamente distantes.

Embora a perspectiva das redes venha sendo bastante utilizada no estudo da história intelectual latino-americana, que sempre envolveu diversos tipos e níveis de conexões transnacionais, conforme destaca Claudio Maíz (2011), poucos estudos têm sido empreendidos no sentido de destacar o papel de conexão cumprido pelas revistas intelectuais. No caso da rede intelectual tecida em torno do I.I.I., o estudo de seu “órgão oficial” parece-nos um dos caminhos mais produtivos para a compreensão da formação e evolução da rede.

Conforme mencionado anteriormente, a ausência de Paraguai e Canadá no Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, onde foi assinado o documento de fundação do I.I.I., acabou afastando ambos os países das gestões oficiais da criação da instituição continental. Nenhum dos dois participou, por exemplo, do Comitê Executivo do I.I.I., que deu início à publicação de *América Indígena*, e foi composto por representantes de diversos países, tais como Brasil, Guatemala, Peru e Bolívia, além dos Estados Unidos e do próprio México, que foi escolhido como país sede do Instituto.

No entanto, podemos observar a participação de intelectuais canadenses em *América Indígena* desde o início da publicação. A proposta deste artigo é analisar alguns elementos envolvidos na participação canadense na rede intelectual tecida em torno do I.I.I. a partir da análise de sua presença na publicação oficial do Instituto. O marco temporal definido para o estudo reflete o período de maior intensidade da participação canadense em *América Indígena* e corresponde também à primeira fase da publicação, sob a direção do antropólogo e arqueólogo mexicano Manuel Gamio, que assumiu a direção do I.I.I. e de seu “órgão oficial” após a morte de Moisés Sáenz, primeiro diretor da instituição, em fins de 1941.

A PRESENÇA CANADENSE EM AMÉRICA INDÍGENA

A primeira coisa que chama a atenção em relação à participação canadense em *América Indígena* é que ela ocorre muito rapidamente, já na segunda edição da revista, publicada em janeiro de 1942. Isso sugere que, apesar de o Canadá não ter enviado

representantes oficiais ao Primeiro Congresso Indigenista e não ter participado da formação do I.I.I., sua intelectualidade não estava alheia aos encaminhamentos do indigenismo continental.

Durante o período estudado, de 1942 a 1960, foram publicados 6 artigos sobre o Canadá em *América Indígena* (ver tabela 1), o que representa um número considerável para um país que não participava oficialmente do projeto indigenista interamericano.

ARTIGOS CANADENSES EM AMÉRICA INDÍGENA (1942-1960)		
Título	Autor	Edição
Canada's Indian problems	Diamond Jenness	1942, janeiro.
The Indian problem in Early Canada	Alfred G. Bailey	1942, julho.
Canada's Indian Administration: basic concepts and objectives	Allan G. Harper	1945, abril.
Canada's Indian Administration: the "Indian Act"	Allan G. Harper	1946, outubro.
Canada's Indian Administration: the Treaty System	Allan G. Harper	1947, abril.
Indians of Canada	Lloyd Lenton	1960, janeiro.
TOTAL DE 6 ARTIGOS		

Tabela 1

Nos anos seguintes, as publicações de artigos sobre o Canadá na revista oficial do I.I.I. diminuem bastante. Depois de 1960, só há um novo artigo canadense em 1966. No período compreendido entre 1960 a 1975, apenas 5 artigos canadenses aparecem na publicação e nenhum entre 1976 e 1980.

Esses dados, apesar de meramente quantitativos, permitem identificar que o período de maior presença canadense em *América Indígena* encontra-se no marco temporal aqui abordado e seu auge ocorre na década de 1940, quando foram publicados 5 dos 6 artigos totais do período estudado.

A maior presença do tema indigenista canadense na revista do I.I.I. durante a década de 1940 pode ser explicada pelo maior ativismo em relação à questão indígena naquele país no período pós Segunda Guerra, sobretudo no imediato pós-Guerra. Como é sabido, ao fim do conflito mundial houve a ascensão de temas como direitos humanos e autodeterminação dos povos, que passaram a embasar muitas das lutas sociais, incluindo a questão indígena no contexto canadense. (LESLIE, 1999)

Historicamente a questão indígena no Canadá guarda muitas particularidades em relação ao restante do continente, não apenas em relação à América Latina, mas inclusive em comparação com os Estados Unidos. Mais do que propriamente indígena

– correspondendo aos “índios”, como foram batizados por Colombo –, o tema dos povos originários no contexto canadense envolve também as populações inuítes. Assim, naquele país, no período estudado, em geral o assunto era tratado como questão dos “aborígenes” ou mesmo quando se diferenciavam os “índios” (*indians*) dos inuítes, a perspectiva adotada, muitas vezes, correspondia a uma generalização para os dois casos.

O primeiro artigo canadense publicado em *América Indígena* é um ótimo exemplo dessa particularidade em relação à questão indígena no cenário continental. Intitulado “*Canada’s Indian Problems*”, foi publicado na revista do I.I.I. em janeiro de 1942, assinado pelo antropólogo Diamond Jenness, que na época era o chefe do departamento de Antropologia do Museu Nacional do Canadá, como foi apresentado pelo periódico indigenista.

Em primeiro lugar, chama a atenção a própria figura de Diamond Jenness encabeçando a instituição canadense, posto que ele era neozelandês. Jenness foi contratado pelo governo canadense para ajudar a organizar a política indígena do país com base na sua experiência com os aborígenes da Nova Zelândia, os maori. (RICHLING, 1991)

Isso chama muito a atenção porque, naquele período, dentro do continente americano estava-se vivendo um momento de auge do indigenismo, marcado por um intenso processo de trocas intelectuais, do qual o próprio I.I.I. foi resultado e também agente. Nesse contexto, o governo canadense se negou a enviar representantes para o Congresso Indigenista e preferiu basear suas políticas para com os indígenas na experiência colonial inglesa na Nova Zelândia.

Essa situação levanta alguns elementos importantes a respeito da identidade canadense. O Canadá preserva até hoje uma relação muito forte com a Europa, principalmente a Inglaterra e a França, que foram os impérios colonizadores da região. Nessa relação, a proximidade com a Inglaterra parece ser ainda maior, mesmo porque a primazia inglesa sobre todo o território nacional canadense (mesmo a parte francófona) foi concretizada desde meados do século XVIII, quando a Inglaterra venceu a França numa guerra pelo domínio de toda a região, em 1759. Atualmente, conforme argumenta o cientista político Philip Resnick (2005), apesar de o país possuir uma configuração multiculturalista, a identidade canadense se caracteriza, historicamente, por suas “raízes europeias.” (RESNICK, 2005)

No contexto aqui tratado, dentro da lógica canadense, fazia mais sentido tentar aprender com a experiência colonial da Inglaterra em relação aos povos nativos neozelandeses do que com os indigenistas latino-americanos. Só a título de comparação, vale destacar que essa atitude do Canadá contrasta totalmente com a postura manifestada pelos Estados Unidos naquele momento. Logo no início de sua gestão oficial à frente do *Indian Affairs*, o comissário John Collier chamou o mexicano Moisés Sáenz para desenvolver uma consultoria sobre a questão indígena no país, visando assessorar as

políticas estadunidenses a partir dos desenvolvimentos alcançados pelo indigenismo mexicano. (AHLSTEDT, 2015)

Como mencionei anteriormente, no Canadá a questão dos “aborígenes” é mais ampla que a indígena, envolvendo também os inuítes. Por isso, o referido artigo de Diamond Jenness publicado em *América Indígena* faz muitas menções à Dinamarca, posto que a Groelândia, que faz fronteira com o Canadá e também possui populações inuítes, é um território dinamarquês. Jenness também toma a relação desse país europeu com as populações aborígenes de seu território no continente americano como uma referência para o Canadá. Ou seja, as principais referências do artigo do neozelandês que dirigia o departamento de Antropologia do Museu Nacional do Canadá são os casos da Nova Zelândia e da Dinamarca, muito mais do que o dos vizinhos do continente. Chama a atenção que nem mesmo a experiência estadunidense – aparentemente mais próxima da canadense do que a latino-americana – seja mobilizada como uma referência importante nesse primeiro artigo sobre o Canadá publicado na revista oficial do I.I.I.

A respeito da especificidade do tratamento da questão indígena (ou aborígine) no Canadá, mesmo em comparação com a experiência estadunidense, o artigo de Jenness também levanta alguns elementos interessantes. Embora tenha havido no Canadá, durante século XIX e parte do XX, uma política indígena bastante parecida com a estadunidense – uma política autoritária que segregava os chamados “índios” em reservas para educá-los visando sua incorporação futura à comunidade nacional, sobretudo através de escolas, que ensinavam as crianças indígenas nas línguas e cultura europeia, o que incluía as religiões cristãs –, no caso canadense, mais do que no estadunidense, houve uma forte política de incentivo à mestiçagem, principalmente através do casamento entre mulheres indígenas e homens de origem europeia.

No caso do Canadá, ao contrário do estadunidense, a identificação étnica como “índio” se caracterizou muito mais pela identificação cultural do que pelos traços físicos. Nesse sentido, historicamente, as políticas assimilacionistas foram construídas no sentido de acabar com a existência de culturas ancestrais diferenciadas e com a esperança de que, em relativamente pouco tempo, o país conseguiria se tornar culturalmente homogêneo, apesar dos diferentes traços físicos de sua população.

Esse raciocínio assimilacionista aparece de forma bastante explícita no artigo de Diamond Jenness em *América Indígena*. Ao falar dos inuítes, por exemplo, ele argumenta que “o temperamento deles facilita os casamentos interétnicos com os europeus.” O autor apresenta a expectativa de que, dentro de não muito tempo, a região canadense por eles ocupada seria constituída de pessoas que “carregarão em suas veias o peso do sangue inuíte, mas falarão uma língua europeia.” (JENNESS, AI, jan. 1942, p. 38)

O segundo artigo canadense publicado em *América Indígena*, que aparece na edição de julho de 1942, apresenta uma visão bastante distinta da perspectiva do autor neozelandês. No texto intitulado “*The Indian problem in Early Canada*”, Alfred Bailey,

um cientista social canadense, professor de História e Antropologia e especialista nas relações entre europeus e indígenas no período colonial em seu país, apesar de tratar de um tema histórico, focando o período colonial, expressa enfaticamente sua visão sobre a questão indígena no contexto em que ele escrevia. Para Bailey, vivia-se então “uma nova era” no tratamento da questão, que passava a ser abordada a partir de premissas como “humanitarismo” e “democracia”, ao contrário da autoritária perspectiva assimilacionista predominante até então. (BAILEY, AI, 1942, nº 3, p. 36)

O mais interessante dos argumentos desse autor para o tema tratado aqui é a visão que ele expressa do Canadá inserido nas problemáticas continentais. Ao contrário de Jenness, o autor canadense busca na experiência indigenista continental a base para pensar a questão indígena em seu país. Segundo ele, “apesar das grandes diferenças existentes entre os próprios indígenas e também dos contatos [que historicamente tiveram] com os brancos”, era “evidente aos estudiosos do assunto as amplas similitudes existentes [em relação à questão indígena nos diversos países do continente americano]”, de forma que “as experiências de trabalho indigenista em uma região poderiam contribuir muito para solucionar problemas em outras regiões do continente.” Assim, ele enfatizou que o “constante intercâmbio de ideias” poderia levar a melhores resultados nas práticas indigenistas e era isso o que ele esperava do I.I.I. (Idem, p. 35)

Dessa forma, ao tomar em conjunto os dois primeiros artigos sobre o Canadá publicados em *América Indígena*, já podemos perceber a existência de duas tendências na participação canadense na revista: uma que, apesar de participar da iniciativa indigenista continental por meio da publicação na revista oficial do I.I.I., mantinha-se, muito mais, vinculada a uma perspectiva europeia, como era o caso de Diamond Jenness e sua relação com a experiência colonial inglesa na Nova Zelândia e também com a experiência da Dinamarca em relação aos inuítes. A outra tendência, completamente distinta, representada por Alfred Bailey, percebia o Canadá inserido em problemáticas de caráter continental, fundamentalmente a questão indígena, e procurava se articular mais claramente a à rede intelectual formada em torno do I.I.I.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexa identidade canadense, que Philip Resnick chega a descrever como “um enigma”, marcou de forma decisiva a participação de intelectuais do Canadá na rede constituída em torno do I.I.I. A ausência oficial do país na formação da instituição indigenista continental pode ser vista como um bom indício das não tão expressivas relações intelectuais do país com o entorno continental, se comparadas com seu apego ao universo europeu. Artigos como o de Diamond Jenness publicado em *América Indígena*, que trabalhamos aqui, mostram que faz bastante sentido a histórica percepção latino-americana em relação ao Canadá.

Raúl Rodríguez (2006), em trabalho sobre a forma como historicamente os latino-americanos viram o Canadá em termos de suas relações internacionais, aponta que, pelo menos desde a Segunda Guerra mundial até finais dos anos 1960, quando o Canadá procurou um pouco mais se relacionar com a América Latina, “a percepção dominante” entre as elites latino-americanas ligadas ao meio diplomático foi uma visão do “Canadá como um país geograficamente americano, mas de mentalidade, comportamento e atuação internacional de estilo europeu.” (RODRÍGUEZ, 2006, p. 100)

Mas, por outro lado, a publicação de um artigo como o de Alfred Bailey em *América Indígena*, exatamente no mesmo período que o de Jenness, também permite perceber que, mesmo de que tenha sido algo marginal dentro do contexto geral do país, houve uma tentativa de aproximação de parte da intelectualidade canadense à rede indigenista estruturada em torno do I.I.I. E o que é mais significativo, isso ocorreu com base na percepção da existência de semelhanças entre a questão indígena no Canadá e no seu entorno continental, apesar de todas as particularidades da formação históricas daquele país e das “raízes europeias” que caracterizam sua identidade nacional.

REFERÊNCIAS

BAILEY, Alfred G. The Indian problem in Early Canada. *América Indígena*, 1942, nº 3, julio, p. 35-39.

JENNESS, Diamond. Canada's Indian problems. *América Indígena*, 1942, nº 1, enero, p. 29-38.

AHLSTEDT, Wilbert Terry. *John Collier and Mexico in the Shaping of U.S. Indian Policy: 1934-1945*. Faculty of The Graduate College of the University of Nebraska, Lincoln, Nebraska, 2015 (Dissertation of Doctorate), 362 pág. Disponível em: <<http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1082&context=historydis>>

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales en América Latina: hacia la constitución de una comunidad intelectual*. Santiago de Chile: Instituto de Estudios Avanzados, Universidad de Santiago de Chile, 2007.

LESLIE, John F. *Assimilation, integration or termination? The development of Canadian Indian Policy, 1943-1963*. Tese de Doutorado, Carleton University, Department of History, 1999.

MAÍZ, Claudio. Las re(d)vistas latinoamericanas y las tramas culturales: redes de difusión en el romanticismo y el modernismo. *Cuadernos del CILHA*. Mendoza-Argentina, 2011.

RESNICK, Philip. *The European Roots of Canadian Identity*. Toronto: Broadview Press, 2005 [Kindle edition].

RICHLING, Bennett. Diamond Jenness and the “useful anthropology” in Canada – 1930-1950. *Stout Centre Review*. Victoria University of Wellington, vol. 2, nº 1, 1991, p. 5-8.

RODRÍGUEZ, Raúl. Canada's policy toward Latin America: perceptions from the south. *Interfaces Brasil/Canadá*, nº 6, 2006, p. 93-108.

CAPÍTULO 9

A CONFORMAÇÃO DA ESCASSEZ DE ÁGUA NA BACIA DO RIO SANTA MARIA, MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO: UMA CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Data de aceite: 01/03/2021

Paulo José da Fonseca Pires

Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus
Rio do Sul
<http://lattes.cnpq.br/7438548758134274>

Elaine Prochnow Pires

Secretaria de Estado da Educação de Santa
Catarina
<http://lattes.cnpq.br/6521262397442928>

RESUMO: A História Ambiental, tem se constituído num enfoque de relevante importância para estudos relacionados aos problemas de uso dos recursos naturais. Este enfoque busca caracterizar os diferentes momentos de ocupação dos territórios, evidenciando os fatores determinantes dos usos dos recursos naturais pelos grupos sociais envolvidos. Neste sentido, o trabalho buscou identificar no processo de ocupação da região do Município de Dom Pedrito – RS, caracterizando as diferentes estratégias de uso dos recursos hídricos pelas diferentes formas de organização da produção agrícola regional. O método de investigação foi a entrevista com técnicos e lideranças dos agricultores regionais, bem como consulta a informações secundárias em relatos históricos de bibliografia sobre a região. Foi possível identificar que processo de escassez de água é uma característica das condições meteorológicas e de relevo regional, no entanto ao longo da história de ocupação, esta condição se agravou na medida em que

se desenvolveram sistemas de produção agrícola mais intensivos no uso deste recurso, com destaque para a lavoura de arroz irrigado. Várias ações têm sido realizadas no sentido de minimizar os efeitos negativos dos períodos de redução do volume de água disponível na bacia hidrográfica, como a construção de barragens. Estas barragens têm se constituído em objeto de debate no interior do comitê de bacias, enfrentando severas críticas de especialistas.

PALAVRAS-CHAVE: Sistemas Agrários, Ocupação territorial, Recurso Hídricos.

THE CONFORMATION OF WATER SCARCITY IN THE SANTA MARIA RIVER BASIN, DOM PEDRITO MUNICIPALITY: A CONTRIBUTION FROM ENVIRONMENTAL HISTORY

ABSTRACT: Environmental History has been an important focus for studies related to the problems of using natural resources. This approach seeks to characterize the different moments of occupation of the territories, highlighting the determinant factors of the use of natural resources by the social groups involved. In this sense, this work sought to identify in the process of occupation of the region of the Municipality of Dom Pedrito - RS, characterizing the different strategies of use of water resources by the different forms of organization from the regional agricultural production. The method of investigation was interviewing with technicians and leaders of the regional farmers, as well as consultation with secondary information in historical bibliography reports about the region. It was possible to identify that water scarcity process is a characteristic of

meteorological conditions and of regional relief, however throughout the history of occupation, this condition has worsened as agricultural production systems developed in ways to use more intensively this resource, with emphasis on irrigated rice fields. Several actions have been taken to minimize the negative effects of periods of reduction in the volume of water available in the hydrographic basin, such as the construction of dams. These dams have been the subject of debate within the basin committee, facing severe criticism from experts.

KEYWORDS: Agrarian Systems, Territorial Occupation, Water Resources.

A História Ambiental, tem se constituído num enfoque de relevante importância para estudos relacionados aos problemas de uso dos recursos naturais. A partir da década de 1970, emerge mais incisivamente, denúncias sobre a fragilidade da dinâmica natural do planeta Terra frente aos impactos da ocupação humana (PÁDUA, 2010; DUARTE, 2013).

A utilização pela sociedade moderna dos recursos naturais, tem sido objeto de vários conflitos, em diferentes culturas e, cada vez mais, estudos tem comprovado, que estas ações sobre estes recursos podem produzir perturbações capazes de modificar radicalmente os ecossistemas. Estas, por sua vez, podem levar a degradação total do recurso ou a conformação de situações de escassez e conflitos. Isso se acentua quando os recursos são de uso comum, em regiões onde se configuram interesses diferenciados.

As características naturais das regiões, constituem-se em limitações impostas ao desenvolvimento das atividades humanas, em especial a agricultura, que é o objeto do presente trabalho. Ao desenvolver as atividades agrícolas, o humano, adapta sua forma de produção, adequando às condições de suas terras e aos demais recursos disponíveis ou modifica as condições naturais de acordo com suas necessidades. Assim, natureza e práticas agrícolas modificam-se mutuamente ao longo do tempo, conformando as situações atuais.

Nesta perspectiva o presente trabalho, buscou reconstruir a história da ocupação da região do Município de Dom Pedrito-RS, enfatizando os diferentes arranjos da produção agropecuária regional, enfatizando as estratégias de uso dos recursos hídricos. Buscou-se identificar ao longo da história, aspectos importantes para explicar a atual condição de escassez e disputa de interesses, nas tentativas de gestão participativa da água, via Comitês de Bacias Hidrográficas, como prevê a legislação ambiental brasileira.

De modo geral, a Campanha Gaúcha compreende uma região que vai das fontes do Rio Negro a vertente brasileira do Quaraí, toda a bacia sul do Ibicuí até o pé da Serra Geral. Assim, os limites são a grandes traços: a leste, o divisor de águas entre a Bacia Atlântica e o Rio Uruguai; ao norte, o talude do Planalto Sul-Brasileiro; ao oeste, o Rio Uruguai; ao sul, a fronteira com a República do Uruguai. Politicamente, abrange os municípios de Quaraí, Alegrete, Rosário do Sul e São Gabriel, bem como parte dos municípios de Bagé, Dom Pedrito, Lavras, Santa Maria, São Pedro, São Vicente, São Francisco de Assis e Itaqui (RAMBO, 1994).

A paisagem da campanha riograndense apresenta-se formada por quatro elementos essenciais: as elevações, a planície, a água corrente e a vegetação. A inter-relação entre estes componentes formam três unidades de paisagem características da Campanha Gaúcha (figura 3), que foram diferentemente utilizadas ao longo do processo histórico de ocupação da região (LINDMANN, 1972; RAMBO,1994).

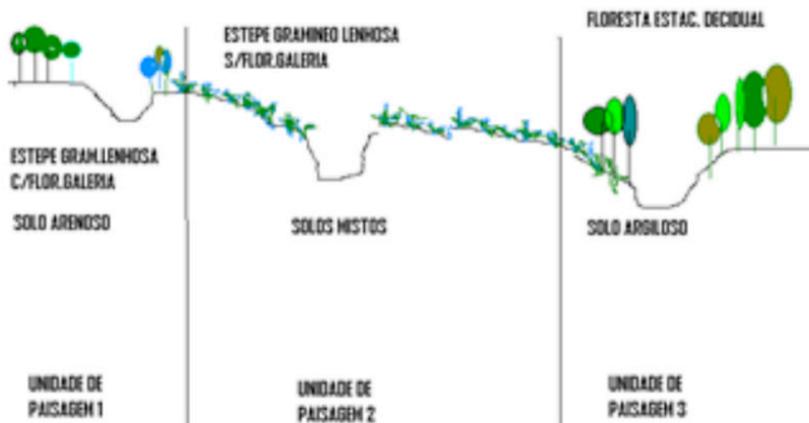


Figura 1 - Perfil Topográfico/Vegetação/Solos/Unidades de Paisagem

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Cada unidade de paisagem é composta pelo perfil topográfico e a vegetação. Segundo IBGE (1992), a vegetação da Região da Campanha Gaúcha é resumida a três tipos principais: Estepe Gramíneo-lenhosa com Floresta de Galeria, Estepe Gramíneo-lenhosa sem Floresta de Galeria e Floresta Estacional Decidual.

11 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ESPAÇO AGRÁRIO NA REGIÃO DA CAMPANHA GAÚCHA

Pretende-se nesta seção apresentar uma breve descrição do processo histórico de ocupação do espaço agrário do Município de Dom Pedrito, com ênfase para a formação da lavoura arrozeira e a utilização dos recursos naturais, em especial a água.

21 PRIMEIRO PERÍODO - A OCUPAÇÃO INDÍGENA - ATÉ 1600

Para Barbosa (1995), a região da campanha foi inicialmente habitada por um povo indígena genericamente denominado pampeano, caracterizado como sendo caçador/coletor. No entanto, Lovois (2009) distingue dois grupos diferenciados: o Gês (caçadores e coletores) e os Tupis-Guaranis (agricultores, caçadores e coletores).

Já Christensen (2001), utilizando uma caracterização mais detalhada, diferencia dois povos indígenas denominados Charruas e Minuanos. Os Charruas eram indivíduos nômades que se deslocavam constantemente em busca de alimentos. Eram coletores de raízes e frutos, também exímios caçadores, e desenvolveram instrumentos para a caça, como a boleadeira, arco, flechas e arcoss; porém, não desenvolveram a agricultura. Com a penetração da cultura europeia, modificou-se a sua cultura original, transformando-os em cavaleiros.

Para Christensen (2001), as características que diferenciam os dois grupos de habitantes originais são o território que ocupavam e o desenvolvimento de técnicas para o cultivo da terra. Os Charruas habitavam as duas margens do Rio Uruguai. Já os Minuanos, ocupavam o Litoral Atlântico, desde a Lagoa Mirim até as proximidades de Montevideu e aprenderam com os Guaranis a cultivar a mandioca.

3 | SEGUNDO PERÍODO – O SISTEMA AGRÁRIO DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS (1600 – 1700)

A disputa entre Portugal e Espanha pelo domínio da fronteira sul do Estado do Rio Grande do Sul, condicionou a existência de tentativas de povoar a região, consolidando a posse do território. Com este objetivo, em torno do ano de 1626 chegaram ao sul do Brasil os padres jesuítas espanhóis para catequizar os indígenas e garantir o domínio na região, formando comunidades organizadas, baseadas na criação de gado e na agricultura.

A época de fundação da estância Japeju remonta ao ano de 1660, segundo Marques (1987), e contava com um plantel de aproximadamente 40.000 cabeças de gado, destinadas à alimentação da redução jesuítica, com o mesmo nome, situada na porção ocidental do Rio Uruguai. Os jesuítas consideravam Japeju como um ponto chave na região do Alto Uruguai, pois a existência de áreas com baixa profundidade no rio possibilitava a sua travessia, penetrando no território das Missões Orientais e transpondo o gado necessário às povoações no lado ocidental.

Com o fim das reduções jesuíticas, após sucessivos ataques de bandeirantes, vindos, principalmente do Estado de São Paulo, visando aprisionar de mão de obra escrava (indígenas) e assegurar o domínio português sobre o território, os indígenas se dispersam. Muitos migraram, juntamente com os missionários, para a porção sul do Rio Grande do Sul, deixando abandonado o gado que tinham domesticado nas reduções.

A reprodução natural dos animais abandonados povoou os campos com grandes rebanhos de gado xucro ou chimarrão, o qual se tornaria um recurso de grande importância na economia riograndense no período seguinte, com o surgimento do comércio do couro.

4 I TERCEIRO PERÍODO - O SISTEMA AGRÁRIO DAS VACARIAS - 1700 -1800

Segundo Zarth (2002) e Osório (2007), a conformação da fronteira sul do Brasil não se delineou de forma pacífica, nem conformou os seus contornos unicamente em função de acordos burocráticos entre as duas coroas envolvidas (Portugal e Espanha). Pelo contrário, constituiu-se num processo de construção histórica, com inúmeros relatos de relações conflituosas entre os habitantes que ocupavam este território.

Para a referida autora, ainda que Portugal e Espanha tivessem a pretensão de traçar uma linha divisória para demarcar os seus domínios, esbarraram em várias limitações: primeiro, não tinham o completo conhecimento sobre a geografia do território, pois não o conheciam com maiores detalhes, o que só passou a acontecer a partir dos tratados de 1750 e 1777.

Até então, se tratava de uma fronteira de difícil materialização, delimitar a área de ação dos habitantes, tanto de um lado como de outro, se constituiu em tarefa quase impossível, devido à similaridade nos padrões comportamentais e nos usos dos recursos disponíveis. Tratava-se de uma fronteira recente, que formava um *continuum* com a Banda Oriental do Uruguai (atual Uruguai).

As similaridades existentes na região estavam relacionadas com as características geográficas, tanto com relação ao relevo quanto a fertilidade das terras e a baixa densidade demográfica. Aliado a estas características comuns, soma-se a forma de organização da produção. Esta era centrada em pequenas propriedades, no entorno de pequenos núcleos urbanos, dedicando-se simultaneamente à agricultura e à pecuária.

5 I QUARTO PERÍODO - SISTEMA AGRÁRIO TROPEIRISMO / SESMARIAS 1700 – 1800

Segundo Miguel (2009), este sistema implantou-se no Rio Grande do Sul no início do Século XVIII e teve como característica central o aprisionamento de bovinos e muare xucros, ainda em abundância nos campos e sua condução a pé para as regiões centrais do Brasil. Para o referido autor, esta dinâmica foi implementada sob a influência da demanda por alimentos e animais de carga, em função da descoberta do ouro no Estado de Minas Gerais. Este movimento dos tropeiros proporcionou o surgimento de instalações ao longo dos caminhos, com o objetivo de proporcionar condições ao descanso dos viajantes, bem como organizar a captura dos animais e proteger a fronteira. Estas instalações, em muitos lugares, estavam inseridas em sesmarias sobre o domínio de alguns poucos proprietários.

A captura de animais constituiu-se numa atividade de transição, presente tanto no período de preação do gado xucro (Vacarias), quanto no período de formação das estâncias (MERTZ; GRANDO; TARGA [1984?]).

O transporte do gado aos poucos foi incorporando o uso do charque como fonte de proteína para a alimentação dos tropeiros, passando a predominar, após a consolidação das estâncias e das charqueadas:

Com a manutenção dos modelos de ocupação do território gaúcho anteriormente descritos, ainda embasado na disponibilidade de animais xucros, proporcionou a diminuição da disponibilidade deste recurso, fato que irá se impor como um condicionante a forma de apropriação do território no período subsequente.

6 | QUINTO PERÍODO - SISTEMA AGRÁRIO DAS ESTÂNCIAS, CHARQUEADAS E INÍCIO LAVOURA DE ARROZ – 1800 – 1915

Este período teve como característica do seu início a consolidação do modelo de ocupação e defesa do território rio-grandense. A estratégia utilizada foi a distribuição de grandes extensões de terra a um pequeno número de proprietários, que se dedicavam a criação bovina e uma pequena agricultura. Esta realidade já se fazia presente nos períodos anteriores, sendo criadas estâncias em várias regiões do Estado, porém é neste período que este modelo de ocupação se torna mais importante. Todavia, ressalta-se que estes períodos coincidem com os primórdios da produção de carne salgada(Charque) no Rio Grande do Sul.

A necessidade de garantir a posse do território para a coroa portuguesa, dentro do modelo de ocupação territorial concebido na época, constituiu-se no argumento para a concessão das sesmarias. A pecuária extensiva que começa a se desenvolver no período, alia-se a emergente indústria do charque, tornando-se o principal produto de comercialização da economia riograndense (MERTZ; GRANDO; TARGA [1984?]).

A forma de ocupação do território neste período restringiu-se a áreas com relevo plano, com certa proximidade dos cursos d'água, mas que não se mantinham encharcadas. Tal característica foi marcante na região de campos nativos, mais especificamente na Campanha Gaúcha, ao longo de toda história da ocupação. Somente com a expansão da lavoura colonial e do início da mecanização da lavoura é que as áreas de charco passaram a ser ocupadas, principalmente com a lavoura de arroz.

Beskow (1984) identifica, já na primeira década do século XX a produção de arroz no Rio Grande do Sul caracterizada como o modelo capitalista de agricultura. Neste, há o predomínio do trabalho assalariado, a separação do proprietário das terras do arrendatário capitalista na condução do processo produtivo, a formação de renda fundiária capitalista, a utilização de equipamentos modernos produzidos industrialmente e pela produção destinada, basicamente aos mercados consumidores urbanos.

No Estado do Rio Grande do Sul, a partir de 1900, a população dos aglomerados urbanos passou a aumentar em média 1,4 a 1,7 vezes mais depressa que a população total dos municípios aos quais pertenciam. Em algumas cidades o aumento populacional da área urbana chegou a atingir 3 vezes o aumento do total da população. As mais importantes cidades do Estado apresentaram aumentos significativos na população urbana: Rio Grande, 4,5 vezes, Pelotas, 3,6 vezes e Porto Alegre, 7,3 vezes entre 1890 e 1950.

A partir de 1908 até 1913, só no município de Cachoeira do Sul instalaram-se noventa e duas lavouras de arroz, todas com alto nível tecnológico, obtido com a utilização de máquinas e equipamentos importados. O elevado nível tecnológico das lavouras de arroz foi o fator que sempre diferenciou a orizicultura gaúcha, daquela praticada em outros centros produtores brasileiros. Tais equipamentos consistiam de motores a vapor e demais equipamentos utilizados para bombeamento e transporte da água até a lavoura.

Acentua-se, a partir deste período o processo de modificação da paisagem natural das áreas planas e próximas aos cursos d'água, na região da Campanha Gaúcha, com o avanço da lavoura mecanizada, principalmente de arroz, altamente intensiva no uso da água.

7 | SEXTO PERÍODO - SISTEMA AGRÁRIO DA PECUÁRIA MELHORADA / FRIGORÍFICOS / CONSOLIDAÇÃO DA LAVOURA DE ARROZ - 1915 – 1970

A participação do Estado na modernização da pecuária gaúcha se materializou na importação de animais reprodutores de raças melhoradas de bovinos (Hareford, Durham, Holandesa, Polled-Angus e Devon) e ovinos (Rambouillet, Romney-Marsch, Lincoln e Cara-Negra), que são colocadas à disposição dos pecuaristas, principalmente os pequenos produtores (MERTZ; GRANDO; TARGA, 1984, PESAVENTO, 1980). Segundo os autores, além dessa ação, o governo criou o posto zootécnico de São Jerônimo, ajudou a promover exposições agropecuárias e criou um sistema de fiscalização sanitária do rebanho.

No entanto, modificações no processo produtivo da pecuária riograndense somente foram difundidas a partir da década de 1920, com o surgimento das cabanhas, que se constituíam em unidades de produção especializadas em fornecer gado mais selecionado, dedicando-se a criação de animais de raças puras, em especial as raças inglesas.

Na região da Campanha Gaúcha, mais especificamente no município de Santana do Livramento, em 1917 o frigorífico Swift-Armour comprou a Charqueada Livramento e, em conjunto com a Companhia Wilson, instalada no município em 1918, passa a industrializar parte considerável da produção de carne da região da Campanha (RODRIGUES; BEZZI, 2000). Segundo os referidos autores, inicialmente este frigorífico realizava abates para a produção de charque, com o qual se destacou no mercado nacional. Posteriormente, passou a industrialização da carne, com a produção de carnes enlatadas, visando principalmente o mercado europeu.

A primeira Guerra Mundial (1914-1918) proporcionou condições de mercado que favorecem ainda mais os produtores de arroz do Rio Grande do Sul. A Europa em guerra ficou impossibilitada de exportar sua produção de cereais. Consequentemente, Argentina e Uruguai, históricos compradores de arroz da Itália, passam a demandar pelo cereal produzido no Rio Grande do Sul. No entanto, em 1924, já terminada a guerra, a Itália recupera-se enquanto produtora de cereal e retoma o mercado com os países da América Latina.

A entrada em atividade dos frigoríficos no Rio Grande do Sul impôs novas demandas à produção pecuária do Estado. A partir do final do século XIX, por iniciativas de alguns pecuaristas, tendo como modelo a Argentina e o Uruguai, inicia-se a introdução de raças bovinas melhoradas no Rio Grande do Sul. Esta estratégia se intensifica na pecuária gaúcha, com a implementação de políticas públicas de incentivo por parte do governo do Estado.

No período de 1919 a 1921, ocorre o processo de modernização da indústria de beneficiamento do arroz, instalando-se no rio Grande do Sul várias unidades novas de beneficiamento, com máquinas e equipamentos importados. A política de sustentação dos preços do café, implementada pela união, formou condições para acumulação do capital necessário ao desenvolvimento econômico do país. Este se originou a partir de um processo de diversificação econômica, protegida da concorrência externa por uma política tarifária, conforme afirma Furtado (1953).

Em todo o território nacional, as regiões não produtoras de café estavam desprovidas de recursos no final da década de 1920, devido a grande crise econômica de proporções mundiais, que desestruturou a agricultura. As reivindicações dos agricultores deram origem a formação do Sindicato dos Arrozeiros, que lutou essencialmente pela garantia de preços mínimos para o arroz, a regulamentação da comercialização, a formação de um fundo destinado a subsidiar a exportações em períodos de oferta.

A pressão política realizada pelo setor arrozeiro acaba resultando no apoio dos governos estadual e federal ao Sindicato dos Arrozeiros, culminando em 1940 com a transformação do sindicato em autarquia gerida pelo executivo do Rio Grande do Sul, sob a denominação de Instituto Riograndense do Arroz (IRGA). Este órgão assumiu o papel de difusão de um pacote tecnológico moderno, atendendo aos interesses dos empresários rurais ligados ao setor arrozeiro (FRANTZ; SILVA NETO, 2005).

A necessidade de terras abastecidas por água, para o cultivo do arroz irrigado, o acesso inicial foi proporcionado pelo arrendamento. O capital necessário para financiar a lavoura arrozeira veio do capital comercial. E foi a cumulação deste excedente monetário pelos comerciantes que possibilitou o investimento em outras atividades, desencadeando a diversificação da lavoura gaúcha.

A partir do ano de 1943, o frigorífico Swift-Armour passa a dispender investimentos na industrialização de frutas e legumes e, em 1962 passa a dedicar-se a produção de carne cozida e congelada. Neste período, iniciam-se investimentos e incentivos a plantios de frutas e legumes na região da Campanha, culminando no ano de 1943 com Rosário do Sul, obtendo o título de maior produtor de ervilhas do Brasil e da América Latina.

8 | SÉTIMO PERÍODO - SISTEMA AGRÁRIO DA LAVOURA EMPRESARIAL - 1970 ATÉ OS DIAS ATUAIS

O processo de modernização da agricultura, que se acentua a partir da década de 1970 com a introdução de técnicas modernas de produção, condiciona o incremento da produção agrícola por hectare, nas terras já utilizadas para esta atividade, bem como possibilita a incorporação de novas áreas até então inutilizadas.

A política de fomento a modernização da agricultura brasileira se consolida na década de 1970, tendo como ponto central o aumento da produtividade agrícola pela intensificação do uso de insumos e equipamentos de origem industrial. Como instrumento de incentivo a produção, foi implementada no estado uma política de crédito. Esta se constituiu na base de apoio que garantiu aos agricultores o acesso ao uso de calcário, adubos, defensivos agrícolas, bem como às práticas de conservação dos solos.

Neste contexto, foram os cultivos da soja e do arroz os maiores beneficiados pelas linhas de crédito, constituindo-se nos dois tipos principais de cultivos realizados no modelo de lavoura capitalista. Outro aspecto ressaltado é implementação de projetos inovadores com relação à agricultura da região. Estes projetos vão desde a introdução de uma pecuária leiteira nas pequenas propriedades até a introdução da fruticultura. Dentre os projetos de fruticultura, destacam-se a produção de cítricos e pêssego no município de Rosário do Sul e a Vitivinicultura em Santana do Livramento.

No ano de 1976, o grupo norte-americano National Distiller investiu 30 milhões de dólares num projeto vinícola na localidade denominada Cerro Palomas em Santana do Livramento. Tal empreendimento foi implementado após anos de estudos realizados por pesquisadores da UFPEL e da Universidade de Davis (Califórnia), que identificou a região da Campanha Gaúcha como uma das duas melhores áreas para o plantio de variedades viníferas nobres europeias.

Ao contrário da produção vinícola da Serra Gaúcha, a produção na região da Campanha está baseada na produção em grande escala, em grandes extensões de terra, com alto nível tecnológico e de capital investido. Constituindo-se, portanto, em mais uma forma de ocupação do território da Campanha, que não se contrapõe a estrutura fundiária concentradora da terra, historicamente predominante.

Apesar de estarem se constituindo mudanças na base produtiva da região da Campanha Gaúcha, isto não significa o desaparecimento da atividade da pecuária extensiva, característica marcante da região durante o seu processo histórico evolutivo.

Observa-se que a expansão da lavoura de arroz se dá em áreas periféricas às áreas destinadas a atividade pecuária. Por outro lado, a atividade arrozeira também possui limitações a seu processo de expansão. Além do mercado altamente concorrencial, a exigência de áreas próximas a cursos de água

A superação desta condição desvantajosa para os produtores apenas é vislumbrada com a criação de uma infraestrutura própria por parte da Cotrijui, realidade ainda longe de ser alcançada nos dias atuais.

No município de Dom Pedrito, a lavoura de arroz possui vantagens comparativas em função de sua maior produtividade com relação a média do Rio Grande do Sul. O município possui 180.00 ha de várzeas próprias para o cultivo do arroz, mas em 1995 produziu em 19% desta área, em 2012 a área se restringiu a 27% (SOUZA, 1995; EMATER, 2010).

9 | O CONTEXTO ATUAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SANTA MARIA: A CONDIÇÃO DE ESCASSEZ HÍDRICA

A condição de fonte geradora de conflitos entre usuários da água acentuou-se, principalmente, a partir da década de 1960, com a migração para o local de agricultores da região central do Rio Grande do Sul. Estes vieram em busca de áreas próprias para o cultivo do arroz irrigado. Esta cultura demanda por grandes volumes de água, principalmente quando se utiliza de sistema de irrigação por inundação, ainda hoje o mais utilizado na região.

No período inicial de implantação da lavoura, como já descrito nos períodos anteriores, foram ocupadas as áreas de várzea próximas a cursos d'água, as quais não apresentavam regularidade com relação a disponibilidade hídrica. A solução encontrada pelos lavoureiros foi a construção de açudes e barragens para acumulação de água para a irrigação.

No entanto, o aumento da área de plantio se deu de forma mais intensiva do que o acúmulo de água obtido pelas barragens e açudes, condicionando os agricultores a utilizar água proveniente de rios e arroios. Tal condição provocou a ocorrência de episódios de escassez de água, onde afloraram mais intensamente os conflitos quantitativos entre o uso para irrigação e o abastecimento público. Esta realidade se fez presente com maior intensidade nos municípios de Dom Pedrito e Rosário do Sul, cujas captações são realizadas ao longo do curso do Rio Santa Maria.

As características de fertilidade das terras em Dom Pedrito, as facilidades de arrendamento, proporcionadas pelos pecuaristas e aliadas a incentivos governamentais para o aumento da produção, condicionaram uma expansão acentuada dos plantios de arroz irrigado, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980. Esta nova condição da região trouxe como consequência o acirramento dos conflitos pelo uso da água.

As tentativas de superação desta condição de conflito culminaram no ano de 1983 com os produtores de arroz decidindo pela construção de uma barragem para servir ao abastecimento público do município de Dom Pedrito. Com recursos próprios, construíram uma barragem e doaram para a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), concessionária responsável pelo abastecimento de água no município.

Este empreendimento tinha capacidade de acumulação de água suficiente para abastecer toda a população urbana da época, por um intervalo de tempo de cento e vinte dias, sem necessidade de retirar água do rio. Este seria o espaço de tempo mais crítico para os produtores de arroz, que assim poderiam dispor da vazão do rio para atender sua demanda por irrigação.

Segundo histórico de fundação do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria, disponibilizado no site do comitê, o fato de os produtores de arroz aceitarem custear a construção de uma barragem para o atendimento do abastecimento urbano revela um comportamento até então inovador na resolução de conflitos pelo uso da água. De fato, a busca por soluções negociadas entre usuários, tais como a implementação na bacia, se tornaria um compromisso de todos, principalmente a partir da promulgação da Lei Estadual 10.350 de dezembro de 1994 e, posteriormente, da Lei Federal 9.433 de Janeiro de 1997.

Foram os conflitos decorrentes da baixa disponibilidade de água para a principal atividade econômica do município – o arroz irrigado -, o principal condicionante para o processo de criação do comitê de bacias hidrográficas. Paralelamente a criação do Comitê de Bacias, a situação criada pela existência de conflito pelo uso da água levou o governo do Estado do Rio Grande do Sul a encomendar estudos e levantamentos sobre a bacia, que culminaram em 1997 com o lançamento do programa de recuperação e desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa .

Entre as medidas propostas por este programa, destacam-se a construção de dezoito (18) barragens de acumulação de água, o aumento da área de plantio de arroz, o tratamento de esgoto nos municípios da bacia e o reflorestamento de áreas críticas. Em um trabalho de pesquisa realizado posteriormente, foi identificada forte influência do setor orizícola na atuação do comitê de bacias, na medida em que identificou a existência de uma estreita relação entre este setor e a direção do comitê.

O referido autor ressalta outras evidências encontradas no estudo realizado com representações presentes no comitê. Uma delas, refere-se à definição do aumento da área com plantio de arroz irrigado como sendo o objetivo principal do programa. Outra, refere-se à condição de, mesmo sem a existência de um Plano de Bacia Hidrográfica, já em 2003 haver a obtenção recursos financeiros para a construção de barragens para irrigação, enquanto os beneficiados com a obra ainda apresentavam resistência à implementação de instrumentos econômicos de gestão dos recursos(MADEIRA, 2003).

Por último, o autor ressalta a influência do setor arroseiro, inclusive no Legislativo Municipal de Dom Pedrito, que em ato do poder público municipal em 23/11/1989, editou a Lei Municipal número 74, no seu artigo 7º, que implanta a regulamentação do uso das águas do Rio Santa Maria e seus afluentes para quaisquer fins. Define que o Poder Executivo Municipal fará cumprir os dispositivos das Leis Federal e Estadual pertinentes à matéria. Porém, em parágrafo único, ressalta que os efeitos do artigo 7º não se aplicam a

construção das barragens previstas no planejamento elaborado por Fredolino Bourscheid em 1967, bem como as já existentes.

Portanto, a história de formação do Comitê de Bacia do Rio Santa Maria caracterizou-se pela presença marcante de interesses antagônicos disputando em seu interior, o poder de influência na definição de estratégias e ações. Para os referidos autores, no Comitê de Bacia, a preocupação ambiental se confunde com interesses econômicos, ao mesmo tempo que algumas lideranças apregoam a necessidade da construção de barragens para promover a regularização da vazão do rio. Por outro lado, críticas são dirigidas a esta avaliação, alegando ser apenas um artifício dos produtores de arroz para legitimar seu real objetivo: o aumento da disponibilidade hídrica para o plantio irrigado.

A construção de barragens no Rio Santa Maria tem sido objeto de severas críticas, por parte de especialistas na área de construção de barragens. Estes alegam que as construções foram iniciadas sem a realização de estudos aprofundados sobre as reais necessidades da região, assim como os impactos ambientais da obra não foram adequadamente, analisados. São visíveis as pressões políticas no sentido, unicamente, de atender os interesses dos arroteiros.

A barragem localizada no Arroio Taquarembó apresenta-se até o momento com 86% da sua estrutura construída, totalizando um gasto de 71,92 milhões de reais, com a solicitação de mais 82 milhões para a sua conclusão. As obras paralisaram em março de 2011 pela falta de recursos, sendo encerrado o contrato com a empresa Odebrech, responsável pela construção. No ano de 2013 a obra foi citada como estando sob investigação, com suspeita de fraude nas licitações (MOTA, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se observar que tanto as condições de escassez, que frequentemente atingem a região, quanto a solução dos conflitos pelo uso dos recursos hídricos constituem-se numa realidade ainda distante. É notório a influência da lavoura irrigada na conformação de cenários de crise de abastecimento hídrico, porém também é evidente a importância desta atividade agrícola no desenvolvimento da economia regional.

As unidades de produção com maior eficiência no desempenho econômico, são aquelas que desenvolvem algum tipo de sistema de cultivo de lavoura irrigada. O acesso a terras irrigadas é, portanto, um fator de diferenciação entre os agricultores da região. Por outro lado, aspectos relacionados a eficiência dos sistemas de cultivo existem críticas com relação ao desperdício do recurso. Cabe ao Comitê de Bacias Hidrográficas o importante papel de conduzir o debate entre os usuários da água e conjuntamente elaborar as normas para regulação dos usos, evitando os desperdícios. Dessa forma reduzir a conformação de situações de escassez e conflito. A história Ambiental constituiu-se numa ferramenta importante para evidenciar as relações sociedade e natureza, ao longo do processo de

ocupação do espaço agrário regional, ressaltando os principais aspectos relacionados aos recursos naturais e os sistemas agrários.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1995.

BESKOW, Paulo Roberto. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da cultura do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: Hucitec/CNPq, 1986.

CHRISTENSEN, Teresa Neumann de Souza. **História do Rio Grande do Sul em suas origens missioneiras**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

DUARTE, Regina Horta. Scheherazade tropical: narrativas e diálogos da História Ambiental no Brasil. **História**. São Paulo, v.32, n.2, p. 3-20, jul. /dez.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL(EMATER). **Arroz: área plantada**. Porto Alegre: EMATER, 2010. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/serie/serie_1120110913.pdf>. Acesso em 12 out. 2012.

FRANTZ, Telmo Rudi; SILVA NETO, Benedito. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Org.). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.p.27-92.

LINDMAN, Carl Axel Magnus; FERRI, Mario Guimarães. **A vegetação no Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974.

MADEIRA, Marcelo. Interesses político-econômicos e gestão ambiental na Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria. **Boletim de Geografia**. Maringá: UEM, V.21, n.1, p. 85-98, 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Bolgeogr/article/download/.../7259>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. **Episódios do ciclo do charque**. Porto Alegre: Edigal, 1987.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. **Evolução das charqueadas rio-grandenses**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.

MIGUEL, Lovois de Andrade. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre, Editora UFRGS/SEAD, 2009.

MOTA, Caroline. Taquarembó e Jaguarí sob suspeita. **Gazeta de Rosário**. Rosário do Sul, 19 jan. 2013. Disponível em:<<http://gazetaderosario.com.br>>. Acesso em fev. 2019.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.24, nº 68, 2010.

RAMBO, Balduino. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Diagnóstico econômico do município de Dom Pedrito**. Porto Alegre: Ed. FUNDATEC/FARSUL/SENAR, 1995.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Unijuí, 2002.

NOTAS SOBRE O CINEMA BRASILEIRO DA “HEGEMONIA NEOLIBERAL” - 1992-2015

Data de aceite: 01/03/2021

Peterson Soares Pessôa

Doutorando, PPGHE-USP

<http://lattes.cnpq.br/6836128933246247>

RESUMO: O presente trabalho tenciona realizar uma breve reflexão sobre as transformações econômicas e políticas (de cunho neoliberal) no campo cinematográfico brasileiro que se desdobraram no decorrer das décadas de 1990 e 2000. A partir de uma revisão de bibliografia selecionada sobre o tema (o cinema brasileiro contemporâneo e seu mercado), e análise de dados disponibilizados pelas agências brasileiras de regulação do setor, tenciona-se discutir, considerando a contribuição de Carlos Nelson Coutinho para o debate político brasileiro, o desmonte das estruturas estatais de fomento, a concentração do setor, bem como a configuração do mercado de cinema da década de 2010.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema brasileiro, cinema da retomada, hegemonia, neoliberalismo.

NOTES ABOUT THE BRAZILIAN CINEMA OF “NEOLIBERAL HEGEMONY” - 1992- 2015

ABSTRACT: This paper discusses the economic and political transformations in Brazilian cinema that unfolded during the 1990s and 2000s. Based on a review of the selected bibliography on the subject, an analysis of data made available by the sector’s regulatory agencies and the contribution by Carlos Nelson Coutinho for the Brazilian political debate, the work analyzes the dismantling of state funding, the concentration of the sector, as well as the configuration of the cinema market in the 2010s.

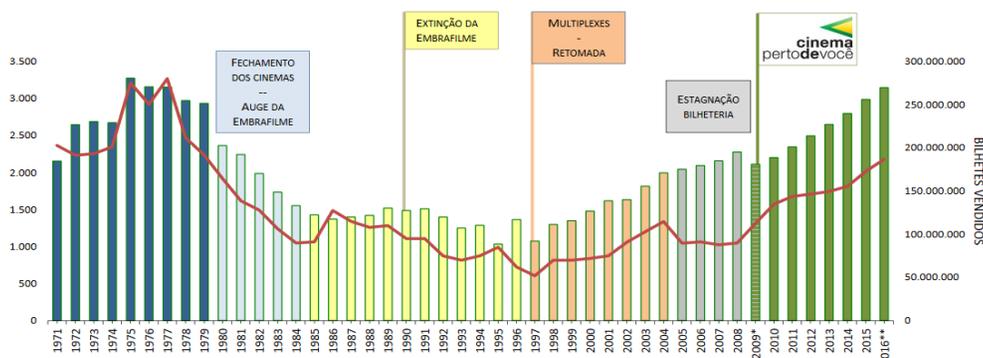
KEYWORDS: Brazilian cinema, hegemony, neoliberalism.

11 O FIM DA EMBRAFILME E A EMERGÊNCIA DO “NOVO CINEMA” BRASILEIRO

Grosso modo, o chamado “novo cinema” brasileiro, que surgiu no período da “retomada” (1992-2003), foi marcado por uma grande diversidade temática e por uma forte presença de representações das identidades das classes populares. De certa maneira, considerando os títulos de maior bilheteria do período, é possível afirmar que o cinema da “retomada”, tal como o “Cinema Novo” (década de 1960), se pautou por uma exploração o universo popular brasileiro. O sertão, a migração e, principalmente, as favelas dos grandes centros urbanos reaparecem no universo fílmico nacional em um contexto

político e econômico radicalmente diferente. Com uma postura ideológica alinhada à dinâmica neoliberal (no que tange às questões de produção), os/as cineastas da “retomada” valorizaram a figura do/a autor/a em seus trabalhos: um “revolucionário” carente de recursos financeiros para tocar seu trabalho e conectado à realidade dos problemas sociais e econômicos do país. (GILLONE, 2012)

É importante salientar que o termo “Cinema da Retomada” não se refere a uma proposta estética radical para o cinema brasileiro, muito menos a um movimento organizado (e orgânico) de cineastas em torno de um projeto político coletivo. A noção (largamente utilizada pela jornalismo brasileiro especializado) remete ao último grande ciclo de expansão (em termos quantitativos: de títulos e de bilheteria) da história do cinema brasileiro. Em outras palavras, refere-se à adequação dos/as cineastas às transformações econômicas e políticas (de cunho neoliberal) que se desdobraram no decorrer das décadas de 1990 e 2000. Sob tais condições, viabilizadas por meio de uma política cultural fomento baseada no desmonte das estruturas estatais de fomento (Embrafilme) e nos incentivos fiscais para os investimentos na área da cultura, as relações entre os/as cineastas, o Estado, os agentes de distribuição e o público se modificam substancialmente.



Parque exibidor brasileiro (salas e bilheteria) 1971-2015

Fonte: Ancine, disponível em: <https://www.gov.br/ancine/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/apresentacoes/Mercadoaudiovisualbrasileiro4.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2021. *2009: dados recontados. **2016: estimativa.

Até a década de 1990, A Embrafilme, empresa de economia mista com capital majoritariamente estatal criada em 1969, consistiu na principal fonte de financiamento direto do cinema brasileiro, além de ser a maior empresa nacional do setor de distribuição de títulos. Embora tenha surgido em pleno regime militar e de ter sido produto de intenções dirigistas conservadoras, é possível afirmar que a Embrafilme atendeu às demandas materiais da classe cinematográfica que atuou no período. Com a sua extinção em 1990, o Estado brasileiro (nos governos Collor, Itamar, FHC e Lula) passou a tratar a questão da

cultura como um “problema de mercado”, retirando do Estado o papel de patrocinador e mantendo apenas a função de “regulador” da atividade (Agência Nacional do Cinema, a partir de 2001). A “produção cultural”, *lato sensu*, passou a ser vista como qualquer outra área produtiva, que deveria se sustentar sozinha mediante inserção no mercado (captação de recursos em empresas privadas e/ou de economia mista) (MARSON, 2006).

Com o fim da Embrafilme e da Fundação do Cinema Brasileiro, os/as cineastas brasileiros/as não perderam apenas seu principal financiador direto, mas também o seu principal canal de distribuição. A desregulamentação do setor, no início da década de 1990, levou ao fim da “cota de tela” (a obrigatoriedade de uma quantidade mínima de dias de exibição de conteúdo nacional) e à abertura irrestrita das importações de títulos estrangeiros. Mesmo em sua fase mais produtiva (entre 1969 e 1983, auge da Embrafilme), é importante salientar que o cinema brasileiro nunca conseguiu se firmar como uma “indústria” (integração vertical das esferas de produção, distribuição e exibição de filmes, a formação de um *star system* próprio, etc). Sob tal perspectiva, é possível afirmar que a única “indústria cultural” que alcançou plena maturação no Brasil foi a televisão, concentrando a maior parte da mão de obra qualificada. Ainda que adaptações cinematográficas de shows televisivos de sucesso, como o caso da franquia *Trapalhões* (de 1965 até 2017) tenham contribuído para números expressivos de bilheteria, é possível afirmar que tal dinâmica consistiu numa união de baixíssima sinergia. O sucesso na televisão foi a mola propulsora para a posterior adaptação para as grandes telas, movimento avesso, por exemplo, à bem sucedida experiência norte-americana (infraestrutura de produção cinematográfica como elemento de alavancagem para produções de TV), estratégia que desde a década de 1960 contribuiu para a sustentabilidade da indústria do cinema estadunidense (MICHALIS, 2008).



Empregos por atividade econômica do setor audiovisual (2007-2016)

Fonte: Ancine. Disponível em <https://www.gov.br/ancine/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/apresentacoesEconomiaoAudiovisualeEconomiaCriativa.pdf>. Acesso em 8 fev. 2021.

Até a década de 1990, os avanços tecnológicos da produção audiovisual de publicidade e de televisão (recursos filmográficos utilizados na teledramaturgia e na produção de imagens para o jornalismo de campo) não haviam chegado ao cinema brasileiro. A integração do cinema com a televisão e a publicidade só se realiza, efetivamente, com a “retomada”. É nesse ciclo que empresas produtoras começam a apostar numa dinâmica de trabalho que privilegiava a venda de produtos (títulos) em blocos, uma ligação mais orgânica com a televisão (*casting* de protagonistas de novelas) e no desenvolvimento de uma linguagem visual (direção de fotografia, de arte, montagem, etc.) inspirada na linguagem da publicidade do telejornalismo e da teledramaturgia.

Impulsionada pela Lei Rouanet (Lei no. 8.313/91), o campo cinematográfico brasileiro obteve, ao longo do período da “retomada”, uma série de pequenas conquistas (retorno gradual das “cotas de tela”, legislação específica de fomento, participação de cineastas em conselhos formuladores de políticas públicas), mas não atacou o ponto crucial: a obrigatoriedade de exibição de conteúdo nacional do cinema na TV aberta (sendo restrita apenas às difusoras estatais). A manutenção do isolamento do cinema em um campo fechado de cineastas “autorais” (cineastas inseridos no circuito competitivo internacional) e de cinema de entretenimento (vinculado a produtoras ligadas aos grandes canais de TV aberta), inviabilizou a formação de um “mercado” integrado e capilarizado de audiovisual capaz de proporcionar campo para a popularização de filmes de baixo e médio orçamentos (curta metragens, documentários, etc.). Na elaboração dessa política cinematográfica, que se iniciou em 1991 e que repercutiu até os dias atuais, foi utilizada a concepção de cinema enquanto um produto fundamentalmente de “entretenimento” e não como um “bem cultural” que comportaria valores e questões nacionais e capaz de se configurar como instrumento de reflexão sobre as contradições da sociedade brasileira e ação política (MARSON, 2006, p 41).

Por esse viés, é possível afirmar que o relativo isolamento do campo cinematográfico brasileiro face às outras mídias configura sintoma de uma questão maior, que perpassa praticamente todo o período da “nova república” (1985-2016): a (não) formulação de uma política de mídia. Tal dinâmica, como observa Carlos Nelson Coutinho, consiste na luta

[...] pela conquista de espaços no interior da mídia, o que significa lutar por sua efetiva democratização. Isso implica não só uma pressão da opinião pública, mas também a elaboração de uma legislação adequada, que desprivatize o controle da mídia e o torne efetivamente público. **Isso não é sinônimo de estatização, mas sim de controle efetivo pela sociedade civil.** Se o rádio e a televisão são uma concessão pública, devem evidentemente ser publicamente controlados. (COUTINHO et al, 1999, n. p., negritos nossos).

21 O CINEMA DA RETOMADA: POPULAR, PERIFÉRICO, JORNALÍSTICO E “GLOBAL”...

No que tange ao conteúdo político, as principais produções do cinema do período da “retomada”, *grosso modo*, tendem a não abordar questões sensíveis no tratamento dramático. Segundo o cientista social Telmo Estevinho (2009, p. 126), “se a política ainda postula a presença [nesse tipo de] produção, [ela] aparece muitas vezes nas escolhas de uma dramaturgia tensa, com personagens exasperados em seus dramas individuais”. Nesse sentido, considerando os principais *hits* (sucessos de bilheteria e/ou títulos premiados no circuito competitivo internacional) em bloco, a maioria apresenta algumas características comuns. Pautam-se na observação do cotidiano das classes populares, na apresentação dos signos da cultura popular ou na utilização de cenários emblemáticos do cinema brasileiro – por exemplo, o sertão nordestino e a favela carioca. A temática da exclusão social no contexto do espaço urbano funda a estética predominante da “retomada”, com forte influência das novas tecnologias digitais, da linguagem da televisão e do telejornalismo, recurso apropriado como estratégia de representação do real.

O campo, tal como representado no *Cinema Novo*, não aparece como um locus alternativo para o desenvolvimento: o palco dos conflitos sociais é a cidade. *Cidade de Deus* (2002), que atingiu 90 milhões de espectadores, *Carandiru* (2003), de Hector Babenco, que atingiu marca similar (valendo salientar o fato de ter sido o primeiro filme brasileiro a ter seus direitos de exibição vendidos antes de ser filmado) e *O Invasor*, de Beto Brant (2002), premiado no festival de *Sundance* (principal evento do circuito competitivo independente norte americano), podem ser citados como os principais exemplos. O sucesso desses títulos contribuiu para a Lei Rouanet privilegiar adaptações de romances e clássicos, nos quais a periferia dos grandes centros urbanos e seus personagens principais – presidiários, traficantes, travestis, desempregados e aposentados – em conflito com a cidade global, adquirissem voz e visibilidade.

O tratamento realista de muitos *hits* da “retomada” instou a crítica especializada, de imediato, a estabelecer comparações com o *Cinema Novo*. (inserir referência) Entretanto, a exclusão social, a violência urbana e a periferia, nesse novo contexto, nada tinham a ver com a “Estética da Fome”. De acordo com a pesquisadora Luiza Lusvarghi (2004), muitos filmes da “retomada” bebem do cinema moderno americano e se inspiraram em fatos reais: usam livros, gravações para dar mais efeito “realista” a seus conteúdos. É o caso, por exemplo, de *Cidade de Deus*, *Bicho de Sete Cabeças* (2000) e *Carandiru*. Não por acaso, esses filmes frequentemente são cobrados por se apropriarem destas formas de maneira espetacular e sensacionalista, lembrando o jornalismo policial praticado pela mídia televisiva. Em análise comparativa de quatro títulos de sucesso do período – *Como nascem os Anjos* (1996), de Murilo Salles, *Central do Brasil* (1998), de Walter Salles, *Cidade de Deus* (2002), de Fernando Meirelles e *Amarelo Manga* (2003), de Cláudio Assis –, a pesquisadora Fernanda Salvo aponta que:

Os fatos narrados [nesses filmes] são verdadeiros *fait divers* jornalísticos, com suas coincidências aberrantes e incômodas. **É importante frisar que essas histórias são entregues ao espectador de forma naturalista**, com materiais reais e baseados nas regras da verossimilhança para a composição da imagem - **o que pode apresentar efeito pernicioso sobre a representação**, pois é como se cenas carregadas de brutalismo e violência ocorressem a todo instante, em toda esquina das cidades brasileiras. Como se os habitantes de periferias e favelas fossem naturalmente violentos e como se o olhar do espectador suportasse (ainda) tanta violência.

[...]

cinema nacional contemporâneo, tematicamente, vem se debruçando sobre as questões sociais do País (a exemplo do que ocorreu no Cinema Novo), mas dá mostras de **não ter definido precisamente o foco para o tratamento ético dessas questões**. (SALVO, 2006, n. p., negritos nossos)

Se parte significativa desta produção se baseia em obras de caráter jornalístico e de denúncia social, é necessário salientar que não necessariamente isso se dá por compromisso social de seus realizadores, sendo que algumas se descolam com ampla liberdade do material base para a construção dos roteiros adaptados. É razoável afirmar que a construção dos roteiros parte de uma metodologia que dialoga com a lógica do neo-realismo italiano: os atores, mesmo quando profissionais, são sistematicamente jogados em situações reais e “compõem” o personagem num processo muito distante do ensaio e memorização do roteiro. Contudo, a estrutura narrativa remete à dinâmica dos *thrillers* de ação. O documental, editado em formato similar ao videoclipe, recurso televisivo presente nas programações musicais, e o telenoticiário, também se fazem presentes. Nesse sentido, como observa a Gillone, tal produção tenciona estabelecer uma “reflexão e crítica sobre a realidade brasileira” a partir da representação das identidades das classes populares desprotegidas (retirantes, favelados, etc.).

3 I CONCENTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO...

Em sua reflexão sobre a “Hegemonia da pequena política”, i. e., o processo de “exclusão da grande política” no contexto da introdução do neoliberalismo no Brasil (governos Collor e FHC) e da subsequente disseminação por meio da “servidão financeira” (o neoliberalismo inclusivo dos governos Lula), Carlos Nelson Coutinho aponta a presença de um “consenso passivo” que se desdobra através dos aparelhos ideológicos, que impacta, desse modo, a ação política das classes subalternas. A pequena política - que Gramsci denominou “política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, das intrigas” (COUTINHO, 1999, p. 92) – e, por derivação, dos fóruns setoriais de cultura, aparelhados pela “elite” artística – fica aprisionada ao senso comum, passando a ser vista pelas lentes da sociedade civil não como espaço de luta, próximo das necessidades e anseios das

classes subalternas, mas, pelo contrário, um espaço distante, reservado aos grandes *players* do mercado e à representação política.

Em lugar da tradicional pressão social ou prática do conflito, a política se reduz nessa dinâmica a uma eterna disputa de elites, de frações de classe e de castas corporativas, em meio a “um mesmo projeto hegemônico de sociedade” (COUTINHO, 2010, p. 41). Os atritos e as discussões de cunho programático tendem a se pautar pela escolha desta ou daquela forma mais ou menos eficiente gestão pública, “nas quais nada de substantivo está posto em questão” (COUTINHO, 2010, p. 32). Nesse sentido, evitando utilizar a noção gramsciana de revolução passiva – em outras palavras, de uma presença de processos políticos simultâneos de restauração e renovação –, Coutinho trabalha com a hipótese de uma contrarreforma na época neoliberal: de certa forma, o Brasil da era Lula estaria diante de uma “tentativa aberta” de mitigação dos direitos sociais conquistados em lutas passadas em meio a uma política social neoliberal (que conserva o modelo econômico anterior) que, ao mesmo tempo, privilegia o mercado e inclui a população marginalizada (pobreza extrema) no “jogo da mercadoria”. Para Coutinho (2010, p. 32) , “o que caracteriza um processo de contrarreforma não é a completa ausência do novo, mas a enorme preponderância da conservação (ou mesmo da restauração) em face das eventuais e tímidas novidades”

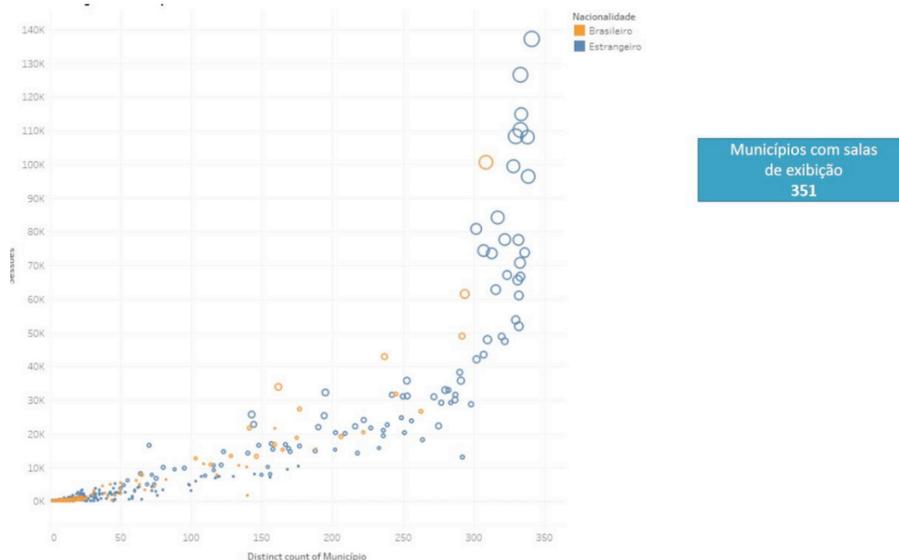


Fonte: <https://www.istoedinheiro.com.br/cinema-para-todos/>

Créditos de Texto e Imagem: Carlos Eduardo Valim, Felipe Mendes

No caso do cinema brasileiro no período dos governos Lula (2003-2011), o que se nota (tomando a concepção de Coutinho emprestada) é a conservação das estruturas montadas no período FHC (i. e., o “cinema da retomada”), com algumas inovações que

permitiram a dinamização do “mercado” de cinema nacional, mas sem atacar efetivamente o problema da “dependência” do produto estrangeiro para a manutenção da cadeia de distribuição de filmes (massificada somente nos grandes centros urbanos, por meio do modelo *Multiplex*, ver tabela), muito menos estabelecer uma política de audiovisual capaz de democratizar o acesso (distribuição) do produto audiovisual, bem como facilitar o investimento para produtores de títulos de baixo orçamento e de diferentes formatos.



Penetração de obras audiovisuais nas cidades brasileiras (2017)

Relação [cidades com exibição] e [quantidade total de sessões], títulos estrangeiros e nacionais

Fonte: Ancine. Disponível em https://www.gov.br/ancine/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/apresentacoes/CmaraTcnicaCinema_Luana.pdf. Acesso em 8 fev. 2021

Em estudo sobre “estrutura do mercado” da indústria do cinema brasileiro, e das políticas públicas adotadas entre 1995 e 2012, Rodrigo Cavalcante Michel e Ana Paula Avellar (2014, p. 512) concluem que “mesmo diante de forte retomada na dinâmica do setor cinematográfico, o Brasil ainda apresenta um mercado cinematográfico pouco expressivo”. Segundo os autores, as políticas públicas adotadas no período, ao invés de estimular a popularização do “produto filme” e fortalecer o mercado de cinema, fomentaram a concentração dos incentivos fiscais (das grandes estatais e dos grandes bancos) na mão de poucos cineastas (muitos deles participantes dos fóruns setoriais que discutiam, em âmbito estatal, as políticas para audiovisual):

Com base [nas evidências coletadas], pode-se verificar que as políticas de incentivo à produção de cinema no Brasil, implementadas no período, não atendem a empresas atuantes em todos os Estados, o que mostra que **o objetivo dessas políticas não é a desconcentração ou a disseminação da produção entre os Estados, e sim o aumento no total de filmes produzidos.**

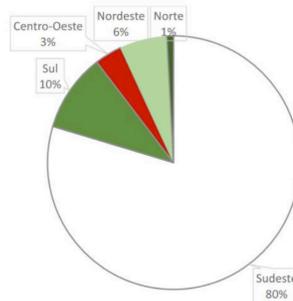
[...]

Nota-se que, mesmo diante de um número expressivo de empresas atuantes no mercado, **a renda concentra-se em algumas poucas empresas mais consolidadas no setor.** (MICHEL; AVELLAR, 2012, p. 503-4, negritos nossos).

É possível afirmar que, apesar de o setor apresentar (aparentemente) uma estrutura heterogênea (presença de diversos tipos de produção de toda sorte, curtas, longas, cinema experimental, etc.), se destacam com larga margem apenas empresas consolidadas e vinculadas aos *players* de distribuição internacionais (Warner, Universal, etc.), como a Diler & Associados (produtora de *Xuxa e os Duendes*, 2001, e *Maria – Mãe do Filho de Deus*, 2003) e a Conspiração Filmes (*2 Filhos de Francisco: A História de Zezé di Camargo & Luciano*, 2005, e *O homem do futuro*, 2011). Logo, mesmo com uma produção nacional dinâmica (alavancada pelos fundos de cultura estaduais e municipais) a indústria encontra um ponto de estrangulamento especificamente no tangente à circulação dos títulos nacionais. A ação do mercado distribuidor é concentrada nas empresas *majors*, que apresentam a estratégia de apostar em um único filme, homogeneizando a distribuição e atribuindo menor competitividade aos filmes nacionais.

CPB - obras registradas

23.866 obras registradas 2006/2016



(ANCINE – SRE julho/2017)

Gráfico: distribuição regional

CPB (registro de obra audiovisual) - 2006-2016

Fonte: Ancine. Disponível em: https://www.gov.br/ancine/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/apresentacoes/FestivaldeBrasilia_2017.pdf. Acesso em: 8. fev. 2021.

Iniciado pela “retomada”, o processo de transformação/adequação do cinema brasileiro ao mercado transnacional de exibição de filmes alcançou seu apogeu nos governos Lula (2003-2011). A cinematografia brasileira tornou-se nesse período um *global player* no circuito competitivo internacional. No entanto, a “questão nacional” (em outras palavras, a Revolução Brasileira), um dos temas centrais de discussão do “Cinema Novo”, por exemplo, não é retomada, criticada, muito menos reformulada (tendo em vista a nova configuração da luta de classes no Brasil dos anos 2000): sai de cena, e seu conteúdo se subsume à dinâmica da produção de ponta, alinhada ao modelo hollywoodiano, mas sem uma indústria que proporcione uma base material para sua efetiva popularização. Nesse sentido, é razoável afirmar que trata-se de um cinema que tenciona escancarar e estilizar, no plano da individualidade, a exclusão social nos grandes centros urbanos, sob o enfoque não do social, mas do indivíduo atomizado que, “dentro das instituições, [experencia] a iniquidade. Fora delas, a violência como regra, [... sobrevivendo], sem valores ou projetos para além da roleta das finanças e das armas” (XAVIER, 2007, p. 260).

REFERÊNCIAS

COUTINHO, C. N. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? Revista Novos Rumos, Marília, v. 49, n. 1, p.117-125, jan./jun.2012.

COUTINHO, Carlos Nelson; LIGUORI, Guido; LÖWY, Michael; ROUANET, Sergio Paulo. O pensador hegemônico. Folha de São Paulo, ano 78, São Paulo, 21 nov. 1999, Caderno Mais! Disponível em: <https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=326>. Acesso em: 8 fev. 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy, RIZEK, Cibele. Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESTEVINHO, Telmo A. D. Cinema e política no Brasil: os anos da retomada. Aurora, n. 5, p. 120-130, 2009.

GILLONE, Ana Daniela de Souza. Identidades e Política no Cinema Brasileiro Contemporâneo. São Paulo, ECA/USP, Projeto de Pesquisa de Pós-doutoramento, 2012.

GIMENEZ, Fernando Antonio Prado, DA ROCHA, Daniela Torres. A presença do filme nacional nas salas de cinema do Brasil: um estudo sobre a codistribuição. Galaxia (São Paulo, online), ISSN 1982-2553, n. 37, jan-abr., 2018, p. 94-108. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554130963>.

LUSVARGHI, Luiza. O realismo e o popular no cinema nacional da pós-modernidade, de Central do Brasil a Cidade de Deus. In: Simpósio de Pesquisa em Comunicação da Região Sudeste – SIPEC, X, 2004. Anais [...]. Rio de Janeiro, 7 e 8 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/99969048600143746019215043440806876113.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2021.

MARSON, Melina Izar. O cinema da retomada: Estado e cinema no Brasil da dissolução da Embrafilme à criação da Ancine. Campinas, Unicamp, Dissertação de Mestrado, 2006.

MICHALIS, Kokonis. "Hollywood's Major Crisis and the American Film 'Renaissance'". *Gamma: Journal of Theory and Criticism*, Vol. 16, pp. 169-206, 2008. Disponível em: <http://ejournals.lib.auth.gr/gramma/article/view/6435/6180>. Acesso em: 8 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.26262/gramma.v16i0.6435>

MICHEL, R. C.; AVELLAR, A. P. M. Indústria cinematográfica brasileira de 1995 a 2012: estrutura de mercado e políticas públicas. *Nova Economia*, [S. l.], v. 24, n. 3, 2014. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2065>. Acesso em: 8 fev. 2021.

SALVO, Fernanda. Cinema brasileiro da Retomada: da pobreza à violência na tela". *Revista Espcom*, Número 1, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~espcom/revista/numero1/ArtigoFernandaSalvo.htm>. Acesso em: 8 fev. 2021.

XAVIER, Ismail. Humanizadores do inevitável. *ALCEU*, v.8, n.15, p. 256 a 270 - jul./dez. 2007

XAVIER, Ismail. O cinema brasileiro dos anos 90. Praga – *Revista de estudos marxistas*. São Paulo, Hucitec – N° 9, p.97-138. Jun. de 2000.

CAPÍTULO 11

“DAVID GRIFFITH’S MASTERPIECE” E OS AFRO-AMERICANOS: UMA ANÁLISE ACERCA DA RECEPÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NORTE-AMERICANA DA OBRA CINEMATOGRÁFICA 'O NASCIMENTO DE UMA NAÇÃO'

Data de aceite: 01/03/2021

Carlos Vinicius da Silva

Graduando do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Franca, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Alves de Souza. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) História

Larieli Ceron de Lima

Graduanda do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Franca, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Alves de Souza. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) História

Marcos Alves de Souza

Professor Assistente Doutor do Departamento de História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, campus de Franca. Tutor do Programa de Educação Tutorial (PET) História

Este texto foi originalmente publicado nos Anais do XI Encontro Nacional Perspectiva do Ensino de História - Perspectivas Web 2020 e resultado de pesquisa apresentada no 28º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP - SIICUSP.

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo discorrer de maneira geral acerca dos elementos que compõem as produções culturais norte-americanas no período anterior e posterior ao lançamento do filme *O Nascimento de Uma Nação* (1915) de D.W. Griffith. Pretende-se atribuir especial ênfase àquelas produzidas pela população afro-americana, considerando o lugar e as representações atribuídas à ela através das artes nos determinados contextos, sobretudo nas cidades de Nova Iorque, Washington e Denver, em razão das suas dimensões culturais e políticas e do grau de reação, respectivamente. Parte, portanto, de uma análise na qual se estabelecem esses produtos - a se destacar o *Harlem Renaissance* - como forma de uma contracultura baseada na valorização da experiência afro-americana e na celebração da vida negra, responsável por desafiar a reprodução de uma ideologia dominante atuante na estereotipação e inferiorização da população negra, identificada na obra de Griffith.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema, contracultura afro-americana, *Harlem Renaissance*, *O Nascimento de Uma Nação*.

ABSTRACT: The present work aims to discuss in a general way about the elements that make up North American cultural productions in the period before and after the release of the film *The Birth of a Nation* (1915) by D.W. Griffith. It is intended to give special emphasis to those produced by the African American population, considering the place and the representations attributed to it through the arts in certain contexts, especially in the cities of New York, Washington

and Denver, due to their cultural and political dimensions and the degree of reaction, respectively. Therefore, it starts from an analysis in which these products are established - highlighting Harlem Renaissance - as a form of counterculture based on the valorization of the African American experience and the celebration of black life, responsible for challenging the reproduction of a dominant ideology active in the stereotyping and inferiorization of the black population, identified in the work of Griffith.

KEYWORDS: Movie theater, African-American counterculture, Harlem Renaissance, The Birth of a Nation.

INTRODUÇÃO

A partir da concepção de Indústria Cultural de Theodor Adorno (2002) e considerando o cenário político e social no qual se estabelece a segregação racial através das leis Jim Crow ao final do século XIX nos Estados Unidos, pretende-se apresentar uma análise de ideologização e instrumentalização da cultura a partir da qual se desenvolve e se reproduz, por meio da padronização e produção em série, múltiplos estereótipos que tem como objeto a população afro-americana e que auxilia na manutenção das desigualdades entre negros e brancos. Esse processo, de acordo com Walter Benjamin (1993), resultaria no rompimento com a autenticidade e singularidade do objeto artístico, fato que leva à uma dupla desumanização da população negra, a se considerar a intenção de reprodução de uma espécie de bestialização desse mesmo segmento.

O cinema, a se destacar o papel de *O Nascimento de Uma Nação* (1915), está inserido nesse movimento e irá permear o imaginário social, sobretudo a partir de falas de exaltação do longa proferidas pelo presidente norte-americano do período, Woodrow Wilson, e do renascimento da Ku Klux Klan, cuja criação é retratada e legitimada no filme. Nesse sentido, uma produção que parte da valorização da experiência afro-americana e do orgulho racial e que pretende, sobretudo a partir do lançamento do longa de Griffith, criticar e romper com a reprodução dos estereótipos criados pela elite branca dirigente, poderá ser considerada uma espécie de contracultura. Esta, produzida nos principais centros urbanos - Washington, Nova Iorque e Denver - rompe, em especial a partir do movimento *Harlem Renaissance*¹, com a reprodutibilidade técnica criticada por Benjamin, valendo considerar que este movimento cultural alcançará tamanha dimensão que termina por influenciar as produções musicais, literárias e cinematográficas afro-americanas na década de 1920.

1.O Harlem Renaissance foi um movimento inicialmente literário organizado por afro americanos nas décadas de 1920-1930 a partir da cidade de Nova Iorque -local do qual posteriormente se descentraliza- baseado na valorização da subjetividade e do cotidiano da população negra a partir da retomada de elementos de origem africana. Através do rompimento com os estereótipos produzidos e reproduzidos pela elite branca, propunha a celebração do orgulho e da identidade racial.

11 ANTES DO “MASTERPIECE”: JIM CROW E A CONSTRUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS

O fim da Guerra de Secessão (1861-1865), cujo principal motivo de conflito recai na manutenção da escravização de povos de origem africana no império de algodão na região Sul (FERNANDES; MORAIS. 2007), e o sequente fracasso da Reconstrução (1865-1877), a partir da qual ficava instituído o direito a voto de todos os homens livres, inclusive negros emancipados, resulta no estabelecimento formal da segregação racial por intermédio das leis Jim Crow. Nomeada através do personagem de 1828 de Thomas “Daddy” Race, a lei, baseada no “[...] falso princípio de ‘separados, mas iguais’ [...]” (ALMEIDA, 2011, p. 13) será responsável por legitimar a discriminação dos espaços públicos reservados para pessoas brancas e negras no Sul do país. Este fenômeno resultou em uma intensa onda de migração da população afro-americana para os centros urbanos do Norte tais como Nova Iorque, Washington e Chicago, onde poderá se identificar posteriormente uma forte movimentação não apenas política, através de organizações como a *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP), também composta por liberais brancos, organizada pela busca dos direitos civis, mas também cultural, tal como o *Harlem Renaissance*.

Jim Crow, resultado da utilização do recurso de *blackface*² e popularizado ao final do século XIX, apresenta-se como forma de ridicularização e inferiorização da população e cultura negra, figurando por muito tempo no imaginário social como uma das principais representações estereotipadas dos afro-americanos difundida inicialmente por meio dos shows de menestréis e, posteriormente, através do cinema. Por outro lado, as companhias teatrais compostas por atores negros já faziam um trabalho de combate aos estereótipos por meio de peças que retratavam o cotidiano antes mesmo de 1915, ainda que em menor escala. Os atores não frequentavam escolas teatrais formais; o que os moldavam eram suas próprias experiências de vida, o que mais tarde se prova um sucesso com a ascensão do teatro negro em Nova Iorque, no período sede da NAACP.

O filme *O Nascimento de Uma Nação* (1915) recorre aos elementos elaborados acima, para narrar a história de duas famílias que lutam em lados opostos durante a Guerra de Secessão. Enquanto a primeira parte do filme trata do contexto anterior ao conflito, a segunda recai sobre o processo de reconstrução a partir de uma perspectiva de culpabilização dos negros “[...] pela decadência da nação” (NGANGA, 2019. p. 61), representando e exaltando a criação e ascensão da Ku Klux Klan sob o pretexto de defesa sobretudo da mulher branca, entidade que fora proibida de funcionar ainda no século XIX, mas que volta a atuar de forma contundente a partir do lançamento do longa.

2. Recurso inicialmente empregado nos shows de menestréis a partir do qual artistas brancos se pintavam de negros a fim de representá-los de maneira normalmente bestializada e ridicularizada.

Apesar da obra de Griffith representar os homens e mulheres negras como “[...] selvagens, bestiais, traiçoeiros, metade humanos e metade animais [...]” (*The Denver Star*)³, perpassam no longa elementos que interseccionam gênero e raça. Isso se dá porque, se por um lado o filme corrobora uma perspectiva estereotipada do homem negro enquanto bruto, violento e dominado por seus impulsos sexuais através da cena de tentativa de estupro por Gus, soldado afro-americano renegado da União, contra a filha mais nova de Cameron, mulher branca que opta por se lançar ao penhasco durante a fuga, por outro, a mulher negra figura como personagem cuja maior ambição é ser concubina de um homem branco (*The Denver Star*). A representação dessa violência que perdura no imaginário social da maior parte da população branca e o constante apagamento dos estupros cometidos por homens brancos contra mulheres negras são alvos de duras críticas de autores intelectuais negros do período, os quais afirmam que “[...] a cada mulher branca estuprada por um homem negro no Sul, mil mulheres foram seduzidas e enganadas por homens brancos. Isso o Nascimento de uma Nação falha em mostrar” (Clayton’s Weekly, tradução livre)⁴, violência que será retratada apenas em *Within Our Gates* (1920) de Oscar Micheaux, como se verá adiante.

É possível identificar, dessa forma, que à medida que se estabelece que os mais recentes mecanismos do período para reproduzir o racismo e reafirmar a superioridade branca são os shows e filmes (*The Denver Star*), cabe à população negra responder por meio dos mesmos canais (WEINBERGER, 2011), função que coube inicialmente à NAACP. Criada em 1909, a associação atuou, até o final de 1914, contra a segregação e os casos de linchamento de pessoas negras, numerosos sobretudo nas regiões do Texas, Georgia e Mississipi (JUNNE, 2012). A partir do lançamento da obra de Griffith, entretanto, a organização passará a coordenar os protestos e estabelecer contato entre seus líderes e prefeitos, governadores e censores, afim de banir o filme ou, ao menos, seus elementos mais ofensivos. Apesar dos sucessos iniciais, na metade de 1916 era possível assistí-lo em qualquer lugar, sobretudo em razão da ação do próprio diretor e do discurso baseado na liberdade de expressão e da arte.

Deve-se considerar, inicialmente, que para os negros o filme foi muito mais uma demonstração social do que uma espécie de evento artístico a qual tornou nítida a necessidade de produção de um sistema estético próprio que considerasse as ambições da população afro americana e preenchessem o enorme vazio das produções do cinema negro. (CRIPPS, 1974) ⁵. Entretanto, o cinema negro dava, antes mesmo de *O Nascimento de uma Nação*, seus primeiros passos na medida em que se elevava o número de

3. “[...] savage, bestial, treacherous half human and half animal [...]” (*The Denver Star*)

4. “[...] for every white woman raped in the South by a black man, a thousand black women have been seduced and outraged by white men. This ‘The Birth of a Nation’ fails to show.” (Clayton’s Weekly)

5. For blacks though, the motion picture was more a social than an artistic event. [...] when Griffith’s movie reached the nation’s screens and entranced so many whites it also outraged blacks who began to realize the need for both hammering out an aesthetic system that included black aspiration, as well as beginning to fill the enormous gap in black movie production” (CRIPPS, 1974. p. 28)

empreendedores negros nos centros urbanos e se formavam companhias determinadas a responderem as representações deturpadas da negritude exibidas pelo cinema dominante (ALMEIDA, 2011). Destaca-se, entretanto, que predominava no período, mesmo entre as companhias compostas e dirigidas por negros, uma certa limitação às comédias de curta-metragem, baratas e populares, as quais tendiam a reproduzir as convenções dos shows de *blackface* (ALMEIDA, 2011). Vale destacar, porém, que apesar de lançar mão dos recursos de estereotipagem do negro, *O Nascimento de Uma Nação* será o grande responsável por romper com este modelo pré-clássico que caracterizou a fase inicial do cinema negro, a partir da linearização e dramatização da narrativa (MACHADO, 1997), além do exorbitante custo que apresentou o longa de cerca de três horas de duração.

As companhias de cinema afro-americano deparavam-se ainda com vários outros problemas: desde o limitado número de salas de cinemas disponíveis para negros, as quais se aproximavam de 600 espalhadas por todo o país (CRIPPS, 1974) até o elevado custo de produção desse tipo de arte, fator fundamental para frustrar a tentativa da NAACP em desenvolver um filme de resposta direta à Griffith. Apesar disso, o embate contra a exibição de *O Nascimento de Uma Nação* resultou na elevação política da organização em âmbito nacional, o que a colocará décadas depois como uma das protagonistas na luta pela igualdade de direitos civis no país (WEINBERGER, 2011).

21 A RESISTÊNCIA À REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA: HARLEM RENAISSANCE

O século XX tem como característica fundamental a ideia do progresso (BENJAMIN, 1993). Com a modernização e a industrialização das cidades a todo vapor, o desenvolvimento científico e principalmente a técnica passam a compor as diferentes esferas da sociedade, incluindo o cinema. Ainda que este ideal tenha sido um dos grandes responsáveis pelo intenso desenvolvimento econômico e tecnológico do período, foi também um dos estopins de diversos medos e conflitos fundamentais dentro da sociedade norte-americana, cada vez mais segregada e racializada. É partindo da obra cinematográfica de Griffith, que podemos perceber os efeitos do conceito de reprodutibilidade técnica de Walter Benjamin sendo aplicado à cultura de massas norte-americana, mais especificamente ao que diz respeito à população negra, que por meio de diversos estereótipos reproduzidos ao longo do tempo encontram no filme não só sua naturalização como também a sua divulgação em amplo espectro de que todos os afro-americanos se comportavam de maneira bestializada e animalésca.

As ondas de migração analisadas anteriormente resultam no deslocamento da população negra norte-americana no período de 1910-1915 para as áreas residenciais de Nova Iorque, sobretudo no Harlem, sendo este o lugar onde os movimentos culturais de combate aos estereótipos negros se manifestavam. A princípio, o Harlem era ocupado por

brancos norte-americanos que tentaram frear essa onda de novos moradores negros para aquele espaço, sem sucesso. Com o tempo, os antigos moradores passaram a se sentir ameaçados e se mudaram, levando a área residencial do Harlem a se consolidar como um espaço majoritariamente afro-americano e de resistência (SMETHURST, 2011).

Uma postura do governo norte-americano que não pode ser posta de lado é a participação dos negros durante a Primeira Grande Guerra e seu retorno. Ao regressarem, esses homens negros, cidadãos que fazem parte da nação, começam a ser invisibilizados e marginalizados, o que é revoltante para quem participou da defesa dos interesses de seu próprio país no além-mar. A insatisfação em relação aos fatores socioeconômicos e a manutenção das desigualdades política e racial nos centros urbanos será fundamental na compreensão das produções artísticas afro-americanas no período que se segue.

É nesse contexto que se iniciará um processo de reflexão acerca das violências físicas e daquele resultado da dominação cultural branca, que, por sua vez “[...] teve importantes implicações psicológicas, surgindo de pressupostos culturais e ideológicos oriundos de racionalizações de dominação branca” (IRELE, 2000, p. 761, tradução livre)⁶. A partir de então, ocorre o fortalecimento da identidade e do orgulho racial e da celebração da vida negra e das experiências afro-americanas através da retomada de componentes africanos e do próprio conceito unificado de África, elementos que irão compor o movimento cultural que tem por objetivo romper com os estereótipos desenvolvidos pelos brancos e do qual o bairro de Nova Iorque será berço: o *Harlem Renaissance*. Este movimento, entretanto, cujo nascimento não se restringe a esse centro urbano, espalha-se rapidamente por toda a nação por meio de sua influência sobre a literatura, o teatro, a música e, posteriormente, o cinema. Interessa, dessa forma, defini-lo a partir da humanização e valorização da subjetividade e do cotidiano da população afro-americana, tratando-se, portanto, da construção de uma nova identidade dos sujeitos negros através da qual se promove a autoestima, a autoconfiança e o orgulho de pertencimento racial (NGANGA, 2019), não se ausentando da crítica às desigualdades socioeconômicas e se inserindo por intermédio das artes na luta pela igualdade de direitos civis.

O ponto de partida do movimento é comumente considerado o poema *Harlem Dancer*, de Claude McKay, ou seja, é inicialmente através da literatura concentrada sobretudo na comunidade de Nova Iorque que os negros expressam “[...] a emergência de um novo estilo e de uma nova direção da vida negra” (SINGLETON, 1982. p. 35, tradução livre),⁷ que irá romper com a reprodutibilidade técnica predominante. É interessante destacar, entretanto, que a despeito da formação e ascensão de intelectuais negros nos centros urbanos, as pessoas comuns que compunham as comunidades por vezes estiveram inconscientes da formalização de um movimento cultural e, muito embora os intelectuais

6. “[...] had important psychological implications, arising from the cultural presuppositions and ideological rationalization of white domination” (IRELE, 2000. p. 761)

7. “[...] the emergence of a new style and a new direction in black life.” (SINGLETON, 1982. p. 35)

não se considerassem a voz da população negra, buscaram, através da arte, expressar o espírito geral de regeneração da raça que haviam nela identificado (SINGLETON, 1982).

Como foi visto anteriormente, o teatro negro já era atuante no esforço pedagógico de desconstrução dessa visão deturpada, ainda que em menor escala. Contudo, é com a reprodução das características bestializadas e agressivas do negro presentes no filme de 1915 e a ascensão do *Harlem Renaissance* que o combate intelectual e cultural se intensifica, fazendo com que o grupo teatral negro “*The Lafayette Players*” desponte como uma companhia de sucesso, ramificando-se para além de Nova Iorque e viajando pelo país, apresentando suas peças em estados como a Geórgia, Oklahoma, Alabama e Califórnia (THOMPSON, 2001).

É também a partir da reprodução da película que a imprensa negra se fez ainda mais presente e ativa em jornais como “*The Denver Star*” e “*The Tulsa Star*”, que não só se colocam contrários ao filme e à reconstrução histórica que mostrava a Klan como os verdadeiros heróis da Guerra de Secessão, como também passam a convocar as populações locais a se oporem junto às organizações como a NAACP e a *Coloured People League of Denver*⁸ através de protestos contra a exibição do longa. Apesar da revitalização da Ku Klux Klan e da segregação sobretudo no campo do trabalho, no período posterior ao filme e em razão da intensa presença da imprensa afro-americana, a região do Colorado apresentava entre 1880 e 1960 dois únicos casos de linchamento.

O movimento alcança ainda uma nova dimensão na cidade de Denver: considerada uma das dez cidades mais musicais dos Estados Unidos na década de 1920, foi um dos berços nos quais se desenvolveu o jazz e blues, estilos musicais que carregavam elementos de matriz africana. W.C Handy, considerado o pai do blues e inserido no cenário de valorização da identidade racial, por exemplo, afirmava que suas músicas eram baseadas nas memórias de sua infância e sua raça (HASKINS, 2002). Mesmo no auge da segregação racial, os clubes de música foram responsáveis por fazer com que brancos e negros interagissem, embora houvesse aqueles reservados para pessoas brancas cujas atrações eram afro-americanos que, posteriormente, destacaram-se no cenário musical, muitas vezes, os brancos eram atraídos aos bairros segregados em busca do verdadeiro jazz (JUNNE, 2012).

Com a obra cinematográfica de Griffith sendo reproduzida em praticamente todas as salas de cinema dos Estados Unidos, surge a necessidade de se combater esse discurso utilizando a mesma linguagem; neste momento é possível notar o surgimento e ascensão de companhias de cinema independentes do período anterior pertencentes à comunidade negra, destacando-se a companhia de cinema de Oscar Micheaux e “*The Lincoln Motion Picture Company*”, fundada pelo ator negro Noble P. Johnson.

Oscar Micheaux é um dos responsáveis por identificar a necessidade de se produzir filmes com atores e diretores negros, entretendo dessa maneira o público afro-americano a

8. Liga de Pessoas de Cor de Denver

partir da mesma linguagem linear e dramática utilizada por Griffith. Sua história se mistura com a de Noble P. Johnson, que o procura devido à publicação de um romance chamado “*The Homesteader*”. Contudo, após uma disputa comercial com Noble P. Johnson, Micheaux funda sua própria companhia chamada “*Micheaux Book and Film Company*”, onde ele iria produzir e dirigir o filme por conta própria. Quatro anos depois do lançamento de *O Nascimento de Uma Nação*, ele lançou seus dois filmes: *The Homesteader* (1919) e *Within our Gates* (1920).

A película *Within our Gates* foi impactante por retratar a exploração dos trabalhadores negros nas fazendas do Sul, que mesmo após a escravidão viviam uma situação muito próxima disso. Esse elemento fez com que os líderes religiosos de Chicago tentassem impedir sua reprodução no cinema, com o medo de trazer à tona conflitos latentes envolvendo brancos e negros e que aconteceram por todo o país (HASKINS, 2002). O filme pode ser considerado uma resposta direta à obra de Griffith no que tange uma proposta de rompimento com o estereótipo do homem negro enquanto uma besta dominada pelos seus impulsos sexuais. A crítica parte da cena de estupro cometido por um homem branco contra uma mulher negra, violência que assiste, inerte, a figura de Abraham Lincoln, cuja imagem fora deturpada no filme de 1915. Este episódio veio a sofrer alterações, pois substitui o papel que normalmente ficava a cargo de um homem negro por um calçasiano, o que gerou grande insatisfação da população branca do período. Micheaux viajava por todo o país para fazer a campanha de divulgação de seus filmes e são nessas viagens que ele entra em contato com a população negra, conhecendo suas histórias. Vale mencionar que alguns dos atores do grupo “*Lafayette Players*”, eram convidados para compor seus filmes, sendo também responsável por ligar todos os diferentes segmentos do *Harlem Renaissance* como um todo, ao mesmo tempo que combatia de maneira direta e ativa as representações da comunidade afro-americana demonstradas no filme de Griffith, por meio da linguagem cinematográfica e utilizando todos os frutos da produção artística da população negra do período.

CONCLUSÃO

A partir da exposição, pode-se concluir que, embora associar a formação de uma cultura afro-americana ao lançamento do filme *O Nascimento de Uma Nação* (1915) poderia partir de uma perspectiva reducionista e errônea, deve-se considerar a importância da película como estopim de um movimento cultural que nasce a partir de protestos relacionados diretamente à obra de Griffith a qual deverá ser analisada através do contexto social, político, econômico e cultural em que a população negra estava inserida e no qual o filme é produzido, uma vez que é nele que adquire sua singularidade. Dessa forma, através do rompimento com a reprodutibilidade responsável por padronizá-lo e retirar dele sua autenticidade a partir de um falso juízo de valor no qual os negros são bestializados

e animais, os movimentos culturais, sob representação do *Harlem Renaissance*, permitem, por meio da retomada de elementos africanos e do fortalecimento do orgulho racial, construir uma nova interpretação de negritude e uma espécie de contracultura em relação àquela produzida pela elite branca dirigente.

Interessa finalmente considerar ainda que, uma vez que tomada para exibição nos dias atuais, sobretudo em sala de aula, deverá se demonstrar que a obra não se encerra em si mesma e que poderá, a partir de uma análise crítica, considerar que “[...] à maneira do conhecimento histórico, o filme também é produzido, irradiando sentidos e verdades plurais (Parâmetros curriculares nacionais - 5ª a 8ª séries - História, MEC, 1998, p. 88). Deve, portanto, estar acompanhada da apresentação de sua recepção e reação por meio da literatura, da imprensa, da música, das companhias de teatro e sobretudo das companhias de cinema negros, que não apenas partiam do combate ao estereótipo e da celebração da subjetividade afro-americana, mas que também a produziam, rompendo com o ideal de passividade e manutenção desses estereótipos que cercaram - e não raramente ainda cercam - a população negra.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. 5ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALMEIDA, Paulo Ricardo Gonçalves de. **A realização da ambição do negro**: Oscar Micheaux, Race Pictures e a Grande Migração. Niterói, 2011. 66p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Artes e Comunicação Social.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas 1: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOWSER, P.; GAINESS, J.; MUSSER, C. **Oscar Micheaux and his circle**: African-American Filmmaking and Race Cinema of the Silent Era. Bloomington: Indiana University Press, 2001.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. História. 5ª a 8ª séries. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CRIPPS, Thomas. The Birth of a Race Company: An Early Stride Toward a Black Cinema. **The Journal of Negro History**, vol. 59, no. 1, 1974, pp. 28–37. Disponível em < www.jstor.org/stable/2717138 > Acesso em nov. 2020.

FERNANDES, L.E; MORAIS, M.V. Os EUA no século XIX. In. KARNAL, Leandro (et al). **História do Estados**: das origens até o século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

HASKINS, Jim (et al). **Black stars of the Harlem Renaissance**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 2002.

IRELE, F. Abiola. The Harlem Renaissance and the Negritude movement. In F. Irele & S. Gikandi (coord.). **The Cambridge History of African and Caribbean Literature**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p.759-784.

JUNNE, George H. Harlem Renaissance in Denver. In. GLASRUDE, Bruce A.; WINTZ, Cary D. **The Harlem Renaissance in the American West: The New Negro's Western Experience**. Nova Iorque: Routledge, 2012. p. 183-200

LAWRENCE, Novotny. **Blaxploitation films of the 1970's: Blackness and Genre**. Nova Iorque: Routledge, 2008.

MACHADO, Arlindo. Pré-cinemas: o cinema das origens. In. **Pré Cinemas e Pós Cinemas**. São Paulo: Papirus, 1997.

NGANGA, João Gabriel do Nascimento. **Ativismo do negro por meio do cinema: ações e representações dentro e fora das telas**. Uberlândia, 2019. 200p. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós Graduação em História

SINGLETON, Gregory Holmes. Birth, Rebirth, and the 'New Negro' of the 1920s. **Phylon** (1960-), vol. 43, no. 1, 1982, pp. 29–45. Disponível em < www.jstor.org/stable/274597. > Acesso em nov. 2020

SMETHURST, James. **The African American Roots of Modernism: From Reconstruction to the Harlem Renaissance**. Walbaun: The University of North Carolina Press, 2011.

WEINBERGER, Stephen. The Birth of a Nation and the Making of the NAACP. **Journal of American Studies**, vol. 45, n°. 1, 2011, pp. 77–93. Disponível em < www.jstor.org/stable/23016760 > Acesso em nov. 2020

CAYTON'S WEEKLY. Washington: 21 jul. 1917

The Birth of a Nation. David Griffith. Los Angeles: David W. Griffith Corp, 1915.

THE DENVER STAR. Denver: 12 dez. 1915

THE TULSA STAR. Oklahoma: 01 jan. 1916

COMPREENDENDO O REINADO DE RAMESSÉS III PARA ALÉM DE MEDINET HABU: BREVE ANÁLISE DE TRÊS DOCUMENTOS ESSENCIAIS

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Arthur Rodrigues Fabrício

Universidade Federal do Rio Grande do Norte –
Doutorando do PPGH/UFRN
Natal-RN
<http://lattes.cnpq.br/6278772372915459>

Uma primeira versão deste texto foi apresentada na ocasião do VIII Colóquio História & Espaços, ocorrido entre 30 de setembro e 02 de outubro do ano de 2019.

RESUMO: Segundo faraó da XX dinastia egípcia, Ramessés III (1187-1157 a.C.) governou durante o período conhecido como Reino Novo (1539-1077 a.C.). Durante seu longo reinado de três décadas, o faraó lidou com diferentes eventos que marcaram seu reinado e a própria história egípcia: de invasões de povos estrangeiros ao crescimento político-econômico do domínio de Âmon, em Tebas, a greves de trabalhadores envolvidos nas construções das tumbas e monumentos régios, até uma tentativa de regicídio no decorrer de um golpe gestado no seio da própria administração. Possivelmente a fonte mais conhecida para o estudo do reinado do terceiro Ramessés, o complexo templário de Medinet Habu, um dos últimos grandes templos erigidos na margem ocidental tebana, pode ser descrito como um rico espaço de memória e de tradição, documento histórico essencial para a compreensão deste singular momento.

Assim, propomos neste texto ampliar o escopo documental para a análise do reinado de Ramessés III, buscando, brevemente, apresentar e historicizar outras fontes relacionadas a este período, como o *Papiro Harris I*, o *Papiro de Greve de Turim* e o *Papiro Judicial de Turim*, enxergando-os enquanto possíveis reflexos de um contexto macropolítico mais amplo, que envolvia o Egito à época.

PALAVRAS-CHAVE: Egito Antigo, Ramessés III, Medinet Habu, documentos históricos.

UNDERSTANDING THE KINGDOM OF RAMESSÉS III TO BEYOND MEDINET HABU: BRIEF ANALYSIS OF THREE ESSENTIAL DOCUMENTS

ABSTRACT: Second pharaoh of the XX Egyptian dynasty, Ramesses III (1187-1157 B.C.) ruled during the period known as the New Kingdom (1539-1077 B.C.). During his long three-decade reign, the pharaoh dealt with different events that marked his reign and Egyptian history itself: from invasions by foreign peoples to the political and economic growth of the domain of Âmon in Thebes, to strikes by workers involved in the construction of the royal tombs and monuments, and even an attempt at regicide in the course of a coup gestated within the administration itself. Possibly the most well-known source for studying the reign of the third Ramesses, the Medinet Habu temple complex, one of the last great temples erected on the theban West Bank, can be described as a rich space of memory and tradition, an essential historical document for the understanding of this unique moment. Thus, we propose in this text to expand the documentary

scope for the analysis of the reign of Ramesses III, seeking, briefly, to present and historicize other sources related to this period, such as the Great Harris I Papyrus, the Turin Strike Papyrus and the Turin Judicial Papyrus, seeing them as possible reflections of a broader macro-political context, which involved Egypt at the time.

KEYWORDS: Ancient Egypt, Ramessés III, Medinet Habu, historical documents.

1 | INTRODUÇÃO: RAMESSÉS III E A XX DINASTIA PARA ALÉM DE MEDINET HABU

Após a morte do faraó Sethnakht (1190 – 1188 a.C.)¹, fundador da XX dinastia, Ramessés III, seu filho, é coroado rei do Alto e Baixo Egito, assumindo o controle de uma terra que ainda se recuperava do turbulento fim da dinastia anterior. Com o início do seu reinado, começa também o planejamento da disposição perpétua de uma memória de si, centralizada, principalmente, na construção do seu próprio complexo de culto real, cuja construção possivelmente começou por volta do quarto ano de seu governo (KITCHEN, 2012, p. 14-15). Esta tradição, iniciada ainda no Reino Médio pelo faraó Mentuhotep II (2009 – 1959⁺¹⁶ a.C.) – que erigiu para si um misto de tumba e templo escavado na montanha de Deir el-Bahari – torna-se o padrão almejado durante o Reino Novo para a maioria dos reis egípcios com reinados estáveis (WILKINSON, 2000, p. 180), sendo um importante espaço para a apresentação pública do rei enquanto “um tipo ideal” (HORNUNG, 1994, p. 243).

A própria história e desenvolvimento da cidade de Tebas se confunde com as dinâmicas de construção e alteração deste tipo de monumento ao longo do tempo, afinal Mentuhotep II constrói o templo supracitado no contexto da reunificação egípcia que marca o início do Reino Médio, adotando Tebas, pela primeira vez, enquanto capital do Egito. Parte integrante da elite local, não é apenas com objetivo de exercer um melhor controle e supervisão sobre nomarcas e oficiais, como afirma Callender (2000, p. 152), que Mentuhotep II escolhe Tebas enquanto capital. Havia naquela cidade toda uma estrutura societal composta por uma poderosa e influente elite que demandava, igualmente, uma atenção diferenciada, com uma apresentação pública arrojada em termos de memória, poder e propaganda. É neste contexto que Tebas passa a ser capital do Egito novamente durante a retomada do país do controle hicso, no advento do Reino Novo e da XVIII dinastia e, mesmo quando não era oficialmente capital, como durante o governo de Ramessés III, que oficialmente geria o Egito a partir da capital no Delta fundada por Ramessés II em meados de seu reinado, Pi-Ramessés, continuou sendo a capital religiosa, tendo em vista a proeminência do deus Âmon – principal divindade dinástica durante o Reino Novo - e da complexa estrutura templária e sacerdotal que se desenvolve ao redor desta divindade, bem como da tradição de enterrar reis e rainhas na montanha em Deir el-Bahari em suntuosas tumbas escavadas no que conhecemos hoje enquanto Vale dos Reis e Vale das Rainhas.

1. A datação aqui utilizada segue a proposta da obra *Ancient Egyptian Chronology* (2006), editada pelos egiptólogos Erik Hornung, Rolf Krauss e David Warburton.

Durante o Reino Novo os templos construídos por cada faraó no oeste de Tebas tornaram-se cada vez mais complexos e únicos, embora sigam, conforme afirmou Ciro Flamarion Cardoso (2012), um modelo de “templo axial posterior”² (2012, p. 34), composto por estruturas básicas, como “pilono ou grande pórtico, pátio aberto, sala hipóstila, sala das oferendas, santuário da barca divina, santo dos santos onde reside o deus [...] (estando) no interior de um terreno delimitado por um muro alto de tijolos” (CARDOSO, 2012, p. 34).

O complexo de culto real de Ramessés III, em Medinet Habu não foge a esse padrão. É composto por dois pilonos que dão acesso subsequente a dois pátios abertos; o segundo pátio, por sua vez, leva a colonada sala hipóstila (C), que demarca o início do santuário interno, das salas de oferendas, das barcas divinas, e do *sancto sanctorum* (G, imagem 1).

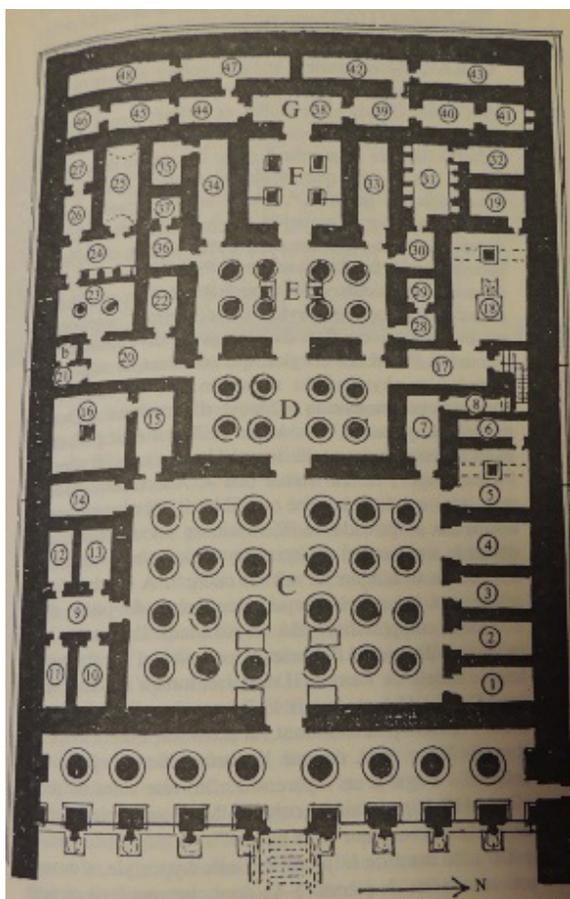


Imagem 1 - Santuário interno do templo de Ramessés III com numeração para identificação dos distintos espaços

Fonte: GRANDET, 1993, p. 125.

2. O termo axial se refere aqui ao sentido do templo, de leste a oeste, com sua entrada posta do lado leste. Todos os templos deste padrão seguem esta orientação espacial.

Muito inspirado pelo próprio templo de Ramessés II, a quem Ramessés III admirava, conforme destacado por Grandet (1993, p. 60), Kitchen (2012, p. 18) e O'Connor (2012, p. 224-225), o templo de Medinet Habu é decorado em suas paredes externas – e aqui consideramos enquanto externas tanto as paredes que circundam a estrutura, quanto as paredes dos dois pilonos e dos dois primeiros pátios – de narrativas visuais e escritas com enfoque central na atuação bélica e comemorativa do faraó. Sendo assim, destacamos (imagem 2) os painéis com a narrativa de uma possível campanha contra os núbios antes do ano 5 de seu reinado; aqueles relativos a contendas contra líbios nos anos 5 e 11; painéis contendo registros da guerra contra os *povos do mar*, no ano 8; registros dos festivais de Sokar, Âmon e Min – no segundo pátio -; um calendário de festividades, na parede sul exterior, além dos grandes textos, como a Grande Inscrição do Ano 5, do ano 8 e o registro da guerra contra os líbios do ano 11.

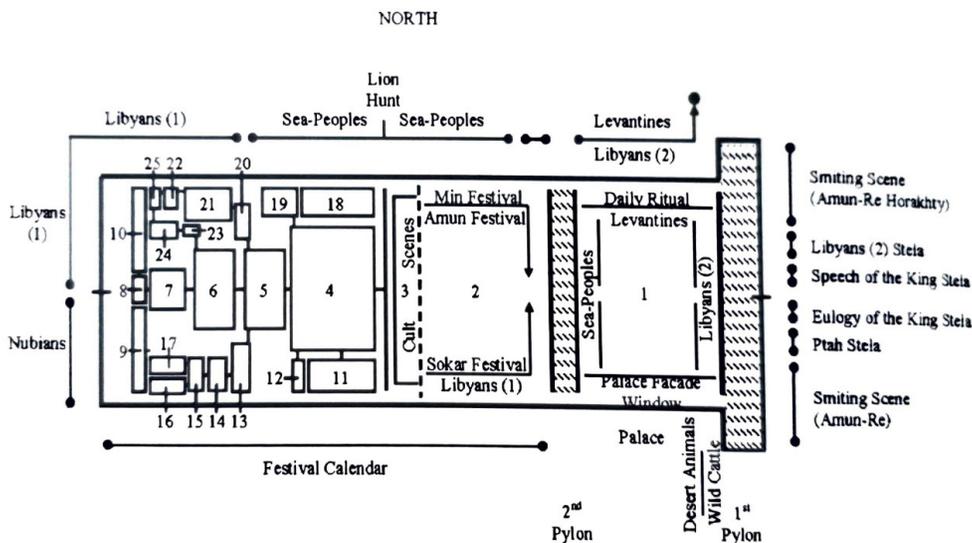


Imagem 2 – Organização do programa decorativo do templo de Ramessés III, em Medinet Habu

Fonte: O'CONNOR, 2012, p. 258.

Todas estas considerações sobre a importância do templo de Ramessés III, em Medinet Habu, servem para destacar a riqueza e variedade da documentação que dispomos, a partir deste recinto, para tratar do complexo reinado do terceiro Ramessés. No entanto, estas fontes só nos levam até certo ponto. Ponto este bastante inicial – que aborda aproximadamente a primeira década de seu reino - e parte de um mesmo conjunto retórico. Para pensar outros elementos deste momento da história egípcia dispomos de outras

fontes tão importantes quanto, que falam muito sobre os momentos finais do reinado deste faraó. Propomos, então, brevemente examinar três importantes documentos: o Papiro de Greve de Turim, o Papiro Judicial de Turim e o Papiro Harris I.

Começemos tratando, então, da greve ocorrida.

21 A GREVE DOS TRABALHADORES DE DEIR EL-MEDINA DO ANO 29: FONTES PARA SEU ESTUDO

Embora Edgerton, que publicou em 1951 *As Greves no Vigésimo Nono Ano de Ramessés III*³ admita que, “como sempre na Egíptologia nós não sabemos quando nem como o problema começou” (EDGERTON, 1951, p. 137), sugere-se que as raízes estão nas grandes doações de terras feitas aos mais importantes templos de Heliópolis, Mênfis e Tebas – bem como outras instituições menores – que teria gerado um desequilíbrio entre o estado e, principalmente, o domínio de Âmon e conjunto sacerdotal: ao final do reino de Ramessés III um terço das terras cultiváveis era propriedade dos templos e destas três quartos pertenciam a Âmon de Tebas. Como afirma o egiptólogo holandês Jacobus Van Dijk, “uma perda geral do controle sobre as finanças do estado e crise econômica foram o resultado; os preços dos grãos dispararam e as rações mensais para os trabalhadores em Deir el-Medina [...] logo atrasaram [...]” (VAN DIJK, 2000, p. 305-306), o que levou os trabalhadores a realizarem o que conhecemos, até então, como “as primeiras greves organizadas na história” (VAN DIJK, 2000, p. 306).

Os registros que compõe a narrativa deste momento da história egípcia são frutos do trabalho do escriba Amennakht, que originalmente era um pintor ou desenhista até ser apontado “escriba da Tumba” pelo vizir To, no ano 16, iniciando uma geração de escribas em sua família que durou ao menos seis gerações, até a XXI dinastia (EYRE, 2012, p. 117). Embora registrados pelas mãos de um escriba apontado pelo vizir, o conjunto documental que hoje chamamos de *Papiro de Greve de Turim* não é imediatamente reconhecido enquanto um registro administrativo do dia-a-dia de Deir el-Medina, como afirma Eyre, sendo melhor compreendido enquanto “uma coleção de relatórios semipessoais com o objetivo de documentar sua conduta oficial da melhor maneira possível durante esse período difícil, colocando as ações de outras pessoas em uma luz correspondentemente ruim” (EYRE, 2012, p. 120). Esta visão positiva sobre si, quase propagandística, registrada por Amennakht foi primeiramente observada por Edgerton (1951, p. 144-145) e posteriormente corroborada por Frandsen, que, a partir da análise da documentação adiciona que

Amennakht [...] parece ter sido um escriba honesto, capaz e influente que foi sempre muito leal a seus superiores e a sociedade. Ele devia seu trabalho ao vizir To e seus sentimentos de gratidão em relação a ele são bem

3. Trabalho entendido por Paul J. Frandsen enquanto o “estudo padrão do Papiro de Greve de Turim” (FRANSEN, 1990, p. 166), mesmo em 1990, quando publica a sua própria tradução.

documentados – ele até mesmo nomeou um de seus filhos em homenagem a To - [...]; Amennakht tinha o potencial e a oportunidade para ‘filtrar’ a realidade e então influenciar o curso dos eventos [...] (FRANSEN, 1990, p. 195-196).

É precisamente este tipo de atitude que podemos observar no óstraco Berlim P. 10633, o primeiro registro a mencionar a reclamação dos trabalhadores:

Ano 29, 2º Akhet, 21: neste dia, através do escriba Amennakht (veio) a reclamação dos trabalhadores, dizendo: “20 dias se passaram no mês, e nós não recebemos ainda nossas rações-grãos.”. Ele foi até o templo de Djoserkheprure Meriamun (Horemheb), no Estado de Âmon, e de lá trouxeram 46 sacos de grãos. Eles foram dados a eles no 2º Akhet, 23. O vizir To foi promovido para ser Vizir do Sul e do Norte. (KITCHEN, 2008, p. 416-417).

A partir deste trecho duas coisas podemos destacar: quatro meses antes do início dos registros no próprio *Papiro de Greve de Turim* já havia uma situação de dificuldade emergindo, com um atraso de mais de 20 dias do pagamento daqueles trabalhadores. O escriba, então, parece ter utilizado de sua influência para resolver momentaneamente a situação, recorrendo aos estoques de grãos do templo de Horemheb para que fossem distribuídos dali a dois dias. Concomitantemente, registra a promoção de To, seu benfeitor, quem o havia colocado no posto de escriba, a vizir tanto do Alto, quanto do Baixo Egito, em uma – das várias - demonstrações que Eyre caracteriza enquanto “quase patrão-cliente [...] uma afirmação de relacionamento pessoal, lealdade e acesso” (EYRE, 2012, p. 118).

Quatro meses depois, no dia 10 do 2º mês do Peret, Amennakht realiza o primeiro registro no que viria a ser o *Papiro de Greve de Turim*:

Ano 29, segundo mês do inverno, dia 10. Neste dia a equipe passou os cinco postos-de-guarda da Tumba⁴ dizendo: ‘Nós estamos com fome, pois 18 dias já se passaram neste mês’; e eles se sentaram no fundo do templo de Tutmés III. O escriba da tumba anexa, os dois capatazes, os (dois) representantes e os dois inspetores vieram e gritaram para eles: ‘venham para dentro’. Eles fizeram grandes juramentos (dizendo): ‘Por favor voltem, nós temos assuntos do Faraó’. Eles passaram o dia neste lugar e a noite na tumba. (EDGERTON, 1951, p. 139; FRANSEN, 1990, p. 168-171).

Este é o tom da quase totalidade do documento. Os trabalhadores, ao longo dos quatro meses de registros reclamam de suas situações precárias, da falta não somente de alimentos, como também de vestimentas e unguentos⁵, realizando atos nos templos de Tutmés III (EDGERTON, 1951, p. 139 e 143; FRANSEN, 1990, p. 168-171), Ramessés II (EDGERTON, 1951, p. 139 e 144; FRANSEN, 1990, p. 177-178 e 193), Merneptah (EDGERTON, 1951, p. 141; FRANSEN, 1990, p. 192), Seti I (EDGERTON, 1951, p. 142)

4. Segundo Frandsen, a ‘Tumba’ era o termo que compreendia a tumba do faraó reinante e a organização laboral responsável por sua construção, me uma acepção que identifica a “comunidade de trabalhadores” (FRANSEN, 1990, p. 168).

5. Como no registro do segundo mês do inverno, dia 12: “[...] O panorama de fome e de sede nos levou a isto; não há vestimentas, não há unguentos, não há peixes, não há vegetais. Transmita ao Faraó, nosso bom senhor, sobre isto, e transmita ao vizir, nosso superior, para que nos sejam fornecidas provisões.” (FRANSEN, 1990, p. 178).

e do próprio Ramessés III (EDGERTON, 1951, p. 143; FRANDSEN, 1990, p. 173). São registrados também insinuações de possíveis roubos de tumbas, como a do trabalhador Mose, filho Aanakhte, que também pragueja contra o faraó e, assim, espera sua punição (FRANDSEN, 1990, p. 185-186). Ainda, registrou-se denúncias de depredação da tumba de Ramessés II, do roubo de um boi marcado com o símbolo do templo de Ramessés II, o Ramesseum e do intercurso entre trabalhadores e três mulheres casadas (FRANDSEN, 1990, p. 193-194).

Todos esses registros enriquecem nosso conhecimento acerca dos detalhes da vida dos trabalhadores, em uma documentação que pode muito bem ser utilizada para compor uma abordagem de ‘história vista de baixo’. No entanto, como esta documentação pode auxiliar-nos a pensar a problemática do templo de Medinet Habu, de Ramessés III, enquanto centro de seu projeto de memória?

Brevemente, tendo em vista o caráter deste breve texto, podemos apontar alguns importantes elementos. Em primeiro lugar, este tipo de documentação depõe contra a idealização do templo egípcio enquanto espaço sagrado, enclausurado e restrito: vemos em diversos registros o fluxo de trabalhadores grevistas acessando os templos, sob protestos dos superiores e do escriba Amennakht, ocupando até mesmo seu interior. Interior e exterior, aliás, que faz parte do nosso segundo ponto elencado: argumentamos em outros trabalhos (FABRICIO, 2016, p. 18) que a disposição arquitetônica do templo de Medinet Habu e o próprio programa decorativo deste poderiam delimitar uma área mais externa, voltada a memória do rei, de suas guerras e festivais, uma memória que pretendia-se cultural aos moldes daquela pensada por Jan Assmann (1995; 2008; 2011), e uma área mais interna, exclusivamente destinada ao sagrado e às atividades cúlticas ali realizadas. Ora, não é a este tipo de relação que o escriba teria feito referência ao registrar no dia 10 do segundo mês de inverno, “Toda a equipe passou pelos cinco postos-de-guarda da Tumba. Eles alcançaram a *parte interna* do templo do Faraó [...]” (FRANDSEN, 1990, p. 173).

Uma terceira questão interessante a se destacar é a forma como neste tipo de documentação que, pretensamente, registrava depoimentos e falas dos trabalhadores, estes adereçavam a Ramessés III, em espectros que variam do absoluto respeito, ao tratá-lo enquanto ‘meu bom senhor’ (FRANDSEN, 1990, p. 178 e 193), à admissão, como mencionamos acima, de praguejos contra o faraó - passando pela ocupação, mesmo que momentânea e movida pelo desespero, dos templos não somente do faraó reinante, mas de diversos outros. Outrossim, o faraó é visto por alguns, como pelo trabalhador Penanuke, que denunciou a depredação da tumba de Ramessés II e o roubo do gado do templo deste, enquanto a última estância que resolveria as situações delatadas, como aquele que realmente se recorre em último caso para garantir justiça (FRANDSEN, 1990, p. 194).

Passemos agora para uma breve análise dos eventos e documentos relacionados a tentativa de *coup d’État* apelidada pelos egiptólogos de *Conspiração do Harém*.

3 I A CONSPIRAÇÃO DO HARÉM: FONTES PARA SEU ESTUDO

Em sua análise dos eventos relacionados, Grandet sintetiza o sentimento e o entendimento dos “historiadores do Antigo Egito” (GRANDET, 2005, p. 107). Para ele, *A Conspiração* teria sido:

um complô nascido no harém real no extremo fim do reinado de Ramessés III, que supomos deveria ter o objetivo último, [...], de fazer ascender ao trono dos faraós outro pretendente que não seu herdeiro legítimo, e que, por vezes, pensa-se que tinha uma finalidade acessória ou efeito secundário (que) era pôr um fim abrupto aos dias do antigo soberano (GRANDET, 2005, p. 107).

Deste grande complô teriam feito parte diversos funcionários do alto escalão da corte de Ramessés III, como chefes de departamentos, copeiros reais, escribas, sacerdotes, chefes do tesouro real e comandantes do exército e da polícia, além da participação das mulheres do harém e dos funcionários vinculados aquele local, como superintendentes dos aposentos reais, escribas dos aposentos reais, inspetores do harém, entre outros funcionários em altas posições.

Assim como a documentação que registrou os ocorridos do contexto das greves do ano 29, tratam-se de papiros administrativos, com textos puramente escritos em bom hierático, “belamente escritos com letras entre 3 e 4 centímetros e 5 centímetros de espaçamento entre as linhas horizontais” (REDFORD, 2008, p. 3), como pontua Susan Redford – o que reforçaria o cuidado na produção e o caráter de importância deste documento -, mas de um estilo que flutua entre o judicial e o investigativo, envolvendo os diversos indivíduos acusados (REDFORD, 2008, p. 3).

Os documentos que compreendem toda a narrativa conhecida estão fragmentados em vários papiros com estados de conservação diversos. São eles: o *Papiro Judicial de Turim* (atualmente no Museu Egípcio de Turim), o *Papiro Rollin* (Biblioteca Imperial de Paris), o *Papiro Lee* (British Museum), o *Rifaud I e II* (material original perdido; conhecemos as cópias do século XIX⁶) e o *Papiro Varzy* (Museu Municipal Auguste Grasset, em Varzy). De acordo com a suposição de alguns especialistas, estes papiros poderiam ter formado na Antiguidade um único documento com mais de cinco metros de comprimento por cinquenta centímetros de largura, com os registros dos julgamentos que ocorreram, de modo a sintetizar os resultados (REDFORD, 2008, p. 3; SNAPE, 2012, p. 412), mas podem ter sido propositalmente cortados em pedaços por ladrões de antiguidades, interessados em conseguir mais dinheiro com as vendas a colecionadores (REDFORD, 2008, p. 4).

No mais longo e mais bem preservado destes documentos, O *Papiro Judicial de Turim*, somos informados que Ramessés III teria comissionado um grupo de doze notáveis funcionários para julgar “os abomináveis da terra” (KITCHEN, 2008, p. 297). Já no início se estabelece uma velha polêmica há pouco superada por um novo estudo - em 2012 - da múmia de Ramessés III: o rei teria sido morto, ou não, durante o complô? Se ele está

6. Localizações baseadas em informações livres da internet e a partir de REDFORD, 2008, p. 3-5.

morto, seria Ramessés IV o promotor deste julgamento póstumo? As novas evidências, possibilitadas pelo estudo colaborativo de pesquisadores de diversas áreas, como antropologia, ciência forense, radiologia e genética, sugerem que Ramessés III foi morto por um corte na garganta que chegou a atingir vértebras da coluna cervical, danificando todos os órgãos e estruturas da região, como a traqueia, o esôfago e vasos sanguíneos, causando sua morte imediata (*BMJ*, 2012, p. 39-40). A este fato, se juntam algumas outras evidências, como a retórica fala do rei:

Quanto a tudo que foi feito (em relação ao julgamento, que ele afirma não ter se envolvido), foram eles (a corte) que fizeram; (então) deixe tudo que eles fizeram estar em suas cabeças, enquanto eu estou salvaguardado e protegido para a eternidade, (assim) como eu estou entre os justos reis que estão diante de Âmon-Rê, Rei dos Deuses, e diante de Osíris, Governante do Eterno. (KITCHEN, 2008, p. 297).

Neste exemplo, e em diversos trechos do papiro Rifaud em que Ramessés III é descrito enquanto ‘grande deus’, denominação comum para faraós já falecidos (KITCHEN, 2008, p. 303-305), torna-se mais clara a condição do rei morto e de um julgamento pós-morte, promovido por seu filho e herdeiro Ramessés IV. Sigamos com isto em mente.

Ainda no *Papiro Judiciário de Turim*, logo em seu começo, durante o registro da acusação e sentença do primeiro criminoso, ficamos sabendo, rapidamente, do que teria ocorrido, de onde a trama partiu e dos envolvidos, assim como temos a primeira menção da rainha Tiyy, mãe de Pentaweret, o príncipe que teria sido a opção dos conluídos para a sucessão do rei⁷:

O grande criminoso, Peibakkamen, que fora o Chefe de um Departamento – ele foi trazido, porque ele esteve em conluio com Tiyy e as mulheres do harém. Ele fez causa comum com elas, ele começara a tomar suas mensagens (‘palavras’) para suas mães e seus irmãos que estavam lá, dizendo: “Incite as pessoas! Incite hostilidade!”, para armar uma rebelião contra seu Senhor.

Ele fora colocado ante os grandes oficiais do Tribunal de Exame; eles examinaram seus crimes e eles acharam que ele realmente os cometera. Seus crimes o prenderam; os oficiais que o examinaram fizeram sua punição recair sobre ele (KITCHEN, 2008, p. 298).

Alguns temas centrais se repetem ao longo da documentação. O fato de os acusados terem se aliado às ‘mulheres do harém’ é um deles, sendo a causa de várias condenações, assim como a falha em reportar eventos relacionados a conspiração, por parte dos funcionários do harém, causa da condenação de ao menos treze deles mencionados no *Papiro Judicial de Turim* (KITCHEN, 2008, p. 298-301).

7. É válido supor, com base na documentação que chegou até nós, que no advento de sua morte, Ramessés III ainda não havia, oficialmente, adotado um sucessor, o que deu margem para o clamor de Pentaweret. Grandet chega a levantar a possibilidade de, analisando a múmia de Ramessés III, o rei estar severamente debilitado por uma avançada arteriosclerose que limitaria em demasia suas capacidades físicas e intelectuais (GRANDET, 2005, p. 116), o que teria promovido ainda mais a difícil situação.

Duas outras situações merecem destaque neste curto trabalho. A primeira refere-se a presença de membros do exército na trama, como demonstra um dos trechos do papiro:

O grande criminoso Binemwaset, que fora Comandante de Tropas de Kush. Ele fora trazido, devido à mensagem que sua irmã, que estava na comitiva do harém, enviara a ele, dizendo, "Incite as pessoas, organize oposição ('faça hostilidade') e venha organizar a rebelião contra seu Senhor".

Ele fora colocado perante Qadendennu, Baa-mahir, Pa-iru-swunu e Thut-rekhnufer; eles o examinaram, eles o acharam culpado, e eles fizeram sua punição recair sobre ele (KITCHEN, 2008, p. 300).

Binemwaset, pseudônimo que significa *Mal-em-Tebas*, certamente não era seu nome correto, mas um adequado para o registro da gravidade de seus crime, cuja punição também seria o esquecimento que carregaria consigo enquanto marca para a além-vida (GRANDET, 1993, p. 331). O comandante das tropas de Kush não foi o único membro do exército a participar, havendo também registros da participação de um tal Pei-is, um general (KITCHEN, 2008, p. 300), Tayinakhe, um soldado das tropas (KITCHEN, 2008, p. 301) e mesmo de Nanayu, um chefe de polícia (KITCHEN, 2008, p. 302), deixando escancarada a extensão e complexidade da conspiração.

A segunda situação a que nos referimos é ao uso de magia na execução dos planos dos conspiradores. Um dos acusados presentes em uma das listas do *Papiro Judicial*, de nome Prakamenef, foi listado como um mago (GRANDET, 2005, p. 112; KITCHEN, 2008, p. 300) que teria participado do conluio. Já os papiros Rollin e Lee, cujas conservações não nos permitem afirmar com certeza que Prakamenef seria o responsável, detalha o uso de magia:

Rollin:

Ele começou a preparar escritas mágicas para banir e confundir (pessoas), (e) a fazer alguns deuses de cera, e algumas pessoas para fazer com que os membros das pessoas ficassem fracos. Eles (escritas e figuras em cera) foram entregues a Peibakkamen [...] e para outros grandes criminosos.

[...]

Quando ele entendeu (que eles eram) crimes dignos de morte que ele cometera, então ele tirou a sua própria vida. (KITCHEN, 2008, p. 302).

Lee:

Ele começou a produzir figuras de cera e escritos, para que eles fossem levados para dentro pelas mãos do agente (ou inspetor) Eli-ram, dispensando um grupo de sentinelas e enfeitando os outros; então, algumas mensagens

foram levadas para dentro, e outras foram trazidas para fora. (KITCHEN, 2008, p. 303).

Estes trechos nos permitem entender melhor a dinâmica da conspiração e do acesso ao harém: as figuras eram produzidas no exterior e só então contrabandeadas para dentro, com a ajuda de altos funcionários do local, como o já citado, anteriormente, Peibakkamen, o primeiro criminoso listado no *Papiro Judicial de Turim*. Novamente, atestamos a participação de diversos estratos da sociedade: das mulheres do harém, a comandantes do exército, passando até mesmo por mágicos que, com a ajuda desses funcionários, teriam espalhado feitiços para facilitar a trama pensada pelos conspiradores.

Pensando na riqueza de informações que este tipo de fonte privilegia, possivelmente a extensão da conspiração em tantos grupos e funções sociais distintos seja o mais interessante quando a relacionamos com o templo de Ramessés III, em Medinet Habu. Afirmamos no começo deste texto que a cidade de Tebas – em que Ramessés III, inclusive estaria durante os eventos da conspiração, conjectura-se⁸ - era composta por uma poderosa e influente elite que demandava uma atenção diferenciada e que o templo do faraó reinante poderia ser visto enquanto uma poderosa ferramenta de propagação memória, poder e legitimação. A existência de uma elite insatisfeita, composta por sacerdotes, altos funcionários e até mesmo importantes membros do exército e da polícia, reforçam este tipo de pensamento. Além disto, cabe-nos salientar que a XX dinastia havia começado a pouco: seu pai, e fundador deste novo momento da história egípcia, governara por três curtos anos, tendo o Egito saído também recentemente de uma situação de instabilidade durante o final da XIX dinastia (VAN DIJK, 2000, p. 303-304; KITCHEN, 2012, p. 2-3). Perguntamos, então: Medinet Habu poderia ser não somente um templo, um edifício, mas um ato político em plena cidade de Tebas? Poderia Ramessés III, em defesa de seu direito ao trono e da continuidade de seu reinado, ter cuidadosamente planejado o grande projeto construtivo de seu governo enquanto uma demonstração de força e organização política para uma sociedade dividida?

Vejamos se o Papiro Harris I pode nos fornecer mais pistas acerca disto.

4 | O FIM DO REINADO DE RAMESSÉS III: FONTES PARA SEU ESTUDO

O *Papiro Harris I* é o maior documento em rolo de papiro já encontrado no Egito. Trata-se de um material com uma largura média de 42cm e uma extensão de 42m, adquirido, em Luxor, em 1855 pelo negociante e colecionador britânico Anthony Charles Harris (1790-1869) e, posteriormente, em 1872, após a morte de Harris, vendido ao *British Museum*, juntamente com um conjunto extenso de outros documentos (GRANDET, 2005, p.

8. De acordo com Van Dijk (2000), o enredo da conspiração teria se originado no harém real em Pi-Ramessés, onde um dos funcionários mencionados na documentação judicial, Paury, o escriba do harém, teria uma casa (p. 306). Em contraposição, Grandet e Redford argumentam por um desenrolar dos eventos em Tebas, local em que o rei estaria vivendo para a celebração de um festival em honra a sua coroação (GRANDET, 2005, p. 121; REDFORD, 2008, p. 92).

3). O *Papiro Harris I* era o mais completo e importante documento daquele lote e, por isso, tornou-se o ‘Primeiro’, em referência a todo o conjunto documental associado.

Supõe-se que o documento, que tem origem associada com a famosa pilhagem de tumbas reais tebanas ao final da XX dinastia (GRANDET, 2005, p. 5), seria originalmente parte de um arquivo templário, possivelmente no próprio templo de Medinet Habu (SNAPE, 2012, p. 406). Já para Pierre Grandet, egiptólogo francês responsável pelo mais minucioso estudo acerca deste documento, que aqui seguimos de perto, o documento passou a habitar um *cache*, um esconderijo, ao final do Novo Império, uma vez que a administração da necrópole desta época necessitou esconder eventualmente, da ação de ladrões, alguns documentos que possuía, sugerindo a partir das notas do próprio Harris que a localização deste *cache* ficava por trás do templo de Medinet Habu, em um vale que leva a Deir el-Medina, a uma distância de apenas 68 metros do muro externo do templo (GRANDET, 2005, p. 6-7).

O conteúdo do papiro em si, que em 1858 foi desdobrado e particionado em 80 pranchas para análise, está organizado em algumas seções: um breve *sumário* sintetizando e adiantado o conteúdo do documento (prancha 1); um *discurso aos deuses* (pranchas 2-74) em que está incluso subseções referentes a Tebas (pranchas 2-23), Heliópolis (prancha 24-42), Mênfis (pranchas 43-56), a Pequenos Templos (pranchas 57-66), e uma Recapitulação das Listas (pranchas 67-74), essas subdivididas, por sua vez em uma vinheta, que antecede um breve discurso real, seguido por listas de caráter econômico e administrativo e uma súplica aos deuses; em seguida, encontramos um *discurso aos humanos* (pranchas 75 a 79), seguido de uma *peroração* (pranchas 79 a 80), encerrando o conteúdo do longo documento.

Mas o que seria o *Papiro Harris I*? Nas palavras de Grandet, trata-se de “um gigantesco discurso onde Ramessés III, defunto, teria exposto objetivamente e retrospectivamente, à intenção dos deuses e dos humanos do Egito, a integralidade das benfeitorias que ele havia feito em favor deles na terra” (GRANDET, 2005, p. 45). Ainda, para o autor, pode-se entendê-lo como um “gigantesco (e fictício) discurso autobiográfico de Ramessés III” (GRANDET, 2005, p. 52), que tenta persuadir um ouvinte, ou leitor, eventual do caráter benéfico do reino do terceiro Ramessés, que, embora já estivesse morto, sendo claramente apresentado desta maneira na documentação, tenta convencer que agiu, em parceria e respeito as divindades, da maneira evocada no *sumário*, nas *súplicas* que encerram os discursos aos deuses e na *peroração* que conclui todo o documento. Vejamos um exemplo deste tipo de discurso:

Sumário:

[...] O rei do Alto e Baixo Egito (Usermaatê-Meriamun), o filho de Rê (Ramessés Héqaiounou, ou Ramessés o príncipe de Iouniu – Heliópolis), o *deus grande*, diz, ao apresentar sua homenagem respeitosa, os hinos, as

orações, as bênçãos e as inúmeras ações que ele realizou como rei, como soberano, (quando estava) na terra, - [em favor do] domínio de seu pai augusto Amonrasother⁹, de Mut, de Khonsu e dos deuses senhores de Tebas [...]

[...]

Assim como os excelentes benefícios que ele alcançou em favor dos habitantes do país de Kemet e de todos os países, a fim de lista-los exaustivamente, de uma (única) vez, para que (seus) pais, os deuses e deusas senhores do Alto e Baixo Egito, (assim como) todos os seres humanos [...] conheçam as numerosas benfeitorias e os altos feitos incontáveis que ele alcançou (quando estava) sobre a terra, como um grande soberano de Kemet. (GRANDET, 2005, p. 221).

Assim, com base neste tipo de retórica recorrente, Grandet propõe classificar o *Papiro Harris I*, de maneira geral, “na vasta família de textos de propaganda” (GRANDET, 2005, p. 48). Uma propaganda que não tinha como principal interessado Ramessés III: o documento fora compilado e escrito após sua morte por seu sucessor, Ramessés IV, o responsável por colocar tais palavras na boca do falecido pai. Neste sentido, dois tipos de pedidos se destacam no papiro, o primeiro que visa uma pós-vida adequada para Ramessés III, e o segundo que pede para seu filho e sucessor um reinado ideal. Destarte, de acordo com a análise de Grandet, são 49 pedidos em prol de Ramessés IV contra 20 em relação ao falecido rei, mais do que o dobro (GRANDET, 2005, p. 102). É no texto da peroração que podemos observar com maior precisão este exposto sentido que visa o benefício político de Ramessés IV:

Prendam-se às suas sandálias! Cheirem o chão na frente dele! Curvem-se para ele! Sirvam-no em todos os momentos!

Adorem-no! Mostrem-no respeito! Exaltem sua perfeição como fazem para Rê no amanhecer!

Conduzam para ele seus presentes para seu augusto palácio! Tragam-lhe presentes do país (do Egito) e dos países (estrangeiros)!

Preencham-se de suas palavras e de seus decretos pronunciados no meio de vocês! Estejam atentos a seus discursos e vocês serão preservados de sua cólera!

Trabalhem para ele como um só homem em todos (os tipos de) trabalhos: construam para ele monumentos, cavem para ele canais!

9. Amôn-Rê-rei-dos-deuses, uma forma tebana de Âmon que invoca Âmon-Rê e celebra a união nos dois deuses de seu caráter universal. Para mais detalhes, consultar CHABY; GULDEN, 2014, p. 292.

(Se) tudo que seus braços possam fazer, façam por ele, vocês receberão seus agradecimentos e ficarão cheios de comida que ele fornecerá todos os dias.

Âmon decretou para ele um reino terrestre e ele aumentará seu tempo de vida mais do que qualquer outro rei [...] (GRANDET, 2005, p. 340).

Quando somamos este tipo de discurso, costumeiramente chamado de *Ensino de Ramessés III*, com as evidências da conspiração do harém, mencionadas anteriormente, temos indícios suficientes para afirmar que estava em curso um verdadeiro esforço em prol da legitimação de Ramessés IV enquanto adequado sucessor do falecido rei. Todos os elementos estariam dispostos: o pertencimento a uma linhagem real, ascendência divina, eleição pessoal pelos deuses e a conformidade de seus atos para com o exercício da função (GRANDET, 2005, p. 15). Para alcançar o objetivo, toda a máquina de propaganda da realeza estava sendo empregada para convencer as elites, diretamente envolvidas no complô, da viabilidade do reinado do novo Ramessés, incluindo o próprio templo de Medinet Habu.

De acordo com os estudos de Grandet, há um alto grau de influência dos chamados *ensinamentos de Amenemhat I^o* com a peroração de Ramessés III, presentes no *Papiro Harris I*, e que aquele deveria ser um texto amplamente conhecido, constituído em um modelo para outros textos desta natureza, e certamente disposto publicamente, afixado para ser visto (GRANDET, 2005, p. 122). Com base nisto, o autor sugere a possibilidade do *Papiro Harris I* ser um “gigantesco cartaz” (GRANDET, 2005, p. 123), exibido no dia do enterramento de Ramessés III e da coroação de Ramessés IV, e ainda vai mais além ao sugerir que o *Papiro Judicial de Turim*, documento do mesmo período, também deveria ter sido exibido e afixado no templo de Medinet Habu, principal templo faraônico à época, uma vez que ambos foram redigidos em hierático, em grandes papiros, com divisões que facilitam a exposição e com nada, nenhuma inscrição, em seus versos¹¹ (GRANDET, 2005, p. 124). Em suma, ao expor a documentação do fim do reinado de Ramessés III, principalmente o *Papiro Harris I*, confeccionando e divulgando uma grande autobiografia do falecido rei, o objetivo de Ramessés IV, o real proponente de tal publicação, era fazer com que as elites reconhecessem seus deveres e renovassem seus interesses pela continuidade dinástica e pela ordem normal de sucessão (GRANDET, 2005, p. 117).

Fica, então, a pergunta: por que exibir este tipo de documentação no templo de Medinet Habu, na margem oeste tebana? Por que não o fazer em Pi-Ramessés, a verdadeira capital administrativa do reino, ou mesmo no templo de Karnak, principal

10. Primeiro faraó da XII dinastia (1939⁺¹⁶ – 1760), teria inscrito suas instruções, em forma de um curto monólogo, a seu filho Senusret I.

11. Indo ainda mais além em seu argumento, Grandet chegou a preparar um *fac-símile* do documento, para testar a leitura do mesmo à distância. Constatou, de acordo com seus apontamentos, que a leitura confortável pode ser feita em uma distância de 2 a 3m, afirmando ainda a dificuldade da manipulação do imenso documento que, seus testes, o ato de enrolá-lo teria levado, ao menos, 10 minutos (GRANDET, 2005, p. 124-125).

instituição religiosa de todo o Egito durante o Reino Novo? Uma vez mais, recorreremos ao *Papiro Harris I* para brevemente tentar responder a esta questão.

Em seu discurso aos deuses, dividido em contribuições para diversas cidades, - com destaque para Tebas, Heliópolis e Mênfis -, é justamente a seção tebana que possui a maior quantidade de benesses e, conseqüentemente, uma descrição mais extensa. O rei afirma para Âmon de Tebas:

Eu fiz para ti uma mansão augusta de milhões de anos, instalada na montanha de Neb-Ankh, na sua frente, construída em pedra de arenito, em quartzo e em pedra (de granito) preto, (com) uma parte de ouro e de cobre. Seus pilonos de pedra (em tamanho) olham para o céu, (portando) inscrito, esculpido em cinzel, o grande nome de Sua Majestade. Eu construí ao redor dela uma muralha perfeita, munida de entradas monumentais (com) torres de flancos em pedra de arenito. Eu cavei na frente dela um canal cheio de água, plantei árvores e plantas como o Baixo Egito.

Eu enchi seus tesouros de bens (provenientes) de (diferentes) regiões de Kemet, como ouro, prata e todo tipo de pedras preciosas, em centenas de milhares. Seus silos de cereais transbordam de grãos e sementes. Seus campos e seus rebanhos são inumeráveis como a areia das margens. Eu aloquei tanto o Alto como o Baixo Egito; To-Sety e Djahy¹² são responsáveis por seus produtos, entretanto ele está cheio de prisioneiros que tu me deste entre os Nove Arcos, assim como os jovens que eu formei em dezenas de milhares. Eu forjei para ti uma grande imagem de culto que lá foi instalada, e que o nome augusto é: 'Âmon-que-se-uniu-a-eternidade', e que foi ornada de pedras preciosas verdadeiras, como o horizonte; estamos felizes em contemplá-lo! Eu fiz para ela, de ouro perfeito, os recipientes da mesa de oferendas assim como outros em prata e em cobre, (em quantidade) ilimitada. Eu fiz inúmeras oferendas divinas apresentadas diante de ti, em pão, vinho, cerveja, gansos gordos, bois, bezerros, bois com chifres curtos e bovinos inumeráveis, oryx que são trazidos para as gazelas, seu (da estátua) abatedouro. [...] (GRANDET, 2005, p. 227).

De acordo com Grandet, por meio da lógica de *dimishing progression* - em que a ordem dos termos descritos vai do geral ao particular, do superior ao inferior, do central ao periférico - Ramessés III evoca a construção de Medinet Habu como a grande obra arquitetônica do reino, sendo a primeira benesse apresentada no contexto tebano (GRANDET, 2005, p. 55). Seria nesse templo, opulentemente construído, repleto de riquezas e provisões, seu complexo de culto real, que sua memória, associada à Âmon (O'CONNOR, 2012, p. 210), encontraria o suporte necessário para se perpetuar *ad aeternum*, sendo experienciada não somente por sacerdotes em suas atividades cúlticas do dia-a-dia, mas também por parte da sociedade, envolvida nas dinâmicas das festividades sazonais, como a Bela Festa do Vale e o Festival de Opet,

Indo ainda mais além na análise do documento, ao esmiunçar as listas de doações do *Papiro Harris*, percebe-se que Ramessés III teria oferecido aos domínios divinos, ao longo

12. Respectivamente, a Núbia e a Síria-Palestina (GRANDET, 2005b, p. 18).

de seu reino, 107.615 pessoas e 1.071.780 *aurores* de terras cultiváveis (aproximadamente 2.954,33 km²). Em termos comparativos, Grandet afirma que seriam, aproximadamente, 3% da população egípcia à época e 15% das terras cultiváveis, de um total de 20.000 km². As divisões destas doações, por sua vez, não eram feitas de modo igualitário, tendo o domínio de Âmon, em Tebas, recebido mais de 80% das doações. Neste contexto, de acordo com a lista A da seção tebana do papiro, o templo de Medinet Habu aparece como a principal instituição fundada por Ramessés III, que teria alocado mais de 62 mil pessoas a seu serviço – o que representaria 58% do total de pessoas destinadas aos templos (GRANDET, 2005, p. 89-91).

Em síntese, temos algumas importantes evidências documentais que reforçam enormemente o caráter central do templo de Ramessés III, em Medinet Habu, para o seu próprio reinado e para o seu projeto de memória, que certamente não se encerra com sua morte. A elaboração do *Papiro Harris I* em um contexto de disputa pelo trono, perpassaria uma imediata necessidade por legitimação política que visaria angariar apoio de uma antiga e orgulhosa elite, capaz de garantir a continuidade necessária a uma dinastia ainda muito tenra.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecemos que nosso estudo sobre o complexo de culto real de Ramessés III, em Medinet Habu, e sobre a possibilidade deste compor um extenso projeto de memória do faraó, só nos levou até certo ponto da história do Egito Antigo e da XX dinastia. Havia uma necessidade inexorável de analisar outras fontes deste reinado para além do próprio templo, que pudessem nos prover de novos dados, novos indícios, acerca da continuidade do reinado do terceiro Ramessés. Por meio de uma breve análise destes três vastos conjuntos documentais por ora analisados – *O Papiro de Greve de Turim*, *o Papiro Judicial de Turim* e *o Papiro Harris I* – ficamos cientes de uma complexa greve de trabalhadores especializados, de suas queixas e estratégias – que atravessam e ultrapassam os limites do exterior e interior dos sacros templos - para contornar o grave problema que os assolava, bem como da atuação da máquina burocrática para resolver as demandas ali levantadas; igualmente, nos demos conta da complexa trama envolvendo os conspiradores que desejavam emplacar um novo sucessor para o trono do Egito, com um príncipe com menor clamor, Pentaweret: por meio da documentação, ficamos sabendo dos crimes e punições derivadas do julgamento organizado por Ramessés IV, que já se encontrava em plena disputa pelo poder e pela manutenção do seu próprio reinado; por fim, nos atentamos ao grande testamento-propaganda de Ramessés III, uma imensa autobiografia patrocinada por Ramessés IV enquanto instrumento para sua autolegitimação que possivelmente envolveu o templo de Medinet Habu enquanto mídia e espaço veiculador de ideias e memórias. Um ciclo que se fecha a partir de uma rica documentação que ainda tem muito a ofertar,

senão sobre o reinado de Ramessés III e a ascensão de Ramessés IV, mas sobre a própria história do Egito Antigo.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Jan. **Cultural memory and early civilization: writing, remembrance, and political imagination**. New York: Cambridge University Press, 2011.

_____. Communicative and Cultural Memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Org). **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. Berlin: Walter de Gruyter, 2008, p. 109-118.

_____. Collective Memory and Cultural Identity. **New German Critique**, N° 65, Cultural History/Cultural Studies, 1995, p. 125-133.

CALLENDER, Gae. The Middle Kingdom Renaissance (c.2055-1650 BC). In: SHAW, Ian (org.). **The Oxford History of Ancient Egypt**. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 148-183.

CARDOSO, Ciro F. S. Construção de Monumentos Régios e Simbolização do espaço no antigo Egito (Reino Novo, séculos XVI-XI a.C.). **Revista Mundo Antigo** (NEHMAAT-UFF/PUCG), Campos dos Goytacazes (RJ), ano 1, v.1, n°1, p. 29-54, Junho, 2012.

CHABY, Richard; GULDEN, Karen. **Mots et Noms de l’Egypte Ancienne – Volume 2: Français-Egyptien**. Norderstedt: Books on Demand, 2014.

EDGERTON, William F. The Strikes in Ramses III’s Twenty-Ninth Year. **Journal of Near Eastern Studies**, Vol. 10, n° 3, p. 137-145, Julho, 1951.

EYRE, Christopher J. Society, Economy, and Administrative Process in Late Ramesside Egypt. In: CLINE, Eric H; O’CONNOR, David. **Ramesses III: The Life and Times of Egypt’s Last Hero**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2012. p. 101-150.

FABRICIO, Arthur Rodrigues. **O complexo de culto real de Ramessés III: espaço e memória na XX Dinastia do Antigo Egito**. 2016. 661f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

FRANSEN, Paul J. Editing Reality: the Turin Strike Papyrus. In: ISRAELIT-GROLL, Sarah. **Studies in Egyptology**, vol. 1. Jerusalem: Magnes Press, 1990, p. 166-199.

GRANDET, Pierre. **Le Papyrus Harris I**. Volume 1. Cairo: Institut Français d’Archéologie Orientale, 2005a.

_____. **Le Papyrus Harris I**. Volume 2. Cairo: Institut Français d’Archéologie Orientale, 2005b.

_____. **Ramsès III: Histoire d’un règne**. Paris: Éditions Pygmalion, 1993.

HORNUNG, Erick; KRAUSS, Rolf; WARBURTON, David. **Ancient Egyptian Chronology**. Leiden: Brill, 2006.

HORNUNG, Erik. O Rei. In: DONADONI, Sergio. (org.) **O Homem Egípcio**. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p. 239-262.

KITCHEN, Kenneth A. Ramesses III and the Ramesside Period. In: CLINE, Eric H; O'CONNOR, David. **Ramesses III: The Life and Times of Egypt's Last Hero**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2012, p. 1-26.

_____. **Ramesside Inscriptions Volume V: Translations**. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

O'CONNOR, David. The Mortuary Temples of Ramesses III at Medinet Habu. In: CLINE, Eric H; O'CONNOR, David. **Ramesses III: The Life and Times of Egypt's Last Hero**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2012, p. 209-270.

REDFORD, Susan. **The Harem Conspiracy: the murder of Ramesses III**. Dekalb, Illinois: Northern Illinois University Press, 2008.

SNAPE, Steven R. The Legacy of Ramesses III and the Libyan Ascendancy. In: CLINE, Eric H; O'CONNOR, David. **Ramesses III: The Life and Times of Egypt's Last Hero**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2012, p. 404-441.

VAN DIJK, Jacobus. The Amarna Period and the Later New Kingdom (c.1352-1069 BC). In: SHAW, Ian. **The Oxford History of Ancient Egypt**. United States: Oxford University Press, 2004, p. 272-313.

WILKINSON, Richard H. **The Complete Temples of Ancient Egypt**. London: Thames & Hudson, 2000.

ZINK, Albert R., et al. Revisiting the harem conspiracy and death of Ramesses III: anthropological, forensic, radiological, and genetic study. **British Medical Journal**, London, vol. 345:e8268, p.1-9, dez., 2012.

CAPÍTULO 13

A QUESTÃO DA EXPLICAÇÃO EM HISTÓRIA: A CRÍTICA DE WILLIAM DRAY AO MODELO NOMOLÓGICO-DEDUTIVO DE CARL HEMPEL

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 05/02/2021

Jacquelyn da Silva Souza

Bacharel em História pela Universidade de São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/9538439503272248>

Sara Albieri

Professora Titular de História na Universidade de São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/2963893225378313>

RESUMO: Questões relativas à explicação racional têm sido objeto de atenção filosófica desde o momento grego. No entanto, a discussão recente realmente começa com o desenvolvimento do modelo nomológico-dedutivo, cuja defesa mais detalhada e influente se deve a Carl Hempel. Seus escritos e a reação a eles estruturaram a discussão subsequente sobre a natureza da explicação científica, sobretudo nas ciências naturais, mas também nas sociais e na história. Sua interpretação acerca da construção do conhecimento histórico provocou comentários diversos, em geral de filósofos das ciências naturais, como Hempel. A reação de William Dray merece especial atenção por ser emblemática de outra leitura: aquela de um historiador-filósofo capaz de compreender, mas confrontar o modelo hempeliano a partir de práticas historiográficas que apontam de modo convincente para o seu limite.

PALAVRAS-CHAVE: Carl Hempel, William Dray, explicação histórica, leis gerais, conceitos.

THE QUESTION OF EXPLANATION IN HISTORY: WILLIAM DRAY'S CRITIQUE OF THE NOMOLOGICAL-DEDUCTIVE MODEL OF CARL HEMPEL

ABSTRACT: Matters regarding rational explanation have been the subject of philosophical attention since Greek times. However, the recent discussion actually begins with the development of the nomological-deductive model, whose most detailed and influential defense is due to Carl Hempel. His writings and the reaction to them structured the subsequent discussion on the nature of scientific explanation, especially in the natural sciences, but also in the social sciences and in history. The Hempelian interpretation of the construction of historical knowledge was object of several comments, in general from philosophers of the natural sciences, such as Hempel himself. William Dray's reaction deserves special attention since it is emblematic of a different reading: that of a historian-philosopher capable of discussing yet confronting the Hempelian model based on historiographical practices that convincingly point to its limit.

KEYWORDS: Carl Hempel, William Dray, historical explanation, general laws, concepts.

1 | CARL HEMPEL - A FUNÇÃO DE LEIS GERAIS EM HISTÓRIA

O artigo “A função de Leis Gerais em História” de Carl Hempel tem como finalidade discutir como as leis gerais operam, tanto na História, quanto nas ciências naturais, de maneira semelhante, e como essas mesmas leis constituiriam a princípio uma parte integrante da explicação histórica. O autor prefere utilizar o termo “hipótese universal”, uma vez que “lei” sugere a ideia de que a afirmação já é de fato confirmada, enquanto *hipótese universal* exprime uma tendência do evento a uma regularidade.

Nesse sentido, algumas definições são expostas no texto, como a função principal da lei geral, que consiste em, geralmente, nas ciências naturais, combinar eventos em um *modelo* que reúna a *explicação* e a *previsão*. Quando entendemos que o evento inicial foi explicado, segundo o autor, é o mesmo que afirmar que, de acordo com as *leis gerais*, o evento figura numa série de eventos que é sempre acompanhada por um evento tipo *E* (efeito).

De forma geral, há uma fórmula sintetizadora proposta no pensamento hempeliano, que consiste na separação entre o *Explanandum* (I) e *Explanans* (II). Nas palavras do próprio autor:

“Numa explicação física, o grupo (I) descreveria as condições iniciais e as condições limite para a ocorrência do evento final; diremos, de uma maneira geral, que o grupo (I) afirma as *condições determinantes* da explicação do evento, ao passo que o grupo (II) contém as leis gerais em que se baseia a explicação; ambos implicam a afirmação de que, sempre que ocorram eventos da espécie definida no primeiro grupo, terá lugar um evento da espécie que se pretenda explicar.” (GARDINER, 2004: 423).

Embora o componente estrutural da descrição e da explicação nas ciências empíricas seja a ocorrência no espaço e no tempo, entretanto, o autor pontua que não é possível descrever totalmente uma ocorrência/evento por meio de hipóteses universais, embora as explicações, conforme o acúmulo do conhecimento, se tornem gradativamente mais específicas. Nesse ponto, Hempel equaliza a História e as ciências naturais, tendo em vista que ambas entendem a realidade a partir de dados gerais.

Só se pode reconhecer uma relação de causa e efeito quando for possível fazer uso de leis gerais, e assim, só se terá uma explicação estritamente científica, se tiverem sido aplicadas leis empíricas no modelo utilizado para explicar um evento. Entretanto, nos deparamos com uma questão importante: “O que distingue uma explicação científica genuína e uma *pseudo-explicação* para o autor?” A resposta é o uso de hipóteses universais empíricas como princípio explicativo. O uso destas hipóteses cancelaria ou eliminaria as chances de haver recurso a uma “enteléquia”, ou a tipos de “predestinações”¹.

1. Uma reflexão interessante surge neste ponto: Hempel poderia estar fazendo uma crítica aos filósofos e historiadores do século XVIII-XIX, sobretudo àqueles que compreendem a História atrelada a finalidades inatas.

Nesta lógica, sob o fundamento dos testes empíricos das hipóteses universais, e dadas as condições iniciais já conhecidas, um modelo de explicação pode também descrever e prever acontecimentos futuros. Para Hempel, a estrutura lógica de uma explicação científica é a mesma que da previsão científica. A única diferença entre as duas estruturas, é que, no primeiro caso – explicação científica – já se sabe o que aconteceu, e o esforço consiste, sobretudo, em conhecer as condições iniciais e determinantes; já no segundo – previsão científica – o evento a ser explicado ainda não ocorreu, apenas se sabe as condições iniciais, e a partir disso, o objetivo consiste na previsão científica do seu efeito. Assim “[...] se o evento final pode ser deduzido das condições iniciais e das hipóteses universais formuladas na explicação, podia do mesmo modo ter sido previsto antes da sua ocorrência real, com base num conhecimento das condições iniciais e das leis gerais” (GARDINER, 2004: 425). No caso da História, uma explicação teria como intuito mostrar como os eventos em causa não são originados por mero acaso, e sim, como são previsíveis segundo os seus antecedentes e outros eventos semelhantes, em suma, com antecipação científica racional.

Porém, o autor pontua que, na maior parte das explicações históricas, as regularidades gerais não são explícitas. Duas razões apoiam esta observação: as hipóteses universais são, em sua maioria, subentendidas nas explicações; e elas são difíceis de serem explicadas com a necessária precisão. Assim, é através de algumas conjunções apenas frequentes que se indica a ligação entre as condições iniciais de um acontecimento para formular sua explicação, como, “portanto”, “porque”, “naturalmente” e “consequentemente”.

Nesse sentido, algumas explicações históricas se baseiam muito mais em *hipóteses de probabilidade*, do que em leis deterministas gerais, como por exemplo, em situações em que populações tendem a emigrar para regiões que ofereçam melhores condições de vida e trabalho; ou mesmo em momentos em que há um crescente descontentamento de uma população, criando assim, o ambiente para uma revolução. Estas situações mencionadas expressam regularidades gerais subjacentes à própria explicação. Na maior parte das vezes, as explicações históricas tendem ao que Hempel chama de *esboços de explicação*, que consistem em indicar de maneira vaga as condições iniciais e as hipóteses universais prováveis que abrangeriam um dado fenômeno. O preenchimento deste esboço, com o fim de transformá-lo em uma explicação completa e científica, exigiria novas pesquisas empíricas, já antes assumidas pelo próprio esboço. De toda forma, em *linhas gerais*, as explicações históricas causais de tipo probabilístico não são totalmente claras, mas apenas indicadas.

O eixo central da argumentação de Hempel apoia-se na noção de que teses explicativas subjacentes, derivadas de regularidades gerais, precisam ser fundamentadas empiricamente. De modo geral, só é possível estabelecer explicações científicas a partir de hipóteses gerais adequadas ao conteúdo prescrito. Neste ponto, Hempel expõe algumas críticas em relação ao método da compreensão em História. Para ele, este

tipo de método fundamenta-se em um estratagema heurístico que consiste em formar hipóteses psicológicas empáticas, uma vez que o historiador “se coloca” no lugar do seu “herói particular”, e a partir das observações que realiza, generaliza em uma regra geral. Hempel acrescenta: “Em história, como em qualquer ciência empírica, a explicação de um fenômeno consiste em o classificar sendo leis empíricas gerais; e o critério da sua exatidão não é ver se ela agrada à nossa imaginação [...]” (GARDINER, 2004: 432).

Portanto, ainda no sentido da defesa da unidade metodológica das ciências empíricas, as hipóteses universais trabalhadas pelos historiadores proviriam de vários campos de pesquisa, até mesmo das ciências da natureza. Mesmo que o historiador queira apenas descrever o passado – inacessível para um exame direto –, precisa necessariamente de se utilizar de leis gerais (que se apresentam de maneira implícita, segundo regularidades gerais). Não há, para Hempel, fronteiras rígidas entre os campos de conhecimento, e muito menos, o desenvolvimento autônomo de cada um deles separadamente.

2 | WILLIAM DRAY - EXPLICANDO O QUÊ EM HISTÓRIA

Em sua obra “Laws and Explanations in History”, publicada em 1957, o historiador e filósofo canadense William Dray teceu críticas detalhadas quanto à relação entre os acontecimentos históricos e o modelo nomológico-dedutivo que Hempel propõe. Na ampla perspectiva dos debates teóricos que se debruçaram sobre as causalidades na História, sejam elas submetidas ao campo da explicação ou ao campo da compreensão, para Dray, a tarefa do historiador não se resume a estabelecer os fatos, mas também compreendê-los e explicá-los através da lupa dos conceitos. O modelo de explicação nomológico-dedutivo de Hempel não responde satisfatoriamente as perguntas “Como?” e “Por quê?” dos historiadores.

A questão que norteia o discurso de Dray, no artigo “Explicando o Quê em História”, trata da utilização de conceitos para explicar e elucidar um dado evento histórico: “Com efeito, a explicação dá-se quando se encontra uma *classificação* satisfatória daquilo que parece exigir uma explicação” (GARDINER, 2004: 495). Para o autor, Hempel deseja excluir todo tipo de conceito que não tenha significado empírico. Qualquer explicação suscitada a partir de um evento precisaria ser colocada sob a luz de uma lei geral. Porém para Dray, explicar algum evento ou acontecimento em História não significa dizer “o porquê isso ou aquilo aconteceu” ou “o porquê isso gerou certas consequências”, mas entender as complexas relações existentes de criação de sentido pelos sujeitos históricos. O “porque isso ou aquilo aconteceu” é um questionamento a posteriori. A explicação por conceitos ocorre através do emprego de um termo classificatório recorrente retirado da linguagem ordinária. Nas palavras do autor: “O meu objetivo ao analisar tal caso foi mostrar que, mesmo assim, esta regularidade não apoia a afirmação de que a explicação subordina necessariamente a uma lei global aquilo que se pretende explicar” (GARDINER, 2004: 499).

Walsh, historiador importante para a formação intelectual de Dray, entende o processo de utilizar os conceitos na explicação em História como uma “coligação sob concepções apropriadas” (GARDINER, 2004: 500), ou seja, localizar e pontuar ideias e conceitos determinantes para elucidar os acontecimentos e descobrir conexões entre as ideias. Nesse sentido, Dray sustenta que a função dos conceitos deve preceder as generalizações e as hipóteses, no sentido de que o objeto deve ser examinado, primeiramente, através de um conceito próprio que o identifica e classifica dentre uma gama de fenômenos. Esta identificação que o conceito atribui ao processo ou evento histórico delimita o tipo de acontecimento e auxilia epistemologicamente a entender suas relações.

Em linhas gerais, Dray assume que a relação entre a explicação histórica e as leis gerais não é um pressuposto, uma vez que o modelo de hipóteses universais de Hempel não é suficiente para abarcar a complexidade e a totalidade dos eventos históricos. Em sua obra, o autor tece críticas ao conceito de explicação, mas não o afasta do campo epistêmico da História. Assim, a explicação histórica consiste em uma análise seletiva de elementos de uma dada situação, sem que os valores e critérios de importância para o próprio historiador sejam excluídos. As generalizações que os historiadores tendem a utilizar para entender algum processo histórico servem para selecionar condições existentes no próprio acontecimento, demandando, dessa forma, procedimentos de compreensão.

Na obra *Filosofia da História*, Dray chancela as críticas ao modelo neopositivista do período, expondo que todos os critérios de importância selecionados envolvem valores dos historiadores. Esta seleção imbuída por valores presentes no sujeito que investiga distingue metodologicamente a ciência histórica das ciências naturais. Nesse sentido, para entender o seu pressuposto epistêmico, é necessário matizar a noção de cientificidade da História, mas não a negar. Os traços presentes na explicação histórica não se orientam pelas leis gerais, como afirmaria Hempel, mas por conceitos de conexões causais que amarram e tecem a ordem dos elementos presentes nos acontecimentos.

3 | O DEBATE ACERCA DA EXPLICAÇÃO E DA COMPREENSÃO EM HISTÓRIA

Os autores do círculo de Viena, conhecidos como neopositivistas, do qual Hempel é um representante, defendem a tese da unidade da ciência: a história teria os mesmos padrões científicos da física. Negam o caráter compreensivo e a possibilidade da hermenêutica em História. Os eventos históricos são abordados de maneira singular, para depois, serem inseridos em uma lógica universal, contemplando o que conhecemos como as *covering laws*. No artigo “Função das Leis Gerais em História”, de Hempel, a todo momento, o autor procura tratar a História em sua pretensão científica, sobretudo o seu caráter similar ao das ciências naturais, uma vez que ambas se sustentam sob leis gerais ou hipóteses universais por meio de comprovações empíricas. Assim, o modelo nomológico-dedutivo entende que, por meio da dedução lógica, o historiador pode traçar condições iniciais e determinantes

(C – causa), e a partir disso, um enunciado que descreva o fenômeno empírico a ser explicado (E – efeito). A relação do *Explanans* e do *Explanandum*, entre C e E, criaria esboços de explicação, que seriam transformados em explicação científica a partir dos critérios empíricos e das leis gerais surgidas da relação de causalidade.

A estrutura lógico-dedutiva da explicação científica no modelo nomológico-dedutivo é a mesma da previsão. A diferença é que, no primeiro caso, o historiador dispõe do fenômeno empírico, e a partir disso, trata de buscar as condições iniciais, e no segundo caso, o historiador dispõe das condições iniciais e seu esforço é direcionado para prever a ocorrência do fenômeno. Desse modo, a explicação científica em História ganha corpo para Hempel, através de um conjunto de leis tacitamente subentendidas e de um conjunto de condições iniciais que tornam explicável a relação de causa e efeito.

Em “Laws and explanation in History”, Dray critica os pressupostos epistêmicos dos neopositivistas, mas não afasta completamente a noção de explicação em História. Para alguns autores, como no caso do historiador José Carlos Reis (REIS, 2002), Dray apresenta uma tese contraditória em relação ao círculo de autores, e quase “sai dos muros do modelo nomológico” (REIS, 2002: 62). Neste ponto, entendemos que o historiador e filósofo William Dray não “sai dos muros do modelo nomológico”, mas constrói o seu pensamento e os seus pilares epistêmicos já fora deste muro. Suas ideias se contrapõem ao chão comum compartilhado entre os filósofos e historiadores neopositivistas, principalmente no que tange a sua crítica à existência de leis gerais em História. Para Dray, os eventos históricos são passíveis de compreensão e explicação, pois só assim a sua complexidade pode ser minimamente alcançada. Nesse sentido, muitos acadêmicos entendem a visão teórica de Dray como inserida no âmbito das explicações por razões, uma vez que se leva em consideração as escolhas e as circunstâncias dos agentes históricos. O terreno teórico que se constrói a partir do seu discurso envolve e dialoga tanto com os preceitos da explicação como com aqueles da compreensão.

Os autores comumente inseridos no campo da Compreensão não tratam a ciência histórica e as ciências naturais como compartilhadoras de um mesmo método científico. Na perspectiva de Dilthey, por exemplo, a leitura epistêmica da compreensão abrange o método das ciências do espírito, a fim de compreender as múltiplas manifestações da vida e suas relações. Reis sintetiza bem o modelo da Compreensão diltheyano: “A compreensão é um processo particular de indução: vê-se nas expressões particulares a presença de um todo, sem negação da singularidade de cada manifestação particular, que já é o próprio todo”. Essa síntese evoca uma maneira dialética de interpretar e conectar os eventos históricos singulares, traçando um percurso que reúne as dinâmicas individuais e as regularidades universais.

REFERÊNCIAS

- ALBIERI, Sara. **Causas e leis nas ciências do homem**. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 124, Dez, 2011.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica**. *Teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.
- DRAY, William. **“Explicando o Quê” em História**. In: GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- DRAY, William. **Filosofia da História**. **Curso moderno de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- _____. **Explanatory narrative in History**. *The Philosophical Quarterly*, vol 4, nº 14, Janeiro, 1954.
- _____. **Laws and explanation in history**. Londres: Oxford University Press, 1957.
- GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- _____. **The Philosophy of History**. Londres: Patrick Gardiner, 1974.
- HEMPEL, Carl G. **A Função de Leis Gerais em História**. In: GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- _____. **Aspects of Scientific Explanation and other essays in the philosophy of science**. New York: Free Press, 1965.
- MANDELBAUM, M. **Causal analysis in history**. *Journal of the History of Ideas*, p. 30-50, 1942.
- _____. **The anatomy of Historical Knowledge**. Londres: *The Johns Hopkins University Press*, 1977.
- REIS, José Carlos. **A especificidade lógica da História**. *Varia História*, n. 27, Julho, 2002.
- TEIXEIRA, João de Fernandes. **Modelos de explicação histórica**. Dissertação de Mestrado, IFCH-UNICAMP, 1982.
- WALSH, W. H. **The intelligibility of History**. *Philosophy*, vol 17, nº 66, Abril 1942.
- WUNDERLICH, Michel Patric. **Carl Hempel e a Questão da explicação histórica: modernidade, filosofia científica e o “covering-law model debate”**. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2018.

CAPÍTULO 14

A HISTÓRIA SERIAL NOS ESTUDOS SOBRE A MORTE: REFLEXÕES ACERCA DOS TESTAMENTOS PAULISTAS (1592-1639)

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 05/02/2021

Victor Mauric

Faculdade de Filosofia Letras e Ciências
Humanas – Universidade de São Paulo
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/1545636706360640>

RESUMO: Neste capítulo buscamos mostrar como a utilização da metodologia da história serial pode trazer contribuições primorosas para os estudos sobre a história da morte e da religião. Partimos da problematização dos Inventários e Testamentos paulistas redigidos entre os anos de 1592 e 1639, fontes cuja importância já é há muito reconhecida pela historiografia, para levantar questões sobre as práticas sociais da América portuguesa. A questão dos santos elucidada como o método pode ser aplicado levando em conta, também, a análise qualitativa do papel que estas figuras assumiam no contexto das crenças da época. Assim, o intuito deste artigo é levantar reflexões sobre diferentes formas de utilizar uma metodologia amplamente reconhecida, usada desde estudos sobre demografia histórica até estudos sobre a cultura material. Buscamos mostrar como ele se aplica nos estudos sobre a religião e a morte.

PALAVRAS-CHAVE: História Serial, História da Morte, Século XVII.

THE SERIAL HISTORY IN DEATH STUDIES: REFLECTIONS ABOUT SÃO PAULO'S WILLS (1592-1639)

ABSTRACT: In this chapter we seek to elucidate how the serial history methodology can bring up valuable contributions to studies about the history of religion and history of attitudes towards death. The departure point was the problematizations about the Inventories and Wills written in São Paulo colony between 1592 and 1639. These documents relevance is already known by the Brazilian historiography. The saints issue shows how the method used on the research can be applied, also considering the qualitative analysis of the role played by those characters in the context of the beliefs of the period. Thus, this article's goal is to promote reflections about the different forms that one can use a renowned methodology, used from studies about demography history to studies about material culture. We seek to show how it can be used in studies about religious beliefs and attitudes towards death.

KEYWORDS: Serial History, Death History, XVIIth Century.

1 | INTRODUÇÃO

Desde a obra pioneira de Alcântara Machado (2006), *Morte e Vida do Bandeirante*, os inventários e testamentos dos colonos paulistas consolidaram-se enquanto fontes imprescindíveis aos estudos sobre a colonização portuguesa na América. Um dos grandes méritos desta obra, que incorpora o rol dos clássicos na historiografia brasileira, foi introduzir uma nova

perspectiva ao estudo do passado, diferente daquela estabelecida pela tradição do IHGB e de seus grandes expoentes, como Francisco Adolfo de Varnhagen. Nas palavras de Alcântara:

Reduzir o estudo do passado à biografia dos homens ilustres e à narrativa dos feitos retumbantes seria absurdo tão desmedido como circunscrever a geografia ao estudo das montanhas. Conflitos externos, querelas de facções, atos de governo estão longe de constituir a verdadeira trama da vida nacional. Não passam de acidentes e são o produto de um sem-número de fatores ocultos que os condicionam e explicam (MACHADO, 2006, p.29).

O célebre livro supracitado é constantemente revisitado pela historiografia contemporânea com questionamentos acerca das primeiras décadas do século XX, período em que foi concebido. Escrito em 1921, *Morte e Vida do Bandeirante* está inserido no contexto denominado por Elias Thomé Saliba como o “nacionalismo paulista” (SALIBA, 2004, p.573). Procurava-se encaixar a história de São Paulo nos alicerces da identidade nacional brasileira. O movimento tomou força principalmente durante a administração estadual de Washington Luís, entre 1920 e 1924, e teve como um de seus pilares o bandeirantismo, tomado como solução simbólica para o objetivo inicialmente almejado.

Entretanto, não podemos negar a importância de Alcântara Machado para a historiografia brasileira. A utilização das fontes em questão abriu portas imprescindíveis para novos estudos envolvendo temas diversos. Na década de 1970, tais fontes foram fundamentais nas revisões críticas formuladas acerca da organização familiar durante a formação da colônia portuguesa na América. Segundo Eni de Mesquita Samara (1997), os anos 1920 e 1940 matizaram o patriarcalismo enquanto conceito fundamental para compreender o fenômeno. No entanto, o modelo “Casa Grande e Senzala” estabelecido por Freyre (2013), que sintetiza tal construção, foi colocada em xeque pela nova historiografia que surgiu nos anos 70 e se consolidou nas décadas de 1980 e 1990. Pautada em grande parte por estudos demográficos, evidenciaram-se formas de organização social distintas do modelo patriarcal.

No seio da demografia histórica estava a história serial, definida por Fernand Braudel como uma história cuja “razão de ser está na *série*, quer dizer, na sucessão coerente, ou tornada coerente, de medidas ligadas umas às outras” (BRAUDEL, 2014, p.126). A partir desta perspectiva, as medidas em questão foram elaboradas de formas distintas, criando um leque amplo de temas de pesquisa. No caso dos estudos sobre a família no Brasil, possibilitou-se analisar grupos diversos a fim de compreender seus movimentos particulares, como no caso das crianças abandonadas estudadas por Maria Luíza Marcílio (2006) e das migrações dos filhos de fazendeiros para o Oeste Paulista durante o século XIX estudados por Carlos Bacelar (1991).

No que tange à história a respeito da religião e da morte, a análise serial se mostrou uma ferramenta importante para abordar os testamentos. Michele Vovelle (1997), em sua

obra *Piété baroque et dechristianisation en Provence au XVIIIe siècle*, utilizou a análise serial para mostrar as transformações sofridas pelo catolicismo na passagem para o século XVIII. Utilizando inventários e testamentos de Provença, Vovelle analisou quantitativamente as mudanças nas crenças religiosas dos habitantes da cidade no período equivalente.

2 I SOBRE OS TESTAMENTOS PAULISTAS

Da coleção Inventários e Testamentos publicada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo a partir de 1920, catalogamos 169 inventários abertos entre 1592 e 1639. A partir deles, separamos os elementos julgados mais relevantes para entender a questão da religião e da sociabilidade na colônia de São Paulo em duas tabelas. Na primeira, foram alocadas informações sobre nome do testador, laços matrimoniais, graus de parentesco e características dos filhos, tais como idade e situação matrimonial.

A segunda tabela contém os dados referentes às doações feitas pelos indivíduos no leito de morte. Estes estão divididos em dois tipos a partir de seus destinatários: herdeiros físicos e cláusulas pias. Sobre os primeiros, os dados foram bastante relevantes para mostrar quem eram os beneficiados pelas heranças, ou seja, aquelas pessoas lembradas pelo redator no leito de morte. Ainda, estes dados revelam quais objetos eram distribuídos antes da abertura do inventário, mostrando que os testadores se preocupavam em priorizar determinados herdeiros com determinados bens.

As cláusulas pias, por sua vez, nos mostram questões sobre as crenças religiosas dos habitantes de São Paulo. Nesta coluna foram alocadas as doações feitas em nomes de igrejas, santos e confrarias, bem como os pedidos que os testadores deixavam para aqueles que recebiam as doações. Em geral, os últimos desejos destinados às instituições ou entidades religiosas buscavam organizar a passagem para o além através de missas, acompanhamentos, local da sepultura e intervenção de santos no julgamento celestial.

Segundo Michele Vovelle (1991, p.137), o testamento é uma “relação entre expressões exteriores e segredos interiores”. De tal maneira, a análise serial entra como um dos componentes fundamentais para desenvolver uma história da morte, principalmente pela esfera quantitativa que abarca. Por outro lado, o historiador não deve perder de vista o aspecto qualitativo de seu objeto, refletindo a respeito daqueles dados e enquadrando-os dentro de um contexto social e culturalmente determinado. Na realidade dos testamentos paulistas, a análise dos santos e das doações feitas em testamento, além de trazer à tona a repetição de série, nos termos de Braudel, deve pensar o significado destes elementos para os indivíduos à beira da morte.

Neste sentido, cabe ressaltar que a prática testamentária já era consolidada no Ocidente cristão desde, pelo menos, o século XII (ARIÈS, 2014, p.212). Segundo consta, estes documentos eram redigidos a partir das últimas vontades do indivíduo que, buscando a salvação da alma, deveriam organizar seus bens terrenos e as questões relacionadas

aos ritos fúnebres: onde deveria ser sepultado seu corpo, a quais santos deveriam ser rezadas missas por sua alma e quais confrarias seriam beneficiadas pelas doações. Carlos Mathias (2015) aponta como os testamentos também funcionavam como uma tentativa de remissão dos pecados.

Dos 169 inventários catalogados para o período, 123 (72,8%) apresentaram testamentos anexados. A quantidade elevada de documentos atesta para a importância da prática no contexto da colônia paulista. Ainda, conseguimos catalogar 1183 doações feitas em testamento, sendo 816 (68,9%) destinadas às cláusulas pias e 367 (31,1%) aos herdeiros terrenos. A partir da análise minuciosa dos dados, é possível determinar as preferências dos indivíduos em relação aos santos escolhidos.

31 LEGADOS EM CLÁUSULAS PIAS: A PRESENÇA DOS SANTOS NOS TESTAMENTOS

Das 816 doações destinadas à Igreja citadas, 682 (83,5%) foram feitas em homenagem a algum santo. Em geral, estas doações estavam ligadas a pedidos de missas e bens destinados às confrarias devotas do santo em questão. Em 1638 Januário Ribeiro, redigindo suas últimas vontades, destina 6 mil réis à Confraria do Santíssimo Sacramento, esmolas para os frades do Carmo e do São Bento e outra esmola aos irmãos da Misericórdia. Aos últimos pede “a bandeira e a tumba da Misericórdia, aos segundos pede missas em nome do Santíssimo Sacramento, da Virgem do Carmo, de Nossa Senhora da Conceição, do Anjo de Minha Guarda e do Santo de Meu Nome, de São Miguel e, por fim, de Nossa Senhora da Graça (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO vol.XII, 1920, p.134).

O exemplo, que se repetiu indefinidamente ao longo dos documentos estudados, evidencia o papel central desempenhado pelas entidades celestiais no processo de salvação das almas. Segundo Tania Maria de Santana (2016) esta relação, também encontrada nos testamentos de Cachoeira no século XVIII, aponta para a influência dos princípios do milagre e das obras de misericórdia. O exemplo de Januário Rodrigues mostra que os valores colocados por Tânia também são compartilhados pelos colonos da Vila de São Paulo Seiscentista. Estabelece-se, na concepção de Marcel Mauss (2003), uma rede de trocas simbólicas regidas pela obrigação de dar, receber e retribuir.

Nos testamentos, os indivíduos colocam-se na posição de doadores e sua retribuição seria a salvação de sua alma. Intermediando a relação entre o terreno e o divino aparecem os religiosos e os santos. O papel exercido por estes personagens é transformar as “esmolas” recebidas em bens espirituais, que garantiriam a resignação dos pecados cometidos em vida. Portanto, podemos afirmar que as instituições eclesiásticas centravam uma complexa rede de sociabilidade assentada nestas trocas simbólicas.

Olhando de um ponto de vista mais amplo, conseguimos com a ajuda da análise serial dos documentos mapear quais confrarias e santos tinham a preferência dos colonos paulistas no momento derradeiro de salvação. Entre as confrarias mais influentes em serviços como ofícios póstumos, sepultamentos e acompanhamentos estão as de Nossa Senhora do Carmo, mencionada 129 vezes nos testamentos, e da Santa Misericórdia, mencionada 100 vezes.

Entretanto, é notável que estas duas entidades celestiais não aparecem nos pedidos de intercessão divina. Estes pedidos estão no começo de cada testamento, quando o indivíduo solicita a seus santos escolhidos que lhe defendam perante o julgamento divino. Não há nestes casos uma troca explícita. Os testadores não deixam bens para os santos que farão a mediação pela salvação. Em alguns deles os santos intercessores aparecem nas doações como receptores de bens ou missas, mas esta não é uma regra geral. O que podemos interpretar a respeito destas personagens é que eles funcionam como intermediadores das confissões e doações que se seguem no texto. Sua função seria, numa linguagem religiosa, de mostrar a Deus o conteúdo dos testamentos.

No caso das intercessões, aparecem com mais frequência São Paulo, São Pedro e São Miguel. Com relação a São Paulo e São Pedro, os pedidos de intercessão compõe ampla maioria, no caso de São Miguel estes pedidos aparecem na mesma quantidade das missas em homenagem ao santo. Este caso nos mostra que, na mentalidade paulista, os santos ocupavam funções específicas. Aqueles escolhidos preferencialmente para a interceder frente ao tribunal divino não eram os mesmos homenageados nos altares e confrarias, a partir das missas e ofícios celebrados.

Outro elemento importante são as entidades que aparecem de forma esporádica nos documentos. Alguns exemplos são Santo Antônio, mencionado 25 vezes, São João, 20 vezes, São Francisco, 12, São Sebastião, 9, e Santo Amaro, 4. Ainda aparecem santos de forma isolada e exclusiva em alguns testamentos. Entretanto, no total, a aparição destes santos esporádicos soma 120 citações, incluindo pedidos de missas, acompanhamentos até a sepultura, intercessões divinas e doações às confrarias respectivas. Estas figuras, portanto, assumem papel fundamental no processo de salvação da alma.

Segundo Michele Vovelle (1997), os santos da moda são marcas intrínsecas de uma mentalidade coletiva determinada no tempo e no espaço. A partir das confrarias em destaque, podemos inferir quais organizações tinham maior influência no cotidiano da colônia, principalmente no que se refere ao fluxo de doações recebidas e de centralização das redes de sociabilidade. Por outro lado, a grande presença de santos citados de forma esporádica mostra que existe um outro eixo de trocas a partir de confrarias menores escolhidas pessoalmente pelos indivíduos em seu leito de morte.

A análise quantitativa dos santos deve ser feita sob a querela qualitativa de uma sociedade baseada nos valores das dádivas enquanto trocas simbólicas que organizavam

a sociedade paulistana da primeira metade do século XVII. Como nos mostra Marilena Chauí:

Seres e objetos culturais nunca são dados, são *postos* por práticas sociais e históricas determinadas, por formas da sociabilidade, da relação intersubjetiva, grupal, de classe, da relação com o visível e com o invisível, com o tempo e o espaço, com o possível e o impossível, com o necessário e o contingente (CHAUÍ, 2018, p.103).

De tal forma, também, estão inseridos os santos no contexto das crenças religiosas aqui apresentadas. A análise serial deve ser feita sob a perspectiva das práticas sociais das dádivas que pululam os escritos dos indivíduos que se preparavam para a morte.

4 | CONCLUSÕES

Neste capítulo, tentamos mostrar como a análise serial pode ser utilizada em estudos sobre a religiosidade e as atitudes frente à morte da sociedade colonial paulista na primeira metade do século XVII. Este escrito é parte de uma pesquisa de iniciação científica em andamento, de forma que buscamos apenas trazer algumas reflexões sobre o método utilizado. No âmbito de chegar a conclusões mais bem elaboradas sobre o tema, existe um longo caminho a ser percorrido dada à riqueza dos documentos, que podem ser fontes inesgotáveis de questionamentos a depender do olhar do pesquisador.

Cabe pontuar, ainda, como a análise serial se porta frente à segunda categoria de doações: as doações aos herdeiros terrenos. Entendemos este grupo como legados que não são deixados em nome de instituições religiosas. Na grande maioria, 312 (83,5%) das 367 doações feitas neste sentido, foram destinadas a familiares do testador. Estreitando o olhar, percebemos que cerca de 196 delas são destinadas aos maridos, esposas, filhos e filhas.

Maria Aparecida Borrego (2010), analisando os testamentos e inventários dos comerciantes paulistas do século, mostrou como estes documentos são fontes primorosas para estudar a cultura material do período. A partir do estudo do mobiliário deixado, a historiadora apreendeu as transformações na sociabilidade paulista, que cada vez mais se transferia do espaço público para o espaço privado. Os móveis adornados, bancos e cadeiras, por exemplo, mostravam como o ambiente doméstico estava em vias de se transformar em um espaço para abrigar mais pessoas por mais tempo, tornando-se um espaço de afirmação das hierarquias sociais.

De forma distinta, vemos que nos bens legados em testamentos do século XVII existe uma preocupação maior em relação a marcadores de posição social do espaço público. Escravos aparecem em 126 doações, seguidos de roupas e joias que totalizam 94. Escravos, joias e roupas são marcadores de uma hierarquia social afirmada no espaço público dado que a colônia é dotada de:

Sociabilidade que ocorre predominantemente fora de casa, pautada por um mundo onde todos se conhecem, e em que se identificam socialmente pelas suas vestes e pelos seus ofícios. Sabe-se, inclusive, quem é escravo de quem” (ALGRANTI, 2018, p.118).

Neste contexto, a análise serial e estudos sobre a cultura material se complementam, tal qual a questão dos santos e da religiosidade. Ainda, as doações terrenas não podem ser analisadas de forma descolada da religiosidade, dado que o próprio tom da escrita testamentária é carregado pela perspectiva do milagre e da salvação da alma. Portanto, cultura material, análise serial e estudo da religiosidade são eixos complementares para entender as atitudes frente à morte na colônia portuguesa.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila. **Famílias e vida doméstica**. In: **História da vida privada no Brasil vol.1**, Org.: NOVAIS, Fernando e MELLO E SOUZA, Laura de. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Inventários e testamentos**: papéis que pertenceram ao 1º cartório de órfãos da capital, vols. I, III, IV, V, VI, VII, VIII, XI, XII. São Paulo, 1920 a 1921.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Família, herança e poder em São Paulo: 1765-1855**. Estudos CEDHAL. São Paulo, n.7, 1991.

BORREGO, Maria Aparecida. **Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade se São Paulo**. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v.18, 2010.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CHAUÍ, Marilena.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Editora Global, 2013.

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luísa. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MATHIAS, Carlos Leonardo. **Legados da consciência: estratégias para livrar a alma do “fogo do Purgatório”**. In: Revista História (São Paulo) v.34, n.1, p. 163-194, 2015.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosacnaify, 2003.

SALIBA, Elias Thomé. **Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana**. In: PORTA, Paula (org.). **História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo: Paz & Terra, 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família no Brasil: história e historiografia.** In: História Revista, Goiânia, v.2, n. 2, 1997.

SANTANA, Tania Maria de. **Charitas et misericordia: as doações testamentárias em Cachoeira no século XVIII.** f. 307. Tese (Doutorado em História) – Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2016.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

_____. **Piété baroque et Déchristianisation em Provence au XVIIIe siècle.**
Paris:Éditions du CTHS, 1997

CAPÍTULO 15

UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A PRESENÇA LUSITANA NO LESTE ASIÁTICO DO SÉCULO XVI

Data de aceite: 01/03/2021

Marcus da Silva Dorneles

Mestrando em História no Programa de Pós de Graduação em História da UFRGS. É financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES
<http://lattes.cnpq.br/8518622996047304>

RESUMO: O trabalho é resultado da fase inicial da pesquisa “Portugueses na Ásia Oriental: uma análise sobre a rota de Macau e Nagasaki (1557-1640)”, em que são analisados os impactos da rota estabelecida pelos portugueses entre a China e o Japão dos séculos XVI e XVII para as outras colônias lusitanas, com ênfase no Brasil. Nessa primeira etapa, a investigação volta-se à produção historiográfica já realizada sobre o tema, sendo comparados três eixos de contribuições no âmbito acadêmico: o anglo-saxão, o lusitano e o chinês. Além disso, são abordadas algumas colocações de cunho teórico-metodológico para o avanço dos estudos asiáticos no ambiente universitário brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia, Ásia, Império Português, Macau, Nagasaki.

ABSTRACT: This article is the result of the initial phase of the research “Portuguese in East Asia: an analysis of the Macau and Nagasaki route (1557-1640)”, in which are analyzed the impacts of the commercial route established by the Portuguese between China and Japan

of the 16th and 17th centuries for the other Portuguese colonies, with an emphasis on Brazil. In this first stage, the investigation turns to the historiographical production already carried out on the theme, comparing three axes of contributions in the academic scope: the Anglo-Saxon, the Lusitanian and the Chinese. In addition, some theoretical and methodological approaches to the advancement of Asian studies in the Brazilian university environment are addressed.

KEYWORDS: Historiography, Asia, Portuguese Empire, Macau, Nagasaki.

INTRODUÇÃO

Depois do seu estabelecimento na Índia, os portugueses decidiram expandir seus domínios para outras áreas da Ásia. Assim sendo, a partir de 1510, os navegantes começaram a recolher informações sobre outros povos que lá habitavam, incluindo, nessa iniciativa, os chineses. Diferentemente de sua estratégia anterior, no entanto, eles demonstraram interesse pela sociedade chinesa e tentaram uma aproximação baseada na diplomacia.

Entre êxitos e fracassos, os viajantes de Portugal – que já frequentavam com certa frequência o litoral chinês – desembarcaram em Macau entre 1553 e 1554. Apesar dos incidentes diplomáticos anteriores, o imperador Jiajing percebeu que não seria possível eliminar a presença deles e permitiu sua permanência em 1557. Nessas circunstâncias, o estabelecimento

lusitano no porto macaense era interessante tanto para os portugueses que queriam domínio sobre novas rotas de comércio quanto para os chineses, que poderiam, de acordo com Fábio Pestana Ramos:

controlar mais ativamente a entrada e a saída de mercadorias, fiscalizando de perto o pagamento de impostos e intermediando as trocas comerciais ao monopolizar o transporte de gêneros de vários pontos do litoral da China para Macau, de onde os portugueses levavam a porcelana e a seda para a Índia e, de lá, para a Europa ou para o Japão, fazendo o caminho inverso com outras mercadorias, que se somariam às especiarias e à prata (RAMOS, 2008:p. 144).

No que se refere ao Japão, os primeiros portugueses chegaram ao arquipélago nipônico em 1543, mais precisamente na ilha de Tanegashima¹. Posteriormente, em 1549, desembarca no porto de Kagoshima o jesuíta Francisco Xavier, que inicia sua campanha de conversão. O estabelecimento em Nagasaki é atribuído ao ano de 1571, quatorze anos depois da permanência concedida em Macau, e, até 1587, os lusitanos gozaram do monopólio comercial com o Japão, sendo os únicos europeus a participarem dessa rede mercantil até a chegada dos espanhóis e dos holandeses.

Com o controle de portos tanto na China como no Japão, os portugueses desfrutaram de um lucrativo comércio no Mar da China Oriental. Dentre os produtos que estavam envolvidos nesse fluxo mercantil, o carregamento das embarcações “era maioritariamente composto por tecidos [...], mas também incluía metais preciosos e comuns [...], porcelanas e drogas valiosas” (LOUREIRO, 2007:p. 37). Esse monopólio, contudo, durou pouco, já que apenas algumas décadas depois eles seriam expulsos do arquipélago nipônico em um contexto de concorrência com outras potências.

Esta história é simultaneamente familiar e desconhecida. Mesmo que ela já tenha sido trabalhada por autores de diversos países, muitos indivíduos que não estudam especificamente a trajetória ultramarina portuguesa ou a história dos países asiáticos envolvidos nesse intercâmbio tendem a conhecer muito pouco sobre a temática. Por conta disso, o objetivo dessa pesquisa centra-se numa tentativa de resumir o panorama geral de produções acadêmicas sobre a presença lusitana na Ásia Oriental e de discutir sobre algumas questões de cunho teórico-metodológico que acabam se relacionando com a expansão do campo de estudos asiáticos no âmbito universitário brasileiro.

O IMPÉRIO PORTUGUÊS EM PERSPECTIVA GLOBAL

No que tange à presença lusitana no Leste Asiático a partir do século XVI como campo de análise acadêmica, diversos países desenvolveram seus estudos de maneira relativamente independente. Para contemplar a variedade de perspectivas, proponho a

1. Não por mera coincidência, esse foi o nome atribuído ao arcabuz introduzido pelos portugueses no Japão. As armas de fogo trazidas pelos europeus determinaram os rumos da guerra civil que assolava o arquipélago desde a metade do século XV.

categorização de três eixos que separam diferentes tradições historiográficas de acordo com o seu local de origem: o anglo-saxão, o lusitano e o chinês.

A historiografia anglo-saxã tornou-se muito influente, mesmo não sendo a mais antiga. Suas origens remontam à publicação em 1836 do controverso “*An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China*”, escrito por Anders Ljungstedt e publicado em Boston. A obra contesta a versão portuguesa sobre o estabelecimento dos lusitanos em Macau e, segundo Wu (1996), teria sido utilizada para justificar o imperialismo na China do século XIX.

O interesse na abertura comercial da China e do Japão, que haviam optado pelo isolacionismo, foi um dos catalisadores da produção historiográfica sobre esses países por parte das nações anglo-saxãs. Nessas circunstâncias, não foi incomum que ingleses e americanos oferecessem interpretações divergentes daquelas feitas por cronistas portugueses e até mesmo por acadêmicos nativos. Como apontado por Yamashiro (1989), renomados autores anglo-saxões inclusive eram adeptos da ideia de que a influência europeia do século XVI não passava de um episódio secundário na história japonesa. Um desses indivíduos teria sido George Sansom, diplomata britânico que publicou diversas obras pelas universidades de Oxford e Stanford.

Apesar da opinião de Sansom, a historiografia anglo-saxã não deixou de produzir grandes textos a respeito da presença portuguesa não só no Japão como em praticamente todo o continente asiático. Um dos maiores historiadores que se dedicou ao estudo do Império Português e que continua sendo utilizado como referência por muitos estudiosos foi Charles Boxer. Ao longo de sua carreira, ele publicou três livros que abordam a temática: “*Fidalgos in the Far East*”, de 1948, “*The Christian Century in Japan*”, de 1951, e “*The Portuguese Seaborne Empire*”, de 1969. Mesmo que sua análise parta de uma perspectiva quase que exclusivamente europeia, é inegável que o historiador britânico contribuiu muito para o avanço dos estudos a respeito da presença lusitana no Leste Asiático. Seus escritos tornam-se ainda mais importantes na medida em que rompem com uma tendência anterior de menosprezar os impactos desse contato inicial entre europeus e os povos da Ásia Oriental e ratificam a complexidade desse fenômeno histórico.

A historiografia portuguesa, por sua vez, é a mais antiga dos três eixos contemplados por este trabalho. A primeira obra que faz uma descrição sucinta de Macau do século XVI é o “Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental”, escrito por António Bocarro no ano de 1635. No século seguinte, por volta de 1740, é escrita a obra “*Ásia Sínica e Japônica*”, de José de Jesus Maria. O livro relata os primeiros anos dos portugueses na China e no Japão, centrando-se principalmente na retórica da missão divina que teria sido atribuída ao seu povo de levar o evangelho aos nativos. Um dos aspectos mais interessantes desse documento é o tom de pessimismo expresso pelo autor, que observa uma Macau decadente e negligenciada.

A historiografia portuguesa expandiu-se nas décadas posteriores e, após a publicação do livro de Anders Ljungstedt, centrou-se na defesa da soberania lusitana sobre Macau.

Destacam-se nesse contexto a “Memória sobre a Destruição dos Piratas da China e o Desembarque dos Ingleses na Cidade de Macau e Sua Retirada”, de José Inácio de Andrade, e “Memória sobre o Estabelecimento dos Portugueses em Macau”, de Manuel Francisco de Barros. Ao longo do final do século XIX e durante praticamente todo o XX, Portugal continuou interessada em defender seu pioneirismo na Ásia e de melhorar as relações entre o país e a China. Surgiu nesse período um importante nome, que contribuiu tanto quanto Boxer para os avanços desse campo de pesquisa histórica: Manuel Teixeira.

Teixeira é uma figura bastante respeitada, que deixou como legado pelo menos 100 livros focados na investigação sobre a presença portuguesa no Leste Asiático. O historiador também atuou diretamente na organização de arquivos, incentivando a pesquisa por futuras gerações de acadêmicos; nesse sentido, muito do avanço da historiografia lusitana sobre o Oriente se deve à atuação desse intelectual. Atualmente em Portugal se destaca também a atuação da Fundação Oriente, que desde 1988 vem estimulando os trabalhos de preservação e de divulgação do legado lusitano na Ásia para estreitar os laços entre o país europeu e as nações que compartilham parte de sua história com o passado português.

Por último, mas não menos importante, encontra-se o eixo historiográfico chinês, cujo panorama geral foi muito bem documentado pelo presidente da Fundação Macau, Wu Zhiliang. Segundo o autor, a primeira grande obra da historiografia chinesa sobre o tema que se destaca por sua notável influência é “Monografia de Macau”, escrita por Ian-Kuong lam e Tcheong Ü Lam no século XVIII. O livro, de caráter descritivo, abrange as condições topográficas, a relação com os Qing e os hábitos cotidianos dos estrangeiros que habitavam o porto de Macau sob a ótica de funcionários do governo.

A segunda fase da historiografia chinesa sobre a história de Macau e a relação da cidade com os portugueses remonta aos anos que sucederam a criação da República da China, mais especificamente na década de 1930. Destaca-se nesse contexto a tese do acadêmico Tien-Tsê Chang intitulada “*Sino Portuguese Trade from 1514 to 1644: A Synthesis of Portuguese and Chinese Sources*”, defendida na Universidade de Leiden, nos Países Baixos. Já nos anos seguintes, o campo acadêmico dos estudos de Macau teria observado um período de redução de suas atividades até a retomada das relações sino-portuguesas na década de 1980. A partir desse período, as condições econômicas e políticas favoráveis possibilitaram a publicação de inúmeros estudos por diversos pesquisadores vinculados às universidades chinesas.

Mais recentemente, a partir da década de 1990, a reestruturação do Instituto Cultural de Macau incentivou ainda mais o crescimento desse campo de estudos. O Arquivo de Macau que é administrado pelo instituto desde 1986 disponibiliza documentos produzidos por figuras importantes da administração portuguesa e organiza exposições

temáticas a respeito da história da cidade. A Divisão de Estudos e Publicações, por sua vez, é responsável pela publicação da “Revista de Cultura”, que reúne artigos escritos não apenas por pesquisadores chineses como divulga também estudos de acadêmicos de outros países.

UMA METODOLOGIA PARA SUPERAR AS INTERPRETAÇÕES COLONIALISTAS

Como apontado anteriormente, as produções historiográficas dos eixos discutidos encontram-se em um estado avançado de rendimento. Nessas circunstâncias, a proposição de alternativas teóricas e metodológicas às linhas que acabam colocando a Europa em uma perspectiva privilegiada no que diz respeito à expansão marítima dos séculos XV e XVI pode ser o grande trunfo de novas linhas de pesquisa.

Nesse sentido, Sanjay Subrahmanyam e a sua metodologia das histórias conectadas oferecem novas formas de abordagens que repensam o colonialismo para que sejam superadas as concepções de regiões dominadas e dominantes. Diferentemente das histórias comparadas, que se preocupam em equiparar ou contrastar sociedades, Subrahmanyam vai além da elucidação de divergências e de semelhanças entre povos, centrando sua análise também nas relações entre tais grupos. Sua notoriedade ancora-se no incentivo à valorização da perspectiva daqueles que acabavam sendo renegados ao status de subjugados ou dominados. É importante ressaltar, no entanto, que não se trata de um esforço para negar o protagonismo das potências europeias da época, mas para relativizar um tipo de enfoque que coloca as nações em uma ótica de superioridade e inferioridade.

Já no que diz respeito ao campo mais teórico e conceitual², ao lidar com o continente asiático, uma frequente posição tomada por pesquisadores ocidentais – e até mesmo por figuras importantes das potências asiáticas – é coloca-lo em oposição à ideia de “Europa”. Nesse contexto, em seu clássico artigo “A reinvenção da Ásia”, Wang Hui faz uma importante colocação a respeito da concepção de Ásia frequentemente utilizada por pensadores, acadêmicos e diplomatas:

As representações da Ásia já evocadas ressaltam a ambiguidade e as contradições que compreendem a ideia da Ásia. Estas são ao mesmo tempo colonialistas e anticolonialistas, conservadoras e revolucionárias, nacionalistas e internacionalistas; elas encontram sua origem na Europa e transformam a interpretação que a Europa tem de si mesma; ela é estreitamente ligada à questão do Estado nacional e confirma a visão imperial; é um conceito de civilização em contraste com o da Europa, e uma categoria geográfica estabelecida nas relações geopolíticas (WANG, 2005: n.p).

2. A distinção relativa aos campos “metodológico” e “teórico” deve-se ao entendimento de que a história conectada de Subrahmanyam é, antes de ser uma teoria propriamente dita, um tipo de metodologia.

Atenta-se aqui para a necessidade de superar uma lógica que coloca impérios em uma relação de oposição. Uma escrita que evita “centrismos” não deveria ter em sua concepção o antagonismo entre Europa e Ásia ou a ideia de uma região que ascende e ameaça as estruturas e as relações já estabelecidas. Tais considerações são importantes para que se dialogue com as obras clássicas oferecendo ao mesmo tempo uma perspectiva original e distinta; mesmo que outros países já tenham evoluído muito em relação aos estudos sobre a chegada dos europeus ao continente asiático, isso não significa que novas historiografias não possam surgir com questionamentos diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma breve exposição da trajetória historiográfica de alguns ambientes acadêmicos e de algumas colocações teórico-metodológicas para reflexões posteriores, cabe realizar uma última pergunta: nesse momento, como o Brasil se lança nesse cenário mundial de produções acadêmicas? Para responder esse questionamento, alguns exemplos podem trazer essa perspectiva nacional sobre o tema.

A Ásia como objeto de estudo pode acabar se tornando um grande desafio para pesquisadores e pesquisadoras brasileiras. Não apenas há a questão de se lançar como uma contribuição original frente a tradições historiográficas já muito bem estabelecidas, como também muitas vezes o alcance às referências bibliográficas e às fontes primárias exige o domínio de múltiplas línguas. Além disso, nem sempre esse material de base se encontra acessível, já que alguns livros e artigos de periódicos de universidades estrangeiras podem custar caro.

Ainda assim, o crescente interesse pelo continente asiático acabou dando origem a produções bastante interessantes. Apenas na última década, por exemplo, pelo menos três teses de doutorado abordam questões específicas sobre a trajetória dos jesuítas no Japão: “Jesuítas no Japão: o discurso sobre os percalços da cristianização”, de Pedro Augusto Pimenta, “A Companhia de Jesus e os pregadores japoneses: missões jesuíticas e mediação religiosa 1549-1614”, de Jorge Henrique Cardoso Leão, e “Fé e prática entre os Kirishitan: jesuítas, franciscanos e as reações japonesas ao cristianismo”, de Renata Cabral Bernabé.

O intuito desse trabalho, no entanto, não é esgotar as discussões a respeito da produção historiográfica relativa à chegada dos europeus ao Leste Asiático, tampouco contemplar a totalidade dos estudos que exigiria uma análise mais detalhada e extensiva de décadas de contribuições acadêmicas. Ao invés disso, trata-se de realizar um pequeno esforço para destacar a atuação de pesquisadores nessa temática relativamente inexplorada e a necessidade de fomento às iniciativas voltadas à História da Ásia em tempos que evidenciam o desconhecimento generalizado sobre as sociedades asiáticas.

Em função do avanço da pandemia de COVID-19, nota-se o avanço expressivo do preconceito contra as populações de origem asiática. Em um artigo publicado em

fevereiro de 2020, o portal TAB da empresa Universo Online publicou um artigo intitulado “#EuNãoSouUmVírus: epidemia do covid-19 dispara racismo contra asiáticos”. O texto, de Juliana Sayuri, reúne diversos relatos de agressões protagonizadas por indivíduos que associam o avanço do vírus à presença de etnias asiáticas, não apenas no Brasil como em várias regiões do mundo.

Nesse sentido, a caracterização do Oriente já apontada por Edward Said como algo distante, déspota e misterioso em sua principal obra, “Orientalismo”, em muitos aspectos não parece ter sido completamente superada. Nas circunstâncias atuais, os países asiáticos são vistos como o berço de epidemias e de regimes autoritários que ameaçam a liberdade e a cultura ocidental. Tais colocações tornam-se ainda mais graves quando são feitas por membros que representam instituições do próprio Estado, pois comprometem as relações internacionais.

Assim sendo, a reflexão sobre as potencialidades para ampliação do campo no Brasil pode ser parte da solução para o problema em questão. A partir da análise historiográfica e de algumas colocações de cunho teórico-metodológico, é possível estabelecer parâmetros que ajudam a pensar a Ásia e as relações desta com outras regiões para além do âmbito da curiosidade, valorizando-a como objeto de estudo que envolve diversidade cultural, intercâmbio de ideias e transformações sociais.

REFERÊNCIAS

BERNABÉ, Renata Cabral. **Fé e prática entre os Kirishitan**: jesuítas, franciscanos e as reações japonesas ao cristianismo. 2018. Tese (Doutorado) – Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BOXER, Charles. **Portuguese society in the tropics**: the municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800. Madison: The University Of Wisconsin Press, 1965.

_____. A navegação e as especiarias nos mares asiáticos: 1500-1600. In: BOXER, Charles. **O império marítimo Português**: 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, p. 55-76, 2008.

_____. **The Christian Century in Japan**: 1549-1650. Londres: Cambridge University Press, 1951.

CARDOSO, Jorge Henrique Leão. **A Companhia de Jesus e os pregadores japoneses**: missões jesuíticas e mediação religiosa 1549-1614. 2017. 319 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

LOUREIRO, Rui Manoel. Navios, mercadorias e embalagens na rota Macau- Nagasáqui. **Revista de Cultura**, Macau, v. 24, p. 33-51, 2007.

PIMENTA, Pedro Augusto. **Jesuítas no Japão**: os discursos sobre os percalços da cristianização. 2013. 156 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

RAMOS, Fábio Pestana. **Por mares nunca dantes navegados: a aventura dos descobrimentos**. São Paulo: Contexto, 2015.

SAID, Edward. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SAYURI, Juliana. #EuNãoSouUmVírus: epidemia do covid-19 dispara racismo contra asiáticos. **TAB**. Toyohashi, [n.p.] fev. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/02/12/eunaosouumvirus-ameaca-de-pandemia-dispara-racismo-contra-amarelos.htm>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History**. Chichester: Wiley Blackwell, 2016.

TOTMAN, Conrad. **Early Modern Japan**. Los Angeles: University Of California Press, 1993.

WANG, Hui. A reinvenção da Ásia. **Le Monde diplomatique**. [s.i], [n.p.] fev. 2005. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-reinvencao-da-asia/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

WU, Zhiliang. Análise Crítica sobre os Estudos da História de Macau.

Administração, Macau, v. 9, n. 32, p. 371-392, 1996.

YAMASHIRO, José. **Choque Luso no Japão dos Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Ibrasa, 2010.

CAPÍTULO 16

MAPEANDO O UNIVERSO DE BEOWULF: CONTEXTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO E GÊNERO LITERÁRIO

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 12/02/2021

Vinicius Tivo Soares

Universidade Estadual de Maringá – LEM/UEM
<http://lattes.cnpq.br/7130554344338651>

Jaime Estevão dos Reis

Universidade Estadual de Maringá – PPH/LEM/
UEM.
Maringá-Paraná
<http://lattes.cnpq.br/0512479141984737>

Giovanni Bruno Alves

Universidade Estadual de Maringá – LEM/UEM
Maringá-Paraná
<http://lattes.cnpq.br/4934310244132600>

RESUMO: Este texto tem como objetivo apresentar os resultados iniciais de uma pesquisa visando estudar o poema épico *Beowulf* a partir de duas problemáticas específicas: a questão histórico-geográfica e o gênero literário. Essa pesquisa foi realizada no Laboratório de Estudos Medievais, vinculado ao Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá.

PALAVRAS-CHAVE: *Beowulf*, Pesquisa, Idade Média, Fonte Histórica.

MAPPING OUT BEOWULF'S UNIVERSE: HISTORICAL-GEOGRAPHICAL CONTEXT AND LITERARY GENDER

ABSTRACT: The goal of this essay is to present the preliminary thoughts that emerged from a research about the *Beowulf* epic poem, in which it was analysed through two main conceptual problems: the historical-geographical question and the poem's literary genre. The research was done in the Laboratório de Estudos Medievais, which is subject to the History Department of the Universidade Estadual de Maringá.

KEYWORDS: *Beowulf*, Research, Middle Ages, Historical Source.

INTRODUÇÃO

O poema épico anglo-saxão *Beowulf*, escrito entre os séculos IX e XI, encontra-se no Museu Britânico e integra o Manuscrito Cotton MS Vitellius A XV, *Beowulf* (ff 132r–201v), antiga coleção de Sir. Robert Cotton, doada para o museu pelo seu neto Sir John Cotton em 1702¹. Possui 3182 versos em sua forma original, escrito em inglês arcaico (ou, dependendo do argumento de origem, anglo-saxão)², o texto apresenta os feitos heroicos de *Beowulf*, príncipe *Geat*³, no sul da Escandinávia, regiões

1. <http://www.bl.uk/reshelp/findhelpprestype/manuscripts/cottonmss/cottonmss.html>

2. O termo inglês antigo, ou "old english" é usado quando se considera que a história do período pós 1066 tem alguma relação com a do seu período anterior. Já o termo "anglo-saxão" parte da ideia que houve uma separação da história da Inglaterra "antes" e "depois" de Guilherme da Normandia (SANDERS, 2005).

3. A tradução do termo "Geat" para Godo, Geta, Juto ou qualquer outra possibilidade acaba encaixando-o em uma das inúmeras teorias criadas para explicar o poema. Tendo isso em mente o termo será deixado em sua forma original até que seja necessária uma explicação aprofundada.

da Dinamarca e Suécia, tendo sua primeira tradução para uma língua moderna em 1815, por Thorkelin.

O poema divide-se em duas partes, cada parte com subdivisões. O poema relata, na primeira parte, a saída de Beowulf de sua terra natal para atender a um pedido de ajuda de Hrothgar, rei dos Daneses, que há 12 invernos sofria ataques do monstro Grendel. Na sequência, há o relato da luta de Beowulf com a Mãe de Grendel e seu retorno para o salão real de Hrothgar, Heorot, onde recebe presentes do rei, conforme os costumes da sociedade nórdica (BEOWULF, versos 1-2199)

No início da segunda parte, o poema registra um avanço de 50 anos no tempo, em que o narrador relata, brevemente, alguns acontecimentos referentes a este período. Em seguida, Beowulf é apresentado como um grande rei *Geat*, governando sabiamente por cinquenta invernos (BEOWULF, versos 2209-2212). Por último, há o registro do ataque de um dragão ao reino de Beowulf, o que o força a entrar em um último combate que resulta em sua morte, juntamente com a do dragão (BEOWULF, versos 2200-3182)

O manuscrito é um dos cinco textos que compõem o Nowell Codex, copiado inicialmente por Lawrence Nowell (c. 1515 – c. 1571), estudioso da língua inglesa anglo-saxã, e responsável pela primeira organização de um dicionário da língua anglo-saxã, chamado *Vocabularium Saxonicum*, nunca publicado (MARCKWARDT, 1948, p. 21). Não se tem conhecimento, no entanto, de como o manuscrito foi parar em suas mãos. Por ter sido um estudioso, existe a grande possibilidade de tê-lo comprado de algum mosteiro ou biblioteca e adicionado à sua biblioteca particular. Não se descarta a hipótese de que Nowell tenha tentado estudar o manuscrito, devido a uma rasura na primeira página (fólio 132r no Cotton Vitellius), na qual se percebe a escrita da “palavra *feared* (“aterrorizado” no inglês do século XVI), sobre o termo *egsode* (MITCHELL & ROBINSON, 1998, p. 4 apud MEDEIROS, 2006, p. 18) numa possível tentativa de traduzi-lo.

Em uma primeira análise a história presente no poema aparenta tratar-se apenas da história heroica de um príncipe e sua luta contra diversos monstros. No entanto, a partir de uma leitura mais atenta percebe-se inúmeras possibilidades de análise e de estudos.

Segundo Robert. T. Farrell

Beowulf é um trabalho de história heroica, isto é, um poema em que fatos e cronologia são subordinados ao interesse do poeta em ações heroicas e seu valor em representar a ética de uma civilização heroica. Um poeta escrevendo neste modo não ignora o fato histórico absoluto, isto é, a história como a conhecemos. Ele prefere vê-la como menos importante do que outras considerações (...) (FARRELL, 1972, p. 229)⁴.

4. Beowulf is a work of heroic history, i. e. a poem in which facts and chronology are subservient to the poet's interest in heroic deeds and their value in representing the ethics of an heroic civilization. A poet writing in this mode does not disregard absolute historical fact, history, that is, as we know it. He rather sees it as less important than other considerations (FARRELL, 1972, p. 229)

Compreender a narrativa implica na necessidade de se estudar o contexto de produção do manuscrito, assim como o sentido que o gênero épico tinha para a sociedade da época. Desta forma, o diálogo com a historiografia relativa aos poemas épicos torna-se um instrumento necessário ao estudo de *Beowulf*, especialmente, quando o objetivo é fazer um mapeamento inicial da fonte.

Considerado como um dos marcos iniciais da literatura medieval e com forte influência na literatura inglesa, o poema apresenta as características do mundo pagão e germânico, uma “[...] cultura mista, uma cultura que regia prontamente a um mundo ancestral e que também reconhecia a relevância do heroísmo primitivo para uma sociedade cristã.” (SANDERS, 2006, p. 37).

Trata-se de perceber o idealismo aristocrático desejado por uma sociedade, a anglo-saxã em desenvolvimento, através da sua percepção: o conteúdo da narrativa permite compreender a “[...] mentalidade coletiva dominante [...] fruto de heranças remotas, de crenças, medos, inquietações antigas” (BRAUDEL, 1989, p. 42).

DESENVOLVIMENTO DA POESIA ÉPICA INGLESA

A poesia épica inglesa se desenvolveu junto com o processo de transformação da sociedade pagã anglo-saxônica, e o enraizamento do cristianismo no pensamento e na vida da população como um todo, principalmente, com a chegada de Agostinho de Cantuária⁵ com a missão gregoriana e o início da produção de registros escritos (YORKE, 1997).

A difusão do latim possibilitou a realização de registros de todos os tipos, documentos oficiais, obras históricas e literaturas épicas, o que garantiu a preservação de informações sobre a sociedade da época e seu contexto. Fontes clássicas da história dos reinos anglo-saxões como a *História eclesiástica do povo inglês*, de Beda (c. 673 – 735), data deste período, pós Agostinho.

No entanto, devido aos conflitos resultantes da Era Viking⁶ e de outros fatores específicos de cada região, como a destruição de um mosteiro ou a falta de interesse por parte da nobreza na produção de manuscritos, houve uma interrupção da atividade intelectual. Além disso, bibliotecas foram destruídas “e as escolas monásticas ficaram desertas” (SANDERS, 2006, p. 34).

A escrita como forma de recuperar a história da sociedade anglo-saxã voltou a ganhar destaque com o governo de Alfredo, o Grande⁷ (848-899), especialmente durante

5. Agostinho de Cantuária (começo do século V – 604) foi um monge beneditino que se tornou o primeiro arcebispo de Cantuária em 597. É considerado o “Apóstolo dos ingleses” e o fundador da Igreja da Inglaterra.

6. Utiliza-se o termo “Era Viking” como referência ao final do século VIII até meados do século XI, momento em que a ilha britânica passou por uma sequência de invasões e de missões de pilhagem praticadas pelos nórdicos da região da Escandinávia. O contexto marca uma profunda mudança no cotidiano, no comportamento, na cultura e nos costumes da população anglo-saxônica (WHITELOCK, 1952, p. 23-24).

7. Alfredo, o Grande (849 – 899) foi rei de Wessex de 871 até sua morte, ganhou um enorme destaque devido suas ações de retomada da Inglaterra contra os invasores vikings. Realizou enormes modificações na estrutura política da sociedade, assim como uma retomada cultural e econômica que levou a um enorme desenvolvimento na região das ilhas Britânicas.

o período de retomada das Ilhas Britânicas dos dinamarqueses. Já a partir do século XI observa-se um aumento no número de manuscritos produzidos, período este, chamado por alguns historiadores de Renascimento Cultural.

É neste contexto de desenvolvimento da escrita e de mudanças na estrutura da sociedade anglo-saxã que o poema *Beowulf* foi escrito. Presume-se que seu conteúdo seja de um período muito anterior devido a presença de personagens escandinavos dos séculos V e VI no poema. (ALEXANDER, 1973, p. 8). O poema teria passado de geração a geração até que se tornou conhecido o suficiente e escrito, provavelmente, na Ânglia Ocidental.

Considera-se que o manuscrito existente é uma possível cópia do texto original, no qual se estipula que o manuscrito foi copiado entre os séculos X-XI, no ápice do desenvolvimento poético literário anglo-saxão. Segundo Andrew Sanders, a

[...] inclusão nestas antologias do século X indica não só a sobrevivência, a aceitabilidade e consistência de uma tradição mais antiga; ela sugere, também, amplamente, quão diversificada, complexa e sofisticada era a poesia do período anglo-saxónico (SANDERS, 2005, p.35)

Sua escrita devia ser de fácil assimilação. A poesia do tempo de Beda “seguiu regras de dicção e de versificação facilmente reconhecidas pelo público” (SANDERS, 2005, p. 35). Seu conteúdo pode ser chamado de fantástico, já que o enredo envolve animais grotescos e mitológicos (como um troll/ogro e um dragão), mas ao mesmo tempo não se afasta da realidade, pois revela aspectos da sociedade. Seu contexto é de mudança, a existência de uma cultura pagã em simbiose com cristianismo recém-instalado.

Jorge Luís Borges (2006) comenta a importância de se entender o conflito cultural, e principalmente religioso, no qual o poema foi produzido. Um grande conflito entre deuses pagãos, neste caso, os deuses germânicos, e as concepções cristãs. Permaneciam as lembranças dos deuses antigos, mas seu culto não era permitido. O copista não poderia, devido às crenças e costumes do período, falar diretamente dos deuses pagãos, mas também não poderia louvar diretamente a figura de Cristo ou da Virgem (BORGERS, 2006, p. 14).

A construção gramatical também demonstra um começo que pode ter sido herdado dos antigos *scop*, uma categoria de poeta profissional que declamava seus versos em festivais em salões reais, senhorias ou para uma nobreza, utilizando-se da figura de linguagem denominada *kenning*⁸.

Para isso, o poeta

(...) se vale de vários artifícios estilísticos como, por exemplo, epítetos, expressões idiomáticas típicas do anglo-saxão, sinônimos, hipônimos, lítotes, aliteraões, etc. Associadas a esses elementos, o poema apresenta também o emprego recorrente das *kennings* (OLIVEIRA, 2010, p. 101).

8. “Uma espécie de metáfora primitiva, muito usada pelos poetas do período anglo-saxónico da literatura inglesa” (GALVÃO, 1992, p. 27).

Não se pode esquecer que a partir do século IX, com o desenvolvimento da literatura, outros manuscritos de suma importância também foram escritos ou copiados de documentos mais antigos, porém, perdidos. Pode-se citar poemas épicos como *The Battle of Maldon* (A batalha de Maldon), *Widsith*, *The Wanderer* (O Vagabundo/Andarilho) e até mesmo um poema chamado “*Christ and Satan* em que a figura de Jesus Cristo é retratado como um guerreiro que combate as formas do mal (SANDERS, 2005). Tais poemas permitiam que a sociedade falasse de um passado ainda vivo entre ela, como a crença e o imaginário acerca dos monstros. Prosas e outros manuscritos também ganham seu destaque de produção, como a “*Anglo-Saxon Chronicle*” (Crônica Anglo-Saxã) e a *Ecclesiastical History of the English People* (História Eclesiástica do povo Inglês).

Além de ter sido produzida num período em que a literatura inglesa estava começando a se desenvolver, diversas informações e fatos contados no poema *Beowulf* estão presentes em outras obras escandinavas, tal fato alimenta diversas teorias de sua origem. Dentre as mais importantes pode-se citar a *Skjoldunga Saga*, cujo texto se encontra em latim num resumo escrito por Arngrimur Jónsson no século XVI; a *Ynglinga Saga*, presente na importantíssima *Heimskringla* (c. 1223-35) de Snorri Sturluson, *Gesta Danorum*, escrita por Saxo Grammaticus, entre muitos outros documentos produzidos nas mais diversas regiões da Europa Ocidental.

ESTUDOS ACERCA DO POEMA

A compreensão dessa longa trajetória de estudos só foi possível graças à pesquisa inicial que desenvolvemos no Laboratório de Estudos Medievais, vinculado ao Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Conforme afirmamos anteriormente, o poema *Beowulf* é estudado há mais de 200 anos. A primeira tentativa de um estudo do poema *Beowulf* surgiu no século XVIII, com a cópia do manuscrito realizada pelo historiador islandês Grímur Jónsson Thorkelin (1752-1829), que transcreveu o conteúdo do documento em papel resultando em dois manuscritos (conhecidos como Thorkelin A e B), e publicando-os em 1815. A partir da iniciativa de Thorkelin, novos estudos e traduções foram realizados, pois graças a ele, partes do manuscrito que se deterioraram devido ao incêndio na *Ashburnham House*⁹ puderam ser estudadas.

As primeiras pesquisas foram esclarecedoras, pois, a partir delas, uma investigação mais aprofundada pôde ser realizada, o que contribui para a difusão do poema. O aumento dos estudos sobre o poema foi tamanho que Tolkien (1936), chama esse movimento de *Beowulfiana*¹⁰. A obra passou a ser considerada fonte relevante para o estudo dos povos anglo-saxônicos, germânicos e/ou nórdicos.

9. Para mais informações sobre o incêndio da *Ashburn House* o site da British Library organizou uma seção explicativa sobre o acontecimento. Disponível em: <http://www.bl.uk/reshelp/findhelprestype/manuscripts/cottonmss/cottonmss.html>
10. Algo como “tradição de estudar o poema”, Medeiros usa a ideia de “[...] tradição Beowulfiana [...]” (MEDEIROS, 2006, p. 11).

Michael Alexander (1973), muito tempo depois da dita fase *Beowulfiana*, destaca que:

Beowulf é o primeiro grande poema em inglês a sobreviver ao processo de transição das histórias orais para literatura: é o começo da literatura inglesa. (...) É, então, um documento de importante interesse sobre questões filosóficas, culturais e históricas – assim como literária – e “vale a pena estudar”¹¹ (ALEXANDER, 1973, p. 9-10, tradução nossa).

Como mencionado, o artigo de Tolkien (1936), o qual Michael Alexander (1973) faz referência, é considerado um marco nos estudos e pesquisas relacionados ao poema, por chamar a atenção para o fato de que uma de suas partes mais importantes, tem sido negligenciada pelos historiadores: a poética e o seu conteúdo simbólico¹². A partir deste momento, proliferam obras que procuram destacar questões “escondidas”, e que acabam por desvendar novas informações relevantes ao estudo do poema, especialmente em relação à sua origem.

TEORIAS DE ORIGEM DO MANUSCRITO HOJE EXISTENTE

Assim como as inúmeras teorias que procuram compreender a origem do conteúdo do poema, existe a problemática de se descobrir a origem do manuscrito hoje existente. “Como quase todos os poemas ingleses antigos, como os épicos da *Canção de Rolando* e a *Canção dos Nibelungos*, o *Beowulf* chegou até nós anonimamente¹³” (KLAEBER, 1948, p. civ, tradução nossa). Além de não se ter uma autoria específica, também não se é possível ter uma certeza da região em que ele foi produzido, principalmente pela dificuldade de se estudar o *inglês antigo*¹⁴. De acordo com Albert C. Baugh e Tomas Cable (2002):

(...) não era uma linguagem totalmente uniforme. Não só existem diferenças entre a linguagem dos registros mais antigos (cerca de 700 d. C) e a dos textos literários posteriores, mas a linguagem diferia de uma localidade para outra. Podemos distinguir quatro dialetos nos tempos do inglês antigo: o da Nortúmbria, o da Mércia, o de Wessex e o de Kent¹⁵ (BAUGH; CABLE, 2002, p. 47).

11. Beowulf is the first large poem in English to survive this transplanting from an oral to a literary mode: it is the beginning of English literature. (...) It is therefore a document of prime philological, cultural and historical – as well as literary – interest, and is eminently “worth studying” (ALEXANDER, 1973, p. 9-10).

12. É necessário destacar que algumas obras, como de Chambers (1921) e Klaeber (1948), já destacavam a importância do conteúdo “escondido” por trás da poesia presente no texto, porém não possuíam um grande impacto nos pesquisadores da época. Tolkien, ao publicar o artigo, acaba revivendo e trazendo para o holofote obras que já traziam esses questionamentos, como a de Chambers que a destaca como “(...) o ensaio mais significativo sobre o poema que eu conheço (...)” (TOLKIEN, 1936, p. 109)

13. “Like nearly all of the Old English poems, like the epics of the *Chanson de Roland* and the *Nibelungelied*, the Beowulf has come down to us anonymously” (CHAMBERS, 1921, p. civ).

14. O termo anglo-saxão é ocasionalmente encontrado nos tempos do inglês antigo e é frequentemente empregado hoje para designar o período mais antigo do inglês.

15. “[...] was not an entirely uniform language. Not only are there differences between the language of the earliest written records (about A.D. 700) and that of the later literary texts, but the language differed somewhat from one locality to another. We can distinguish four dialects in Old English times: Northumbrian, Mercian, West Saxon, and Kentish.” (BAUGH, 2002, p. 47).

Essa dificuldade do próprio inglês antigo representa o problema em dar uma origem regional ao poema. Sua forma fonética poderia ser diferente na mesma região, ser escrita de forma diferente de *mosteiro* para *mosteiro*, palavras com significados diferentes, enfim, a própria gramática não é o suficiente para a defesa de um local como a origem do manuscrito. Para responder a essa pergunta, os pesquisadores buscaram, ao longo do tempo, pistas em outras fontes literárias, que permitissem atribuir o manuscrito a uma região específica, seja considerando o conteúdo do poema ou a própria questão gramatical do manuscrito. Portanto, a produção do manuscrito e do poema em sua forma escrita, pode ter ocorrido em momentos diferentes.

Sobre essa questão, é possível destacar dois trabalhos que apresentaram importantes resultados e abriram portas para estudos específicos das possíveis regiões de origem do manuscrito. Primeiro, é importante destacar a obra organizada por Collin Chase (1981) referente a algumas conferências realizadas em Toronto entre os anos de 1978 – 1981, nas quais foram discutidas várias teorias sobre a elaboração do manuscrito.

O autor demonstra, como o debate de quase um século pode trazer vários questionamentos: seria um texto que oferece uma visão idealizada de uma cultura passada num período cristão? Uma nostalgia a uma aristocracia cristã anglo-saxã? Um aristocrata que ainda possuía costumes e tradições pagãs? Enfim, é possível se fazer inúmeras perguntas ao texto e suas respostas acabam trazendo mais dúvidas do que respostas, pois levam a novas interpretações do poema como um todo.

Ao se definir quando, onde e por quem o manuscrito foi produzido, acaba-se definindo inúmeras representações dentro do próprio texto. Suas informações passam a ter significância numa grande escala de fontes e informações sobre os reinos e personagens históricos dos anglo-saxões.

O primeiro texto da coletânea, de autoria do próprio Chase, *Opinions on the date of Beowulf*, 1815-1980, faz uma retomada histórica do processo que levou à criação de inúmeras teorias ao longo dos anos em que o poema foi estudado. O capítulo acaba servindo como uma introdução geral para o livro no qual os autores apresentam suas teorias e buscam responder às mesmas.

O segundo texto que merece destaque é a de Kevin Kierman (1997), responsável pelo livro que discute a fundo essas teorias sobre a elaboração do manuscrito¹⁶, e responsável pela ideia mais aceita¹⁷, que também faz parte do livro de Colin Chase. O autor argumenta que o manuscrito teria sido produzido durante o governo de Cnut, entre os anos de seu reinado, 1016 – 1035.

16. Referente a *produção* do manuscrito *existente*, não do poema como um todo. Essa questão ainda está em discussão: seria o poema produzido no mesmo período que o manuscrito existente ou ele possuiria um manuscrito anterior ao que se tem acesso. A teoria de Sam Newton (1997), por exemplo, traz à tona essa discussão.

17. O site oficial da British Library, local em que o manuscrito se encontra, apresenta o argumento de Kierman como o “mais aceito” pelos pesquisadores que procuram a resposta para essa pergunta, mas destaca a discussão como uma questão aberta. Disponível em: <https://www.bl.uk/collection-items/beowulf>

No entanto, estas teorias ainda são passíveis de discussão, pois, assim como as teorias que procuram explicar as origens do conteúdo do poema, nenhuma pode ser considerada como definitiva. Os argumentos de Colin Chase, mencionados acima, demonstram essa dificuldade historiográfica. Vejamos algumas teses acerca da origem do poema.

As primeiras argumentações ligadas à origem do texto sempre buscaram uma origem Escandinava, visto que os fatos ocorridos no poema se passam nas terras do norte. Isso fica claro quanto ao período de produção, entre os séculos VI e VIII, momento em que o povo anglo-saxão ainda tinha memórias muito vivas de seu passado germânico-pagão. Havia, também, a argumentação de que o manuscrito seria, na realidade, a junção de várias histórias separadas, tendo como exemplo Bernhard ten Brink¹⁸, que via na obra uma duplicação:

(...) a luta do dragão teria existido em duas versões, uma originada na Bernícia e combinada com uma história das lutas contra trolls por volta de 690, e, a outra, vinda de Deira e permanecendo separada até 710. O mais perto que ten Brink aproximou para chegar a uma data de composição foi a sua postulação de um redator final no decorrer do século VIII¹⁹ (CHASE, 1981, p. 4, tradução nossa).

No entanto, com a difusão dos estudos, cada vez mais se procurava respostas complexas. Estabeleceram, como fez John Earle²⁰ em 1892, relações do conteúdo do poema com outras fontes que permitiam descrever uma possível data da elaboração do poema, ao relacionar com o contexto do período. Neste caso, o autor procurou comprovar a relação entre o personagem Offa, rei lendário Anglo, presente na genealogia dos reis da Mércia de Offa (757 – 796), além da relação de que os “nomes Garmund, Offa e Eomær projetam o pedigree de reis da Mércia²¹” (CHASE, 1981, p. 5).

Entretanto, o problema continuaria em relação a uma questão teórica: “Por que um poeta *inglês* que possuía um público *inglês* teria enchido seu poema com tantas histórias escandinavas, que provavelmente não seriam familiares na Inglaterra?”²² (CHASE, 1981, p. 6, tradução nossa). Aqui surge uma nova corrente de respostas, procurando argumentar que o poema seria de produção de um povo anglo-saxão que teria sofrido, de alguma forma, influência do povo escandinavo. A resposta, portanto, identificaria o poema com o contexto dos séculos IX e X, quando as invasões vikings/dinamarquesas teriam influenciado

18. Bernhard Egidius Konrad ten Brink (1841 - 1892) foi um importante filologista alemão, responsável por estudos de literaturas germânicas.

19. “(...) the dragon fight had existed in two versions, one originating in Bernicia and combining with the story of the troll fights around 690, and the other coming from Deira and remaining separated until 710. The closest the Brink came to arriving at a date of composition was his postulation of a final redactor in the course of the eight century” (CHASE, 1981, p. 4)

20. John Earle (1824–1903), historiador britânico especializado em literatura inglesa e língua anglo-saxônica.

21. “(...) names Garmund, Offa, e Eomær shadow forth the pedigree of the Mercian Kings” (CHASE, 1981, p. 5).

22. “Why would an English poet composing for an English audience have filled his poem with so much ancient Scandinavian lore, unlikely to have been familiar in England?” (CHASE, 1981, p. 6)

a cultura escrita e criado uma necessidade de educar o povo recém-conquistado (CHASE, 1981, p. 7).

Com Dorothy Whitelock como uma das representantes dessa teoria, o argumento continuou expressivo na historiografia que via essa influência viking como algo significativo na produção do poema. No entanto, as argumentações contrárias não se limitavam a esse período. Kevin Kierman (1997) defende, como já destacado, a criação do poema no mesmo período em que seu manuscrito, hoje existente, poderia ter sido produzido: o início do século XI. Ele é contra a ideia de que o manuscrito seria a reprodução de uma cópia originária de outros períodos, como grande parte da historiografia procurava argumentar. Seu principal argumento baseia-se no fato dele ter estudado o manuscrito MS, não uma “transcrição” realizada por alguém, como grande parte dos pesquisadores (KIERMAN, 1997, p. 3). O estudo deste manuscrito possibilitaria uma compreensão muito maior do próprio poema, visto suas especificidades paleológicas que eram bloqueadas devido à qualidade das fotografias tiradas do manuscrito. Ferramentas tecnológicas, “[...] em particular, a fotografia eletrônica e o processamento digital de imagens, nos dão alguma esperança legítima para futuras descobertas neste manuscrito²³” (KIERMAN, 1997, p. 306).

Outra teoria que também ganha destaque vincula-se a um personagem importante para a historiografia anglo-saxônica, devido seu impacto na formação da característica da sociedade “Inglesa”: Alfredo, o Grande. Elton Medeiros (2006) comenta que o momento em que Wessex, no final do século IX e início do X, apresenta características favoráveis ao desenvolvimento de um poema épico por ser o período [...] da reconquista dos territórios dominados pelos escandinavos e surgimento, propriamente dito, de um reino da Inglaterra sob a hegemonia de Wessex” (MEDEIROS, 2006, p. 39).

Sam Newton, autor do livro *The origins of Beowulf and the pre-Viking kingdom of East Anglia*, publicado em 1993, traz outra teoria que acaba por juntar um possível manuscrito inicial, hoje perdido, e à criação de um novo, atribuído ao século X, mas que seria uma cópia direta do antigo. O autor busca características da Ânglia Oriental do século VIII que permitem compreender como um poema como *Beowulf* poderia ter sido produzido em um período pré-Viking, assim como os argumentos dos primeiros historiadores. Seu estudo procura relacionar, em mínimos detalhes, como o poema pode ser visto em outras fontes, e também aproveita para explorar a arqueologia como fornecedora de registros históricos que endossam essa argumentação, uma vez que, em sua opinião, foi uma das questões abandonadas e pouco tratadas na conferência de Toronto de Chase (NEWTON, 1993, p. ix).

23. “[...] in particular electronic photography and digital image-processing, give us some legitimate hope for future discoveries in this manuscript (KIERMAN, 1997, p. 306).

CONCLUSÃO

Neste breve texto sobre o poema épico Beowulf, procuramos discutir algumas características ligadas ao estudo do manuscrito, dando destaque para o contexto histórico-geográfico, e como os historiadores, os quais visamos enfatizar suas diferentes opiniões, analisaram o conteúdo presente na narrativa, assim como as informações concomitantes a possível produção do documento, o que implica em explicações diferentes do *porquê* o poema poderia ser escrito.

Com isso, demonstramos alguns dos desafios que o historiador enfrenta ao se deparar com uma fonte medieval: compreender o contexto no qual se insere o documento, neste caso, o poema Beowulf, para, em segundo momento buscar, através do diálogo historiográfico, a análise de sua narrativa e a resposta à problemática que se pretende elucidar.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Michael. **Beowulf**: a verse translation by Michael Alexander, London: Penguin Classics, 1973.

GALVÃO, Ary Gonzalez. **Beowulf**: *Tradução, introdução e notas de Ary Gonzalez Galvão*. São Paulo, Editora Hucitec, 1992.

KLAEBER, Frederick, **Beowulf and the fight at Finnsburg**, London: D. C. HEATH & CO., PUBLISHERS, 1948.

NEWTON, Sam, **The Origin of Beowulf and the pre-Viking kingdom of East Anglia**. U. K: St Edmundsbury Press, 1993.

AUERBACH, Erich. **Introdução aos Estudos Literários**. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

BAUGH, Albert C; CABLE, Thomas. **The History of the English Language**. London: Routledge, 2002.

BORGES, Jorge Luis. **Curso de Literatura Inglesa**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CHAMBERS, Raymond Wilson. **Beowulf an introduction to the study of the Poem with a discussion of the stories of Offa and Finn**. Cambridge: Cambridge University Press, 1921.

CHASE, Collin. **The Dating of Beowulf**. Toronto: University of Toronto Press, 1981.

EARL. James W. The Swedish Wars in Beowulf, **The Journal of English and Germanic Philology**, v.114, No. 1, 2015.

FARREL, R, T, **Beowulf**: Swedes and Geats, London: University College London, 1972.

KIERMAN, Kevin, **Beowulf and the Beowulf manuscript**. USA: University of Michigan Press, 1997.

MARCKWARDT, Albert H. The Sources of Laurence Nowell's "Vocabularium Saxonicum", **Studies in Philology**, Vol. 45, No. 1 Jan., 1948.

MEDEIROS, Elton O. S. **O rei, o guerreiro e o herói: Beowulf e sua representação no mundo germânico**. São Paulo, 140p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, João Bittercourt de, **Paganismo e Cristianismo no Poema Beowulf**, Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

SANDERS, Andrew, **Historia da Literatura Inglesa**, São Paulo: Editora Verbo, 2005.

TOLKIEN, J. J. R, **Beowulf: The monsters and the Critics** in: HEANEY, Saemus, **BEOWULF: A New Verse Translation**, New York: W. W. Norton & Company, 2000.

_____. **Beowulf: uma tradução comentada**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015.

WHITELOCK, Dorothy. **The Beginnings of English Society**. Baltimore: Penguin Books, 1962.

YORKE, Barbara. **Kings and Kingdoms of Early Anglo-Saxon England**. London: Routledge, 2003.

CAPÍTULO 17

A LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA: REPRESENTAÇÕES DO IMAGINÁRIO MEDIEVAL

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 25/02/2021

Aline Ferreira Antunes

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação
em Performances Culturais - Universidade
Federal de Goiás (UFG)
<http://lattes.cnpq.br/9327358239672893>

Flávia Cristina Paniago

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação
em Educação - Universidade Católica de
Brasília (UCB)
<http://lattes.cnpq.br/7913124200872503>

RESUMO: Esta pesquisa objetivou compreender a literatura como uma fonte histórica e documental a partir da breve apresentação do poema “Cocanha” a partir das perspectivas Hilário Franco Júnior, para assim, observar como é retratado o imaginário social e cultural da Idade Média no poema com destaque à abundância alimentícia, sexual, fartura, dentre outros exageros presentes na obra.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura, Idade Média, Imaginário, Cocanha.

LITERATURE AS A HISTORICAL SOURCE: REPRESENTATIONS OF THE MEDIEVAL IMAGINATION

ABSTRACT: This research aimed to understand the literature as a historical and documentary source from the brief presentation of the poem “Cocanha” from the perspective of Hilário Franco Júnior, in order to observe how the social and cultural imagery of the Middle Ages is portrayed specifically in this poem, highlighting the abundance of food, sex, among other exaggerations present in this medieval poem.

KEYWORDS: Literature, Middle Ages, Imaginary, “Cocanha”.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido na disciplina de História Medieval do curso de graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como resultado de um seminário cuja temática foi a literatura e as representações de um imaginário idealizado. O objetivo do seminário era abordar a importância da literatura, o que ela possibilita aos pesquisadores/historiadores para o conhecimento de uma época, como ela passa a ser um objeto de pesquisa sobre determinado período histórico e de que modo a História e a literatura se encontram, (co)relacionam e misturam (mas sem perder suas peculiaridades), procurando entender o imaginário social e cultural do período.

Para aprofundar no tema iremos tratar o fabliaux *Cocanha*, com base no livro de Hilário Franco Júnior, que é foco principal dessa pesquisa, para explicar a ideia de que a literatura possibilita o entendimento de um período histórico, seja pelo dito ou pelo não dito. Por entendermos que as obras clássicas datam do período medieval podem ajudar a compreender em que moldes se estruturavam a sociedade.

ANÁLISE DO *FABLIOUX COCANHA*

Partindo do pressuposto de que é possível utilizarmos a literatura para estudarmos um determinado período histórico, escolhemos como foco principal deste trabalho o poema da *Cocanha*.

A *Cocanha* é um país maravilhoso, que foi descrito pela primeira vez em 1142. Como o tema aparece entre meados dos séculos XII e XIII, precisamos compreender o que leva uma sociedade a divulgar um *fabliaux* que relata o contrário da realidade medieval. Esse é um momento de alto crescimento demográfico, com desenvolvimento das técnicas agrárias e artesanais, além de uma reurbanização para preparar as cidades para abrigar tantas pessoas migrantes do campo, com retomada da economia monetária que preparará o contexto para o capitalismo breve e emergente e também com avanços na cultura literária e artística.

Tudo isso somado levará ao crescimento do conjunto de costumes, leis, normas e regras para organizar e ordenar uma nova sociedade que se formava, fruto da Idade Média e geradora do capitalismo. Dentro desses temas, a *Cocanha* revela o desejo mais profundo do imaginário medieval: a valorização do ócio, a abundância, a eterna juventude (imortalidade) e, sobretudo a liberdade.

Para alguns autores ela faz parte da tradição folclórica, para outros, é um sonho compensatório ao nível dos estômagos, ou ainda, se trata de mito, utopia, ou ideologia; a primeira representação do mundo às avessas, e muitos a veem como paródica. Para a maior parte dos estudiosos, no entanto, a *Cocanha* é uma utopia. Arthur Morton defende que ela é uma utopia que “antecipou alguns dos mais fundamentais conceitos do socialismo moderno” (FRANCO JUNIOR, H., 2010, p. 19), é a única utopia medieval (LE GOFF, Apud: FRANCO JUNIOR, H., 2010).

Sendo a utopia uma superação imaginária da realidade concreta, um produto do presente no qual é construída, um lugar que não existe, um lugar-nenhum, terra sem localização, temos que a *Cocanha* é classificada como um *fabliaux*, isto é, ela é uma narrativa que se fecha em uma lição de moral: “quem está bem não muda, pois pouco ganhará; eis o que o nos ensina o texto” (FRANCO JUNIOR, H., 2010, p. 34). É recheada com características de tom satírico e crítico, se aproximando da poesia goliárdica.

A *Cocanha* está em certa medida calcada em referenciais da realidade concreta: “inverter uma ideia é reconhecer sua existência, é por outro caminho legitimá-la.” (JUNIOR,

H. F., 2010, p. 357), por isso é possível compreendermos a realidade medieval pela inversão dela, que é apresentada na literatura cocaniana.

Desse modo, o melhor caminho para entendermos as características e as funções daquela terra maravilhosa é acompanhar de perto, destrinchar o poema da Cocanha. O mesmo pode ser considerado um exemplo típico da utilização de lugares-comuns, de imitações, de empréstimos, de compilação, enfim, prática muito difundida nas elaborações literárias medievais, de um mosaico. (FRANCO JUNIOR, H., 2010, p. 50).

O MOSAICO COCANIANO

Já sabemos que o nome Cocanha surge em uma documentação pela primeira vez em 1142, mas na literatura, a palavra só aparece em um poema goliárdico¹ de 1164, que chama o líder de um grupo de beberrões de *abbasCucaniensis*.

A Cocanha como o “Maravilhoso”, era um contraponto ao cotidiano, exercia uma função compensatória em relação ao conhecido, ao previsível, ao regular, sendo assim, “uma forma de resistência à ideologia oficial do cristianismo” (FRANCO JUNIOR, H., 2010, p. 27). É a recepção de outra cultura dentro daquela examinada, é o desejo proibido que se coloca na fronteira de dois sistemas culturais: o cristianismo e o paganismo. Em suma, “é sintoma da inquietação suscitada pela presença de outro em si mesmo”. Por isso o maravilhoso medieval, apesar de não ter relação com o cotidiano, estava totalmente inserido nele.

Algumas considerações são importantes para o estudo da Cocanha por duas razões: como notou Dominique Boutet, “todos os *fabliaux* repousam em certa medida no inverossímil, isto é, no fundo, na irrupção do excepcional no cotidiano” (FRANCO JUNIOR, H., 2010, p. 27) e também porque como lembra Anita Guerreau-Jalabert, “todo estudioso deve ver o maravilhoso não como manifestação literária exótica, mas como elemento pleno de significação histórica e social” (GUERREAU-JALABERT apud FRANCO JUNIOR, H., 2010, p. 27). Assim como Hilário Franco (2010), entendemos a Cocanha como um mosaico, e esta montagem só foi possível graças às diversas peças que foram transmitidas oralmente, mesmo não sendo possível descobrir o início da transmissão destas histórias em diferentes lugares, linguajar e região.

Com o passar do tempo e também com mudanças na transmissão da Cocanha, altera-se também o modo como os autores a veem. Em meados do século V a. C., apareceram três antecedentes mais claros do poema: um dos textos dizia ter existido na Idade de Ouro riachos de vinho, pães que disputavam entre si para serem devorados pelos humanos, peixes que se dirigiam às suas margens, cotovias assadas que voavam em

1. Poesia trovadoresca que criticava. Satírica e moralista promovia a crítica às ordens monásticas, eram trabalhos escritos em “vernáculo para um público laico” (FRANCO JUNIOR, H., 2010, p. 151), os poetas goliárdicos eram em geral membros da burguesia ou do campesinato. Os poetas goliárdos eram estudantes ou clérigos críticos em relação às aceleradas transformações de sua época.

direção às bocas e o outro texto falava de mesas que se punham sozinhas, garrafas que se inclinavam para servir seu conteúdo, peixes que se fritavam por iniciativa própria. Outro autor via a Idade de Ouro como época caracterizada por chuva de vinho e por árvores que no lugar de folhas tinha tripas de cabrito assadas e aves cozidas.

O autor do *fabliaux* inverte o prólogo dos provérbios bíblicos: Virgílio um dos autores pagãos mais conhecidos pelos medievais, que o consideravam um profeta cristológico, descrevia a Idade de Ouro como uma época em que a terra produzia sem cultivo plantas aromáticas, tais como o nardo e a colocásia, plantas alimentícias como o trigo e uva, e mesmo os animais eram especiais, como cabras que iam até as casas dos homens oferecerem seus úberes cheios de leite, e como carneiros de lãs coloridas. Poucas décadas depois, Ovídio descrevia aquela época mítica como uma eterna primavera: a terra que possibilitava abundantes colheitas sem precisar ser cultivada: corriam rios de leite e de néctar, as folhas das árvores destilavam mel. Um século mais tarde, Luciano retomava o tema e atribuía à Ilha dos Bem-Aventurados 365 fontes de água, 365 de mel, 500 de mirra, sete rios de leite e oito de vinho.

Textos do Antigo Testamento foram utilizados pelo autor do *fabliaux* da Cocanha não apenas de forma direta, mas também por inversão. O autor inverte irrisoriamente o prólogo dos provérbios bíblicos. Enquanto neste um homem maduro e sábio, supostamente Salomão, dá conselhos que pode “ensinar sagacidade aos simples, saber e reflexão ao jovem”, o texto da Cocanha nega essa sabedoria aos mais velhos. O texto bíblico recomenda modéstia: “não te consideres sábio a teus próprios olhos” (Pr 3,7); “não exaltes a ti mesmo” (Eclo 1,38), enquanto que o poeta do *fabliaux* aconselha o oposto: “é correto e lógico que apareça/A grande sabedoria que Deus me deu” (FC vv.4-5). O autor hebraico insiste longamente sobre a obrigação de se honrar o pai, o jovem poeta medieval afirma que todos os ouvintes de seu *fabliaux* devem honrá-lo (o narrador) como pai.

Enquanto os textos veterotestamentários recomendam a monogamia, o conto medieval propõe a liberdade sexual. O primeiro valoriza as virtudes da mulher, o segundo faz o contrário: afirma que as mulheres da Cocanha são muito belas e podem ser vistas e possuídas nas ruas da cidade. Enquanto o texto judaico ataca a ociosidade, o relato cocaniano exalta: “Quem mais dorme mais ganha”. Se para a moral bíblica somente o trabalho alimenta o homem, na Cocanha tudo está à disposição sem esforço. Isso demonstra a inversão sobre a moral judaico-cristã fundamentada no “refreia sua concupiscência”, enquanto que a moral cocaniana baseia-se no princípio do “satisfaz seu desejo”. (FRANCO JUNIOR, H., 2010, p. 38).

Também nas imagens de abundância, o *fabliaux* da Cocanha baseia-se na passagem bíblica, alterando sempre seu sentido para atribuir um caráter hedonista, como por exemplo, na opinião de Hilário (1998), ao substituir a chuva de maná, que Deus mandou ao seu povo durante a travessia do deserto em Êxodo, pela chuva de pudins que cai na no país imaginário, durante a quaresma.

Por fim, o *fabliaux* da Cocanha pode ser definido como um exemplo típico da utilização de lugares-comuns, de imitações, de empréstimos, de compilação de textos. A Cocanha resultou, portanto, no reaproveitamento de heranças multiculturais e plurisseculares, adaptadas pelo poeta anônimo e sua relação com seu presente histórico. Por isso, o melhor caminho para tentar entender as características e as funções daquela terra maravilhosa é acompanhar de perto a construção do poema (em termos de literatura mesmo – articulações literárias - e não somente contextualizar o mesmo histórica e socialmente).

“NINGUÉM FICARÁ COM FOME”²

A comida nesta terra era abundante e seria possível uma história social comparada sobre o gosto alimentar por meio dos textos e iconografias sobre a Cocanha.

Enquanto para a versão medieval francesa as casas na terra maravilhosa são construídas com peixe e carnes (FC vv.31-35), no texto Italiano do século XVI “As paredes são de queijo pecorino/ De ricota elas estão pintadas”, há diferenças nas distinções da arquitetura de cada Cocanha mais são sempre similares na relação da grande abundância de comida. Como vimos anteriormente os temas se mantêm de um texto a outro, o que muda são apenas as disposições, as descrições (e suas formas de fazê-lo) dos mesmos. Também podemos perceber que a Cocanha se adequa ao local onde está inserida, à sociedade na qual é veiculada, tanto que será abordado brevemente como se dá a construção deste texto no Brasil, com características que são próprias deste país e de uma localidade específica.

Em suma, considerando somente a faceta alimentar deste país imaginário, é difícil estabelecer seu perfil psicológico, bem como o de seu autor, ou autores, mas uma coisa é fato: a abundância era sonho de todos os medievais, o que reafirma a ideia de um poema construído por muitas mãos e, conseqüentemente, muitos pensamentos diferentes.

COCANHA: PARAÍSO DA OCIOSIDADE

A Cocanha não depende do trabalho humano, a ociosidade é a única atividade remunerada, “lá, quem mais dorme mais ganha” (FRANCO JUNIOR, H., 1998, p. 22), pode-se ser cavaleiro, conde ou rei conforme o grau de preguiça ou de habilidade com as comidas.

Por pressupor esforço produtivo, a moeda é desprezada “bolsas cheias de moedas estão jogadas pelo chão” (FRANCO JUNIOR, H., 1998, p.27), e por não haver comércio no país maravilhoso, onde ninguém compra nem vende, ela é desnecessária. Enquanto a economia ocidental da Idade Média Central monetarizava-se cada vez mais, a Cocanha permanece natural e autossuficiente. Lá, bens e serviços são tão abundantes que não tem valor algum de mercado, e podem por isso ser tomados gratuitamente a qualquer momento

2. Título original da música de Zé Vicente: Convite ao compromisso, a letra completa pode ser encontrada em: <https://www.vagalume.com.br/ze-vicente/convite-ao-compromisso.html>, acesso em 03 mar. 2021.

por qualquer pessoa. Todos habitantes são donos da riqueza local, com cada um podendo pegar tudo o que se quiser sem problema, sem oposição e sem proibição. E a certeza de que o país continuará sempre rico não estimula os cocanianos a praticarem a acumulação, a poupança, a avareza ou o roubo, daí as moedas estarem jogadas pelo chão, podendo ser encontradas sem esforço.

Ali é feriado e domingo todo dia, diferentemente do calendário litúrgico cristão, que ao especificar momentos de festa, legitima o restante do ano como sendo o tempo do trabalho. Como o trabalho implica hierarquia social, portanto submissão a pessoas e a regras, a inexistência do trabalho significa liberdade. Como o cotidiano define-se por contraposição aos momentos festivos em que ele é rompido, a sequência interrompida de festas na Cocanha cria uma indistinção do tempo. Ali o mês tem seis semanas, todo dia é feriado e domingo, cada festa do calendário cristão ocorre várias vezes por ano. Aparentemente as festas da Cocanha seguem o calendário litúrgico cristão, porém são quadruplicadas (quatro páscoas, quatro natais, etc.) para marcar seu caráter profano³. A associação de abundância alimentar, embriaguez e erotismo fazem da Cocanha uma festa, daí o relato sobre ela ter sido lido e ouvido, sobretudo em ocasiões festivas medievais.

O interesse do texto pela questão do trabalho reflete a importância que o tema ganhava no contexto dos séculos XII e XIII, quando vários debates procuravam reinterpretar o esforço produtivo diante das transformações sociais e econômicas da época. Contexto este do final da Idade Média de alto crescimento demográfico, desenvolvimento das técnicas agrárias e artesanais, reurbanização, retomada da economia monetária e avanços da cultura literária e artística. Tudo isso levará ao crescimento do conjunto de costumes, leis, normas e regras para organizar e ordenar a sociedade.

Diante do crescente prestígio do trabalho como valor social, diversos segmentos passaram a condenar a mendicância, interpretada então como forma extrema de preguiça. Lá, não é o trabalho que gera riqueza, é a ociosidade festiva que produz a abundância. Na terra maravilhosa a ociosidade, o viver sem atuação é contrapartida da atemporalidade, o viver sem mutação. O tempo inexistente na Cocanha, o tempo cocaniano parece ser o não tempo, a eternidade. A narrativa insiste no fato dos cocanianos não fazerem esforço sequer para aproveitar a fartura de sua terra. Ali os gansos assam-se sozinhos, as canecas, copos e taças dirigem-se por si sós até o riacho de vinho.

Enfim, os cocanianos passam a vida a comer, beber e fazer sexo. A orgia funciona como solidariedade comunitária, como sociabilidade que impede a desagregação grupal. Qualquer um, homem, ou mulher pode pegar outra pessoa, objeto de seu desejo e ter relações sexuais com ela independentemente de consentimento explícito. A liberdade sexual total não provoca nascimento na Cocanha para que a eterna festa não seja interrompida, pois a gravidez da mulher e o isolamento pós-parto do homem retirá-los-ia temporariamente da vivência festiva, além desse fator, a liberdade sexual também impossibilitaria a identificação da paternidade.

3. O simbolismo medieval via no número quatro uma expressão terrena, oposto ao caráter divino do número três.

A COCANHA ENQUANTO AFIRMAÇÃO DA JOVIALIDADE

A abundância e a ociosidade da Cocanha, mencionadas anteriormente, podem ser plenamente gozadas por seus habitantes graças ao maior bem do país, a fonte da juventude, ou o rio da mocidade no caso da versão Brasileira (como se verá mais adiante). Ali as pessoas são sempre jovens e com isso podem aproveitar tudo que a Cocanha oferece, como gozar plenamente a abundância de comidas e de vinho, a ociosidade e a liberdade sexual, pois de nada adiantaria todo esse paraíso se não houvesse tempo (a eternidade) para gozá-lo.

A velhice opõe-se à juventude que é uma época fácil, alegre, na qual se é amado, já a velhice é dura, miserável, e se é desprezado. Ela é uma resposta imaginária ao contexto de baixa esperança da vida, estimada em 35 anos para a Inglaterra do século XIII. Graças à fonte, pode-se sempre ter trinta anos de idade, que indica o apogeu da condição física humana.

O *fabliaux* não especifica a forma de utilização do líquido da fonte maravilhosa, nem mesmo se o poder rejuvenescedor dela decorre de um determinado líquido (como por exemplo a água). Todos esses elementos na narrativa são como uma crítica social, uma agressão ao *status quo* da época, uma negação dos valores oficialmente aceitos. A guerra, por exemplo, é substituída pela ociosidade, o casamento dava lugar à liberdade sexual.

LIBERDADE: TEMA CENTRAL DA COCANHA

A Cocanha além de ser o paraíso da juventude, da ociosidade e da abundância, é também, ou melhor, é *somente*, uma terra da liberdade (que não pode ser confundida com libertinagem), conforme colocado anteriormente. Este é um tema caro à Cocanha, central e fundamental para a compreensão desta terra sem leis e sem problemas sociais, injúrias, etc.

Pelo estudo da obra, podemos perceber como se estruturava a sociedade naquele período: com uma frequente e coercitiva proibição do sexo, da nudez em vários sentidos, o que leva a altos índices de prostituição e estupro, uma vez que a sexualidade era reprimida e veementemente controlada. Já na Cocanha, não há prostituição ou estupro, e nem amor cortês: “se o amor cortesão, suavemente erótico e confessadamente adúltero, é anticristão, o amor cocaniano é anticultural” (FRANCO JUNIOR, H., 1998, p. 146), isto é “respeita apenas os apenas os apelos da natureza” (Ibid., p. 146), mas pelo contrário: há liberdade sexual.

Mesmo havendo-a (a liberdade sexual) não percebemos qualquer menção por mais insignificante que seja, ao homossexualismo, mas

As mulheres dali são belas/ maduras e jovens/ cada qual pega a que lhe convém/ sem descontentar ninguém./ cada um satisfaz seu prazer/ como quer e por lazer/ elas não serão por isso censuradas/ serão mesmo muito mais honradas./ e se acontece porventura/ de uma mulher se interessar por um homem/ ela o pega no meio da rua/ e ali satisfaz seu desejo/ assim uns fazem a felicidade dos outros (FRANCO JUNIOR, H., 1998, p. 27).

Por esse trecho transcrito é claro a liberdade sexual presente no imaginário país da Cocanha. A liberdade aqui exaltada se difere da compreensão da mesma pela Antiguidade Clássica e também pela modernidade, isto é, como direitos naturais, mas era tão somente vista como garantia de privilégios e imunidades. Na Idade Média, cada instituição, cada grupo social, cada indivíduo buscava sua própria liberdade de acordo com seus interesses, calcados em sua realidade e mediante suas necessidades. Nesse sentido a exaltação da liberdade era uma compensação às vicissitudes históricas vividas pelo povo.

Dos interesses de liberdade ali encontrados podemos destacar ainda, a liberdade alimentícia: havia comida e bebida em abundância - ali a gula não é pecado, liberdade econômica, por uma razão muito simples: como não havia a necessidade de se comprar ou vender ou trocar qualquer coisa, não era necessário também a existência de moedas, uma vez que tudo era dado pela natureza cocaniana: comida, bebida, vestimentas, parceiros sexuais (belos e bonitos), havia a fartura de tudo e “do bom e do melhor”. Também podemos destacar a liberdade religiosa, isto é, não há uma forte presença do cristianismo ou de Deus, ou de qualquer outra entidade transcendental, aliás, não há qualquer menção a ritos religiosos exceto para se criticar, como é o caso dos versos a seguir: “seis semanas tem lá o mês,/ quatro Páscoas tem o ano,/ e quatro festas de São João./ há no ano quatro vindimas/ feriado e domingo todo dia/ quatro Todos os Santos, quatro natais/ quatro Candelárias anuais/ quatro carnavais e Quaresma, uma a cada vinte anos.” (FRANCO JUNIOR, H., 1998, p. 25). As referências feitas às festividades cristãs são apenas para afirmar a ociosidade do país das maravilhas, para se dizer que lá há somente festas e feriados. “A Cocanha é anticristã, naturalista, hedonista, sem que isso signifique irreligiosidade.” (FRANCO JUNIOR, H., 1998, p. 140), ou seja, não há “uma ausência de valores religiosos, e sim de imposições religiosas” (FRANCO JUNIOR, H., 1998, p. 140).

Também há liberdade política (quase uma sociedade anárquica), já que não era necessário um governante: cada um tem o que precisa, não falta nada, nem mesmo um administrador geral para reger as normas sociais, pois na Cocanha não há normas gerais, não há necessidade de reis ou comandantes, cada um se regula sozinho, não há público ou privado, mas somente aquele. Por fim há a liberdade familiar, uma vez que não há velhos ou crianças, mortes ou nascimentos, e a liberdade sexual propicia um ambiente de orgias onde não exista família, mas cada um define por seu/ sua parceiro/a conforme sua necessidade humana (chega a ser quase uma imagem animalesca de liberdade sexual). “A exaltação da liberdade pelo *fabliaux* da Cocanha era uma compensação às vicissitudes

históricas vividas pelo poeta anônimo e por seu público”. (FRANCO JUNIOR, H., 1998, p. 138).

Podemos, em outro momento, inclusive, compararmos a Cocanha com toda essa liberdade ao movimento Hippie que se propagou pelo mundo no século passado, com toda manifestação cultural e artística, com o Woodstock e o lema “paz e amor” misturado ao culto/ contato a/com a natureza, à drogas e rock’n roll, mas deixemos este assunto para um trabalho posterior.

Para encerrarmos, um último levantamento a respeito da Cocanha será a versão brasileira do poema, por compreendermos que enquanto brasileiras é importante um levantamento dos desejos sociais do país (ou de uma determinada região) na época de divulgação deste poema, que tendo se propagado pelo mundo inteiro conforme suas necessidades, chega ao Brasil no Nordeste do país. Segundo Hilário Junior (1998) esse texto brasileiro foi publicado em cordel em folhetins divulgados em meados do século XX. Aqui ficou conhecida como terra de São Saruê, e foi a de maior sucesso e propagação de toda a América Latina.

Diferentemente das outras podemos observar que há aqui na narração uma identificação do personagem como Camilo e nas outras versões da Cocanha (de outros países), geralmente esse narrador-personagem não possui nome. Também aqui podemos perceber a presença de carros e cidade que não são mencionados em outros poemas, até mesmo pelo contexto histórico-social de construção e veiculação desta Cocanha. Além disso, as comidas mencionadas são típicas daqui: tapioca, beijus, rapadura, queijo. Isto posto, uma vez que não faria sentido se falar de comidas distantes do imaginário popular, ou seja, que não estão presentes no cotidiano da sociedade, mas sim naquilo que se deseja ter livre acesso quando bem desejar.

E o final é o mais surpreendente: o narrador-personagem diz que contará onde se situa o caminho para esse país imaginário a quem lhe comprar um “folhetim” o que nos permite inferir que seria até mesmo uma propaganda para o “jornal” que estava veiculando esse cordel já que vimos que o mesmo foi publicado em folheto. Talvez seja por essas singularidades que o poema Brasileiro ficou tão conhecido e popularizado como afirmou Hilário.

PARA ALÉM DA LITERATURA



Figura 1: a Cocanha, de Pieter Bruegel

Fonte: M.GBSON Bruegel, Paris, Nouvelles Editions Française, 1980.

Para além da literatura, o maravilhoso país da Cocanha foi retratado também em pinturas que contribuem para a representação dela no imaginário popular.

O pintor foca em retratar a gula e a preguiça, dois dos sete pecados capitais, característicos dos cocanianos, como bem relata o livro de Hilário Franco Júnior (1998). Na pintura, pode-se observar que um funcionário (oficial de justiça), um camponês e um soldado cochilam deitados no chão, debaixo de uma mesa, cheia de comida e bebida parcialmente consumidas, fixada em uma árvore.

O livro do oficial de justiça, papéis e caneta estão ociosos, assim como a ferramenta do camponês, a luva e a lança do soldado. Um ovo comido pela metade, em sua casca, corre entre o camponês e o funcionário. Atrás da árvore, uma ave assada se encontra sobre uma bandeja de prata, dando a entender que está pronta para ser consumida, e um porco assado corre com uma faca já atravessada em seu corpo (pele), reforçando a ideia de comida à vontade.

À esquerda, um cavaleiro emerge de uma cobertura rústica cujo teto é coberto com pratos de torta e massas. À direita e atrás da cena principal, um homem segurando uma colher, força sua passagem por entre uma grande nuvem de pudim, e depois de ter comido o seu caminho através dele, pega um galho curvo de uma árvore a fim de baixar-se para dentro do país da Cocanha. A cerca que delimita a cena principal atrás do trio cochilando é feita de salsichas trançadas.

Toda a imagem é também parte da sensibilidade, representatividade e do imaginário medieval, está calcada nas concepções desta sociedade, que expressa na arte (seja ela a literatura ou a pintura) seus mais profundos desejos, suas mais fortes vontades.

O CASO DE UZUPIO

Em nossa pesquisa, nos deparamos com um caso que se assemelha à representação concreta da Cocanha. Além das imagens cocanianas já citadas (na literatura, iconografia, etc.) há também a cidade de Uzupio⁴, distrito independente desde 1997, com apenas 60km², próximo à cidade de Vilnius, na Lituânia. Seu nome significa “do outro lado de um rio”, em referência ao rio Vilnia, que banha o distrito. Possui bandeira, unidade monetária, presidente, constituição, e um exército próprios.

Por volta do século XVI judeus começaram a se mudar para lá, mas durante o holocausto foram dizimados pelos nazistas, deixando o distrito praticamente deserto. Com isso, suas casas abandonadas foram dando abrigos para pessoas marginais da sociedade lituana, como bêbados, mendigos e prostitutas.

Apesar da Constituição ser uma Cocanha, a realidade é diferente. Na lei todo mundo tem o direito à água quente, à morrer (mas não é uma obrigação), a cometer erros, direito de ser único/a, de amar, de amar e cuidar de gatos, de cuidar de cachorros até que ele ou o dono morra, de ser um cachorro, dentre outros direitos (e não direitos). De maneira jocosa a constituição da República de Uzupio se assemelha ao poema da Cocanha em sua essência.

4. Para saber mais sobre a cidade de Uzupio, consulte o site: <https://folhadomate.com/opiniao/columnistas/da-europa/republica-de-uzupio/> e também o blog <https://www.itinari.com/pt/the-republic-of-uzupis-undiscovered-district-of-vilnius-1nge>.

CONSTITUTION

1. Everyone has the right to live by the River Vilnelė, and the River Vilnelė has the right to flow by everyone.
2. Everyone has the right to hot water, heating in winter and a tiled roof.
3. Everyone has the right to die, but this is not an obligation.
4. Everyone has the right to make mistakes.
5. Everyone has the right to be unique.
6. Everyone has the right to love.
7. Everyone has the right not to be loved, but not necessarily.
8. Everyone has the right to be undistinguished and unknown.
9. Everyone has the right to idle.
10. Everyone has the right to love and take care of the cat.
11. Everyone has the right to look after the dog until one of them dies.
12. A dog has the right to be a dog.
13. A cat is not obliged to love its owner, but must help in time of need.
14. Sometimes everyone has the right to be unaware of their duties.
15. Everyone has the right to be in doubt, but this is not an obligation.
16. Everyone has the right to be happy.
17. Everyone has the right to be unhappy.
18. Everyone has the right to be silent.
19. Everyone has the right to have faith.
20. No one has the right to violence.
21. Everyone has the right to appreciate their unimportance.
22. No one has the right to have a design on eternity.
23. Everyone has the right to understand.
24. Everyone has the right to understand nothing.
25. Everyone has the right to be of any nationality.
26. Everyone has the right to celebrate or not celebrate their birthday.
27. Everyone shall remember their name.
28. Everyone may share what they possess.
29. No one can share what they do not possess.
30. Everyone has the right to have brothers, sisters and parents.
31. Everyone may be independent.
32. Everyone is responsible for their freedom.
33. Everyone has the right to cry.
34. Everyone has the right to be misunderstood.
35. No one has the right to make another person guilty.
36. Everyone has the right to be individual.
37. Everyone has the right to have no rights.
38. Everyone has the right to not to be afraid.
39. Do not defeat.
40. Do not fight back.
41. Do not surrender.



@tanushri podder

Figura 2: constituição da República de Uzupio

Fonte: <https://perecivelaotempo.wordpress.com/tag/uzupio/>. Acesso em: 03 mar. 2021.

Após a Segunda Guerra Uzupio se tornou um local que possui casas mal conservadas, muitos bares, e é comum que pessoas alcoolizadas e malvestidas caminhem tarde da noite pelas ruas sinuosas, diferentemente da Cocanha onde todo mundo se veste de “linho nobre e pura seda”, camurça, couro... Assim como na Cocanha, pode-se perceber nesse distrito uma crítica social, uma agressão ao *status quo* local, uma negação dos valores oficialmente aceitos no restante do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cocanha é uma rica fonte para a história (e outras áreas também) e permite-nos um aprofundamento nos estudos sobre a sociedade medieval. Sobre o autor deste poema, chegamos à conclusão que são vários, conforme já dito anteriormente. A Cocanha é um mosaico, ou seja, seu autor não é único, mas são vários, e representa uma compilação dos desejos sociais, conjuntos de toda uma época⁵, um grupo, calcado nas idealizações e imaginação coletivas.

A Cocanha é uma crítica à realidade que esse(s) autor(es) estava(m) sujeito(s), ela é uma forte oposição aos pecados capitais (gula, vaidade, luxúria, ira, avareza, preguiça, inveja). Sua imagem traz a representação da pintura de Bosch⁶ “*Os sete pecados capitais*”: ela vive essas condenações, mas não como pecados, e sim enquanto a normatividade da sociedade. Os avanços na cultura literária e artística dos séculos XII e XIII levam ao crescimento do conjunto de costumes, leis, normas e regras para organizar e ordenar a sociedade. Talvez por isso a necessidade de ter no imaginário popular a construção de um não lugar como a Cocanha onde tudo é permitido, seja na França, na Inglaterra ou no Brasil. A cocanha não é a terra do “era uma vez” (como na mitologia e nos contos de fada) ou do “Será uma vez” (como é comum nas utopias), ela pertence ao presente indefinido e efêmero do “é uma vez”. A cocanha pertence ao instante, no instante, é um “universo paralelo” (FRANCO JUNIOR, H., 1998, p. 233).

Além disto, a Cocanha é retomada (seja direta ou indiretamente) em outras produções culturais: *Peter Pan* e a terra do nunca, a *Carta do Achamento* de Pero Vaz de Caminha ao chegar ao Brasil, bem como *Passárgada*, de Manuel Bandeira, dentre outros.

Acreditamos que a literatura pode, de diversas maneiras, se manifestar em nossas pesquisas historiográficas e ser objeto para a compreensão de um período histórico, como o medieval. Também acreditamos que trabalhos futuros poderão ser desenvolvidos a respeito da minuciosa pesquisa de Hilário Franco Júnior (1998) sobre a Cocanha em paralelo a outros produtos culturais, outras fontes documentais. Esperamos também que esta apresentação da Cocanha possa servir de inspiração para sua utilização nas aulas de História sobre a Idade Média.

REFERÊNCIAS

BOSH, Hieronymus. *Os sete pecados capitais*. Óleo sobre madeira, 120 x 150cm, 1480. Museu do Prado.

DUBY, Georges. ARIÉS, Philippe. *História da Vida Privada*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Nova Enciclopédia Ilustrada*. 1ª Ed. São Paulo: Publifolha, 1996.

5. Principalmente se considerarmos que a Idade Média é um período complexo que se estende por mil anos e que, portanto, não pode ser considerada como uma época única e homogeneia.

6. BOSH, Hieronymus. *Os sete pecados capitais*. Óleo sobre madeira, 120 x 150cm, 1480. Museu do Prado.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Cocanha*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Os três dedos de Adão: ensaios de mitologia medieval*. São Paulo: Edusp, 2010

HUIZINGA, Johan. *O outono na Idade Média*. Estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XVI e XV na França e nos Países baixos. São Paulo: Cosacnaify, 2010.

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edição 70, 1985.

LE GOFF, Jacques; SCHIMMITT, Jean-Claude. (Orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol II, Bauru, SP: Edusc, 2006.

M. GBSON Bruegel, Paris, Nouvelles Editions Française, 1980.

VICENTE, Zé. Convite ao Compromisso. In: *Em nome do primeiro amor* – CEBI, Gravadora Paulus, São Paulo, 2019. 1 CD. (Edição comemorativa 25 anos CEBI). Faixa disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WFMWfdDvMMLY>. Acesso em 03 mar. 2021.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

ZINK, Michel. Literatura. In: *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru- São Paulo: Edusc, 2002.

SOBRE A ORGANIZADORA

ALINE FERREIRA ANTUNES - Doutoranda pelo Programa de pós-graduação em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em História pelo Programa de pós-graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela Faculdade de educação São Luís. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Possui ampla experiência docente nos mais diversos níveis educacionais nas áreas de História, Língua estrangeira moderna (inglês) e em curso superior de Pedagogia. Tem pesquisas publicadas nas áreas de História, Comunicação, História em quadrinhos, Teorias raciais, História e gênero, História, memória e sensibilidades. Atualmente é professora de História efetiva da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF/GDF). Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9327358239672893>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alteridade 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72

B

Beowulf 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167

C

Cinema 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115

Cocanha 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181

E

Economia 12, 14, 15, 20, 39, 42, 44, 45, 56, 57, 59, 60, 84, 86, 92, 96, 97, 104, 105, 169, 172, 173

Egito 116, 117, 121, 123, 126, 127, 128, 130, 131, 132

Entorpecentes 46, 48, 49, 53

Escassez de Água 81, 90

G

Governo da Província 39, 44

H

Hegemonia Neoliberal 95

História 1, 10, 12, 14, 28, 37, 39, 44, 45, 53, 56, 62, 71, 79, 81, 82, 93, 103, 106, 114, 115, 116, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 147, 148, 149, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 167, 168, 180, 182

História Ambiental 81, 82, 93

História Serial 141, 142

I

Idade Média 157, 168, 169, 172, 173, 175, 180, 181

Identidade Nacional 51, 80, 142

Imperialista 33, 56, 57, 61

Indígenas 74, 77, 78, 79, 84

M

Migração 14, 27, 90, 95, 108, 110, 114

Modelo Nomológico-Dedutivo 134, 137, 138, 139

Morte 75, 117, 124, 125, 126, 128, 131, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 158, 159

N

Nacionalismo 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 61, 142

P

Presença Lusitana 149, 150, 151

T

Testamentos 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Tráfico 46, 48, 49, 50, 51, 54, 55

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2